

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Hugo Pires Júnior

**Memória e subjetividade:
mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura”**

Vitória da Conquista - BA
Fevereiro de 2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Hugo Pires Júnior

**Memória e subjetividade:
mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães

Vitória da Conquista - BA
Fevereiro de 2017

P745m	<p>Pires Júnior, Hugo.</p> <p>Memória e subjetividade: mulheres militantes no “reino do arbítrio e da tortura. 2017. Orientador (a): Dra. Livia Diana Rocha Magalhães.</p> <p>209f.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2017.</p> <p>1. Mulheres militantes – Memória e Existência. 2. Ditadura Civil – Militar – Narrativas Dor/Sofrimento. 3. Memória. I. Magalhães, Livia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 981.063</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Memory and subjectivity: militant women in the "realm of agency" and torture

Palavras-chaves em inglês: Memory. Subjectivity. Militant Women. Genre. Torture. Civil-Military Dictatorship.

Área de concentração: Memória, Discursos e Narrativas: Memória, Feminismo e Gênero

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Presidente); Prof. Dr. José Alves Dias (Titular); Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (Titular); Profa. Dra. Luzia Marta Gustave Coubert Bellini (Titular).

Data da Defesa: 20 de fevereiro de 2017

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO**Hugo Pires Junior****Memória e subjetividade: mulheres militantes no "reino do arbítrio e da tortura"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 20 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lívia Diana Rócha Magalhães (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
Instituição: UESB

Ass.: 


Prof. Dr. José Alves Dias
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto
Instituição: UEFS

Ass.: 

Profa. Dra. Luzia Marta Gustave Coubert Bellini
Instituição: UEM

Ass.: 

À
Carolina Martuschelli Bori
e
Carla Salati Almeida Ghirello-Pires,
mulheres que protagonizam em minha existência

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória; Linguagem e Sociedade (PPGMLS) que me acolheram para o processo de construção da formação na pesquisa e que demonstrou saber lidar, diariamente com as crises transformando-as em possibilidades de tarefas a serem executadas demonstrando que é sobre elas que se cresce que se avança que se faz e se constrói. Não há segredos, apenas ações.

A agência de fomento à pesquisa Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia, a FAPESB, pelo auxílio publicamente recebido por meio do Pedido Nº 1504/2012 - Termo Nº BOL 0562/2012, que retorna agora a essa fundação e à comunidade na forma de produção de conhecimento a ser divulgado. E ao Centro de Formação de Profissional de Ensino Superior, a CAPES pela atenção e orientação nas lides da formação e do conhecimento, à qual todos nós somos apenas devedores pelo empenho histórico no fomento à formação científica, a docência universitária e a divulgação da ciência em nossa *terra brasilis*.

À Professora Doutora Lívia Diana Rocha Magalhães que deu a mão, indicou caminhos e não titubeou em acreditar mais do que eu próprio pudesse assim fazê-lo. Segura, presente, amorosa, afetiva e certa demonstrou seu empenho, sua entrega ao conhecimento e à ciência avisando sempre, em ações naturais, que ciência se faz e se aprende fazendo-a diária e afetivamente. E, que a formação do pesquisador não se faz queimando etapas, pegando atalhos, negligenciando cuidados e atenção, chamando para si todas as atenções, negociando tarefas e esperando do aprendiz o passo final, apoteótico (que nunca será dado, certamente!), sem que antes e para ele (o aprendiz) sob o peso de suas tarefas diárias, tenha-se postado como esteio, como base como estrutura, como aparas indicadoras do árduo caminho da formação na pesquisa, nesta Terra. Professora Lívia fez-me re-enxergar de forma afetiva os meandros do conhecimento que nesta Tese para mim foi re-iniciado começando do início, postados no vasto campo de saberes da Memória, às vezes tateando, mas não deixando de estender sempre sua mão para sinalizar e de forma assertiva independente do tempo e do espaço, os caminhos. Em campos abertos onde alguns navegam presos a si mesmos fazendo soçobrar seus aprendizes, professora Lívia norteou afetivamente as formas de conhecer o conhecimento fazendo surgir os resultados, revolucionariamente.

Aos docentes, do PPGMLS pela acolhida no caminho do conhecimento e pela disponibilidade demonstrada sempre; e as Secretarias que oferecem sempre o suporte administrativo com atenção e zelo.

Aos membros da Banca Examinadora do Exame de Qualificação, pela leitura atenta e sugestões para a adequação dos relatos e análise dos dados da pesquisa, professores Doutores José Alves Dias; Ana Elizabeth Santos Alves; Claudio Felix e minha orientadora.

À Banca de Defesa da Tese, Professor Doutor José Alves Dias (UESB); Professor Doutor Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS); Professora Doutora Ana Elizabeth Santos Alves (UESB); Professora Doutora Luzia Marta Bellini (UEM) e minha orientadora, pela presteza com que aceitaram o convite para a avaliação da Tese ausentando-se dos seus ambientes de trabalho e mobilizando-se até o Planalto da Conquista, pela leitura atenta, comentários críticos, discussões evocadas e que redundou em contribuições ao tema, e por compartilharem seus conhecimentos sou-lhes grato.

Ao Professor Doutor Éder Amaral que se esmerou na versão do Resumo para a língua francesa, fazendo-o em tempo e em espaço exíguo, e que, entre afazeres profissionais e familiares brindou-nos com a terna notícia da chegada do mais novo membro da nossa Família, seu filho(a) e de Carolinda, nosso mais novo neto(a) e que ele seja bem-vindo, ao mundo do conhecimento.

À Professora Iris e ao Professor Luiz que tão prontamente se dispuseram a verter o texto do Resumo para a língua de Castela e para o Inglês e o fizeram em detrimento de suas tarefas diárias.

As mulheres foram e são determinantes na minha existência. Ao longo do meu desenvolvimento elas estiveram sempre presentes postando-se como “ocasião” para o meu caminhar fazendo-me avançar, sempre. Sou delas devedor e a elas agradecido, desde aquela que me ofertou a Vida, mamãe Hilda, até aquela que, corajosamente, fez disseminar nossa fraternidade na constituição de um projeto para além do imediato, Carla Salati Almeida Ghirello-Pires. Sou-lhe grato pela nossa existência em conjunto, pelas suas inteligências, pela sua disponibilidade para o aprender, pelo profissionalismo e disposição para fazer-se refazendo-me sempre. Sua presença é marcante, constante e determinante para essa história escrita em conjunto e que se eternizará nas memórias de nossos filhos e nos filhos dos nossos filhos, espero.

Sou grato aos meus filhos diletos, Téco - Henriqueta Ghirello Pires; Her - Herculano Ghirello Pires; Calu-linda - Carolina Ghirello Pires; Maricot - Marieta Ghirello Pires; Max - Maximiliano Ghirello Pires e Tortinha - Tarsila Ghirello Pires pela paciência, carinho e atenção demonstrados ao longo desses anos em que a produção desses conhecimentos se fizeram. Eles suportaram todas as crises, que são próprias do aprendiz em qualquer nível seja qual for a situação do aprender e demonstraram mais tolerância à mim, do que eu próprio. Cresci muito observando todos e interagindo com cada um deles. Todos contribuíram para meu crescimento, inclusive os netinhos Valien - Valentina Ghirello Pires Lepre de Aguiar; Huguinho - Hugo Benicio Moreno Pires, José Vicente Moreno Pires; Benja - Benjamin Amaral e Madá - Madalena Ghirello Pires Amaral. Você me ensinam o Amor.

Às manas Therezinha Pires do Amaral; Ana Maria Pires; Maria Helena Pires Chiesso; Rosângela Pires e o mano Luiz Antonio Pires que nunca titubearam frente às solicitações de ajuda e de atenção no processo e ao longo da vida.

À Terra de Todos os Santos que estende, no Sertão da Ressaca, esse belo Planalto da Conquista e dele faz fluir, continuamente, seus filhos receptivos, acolhedores e obreiros. Terra boa, Terra sã, Terra que nos abraçou fazendo-nos partícipes de sua caminhada eterna acolhendo-nos como seus filhos e a qual amamos. Essa Vitória da Conquista, essa Bahia de Todos os Santos que depois de 23 anos me oferece, esquadro, compasso e régua.

Gratidão a todos os Amigos Espirituais que sem descanso permearam e permeiam minhas longas horas, meus longos dias, minhas longas noites e minha existência, incansavelmente... Evoé, a todos!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC Paulista - Santo André; São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, cidades da grande São Paulo (SP) com indústrias e com trabalhadores especializados
- ABI - Associação Brasileira de Imprensa
- AC - Ação Católica
- AC-4 - Ato Complementar número quatro
- DF - Distrito Federal
- AIA - atos Institucionais
- AI – Atos Institucionais
- AI – 1 - Ato Institucional número um
- AI – 2 - Ato Institucional número dois
- AI – 3 - Ato Institucional número três
- AI – 4 - Ato Institucional número quatro
- AI – 5 - Ato Institucional número cinco
- AL - America Latina
- ALN - Ação Libertadora Nacional ou Aliança Libertadora Nacional
- AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
- AP - Ação Popular
- APML - Ação Popular Marxista-Leninista
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- ASI - Assessoria de Segurança e Informações
- BB - Banco do Brasil
- CA - Centro Acadêmico
- CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
- CAEQ - Centro Acadêmico da Escola de Química
- CC - Comitê Central
- CCC - Comando de Caça aos Comunistas
- CDH - Comissão de Direitos Humanos
- CE - Comissão Executiva
- EB - Casa do Estudante do Brasil
- CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
- CFOAB - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- CIE - Centro de Informações do Exército
- CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CIA - Agência de Inteligência Americana
CLA - Comitê Latino Americano
CMPR - Casa Militar da Presidência da República
CN - Congresso Nacional
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
CODI-DOI - Centro de Operações de Defesa Interna/Departamento de Operações de Informações
COLINA- Comando de Libertação Nacional
CONSUN - Conselho Universitário
CPC - Centros Populares de Cultura
CRV - Comissão Regional da Verdade
CRUSP - Centro Residencial da Universidade de São Paulo
CS - Convergência Socialista
CSN - Conselho de Segurança Nacional
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DEA – Departamento de Estado Americano
DELOPS - Delegacias de Ordem Política Social
DEOPS/SP - Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo
DEOPS/RJ - Departamento de Ordem Política e Social do Estado Rio de Janeiro
DEOPS/RS - Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul
DI Guanabara - Dissidência da Guanabara do Partido Comunista Brasileiro
DOI - Departamento de Operações de Informações
DOI-CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DSI - Divisões de Segurança e Informações
DSND - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
EPG - Exército Popular Guerrilheiro
ESN- Estado de Segurança Nacional
FA - Forças Armadas
FAB - Força Aérea Brasileira
FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFCLUSP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FGA - Forças Guerrilheiras do Araguaia

FND - Faculdade Nacional de Direito
FIESP - Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia
FNM - Faculdade Nacional de Medicina
FBT - Fração Bolchevique Trotskista
FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
FO - Frente Operária
GM - General Motors do Brasil
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IP - Instituto de Psicologia
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPES/IBAD - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial-Militar
IQ - Instituto de Química
JEC - Juventude Estudantil Católica
JM - Junta Militar
JUC - Juventude Universitária Católica
LIBELU - Liberdade e Luta
MEB - Movimento de Educação de Base
ME - Movimento Estudantil
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MEC/USAID - Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MO - Movimento Operário
MOLIPO - Movimento de Libertação Popular
MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MNR - Movimento Nacional Revolucionário
M3G - Marx, Marighella, Mao e Guevara
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirantes
ORM Polop - Organização Revolucionária Marxista de Política Operária
OSI - Organização Socialista Internacional

OTAN - Tratado do Atlântico Norte
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
PF - Polícia Federal
PM - Polícia Militar
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
POLOP - Organização Revolucionária Marxista de Política Operária
PORT - Partido Operário Revolucionário
PSB - Partido Socialista Brasileiro
QG - Quartel-General
RCE - Restaurante Central dos Estudantes
RU - Restaurantes Universitários
SEA – Secretaria de Estado Americana
SNI - Sistema Nacional de Informação
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STF - Supremo Tribunal Federal
STM - Supremo Tribunal Militar
TL - Tendência Leninista
TFP - Tradição, Família, Propriedade
UDN - União Democrática Nacional
UEE - União Estadual dos Estudantes
UFMG - Universidades Federais de Minas Gerais
UFP - Universidade Federal do Paraná
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UME - União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
UnB - Universidade de Brasília
USAID - *United States Agency for International Development*
USP - Universidade de São Paulo
VAR - Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

Esta pesquisa analisa as narrativas, explicitadas publicamente de cinco mulheres que militaram em organizações de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira e foram, nos Anos de Chumbo, sequestradas/presas pelos órgãos de repressão do regime. O problema em análise parte da memória de experiências limites vividas por essas mulheres quando, na militância se posicionam em defesa das suas ideias e ideais passando a enfrentar a arbitrariedade política do regime de força que tentou desestabilizá-las como seres políticos, como mulheres, submetendo-as a tortura de gênero, a tortura moral, sexual e genital. Este é um estudo de memória, de memória vivida, de memória de resistência, de memória de mulheres que evidenciaram sua força e determinação quando avançaram para além do arbítrio político, por elas desvelados publicamente, denunciando as condições a que foram submetidas quando mantidas nos órgãos de segurança da ditadura. O objetivo da pesquisa foi o de analisar as narrativas das mulheres submetidas à tortura sistemática revisitando os marcos de memória de dor e sofrimento vivenciados, no intuito de evidenciar o processo de edificação de uma subjetividade possível construída na resistência/existência à ditadura e para além dela. Utilizou-se as memórias publicitadas dessas mulheres que detalharam vivências, revelaram fatos praticados sobre seus corpos nas fossas, nos porões, nos calabouços, nos quartos escuros até a exaustão. Os dados foram coletados no sítio da Comissão Nacional da Verdade, a CNV que armazena fontes documentais diversificadas a respeito da atuação dos militantes de esquerda durante o regime ditatorial de onde foram selecionadas as narrativas digitalizadas de Nilce Azevedo Cardoso; Eliana Lorentz Chaves; Lúcia Murat e Ignez Maria Serpa Ramminger sendo obtido, também, cópia do relato da militante Inês Etienne Romeu onde é narrada sua estadia na “Casa da Morte” de Petrópolis, disponibilizada no sítio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro. As narrativas e o relato foram lidos e analisados identificando os indícios de dor e sofrimento e os sinais que indicaram o processo de edificação de si mesmas direcionadas para a construção da subjetividade de cada uma das mulheres, pós-ditadura. As narrativas das mulheres evidenciam o processo de edificação das suas subjetividades que se materializa na resistência física e fisiológica, psíquica e política e demonstra pela força da sua condição de gênero, o processo de transmutação de si mesmas, onde a dor e o sofrer passam a ser ocasião para a manutenção das suas convicções políticas, das suas posições de indivíduos singulares integradas aos seus grupos sociais na continuidade de suas existências, para além da ditadura. A análise demonstrou a necessidade de se ampliar as pesquisas sobre a mulher militante sequestrada/presa, a mulher torturada, a mulher que testemunha a política de força sobre seu corpo e sobre si mesma, a mulher que por sua memória individual coletiviza a memória do período de arbítrio e de força política, a mulher enfim que não se entrega a servidão, mas, demonstra na sua consciência manifesta pela memória contínua da dor e do sofrer a transformação de si mesma, a sua edificação, a sua subjetividade formada na sua existência. São as memórias individuais de cada uma das mulheres militantes formadoras das suas memórias coletiva, social e política que as induz ao salto qualitativo na busca de si mesmas.

Palavras Chaves: Memória. Subjetividade. Mulheres Militantes. Gênero. Tortura. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

This research analyzes the publicly presented narratives of five women who had been in left-wing organizations during the Brazilian civil-military dictatorship and were in the years of this dramatic period kidnapped/imprisoned by the repressive organs of the regime. The problem in analysis starts from the memory of experiences in limit situation lived by these women when, in militancy, defend their ideas and ideals, facing the political arbitrariness of the regime of force which attempted to destabilize them as political beings, such as women, - submitting them to gender, moral, sexual and genital torture. This is a study of memory, of lived memory, of memory of resistance, of memory of women who evidenced their strength and determination when they moved beyond the political will, which they publicly revealed, denouncing the conditions to which they were submitted when kept in the security organs of the dictatorship. The objective of the research was to analyze the narratives of women subjected to systematic torture revisiting the marks of memory of pain and suffering experienced in order to evidence the process of building a possible subjectivity built on resistance/existence to the dictatorship and beyond. It was used the published memories of these women who detailed their experiences, revealed facts executed on their bodies in the cesspools, in the basements, in the dungeons, in the dark rooms until exhaustion. The data were collected on the site of the National Truth Commission, the NTC, which stores diversified documentary sources about the activities of left-wing activists during the dictatorial regime from which the digitalized narratives of the following women were selected: Nilce Azevedo Cardos, Eliana Lorentz Chaves, Lúcia Murat and Ignez Maria Serpa Ramminger; it was also obtained a copy of the report of the militant Inês Etienne Romeu in which her stay in the "Casa da Morte" of Petrópolis is narrated, available on the website of the Order of Brazilian Lawyers (OBL) in Rio de Janeiro . The narratives and the report were read and analyzed and through this it was identified the evidence of pain and suffering and the signals which indicated the process of edification of those women directed to the construction of the subjectivity of each one of the women after dictatorship. The narratives of the women show the process of edification of their subjectivities which materialize in the physical and physiological, psychic and political resistance and demonstrate by the force of their gender condition the process of transmutation of themselves, in which pain and suffering become an occasion for the maintenance of their political convictions, their positions as individuals, integrated into their social groups in the continuity of their existence, beyond the dictatorship. The analysis showed the need to broaden the research on the militant woman kidnapped/arrested, the tortured woman, the woman who witnesses the policy of force on her body and on herself, the woman who by her individual memory collectivizes the memory of the period of will and political power, the woman who does not give herself to servitude, but demonstrates in her conscience manifested by the continuous memory of pain and suffering the transformation of herself, her edification, her subjectivity formed in her existence. The individual memories of each one of the militant women form their collective, social, and political memories which induce them to make a qualitative leap in seeking themselves.

Keywords: Memory. Subjectivity. Militant Women. Genre. Torture. Civil-Military Dictatorship.

RÉSUMÉ

Cette recherche analyse les récits publicisés par cinq femmes qu'ont milité dans les organisations de gauche pendant les Années de Plomb de la dictature civile-militaire au Brésil (1964-1985), étant kidnappées/arrêtées pour les organes de répression du régime. Le problème en analyse part de la mémoire d'expériences limites vécues par ces femmes dans la militance lorsqu'elles ont se positionnée en défense de ses idées et idéales, en passant à affronter l'arbitraire politique du régime de force qu'a intenté les déstabiliser en tant qu'êtres politiques, mais aussi comme femmes, en les soumettant à la torture de genre, morale, sexuelle et génitale. Celui-ci est une étude de mémoire, de mémoire vécue, de mémoire de la résistance, de mémoire des femmes qu'ont rendue évidente sa force et détermination, quand elles ont avancée au-delà d'arbitre politique, publiquement dévoilé par celles-là en dénonce à des conditions auxquelles ils ont été soumis pendant leur détention dans les organes de sécurité de la dictature. L'objectif de la recherche était d'analyser les narratives des femmes soumis à la torture systématique, en reprenant les jalons de mémoire de la douleur et souffrance vécues, afin d'élucider le processus d'édification d'une subjectivité possible bâti dans la résistance/existence à la dictature et au-delà de cela. On s'utilisé des mémoires publicisées de ces femmes qu'ont détaillé des expériences vécues, en décelant des faits pratiqués sur ses corps dans les fosses, les sous-sols, les cachots, les fourre-tout jusqu'à l'exhaustion. Les données ont été collectées au site de la Commission Nationale de la Vérité (CNV), qu'emmagasine des documents de sources diversifiés à l'égard de l'actuation des militants de gauche pendant le régime. Ils ont été sélectionnés les récits digitalisés de Nilce Azevedo Cardoso, Eliana Lorentz Chaves, Lúcia Murat e Ignez Maria Serpa Ramminger, en plus d'une copie du récit de la militante Inês Etienne Romeu, dans lequel est raconté son séjour à la «Maison de la Mort» de Petrópolis, disponible au site de l'Ordre des Avocats du Brésil (OAB), section de Rio de Janeiro. Des documents ont été lis et analysés en identifiant les indices de la douleur e de la souffrance, et aussi les signaux qui manifestent le processus d'édification de soi mêmes, orienté vers la construction de la subjectivité de chacune de ces femmes, au période post-dictatorial. Les narratives des femmes mettent en évidence le processus d'édification de ses subjectivités, que se matérialise dans la résistance physique et physiologique, psychique et politique, en démontrant sa force dans sa condition de genre, jusqu'à le processus de transmutation de soi mêmes, où la douleur e le souffrir passent à la condition d'impulse vers la manutention de ses convictions politiques, de ses positions comme individus singulières, intégrés à ses groupes sociaux dans la continuité de ses existences, au-delà de la dictature. L'analyse a démontré la nécessité d'ampliation des efforces de recherche sur la femme militante kidnappée/arrêtée, la femme torturée, la femme que témoigne la politique de la force sur son propre corps e sur soi-même, la femme que, à travers de sa mémoire individuel, collectivise la mémoire du période d'arbitre e de la violence politique. La femme, enfin, que résiste à la servitude au même temps que démontre, dans sa conscience manifeste pour la mémoire continue de la douleur e du souffrir, la transformation de soi-même, l'édification d'une subjectivité forgée pour son mode de existence. Ils sont les mémoires individuelles de chacune de ces femmes militantes, formatrices de la mémoire collective, social et politique, que les induisent au saut qualitatif dans la recherche de soi mêmes.

Mots-clés: Mémoire. Subjectivité. Les femmes militants. Le sexe. La torture. Dictature Civile-Militaire.

RESUMEN

Esta investigación analiza las narrativas, explicitadas públicamente, de cinco mujeres que militaron en organizaciones de izquierda durante la dictadura civil-militar brasileña y fueron, en los Años de Chumbo, secuestradas/encarceladas por los órganos de represión del régimen. El problema en análisis parte de la memoria de experiencias límites vividas por esas mujeres cuando, en la militancia, se posicionan en defensa de sus ideas e ideales pasando a enfrentar la arbitrariedad política del régimen de fuerza que intentó desestabilizarlas como seres políticos y como mujeres, sometiéndoles a la tortura de género, a la tortura moral y genital. Este es un estudio de memoria, de memoria vivida, de memoria de resistencia, de memoria de mujeres que evidenciaron su fuerza y determinación cuando avanzaron más allá del arbitrio político, por ellas desvelados públicamente, denunciando las condiciones a que fueron sometidas cuando mantenidas sob el poder de los órganos de seguridad de la dictadura. El objetivo de la investigación fue el de analizar las narrativas de las mujeres sujetadas a la tortura sistemática haciendo una revisita a los marcos de memoria de dolor y sufrimiento vivenciados, por intuición de evidenciar el proceso de edificación de una subjetividad posible, construída en la resistencia/existencia a la dictadura y para allá de ella. Se utilizó, para el estudio, las memorias publicitadas de esas mujeres que detallaron vivencias y revelaron hechos practicados sobre sus cuerpos en las fosas, en los sótanos, en los calabozos y en las habitaciones oscuras hasta el agotamiento. Los datos fueron recolectados en el sitio de la Comisión nacional de la Verdad, la CNV, que almacena fuentes documentales diversificadas con respecto a la actuación de los militantes de izquierda durante el régimen dictatorial, de donde fueron seleccionadas a las narrativas digitalizadas de Nilce Azevedo Cardoso; Eliana Lorents Chaves; Lúcia Murat e Ignez Maria Serpa Ramminger, obtuvo, también, copia del relato de la militante Inés Etienne Romeu, donde está narrada su estancia en la “Casa de la Muerte” de Petrópolis, disponibilizada en el sitio de la Ordem de los Abogados de Brasil (OAB) de Rio de Janeiro. Las narrativas y el relato fueron leídos y analizados identificando los indicios de dolor, sufrimiento y las señales que indicaron el proceso de edificación de sí mismas direccionadas para la construcción de la subjetividad de cada una de las mujeres, postdictadura. Las narrativas de la mujeres elucidan el proceso de edificación de sus subjetividades que se materializa en la resistencia física y fisiológica, psíquica y política y donde el dolor y el sufrir pasan a ser la causa del mantenimiento de sus convicciones políticas, de sus existencias, más allá de la dictadura. El análisis demostró la necesidad de que se amplíe las pesquisas sobre la mujer militante secuestrada/encarcelada, la mujer torturada, la mujer que testifica la política de fuerza sobre su cuerpo y sobre sí, la mujer que por su memoria individual colectiviza la memoria del período de arbitrio y de fuerza política. La mujer, enfin, que no se entrega a la servidumbre, sino demuestra en su consciencia, manifiesta por la memoria continua de dolor y del sufrir, la transformación de sí misma, su edificación, su subjetividad formada en su existencia. Son las memorias individuales de cada una de las mujeres militantes formadoras de sus memorias colectiva, social y política que las induce al salto cualitativo en la búsqueda de sí mismas.

Palabras Clave: Memoria. Subjetividad. Mujeres Militantes. Género. Tortura. Dictadura Civil- Militar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CAMINHOS E IDEOLOGIAS: AS MULHERES MILITANTES.....	19
2 MULHERES MILITANTES MEMÓRIA, E EXISTÊNCIA.....	31
2.1 MEMÓRIA E EXISTÊNCIA: MAURICE HALBWACHS E SOREN AABYE KIERKEGAARD, A APROXIMAÇÃO POSSÍVEL.....	31
3 MULHERES MILITANTES: MEMÓRIA, GÊNERO E RESISTÊNCIA.....	47
3.1 MULHERES, MILITÂNCIA POLÍTICA E GÊNERO.....	47
3.2 MULHERES, GÊNERO E RESISTÊNCIA POLÍTICA.....	58
4 MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O GOLPE MILITAR DE 1964.....	85
4.1 ARTICULAÇÃO DO GOLPE DE 1º DE ABRIL DE 1964.....	85
4.1.1 O Poder Militar se Institui.....	93
4.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL E REPRESSÃO POLÍTICA.....	100
4.2.1 Marcos de Memória do ME e o Acerbamento da Ditadura.....	102
4.3 A ESQUERDA NO ME.....	109
4.3.1 ME: Batalha da Maria Antonia e o XXX Congresso da UNE.....	113
4.3.2 ME: Invasão da UnB e o AI-5.....	121
4.3.3 ME: Anos de Chumbo, o Terror Materializado.....	128
5 MULHERES MILITANTES: NARRATIVAS DE DOR/SOFRIMENTO E EDIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE.....	140
6 CONCLUSÃO.....	174
REFERÊNCIAS.....	180
ANEXO A Transcrições das Narrativas de Mulheres Militantes Torturadas pela Ditadura Civil-Militar Brasileira.....	200

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as memórias de mulheres militantes de organizações de esquerda que se posicionaram contrárias ao golpe militar de 1964 que implantou uma ditadura apoiada por setores civis, oligarquias e empresariado nacional em defesa dos interesses do capital internacional em solo brasileiro. Em suas narrativas as mulheres militantes em estudo falam das torturas físico-psíquica a que foram submetidas sistemática e abusivamente, da forma como foram tratadas em decorrência da sua condição de mulher, de mulher militante, de mulher engajada nas lutas sociais, de mulher ideologicamente postada na defesa da autodeterminação e da liberdade individual e coletiva e de mulher presa política, que nas mãos dos órgãos de repressão política do Estado passaram a serem consideradas apenas cidadãs de segunda classe ou cidadãs de classe alguma, cujos corpos passam a prevalecer sobre as ideologias e posições políticas quando nas mãos dos torturadores, que pretextando profissionalismo tomam posse de seus corpos, transformando-os em objetos de dor e de sofrimento, para além do físico, para além do razoável, para além do concebível. Contudo, depois de todo esse processo, essas mulheres recuperam suas vidas, ultrapassam o trauma e narram publicamente o ocorrido, vão além do sofrimento vivido, em prol da justiça, da reconstrução de si mesma e de suas subjetividades.

O que vai tornando evidente é que a dor e o sofrimento produzidos pela tortura não desvanece as lutas e alteridade dessas mulheres militantes, mas é revelador de um processo contínuo de edificação de si mesmas, de suas subjetividades, que vai sendo construída na existência/resistência de cada uma dessas mulheres, ao longo de e após a ditadura. As memórias dessas mulheres militantes de agrupamentos de esquerda são evocadas publicamente 40 anos depois das ocorrências dos fatos, recuperando as formas pelas quais foram torturadas de maneira sistemática e expostas a uma dor, a um sofrimento inestimável que demarcam suas existências, revelando que elas buscaram um processo contínuo de reorganização de si mesmas que é evidenciado nas suas narrativas quando recompõem suas memórias, descrevendo situações, fatos pessoais, ações específicas sobre seus corpos, dando vida a outras narrativas que se coletivizam, fazendo aflorar a verdade acerca de um período nefasto e duro da política brasileira que leva ao sofrimento físico e moral homens e mulheres, sobretudo estas, em sua condição de mulher, e que extrapola todos os níveis de existência humana e do humano e o poder estabelecido pela ditadura que usa e abusa do poder do masculino e desconsidera a mulher como parte do tecido social, protagonista de sua

existência, autônoma, auto determinada e postada para além de sua condição de gênero, etnia ou origem social. Essas mulheres enfrentaram a dor e o sofrimento em um período contundente da história recente, os Anos de Chumbo de 1968/1974, quando os militares golpistas exacerbando todos os seus limites exterminaram um conjunto de lideranças jovens e idealistas que dificilmente serão substituídas no caminhar da história futura imediata do Brasil.

O objeto de estudo em análise está focado nas memórias de cinco mulheres militantes de esquerda que falam de suas experiências políticas de enfrentamento à ditadura, das torturas que sofreram e dos processos de continuidade de suas existências em prol da verdade, da alteridade, da continuidade das suas vidas. Mulheres que em suas narrativas deixam claro que a presença feminina na militância política em geral, à época, ultrapassava os padrões culturais estabelecidos para a mulher, uma vez que estas possuíam um lugar e uma função social, como lembra Schott (1989/2016); Saffioti (2013) e que era o espaço privado, o lugar que a faziam existir apenas como esposas, procriadoras, genitoras, filhas, tias, avós, serviçais da casa, na maioria das vezes destinadas exclusivamente à família ou objeto de deleite masculino. A força repressiva de um Estado de exceção recai de modo estúpido sobre essas mulheres submetendo-as a torturas, cujo foco era o seu corpo, suas genitálias, como modo de destruí-las psicologicamente (em) sua condição feminina ou rebaixá-la como ser humano, como ser pensante, para demonstrar a todos o regime austero, duro e autoritário no controle do poder em sua expressão mais exacerbada. E esta é uma questão que ainda importa ser mais pensada, analisada e retomada nos estudos/pesquisas/análises que serão feitas sobre o período ditatorial, de 1964 a 1985.

O referencial teórico sob o qual a análise foi desenvolvida refere-se ao período da ditadura civil-militar brasileira que antecedeu à promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), mais especificamente o ano de 1968 avançando até o ano de 1974, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, o chamado de Anos de Chumbo. Dar-se-á ênfase nas ações do Movimento Estudantil (ME) como instituto de formação política no processo de formação das mulheres militantes no início das suas militâncias. Depois procurar-se-á desvelar na literatura, elementos indicadores das categorias memória, subjetividade, existência, dor/sofrimento.

O *corpus* da pesquisa foi obtido junto ao acervo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de Brasília (DF), que foi instalada no ano de 2012 em cumprimento da Lei nº 12.528 promulgada em 18 de novembro de 2011 e dispõe, na rede mundial de computadores, arquivos e registros em vídeo, áudio, das audiências públicas promovidas pelas congêneres

Comissões Regionais da Verdade (CRV), sediadas nos Estados da União e digitalização dos conteúdos produzidos. Os sítios foram acessados e deles selecionados cinco mulheres, militantes de esquerdas ouvidas nas audiências públicas das CRV ocorridas nas cidades de Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ), além de Relatório à Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal (CF) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Processo nº F-CGH-017/80 que trata de tortura praticada pela Polícia Civil - MJ. 007252/81. Das cinco mulheres militantes, três delas disponibilizaram suas narrativas nas audiências públicas da CRV da cidade de Porto Alegre (RS): Nilce Azevedo Cardoso; Eliana Lorentz Chaves e Ignez Maria Serpa Ramminger; uma na audiência pública da CRV da cidade do Rio de Janeiro (RJ) Lúcia Murat, e Inês Etienne Romeu que disponibilizou relatório descrevendo todo o processo de sequestro, prisão, tortura sofrida ao escritório da OAB do Rio de Janeiro. Para a análise das narrativas utilizar-se-á o primeiro nome das mulheres militantes estudadas.

Todos os documentos utilizados são de domínio público e parte dos acervos da CNV(DF) correspondendo aos trabalhos, audiências públicas das CRV(RS) e CRV(RJ) e documento impresso encaminhado à OAB(RJ), e estão disponíveis à consulta na rede mundial de computadores compondo o Relatório Final dos trabalhos da CNV compondo três livros nos quais são detalhadas e concluídas as informações, além da obra elaborada e disponibilizada pela Arquidiocese de São Paulo, “Brasil Nunca Mais”. As cinco mulheres militantes narraram, de forma incisiva, clara e real as torturas físico-psíquicas a que foram submetidas durante os chamados Anos de Chumbo, mais precisamente entre os anos de 1970 e 1972.

À medida que as narrativas vão sendo analisadas, observa-se que as mulheres indicavam que, além delas evidenciarem o processo de dor e tortura as quais foram submetidas, havia um processo de reorganização, regeneração psíquica, mental, social, afetiva e intelectual, que ia se manifestando como parte da edificação de si mesmas, da edificação de uma subjetividade que continua vivente e que é demonstrada pelo processo contínuo de suas resistências, seja durante a ditadura ou depois dela; uma subjetividade edificada sob as duras marcas física, mental e intelectual patrocinados pela tortura sistemática a que estiveram expostas. As mulheres desafiam a dor da tortura edificando-a em prol da vida e da luta na existência, reagindo frente a um processo difícil e que levou a muitas militantes elegeram a morte por suicídio, como saída (KUSINCHI, 2014; MUDADO, 2015).

Quem são essas militantes femininas que ao publicitarem suas memórias permitiram a compreensão da natureza das torturas sobre a mulher, sobre sua condição de ser vivente, de ser pensante, singular, autodeterminada, que faz e refaz sua história e é protagonista da história política recente desse país? Quem são as mulheres que nos anos de 1960/70 ousaram

enfrentar e tornar público essas torturas, em seus detalhes, evidenciando as atrocidades do regime ditatorial no Brasil e alhures? De onde vieram? Como surgiram e o que fizeram?

1.1 CAMINHOS E IDEOLOGIAS: AS MULHERES MILITANTES

Desde o início da pesquisa, evidencia-se de forma impressionante nas narrativas das mulheres militantes, que as torturas sofridas sobre seus corpos, incidiam sobre a sua natureza e condição de mulher militante política. Mais do que isso, fica evidente a capacidade demonstrada por elas de buscarem ultrapassar a dor para a manutenção de sua dignidade, liberdade e ideologia, é como se subjetividade e dor se ordenassem para dar visibilidade, que suas existências estavam sempre determinadas a enfrentar e continuar as suas lutas em prol das suas convicções políticas e de gênero.

Nilce Azevedo Cardoso ou **Nilce**, codinomes “Mônica”, “Regina”, “Vera” ou “Cida” viveu sua infância e adolescência na região do noroeste paulista, no pós-guerra, terras da aristocracia cafeeira com grande concentração de imigração europeia, que nos anos de 1960 avançava em seu processo de industrialização. No ano de 1964 inicia sua formação universitária na Universidade de São Paulo (USP) já integrada na direção nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), no ME e no Movimento de Educação de Base (MEB) de Paulo Freire. A entrada na universidade e a militância provocam alterações na vida de Nilce fazendo-a “conhecer [de fato] nosso povo”, provocando a ideia de “estar junto [dele], nesta luta” levando-a compreender o “que é lutar por liberdade no dia a dia”, e o golpe torna a dar maior significado, às suas atividades (CARDOSO, 2016). No ME, nas lutas estudantis e sociais levadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), tem experiência direta com a diversidade de tendências e com as ações violentas da direita estudantil, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) tendo participado das escaramuças da Maria Antônia, um dos locais de disseminação de cultura, de conhecimento e de resistência à ditadura (CARDOSO, 1998; DIRCEU, 1999). O ME e as lutas sociais possibilitou-lhe uma “vivência política muito rica e educativa” fazendo-a dedicar-se com intensidade aos estudos, à sua formação ideológica vividas na luta diária dos estudantes e dos trabalhadores. Nilce, porém, ao dedicar-se a luta por uma sociedade mais justa e igualitária o faz não se apartando do seu contexto social, da sua vida de relação, privilegiando as pessoas, frequentando festas, bailes, eventos estudantis e envolvendo-se amorosamente, “tínhamos uma vida normal e uma vida revolucionária”. Este agir coloca-a frente a um tabu, e não o único, presente na sociedade que exige da mulher a

permanência naquilo que a cultura masculina a ela obriga, ou seja, manter-se dentro dos padrões instituídos pela sociedade patriarcal e machista, tendo esta tradição forte reflexo nas organizações de esquerda que mantinham um discurso de liberdade e de igualdade, ao mesmo tempo em que praticavam com as militantes mulheres o modelo do patriarcado, questão amplamente discutida por Rosa (2013); Haug (1999); Colling (1997); Foucault (2010); Safiotti (2004) e até Amado (1970) quando chamam a atenção para a necessidade de se integrar a militância política e as lutas sociais à vida de relação da militância, devendo a mulher engajada manter-se como senhora de si insurgindo “contra a ordem política vigente” de forma a transgredir ao que lhe é designado culturalmente, como sendo inerente a natureza da mulher (SARTI, 1999).

No ano de 1967, enquanto o regime recrudescer, Nilce conclui sua formação universitária já como militante Ação Popular (AP) embrenhando-se cada vez mais nas lutas para a melhoria de vida da população, em defesa das classes populares e de trabalhadores ensinando crianças para uma formação crítica, assim o faz transferindo-se do estudantil para o “chão de fábrica” indo trabalhar na linha de produção da fábrica (PAIM; SILVEIRA, 2016; CARDOSO, 2016) seguindo a “política de integração na produção” da sua organização a AP. A militância avança e sua atuação nas frentes de trabalho junto aos operários coloca-a na área organizacional da AP quando é transferida para o Rio Grande do Sul, para refazer a AP que já sofria com a prisão de seus quadros, e assume a reorganização do setor operário responsabilizando-se pelo financeiro que a coloca no Comitê Regional da AP e isto ocorre nos anos de 1970. Nilce amplia seus conhecimentos sobre as organizações de esquerda, ensina crianças em um educandário e participa na reunião histórica da AP, na praia de Atlântida Sul, quando a organização faz a adesão à luta armada (CARDOSO, 2014/2016; PAIM; SILVEIRA, 2013/2016a, 2013/2016b). No dia 11 de abril de 1972 Nilce é sequestrada em via pública pelas forças de repressão, jogada no banco traseiro de um fusca e recebe, ali mesmo, um potente soco em seu rosto que a faz sangrar, muito. Quem dá o soco é o delegado Pedro Seelig, um dos notórios torturadores de Porto Alegre que mantém o açoite até a chegada ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DEOPS/RS). Pelo que recebe dentro do fusca Nilce, uma das direções da AP, passa a fazer uma ideia do que receberá das mãos dos agentes da repressão dentro do calabouço. Ao chegar ao porão Nilce é encapuzada e sem nada enxergar e constatando o inevitável, ouve a gritaria dos agentes e a ordem: “--- Tira a roupa!” Para Nilce “nenhum conhecimento teórico pôde antecipar o horror das torturas” (CARDOSO, 2014/2016).

Inês Etienne Romeu ou **Etienne**, de codinome “Alda” no ano de 1960 inicia o curso de sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e começa a atuar no ME. Neste período houve, segundo ela, um processo de mudança e de modificações em sua vida. Do ME migra para o Movimento Sindical (MS) e no ano de 1968 após o golpe do AI-5, vai para a clandestinidade militando na Organização Revolucionária Marxista de Política Operária (POLOP), entra para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e no racha da organização atua na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) voltando VPR como direção nacional ao lado de Carlos Lamarca e de Herbert Eustáquio de Carvalho (JOSÉ; MIRANDA, 1980; DAL PIVA, 2015/2016; COELHO; SANTOS, 2011/2016). Dentre as ações que praticou esta organização junto com Carlos Lamarca consta o sequestro do cônsul suíço Charles Bucher quando passa a ser caçada ferozmente pelo delegado Fleury.

Na manhã do dia 05/05/1971 Etienne é sequestrada em São Paulo, levada para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) onde é severamente torturada por Fleury e sua equipe, que no mesmo dia a transfere para o Rio de Janeiro em função da informação falsa sobre um ponto para o dia 06 em Cascadura. No Rio de Janeiro a caminho do falso ponto atira-se sob as rodas de um ônibus, numa primeira tentativa contra a própria vida, “era minha intenção suicidar-se tão logo chegasse ao local, pois a perspectiva da continuação da tortura me aterrorizava” (ROMEU, 2016) havendo de proteger seus companheiros. Levada ao atendimento médico e prescrita internação, é sequestrada do hospital no dia 07 pela manhã e encapuzada e jogada em uma camionete C-14 que a leva para uma casa onde é deixada sobre uma cama de campanha que traz, na ponta do lençol, a sigla do Centro de Informações do Exército (CIE), percebe estar, então, sob a guarda do exército. Ao chegar a casa a ela é apresentado foto de José Roberto Rezende dizendo estar ele e o Palhano, o líder dos bancários, presos junto com seu delator Primo, em seguida ela é entregue para o pessoal da casa. Durante a permanência na casa Etienne memoriza toda sua estrutura física e descobre-se em um aparelho clandestino do CIE localizado em Petrópolis e por ele transitavam muitas pessoas, militares das três armas, policiais civis e da força pública local, agentes dos Departamento de Ordem Política e Social do Estado Rio de Janeiro (DEOPS/RJ) e do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), com uma finalidade explícita, qual seja, alojar os principais líderes das organizações de esquerda, torturá-los, seviciá-los, assassiná-los, exterminá-los e em seguida suprimir seus corpos e as evidências de que um dia lá estiveram ou que a casa existira, de fato. Etienne estava, então, retida no mais afamado centro de tortura e de extermínio do regime, a “pequena Auschwitz”

da ditadura civil-militar brasileira como se refere Guerra; Netto; Medeiros (2012); no aparelho de Petrópolis de codinome “Codão”, como revela Gaspari (2002/2005, p. 378) e que passou a ser conhecida, nas crônicas de extermínio da ditadura militar como, “Casa da Morte de Petrópolis”, “Casa dos Horrores”, “Casa Monstro” (DITACASA, 2016a, 2016b, 2016c; GIRARD, 2011/2016) camuflada em bairro de classe media alta na cidade de Petrópolis, à Rua Arthur Barbosa, 1290 ou “668” como informa Gaspari (2002/2005).

A casa mantinha número significativo de pessoal, equipes de torturadores que se revezavam em turno funcionando em tempo integral, sem descanso sendo que as equipes eram chefiadas por oficiais militares que se faziam conhecer pelos seus nomes e codinomes. Não era observado na casa e entre os seus frequentadores a preocupação de esconder dos presos políticos a sua condição, ou seja, ficava claro para os presos políticos que ali estavam sendo preparados para a morte e o extermínio e tampouco era notada a preocupação dos torturadores de se camuflarem. Lá todos se tratavam com certa naturalidade, revelando-se o tempo todo, pois sabiam que dali ninguém sairia com vida para relatar as atrocidades nela reinante e nem tampouco a identidade de quem as praticava e, em quem, as praticava. Todos se demonstravam seguros de sua imunidade e de suas impunidades, o que possibilitou a Etienne, pela sua capacidade especial, memorizar feições, nomes e codinomes, descrever com assertividade tipos físicos, funções, hierarquia de 19 torturadores que com ela conviveram diuturnamente ao longo dos quatro meses em que esteve no Codão sob a guarda do exército. Todos eram algozes, torturadores, estupradores, seviciadores com licença para matar e o faziam demonstrando conhecimento e segurança nos seus atos, nas suas tarefas: eram profissionais da tortura e da morte, ou seja, do terror.

Dentre os “19 da Casa” havia oficiais de carreira que se profissionalizaram na tortura tendo sido treinados/formados em centros internacionais na França, no Panamá e Estados Unidos especializados na tortura de presos políticos, funcionários públicos ligados as SSP, delegados, agentes, pessoas instruídas, pais de família a serviço do Estado repressor e dentre eles haviam os que se destacavam pela sua ferocidade seja nas ações de tortura, ou na baixeza e vilania demonstradas, como os oficiais do exército Paulo Malhães, o “Dr. Pablo” e Fred Perdigão, o “Dr. Roberto” (ROMEU, 2016) ou “Dr. Nagib” (GASPARI, 2002/2005) chefes de equipes de tortura, exterminadores de corpos, responsáveis pelo Codão e um dos seus idealizadores, ambos, do CIE. Havia o “Dr. Bruno” que se vangloriava de ter sido doutorado pela Escola Superior de Guerra (ESG), “Dr. Pepe”, tenente coronel Orlando Rangel, homem que demonstrava inteligência marcante, o “Dr. Carneiro” codinome do médico chamado de Dr. Lobo, os caseiros e carcereiros “Camarão” e “Pardal” vindo do exército e da polícia

regular, subalternos, mas como seus chefes destituídos de humanidade, de inteligência e de moral. Camarão, de nome Wantuil ou Wantuir foi um dos que se cercava e estuprova, com frequência, Etienne dando-lhe informações sobre tudo e sobre todos. Camarão informou sobre a presença no Codão do militante Carlos Alberto Soares de Freitas, o “Breno” o “primeiro terrorista” que por lá passou. E Etienne nomeia esta malta de seus “carcereiros”, os que ficaram junto dela e faziam todos os tipos “serviços” com os presos políticos. Etienne aprendeu sobre o Codão pelo que via e ouvia pelo cheiro de sangue e de morte que dela exalava, continuamente e seu empenho, sua capacidade adquirida e treinada na militância que possibilitou que o Codão - Centro de Extermínio do CIE fosse revelado.

Etienne foi retida na chamada pequena *Auschwitz*, ou Codão que era um dos principais centros de extermínio da ditadura civil-militar brasileira (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012; GASPARI, 2002/2005) localizado em Petrópolis, também, nomeado de “Casa da Morte de Petrópolis”, “Casa dos Horrores”, “Casa Monstro” (DITACASA, 2016a, 2016b, 2016c; GIRARD, 2011/2016). Este centro de extermínio sempre existiu de forma clandestina, vindo à luz, sua existência, pelo esforço, persistência e determinação de Etienne, sua única sobrevivente. Etienne narra que quando chegou ao Codão estava combalida fisicamente pelas torturas sistemáticas e pelas tentativas de supressão da vida, sendo deixada sobre uma cama de campanha, que trazia as iniciais do CIE. No início do mês de junho passa a ser, novamente, torturada e de forma ininterrupta. A dirigente da VPR oferecia informações falsas aos torturadores e quando descoberto, as torturas foram exacerbadas levando-a a um estado psicológico deteriorado. O Codão não disponibiliza recursos para Etienne e a existência clandestina do aparelho dava-lhe autonomia para o extermínio e não para o encaminhamento dos presos políticos a qualquer órgão de julgamento. Para os responsáveis o STM era brando demais no julgamento de presos políticos, conforme (ROMEU, 2016, p. 7, § 1) e ofereceram a Etienne uma saída “humana”, para o fim dos seus sofrimentos e esta era o suicídio, pois estando já condenada à morte o que lhe ofereciam era a possibilidade de uma escolha sobre seu modo de morrer, ou de forma lenta com muito sofrimento nas mãos do Doutor Roberto, o terrível major Perdigão, ou uma morte abreviada pelo suicídio. Havia, porém, uma condição para a realização do suicídio, e era a de que ele deveria ser um ato público, deveria ocorrer de forma apoteótica, na presença de testemunhas, um suicídio em uma via movimentada. Etienne é levada ao local público e ao invés de suicidar-se agarra-se às pernas do torturador e procede a um escândalo chamando a atenção do público, e este sempre foi seu intento, quando fora do Codão faria um esforço para chamar a atenção sobre si e sua situação. Levada de volta é

severamente torturada sendo feita a ela uma sugestão: tornar-se um agente duplo “Dr. Pepe comunicou-me... eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização” (ROMEU, 2016, p. 8, § 1). Etienne aceita a tarefa e assim quebra a incomunicabilidade a que estava sujeita, “fingi aceitar estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano” (ROMEU, 2016, p. 8, § 1).

É notável a persistência de Etienne pela vida, da mesma forma que é notável a determinação dos seus algozes em mantê-la livre tornando-a infiltrada em uma organização que quase não existia mais, a VPR. Em sua ética e postura crítica de dirigente Etienne, procura ainda e de forma incompreensível abrir os olhos dos seus algozes a respeito da inocuidade desta ação, libertá-la tornando-a uma infiltrada, sendo que sua facção era quase extinta. E, conhecendo a disponibilidades e a presteza para a morte, para matar que Perdigão e Malhães apresentavam, é de se estranhar a postura por eles assumida com Etienne parecendo haver até a existência de uma determinação para que o Codão fosse de fato revelado em suas atividades, tal o nível da desumanidade que lá era praticado. Etienne passa a receber tratamento diferenciado a fim de que seja colocada em pé angariando forças para deixar o Codão e retomar sua militância como infiltrada entregando assim seus companheiros. Assina “contrato de trabalho” onde se compromete a atuar junto aos órgãos de segurança em troca de liberdade e de dinheiro e caso do não cumprimento de contrato sua família é que recebera a represália. Mas, Etienne encontrava-se arrasada, doente, reduzida a um verme e obedece como um autômato os seus carcereiros e em seu relatório deixa claro que “era tudo falso e mentiroso. As respostas que me obrigaram a dar e as afirmações e gestos que me obrigaram a fazer foram previamente ensaiadas.” (ROMEU, 2016, p. 9, § 3).

Na madrugada que antecedeu a sua liberdade programada Etienne descobre o plano de seus algozes de executá-la logo que saísse do Codão, seria a farsa de “morte acidental”. Apesar das quatro tentativas de suicídio levada a cabo, no seu cativeiro, Etienne alerta que apesar das tentativas nunca foi uma suicida, mas agiu “em virtude [...] do tratamento desumano e cruel a que fui submetida” (p. 11, § 3). Etienne é libertada frente a um contrato de trabalho, deixada na porta da casa de sua irmã, e alertada pelo Dr. Pepe sobre a necessidade do cumprimento do contrato. Quando em casa comunica-se com os órgãos de segurança, é atendida por médico e advogado e escreve o Relatório encaminhado à OAB/RJ, onde relata a existência do Codão e o que nele ocorria. Etienne sai da Casa da Morte de Petrópolis como sendo a única militante que por passou e de lá saiu com vida, e ao narrar sobre a existência, a dinâmica da casa, o que nela observou no período em que lá fora mantida, deixa visível a

sanha demonstrada pelos torturadores profissionais no tratamento aos militantes que para a casa foram levados já com a assinatura de morte o que é notável e aterrador. O que, porém, levou seus algozes e os chefes do Codão a mantê-la viva, libertando-a, em seguida, com o compromisso de torná-la uma agente dupla da ditadura é ainda uma incógnita. O major Magalhães em seu depoimento a CNV, quase 40 anos depois do ocorrido, se expressa demonstrando uma continuada sensação de injúria: “foi um erro terem libertado Inês Etienne Romeu”.

Eliana Lorentz Chaves ou **Eliana**, de codinome “Mariza” até a sua entrada na universidade não apresentava formação política. Gaúcha, com 17 anos inicia sua formação universitária na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e sua militância política com seu namorado Raul Ellwanger e Carlos Franklin Paixão de Araújo. Eliana, almejando adquirir base teórica para o trabalho na esquerda faz opção pela área de ciências econômicas, “ingressei em Ciências Econômicas para entender todas essas teorias” (CHAVES, 2016, p. 1, l. 36). No final dos anos 1960 Eliana inicia sua profissionalização na área musical junto ao namorado passando a ser conhecida pela mídia como “Nana Chaves”. Sua militância efetiva ocorreu no ME pela VAR-Palmares depois na VPR. Nesse período Eliana mantém suas atividades sociais e sua vida profissional, estuda e milita, normalmente. Na militância não se envolve com ações armadas, mas com a organização e preparação das ações da VPR na sua região. Quando o AI-5 polariza as relações sociais e humanas em todo o Brasil e em todos os níveis Eliana posiciona-se contra a ditadura e sua contrariedade a coloca como “fora da lei” (PAIM; SILVEIRA, 2013/2016a, 2013/2016b; CARDOSO, 2016). Em abril de 1970, após a tentativa de sequestro do cônsul americano em Porto Alegre, Eliana é sequestrada pelos agentes do DEOPS/RS.

Eliana relata que antes do seu sequestro/prisão ela e Frank haviam participado de uma operação em que foram receber armas da organização em que atuava o militante Gustavo Buarque Schuller, o “Bicho” com quem tinha uma relação afetiva. No DEOPS/RS os agentes trazem até ela o militante Bicho que se apresentava muito machucado em decorrência da tortura recebida. Eliana convenceu os agentes de que não tinha relação com organização nenhuma, não era militante, apenas “uma simples ‘simpatizante’, ou uma ‘inocente útil’ - como eles gostavam de falar” (CHAVES, 2016). Os agentes fazem uma acareação entre “Bicho” e ela, entretanto ela nega conhecê-lo e sua negação gera dúvidas nos agentes que a libertam e 30 dias depois ela é recolhida novamente ao DEOPS/RS. Na prisão que se seguiu os agentes torturadores descobrem que Eliana era de fato uma militante e que havia sonogado

informações, na tentativa de enganar a repressão. O episódio da tentativa frustrada de sequestro do cônsul americano provoca uma retaliação da ditadura que envia ao Rio Grande o capitão Pedro Magalhães, um dos mais cruéis torturadores que assume o processo de caça à jovem esquerda gaúcha e dissemina o terror e forma torturadores nas hostes do DEOPS/RS, faz escola!

Lúcia Murat ou **Lúcia** era filha de pai liberal getulista que passa-lhe esta formação, que a leva, de forma definitiva a posicionar-se “contra o golpe, com certeza” (SPIESS; TAUFER, 2014/2016, p. 01). Lúcia, na adolescência, é leitora de Sartre e Madame Beauvoir posicionando-se a favor das lutas da mulher, das minorias, das causas sociais. Em 1967 entra na universidade e depara-se com a realidade discrepante daquela em que vivia. Na militância estudantil percebe e sente a violência exacerbada da ditadura sobre os trabalhadores, estudantes e o próprio ME, combate a violência advogando a ideia de que a ampla adesão do jovem de classe média e alta às organizações de esquerda decorre da forte repressão do exército sobre os movimentos sociais principalmente sobre o ME (MURAT, 2016; Syrkis 1980).

Em 1968, Lúcia já na Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB) um grupo coeso e forte, que depois “se autodenominou MR-8, quando outra organização assim denominada foi esvaçalhada pela repressão” (MURAT, 2016) ganha à eleição para o Diretório Acadêmico da Economia (DAE) e vai como delegada do DAE para o XXX Congresso da UNE, em outubro de 1968. Presa, é detida sem ser torturada, pois estudantes de classe média, antes do AI-5, não sofria torturas, apenas os operários. No entanto, na militância Lúcia é informada pelos companheiros que caíram antes dela a respeito da prática da tortura como prática usual da ditadura. Havia assim o conhecimento de que a ditadura torturava veementemente todos os militantes, e para Lúcia nada podia ser mais espantoso e inimaginável do que a realidade de ser torturada. A estratégia dos militares para a prisão dos líderes estudantis no congresso da UNE em Ibiúna fica visível a partir de 13/12/1968, com a promulgação do AI-5, pois Lúcia e toda a esquerda brasileira ficaram todos bem visíveis para a ditadura, que sabia agora quem era quem e onde poderia encontrá-los, posto que quase mil militantes do ME presos em Ibiúna, foram fichados.

No início do ano de 1970 Lúcia residia com uma companheira em um cômodo no Jacarezinho invadido pelos agentes da ditadura, separadas Lúcia foi encapuzada, jogada em um carro espancada até as dependências do Centro de Operações de Defesa Interna/Departamento de Operações de Informações CODI-DOI, na Barão de Mesquita, na

Tijuca e este mesmo procedimento é relatado por Nilce quando é presa em Porto Alegre. Este parece ser o ritual de torturadores. No CODI Lúcia é colocada nua em uma sala de tortura sem ter lembrança alguma que indicasse como havia tirado sua roupa. Para Lúcia as memórias dessas horas de tortura são descontinuas lapsos apenas, mas o que é relevante e que não há como esquecer é que, “de um momento para o outro, estava nua apanhando [e] no chão” e em seguida alçada ao pau-de-arara tomando choque elétrico, por todo corpo, com fios da máquina conectados aos seios, à vagina, à boca enquanto água era jogada sobre seu corpo potencializando a corrente.

Ignez Maria Serpa Ramminger ou **Ignez**, de codinomes “Mírna”, “Marta” ou “Martinha, viveu sua na adolescência em Porto Alegre, tendo sido iniciada nas leituras de esquerda por um tio, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de Uruguaiana e que almejava transformar Ignez em quadro do PCB afastando-a do ME cuja visibilidade era muito maior (RAMMINGER, 2016).

Ignez inicia sua formação política, de fato, ao entrar na universidade integrando-se ao Partido Operário Comunista (POC) e ao Movimento Universidade Crítica (MUC) fazendo avançar sua formação político/ideológica. O POC encarrega-se da sua formação política de esquerda que é feita pelos quadros do partido, Marco Aurélio Garcia e Raul Pont. Atua no ME onde passa a ter contato com o pessoal da luta armada, a qual adere e o faz em função da forte repressão que os órgãos de segurança pública de Porto Alegre dispensavam aos estudantes “o que me fez decidir entrar para o grupo de luta armada foi à repressão que havia ao Movimento Estudantil (ME)” (RAMMINGER 2016, p. 1, l. 44).

Na sua militância Ignez percebe que todo o esforço desprendido pelo ME e que era educativo no sentido de mostrar a população, aos trabalhadores, a situação política que se avizinhava, parecia não ter reflexo na população, que frente as ações do movimento mantinham-se distantes, ou seja, os “movimentos pacíficos, só fazendo debates, distribuindo panfletos” pois a “população não enxergava o que estava acontecendo” (p. 2, l. 09), nada alterava. Os estudantes perseguidos por tiros em qualquer ato público realizado de forma organizada e pacífica fizeram com que Ignez tomasse a decisão de entrar para a luta armada. Esta pode parecer uma justificativa pouco convincente para a adesão de um militante à luta armada, mas é esta a alternativa que se apresentou a Ignez naquele momento. Os motivos estavam presentes, o nível de repressão era alto e contundente nas manifestações de protestos, além de perceber que todos os esforços envidados para informar, para educar a população eram inócuos, não atingiam as pessoas, pareciam ser necessárias ações mais contundentes. E

esta decisão foi acompanhada por discussões fraternas feitas com colegas militantes que atuavam na luta armada. Sua militância no Partido Operário Comunista (POC) coloca-a frente a VAR-Palmares, que observa ter uma organização marxista-leninista organizada, centralismo democrático que a afasta do personalismo de grupos como a VPR que tinha Carlos Lamarca e da Ação Libertadora Nacional (ALN) que tinha Carlos Marighella.

A VAR-Palmares, por sua vez, visava estabelecer uma formação continuada de quadros políticos para uma luta de longo prazo que unisse os movimentos democráticos, ME e MO o que caracterizava para a mulher militante Ignez, profundidade ideológica, assim ela passa a atuar na VAR-Palmares, mas mantém-se no POC. Ignez assume seus romances na militância defendendo a ideia de que “as gentes da militância, também amavam” sendo que para ela a esquerda deveria ter apreço pelo amor, “eu prezo muito o amor. De qualquer tipo. Seja homem e mulher ou amor humanitário. A gente estava naquela luta porque acreditava em transformação social, também era uma forma de amor” (RAMMINGER, 2016, p. 05), percepção esta já anunciada por Foucault (2010b); Rosa (2013); Scott (1989/2016). A militância de Ignez na VAR-Palmares e no POC, nos Anos de Chumbo, centra-se no MO onde organiza o comando de operações, faz treinamento básico de subsistência e em armas, participa da ação de expropriação do Banco do Brasil de Viamão sendo a única mulher na história do Rio Grande a participar de uma ação desta natureza.

O assédio militar e de destruição do ME eram táticas já empreendidas e organizada intelectualmente pela “eminência parda”, pelo “feiticeiro” da ditadura, como o denomina Gaspari (2002/2005), o discreto general Golbery do Couto e Silva. Arantes (1994) discute esta questão enfatizando que Golbery posicionou-se contra “os estudantes e a UNE” e o fez empenhando-se “pessoalmente” para o desmantelamento do ME formulando as diretrizes de assalto e “encarregando-se da campanha de perseguição à população estudantil” cujo empenho exigiu dele planejamento estratégico. Desde 1962 o IPES, que era comandado por Golbery prepara estudantes e os insere nas organizações estudantis de esquerda na universidade e no sistema universitário em todos os níveis além de envolvê-los nos grupos culturais (DREIFUSS 1981). Esses estudantes profissionais de direita, a maioria a soldo da ditadura, como a estudante Sônia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Guanabara que foi cooptada por Golbery (GASPARI, 2002/2005) quando este deu-se a conhecer sua atuação de crítica ao ME e à UNE. A partir de então, Sônia adere aos militares produzindo um pequeno livro, totalmente financiado pela ditadura onde argumenta ser a UNE um instrumento da subversão (SEGANFREDDO, 1963), passa a receber facilidades do Planalto levando a partir daí a política de Golbery. Esses estudantes profissionais de direita espalhados e mantido

pelo Estado via IPES defendiam as propostas contrárias a aquela propagada pelo ME. Não havia, então, uma casualidade no processo de repressão sentida por Ignez ao ME, ela era sim uma parte importante da estratégia da ditadura considerando que o ME e o meio estudantil foi sempre e será um celeiro de líderes, um espaço de formação de grupos políticos consequentes e futuros dirigentes políticos e administrativos, e o feiticeiro da ditadura sabia-o bem e dirigiu todos os seus esforços para eliminar este celeiro de líderes, seja para o bem seja para o mal, e o resultado disso pode ser observado nos dias atuais, um país acéfalo de lideranças políticas consequentes.

Ignez relata que a sua entrada na VAR-Palmares possibilitou conhecer outros quadros da organização, alguns deles assassinados nos anos de 1970 sendo suas mortes envoltas em mistérios como o caso do “Minhoca” e de Atanásio Horr que morreram, supostamente, em acidente de carro. Gustavo Buarque Schiller, o Bicho, como integrante do Comando de Operações passou a receber treinamentos específicos, organizar e participar de operações de expropriação do sistema financeiro. A esquerda nomeava estas operações de “expropriação” que era considerada uma ação de direito da organização de esquerda que retirava, expropriava do sistema financeiro a parte do lucro exorbitante, para que este dinheiro financiasse as ações contra aqueles que oprimiam política e economicamente a nação. O dinheiro expropriado retornava para financiar os que estavam lutando pelo estabelecimento de um regime igualitário, democrático e de liberdade plena solapada pelo próprio capital, representada pela elite nacional civil e pelo interesse dos grandes grupos internacionais, que mantinham o regime de opressão às massas de trabalhadores, estudantes e à população de forma ampla. Ignez relata sua participação no planejamento, na organização e na ação que foi feita quando da “expropriação do Banco do Brasil de Viamão”, um treinamento para aprender sobre este tipo de ação. Seu grupo recebeu treinamento militar, de sobrevivência na selva, táticas de guerrilha, confecção de artefatos explosivos. Ignez deixa visível a seriedade de propósito, o qual estavam imbuídos o grupo que se preparava com seriedade para “fazer uma revolução” e a luta armada foi a opção para o enfrentamento da ditadura. Ocorreu uma segunda ação feita pela organização que foi o sequestro frustrado do embaixador americano em Porto Alegre, que detonou a prisão de boa parte da militância da AP. A ditadura, após as operações fecha o cerco iniciando o sequestro/prisão dos militantes e Gustavo Buarque Schiller, o Bicho que participara com Ignez das operações e mantinha um relacionamento afetivo com ela, é sequestrado/preso. A organização decide pela retirada de Ignez de Porto Alegre, mas a repressão se adianta e no dia 05/04/1970 Ignez é sequestrada/presa em sua casa, levada ao

DEOPS/RS (PAIM; SILVEIRA, 2013/2016a) e de lá para o presídio feminino Madre Pelletier.

O tópico a seguir apresenta e discute as categorias e os conceitos abordados na pesquisa bem como as construções teóricas que ofereceram suporte à análise pretendida sobre as narrativas publicitadas de cinco mulheres militantes engajadas nas lutas políticas contra a ditadura civil-militar brasileira na qual se evidencia a condição da mulher, frente à força de opressão política. As seguintes categorias de análise foram extraídas do protagonismo dessas mulheres ao longo da ditadura e o processo de edificação de si mesmas, nos tempos pós-ditadura: dor, sofrimento, subjetividade, memória e militância.

2 MULHERES MILITANTES: MEMÓRIA E EXISTÊNCIA

Os conceitos centrais que orientam a análise pretendida nesta pesquisa perpassam os campos de estudo da memória social, coletiva, individual, mas também, subjetiva e subjetividade em sua construção filosófica. A consideração da memória como arte reveladora de um desenvolvimento histórico (YATES, 2007), da memória como um conjunto de saberes que se constrói e se constrói e reconstrói continuamente, oferecendo caminhos, definindo o pensar de pensadores que fizeram nossa existência como Freud (1975); Bérqson (2011) e que na contemporaneidade é estabelecida pelas noções de uma memória que é parte da vivência coletiva dos grupos sociais em suas diversidades, como indica Halbwachs (1996), mas também procurando aqui enunciá-la na direção de uma noção de subjetividade, definida por Kierkegaard (2013, 2016) que em 1846 já estabelece ser a subjetividade a verdade, ou a realidade efetiva construída, elaborada pelo sujeito na sua existência, no seu devir buscada na sua singularidade. O ser singular busca a verdade que se repete perfazendo sua subjetividade como ser que pensa e se transforma continuamente, a si, como ser único e a sociedade com o fruto de sua completude levando esse devir ao encontro da noção de memória individual que se coletiviza, conforme Halbwachs, e que o complementa, posto que a ação de pensar e de existir sobrepõe ao indivíduo existente, que pela memória se coletiviza e é coletivizado, e assim o é na singularidade que o faz buscar a si mesmo, que o faz integrar-se e que o integra na formação de um coletivo, não mais como massa acéfala, como multidão de seres objetivados que inertes oferecem-se a fácil manipulação, mas como o resultado da verdade de cada um.

2.1 MEMÓRIA E EXISTÊNCIA: MAURICE HALBWACHS E SOREN AABYE KIERKEGAARD, A APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

A memória, como área de conhecimento e de saber, apresenta uma dinâmica que a faz avançar interligando seus campos de estudo e seus objetos de investigações às áreas que lhe tem afinidade teórica e às áreas gerais do conhecimento; formulam hipóteses, acumulam dados que geram teorias e oferecem-lhes caráter e forma. A memória se insere, assim, nas esferas da ciência geral e nas suas várias epistemes como filosofia, sociologia, psicologia, educação associando seus conhecimentos e deles se apropriando pela força do seu potencial reflexivo (FARIAS, 2012). A plasticidade demonstrada confere-lhe estrutura multidisciplinar que é reveladora de toda sua força e lhe empresta amplos saberes que circulam ao redor de seus objetos em constante construção; demonstram suas relações com campos diferenciados

do conhecimento e estabelece interface com seus objetos, além de revelar, conforme Magalhães; Santos; Souza (2009) e Faria (2010), seu caráter “multimodal”. E, uma das questões centrais para o estudo da memória enquanto área que se amplia pelo conjunto de saberes que as conjugam é a busca da compreensão da sua natureza social que como sua natureza primária edifica-se se tornando expressão de suas coletividades. Esta é uma percepção concebida por Halbwachs (2006) quando pensa o homem e sua natureza sob o conceito da solidariedade não confiando que a natureza humana possa ser animada por “impulsos subjetivos e egoístas”.

A arquitetura do conceito de memória remonta à antiguidade clássica (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011; YATES, 2007), mas, será apenas em meados do século XX que os estudos teóricos sobre ela ganharão espaço e visibilidade no contexto intelectual para adentrar ao século XXI absorvendo várias tendências e perspectivas teóricas que se vinculam a manutenção da cultura, manifestando-se nos esforços de recuperação de experiências sociais, socioculturais, políticas e historiográficas. Houve um tempo em que os homens, nos agrupamentos diversificados em que viviam, desenvolveram recursos específicos para preservar os conhecimentos e os saberes que afluíam e que resultavam das suas vivências grupais e comunitárias. Nesses tempos, a memória assume foros de importância manifestando sua marca que passa a ser representada pela memorização: o ato de reter na mente as experiências vividas armazenando os fatos, vivências e situações por meio de técnicas que é denominada de “mnemotécnica” (YATES, 2007). E, a mnemotécnica, por meios de arranjos praticados faz com que seja impressa na memória lugares e imagens, que são os marcadores físicos dispostos nos ambientes sendo esses marcadores que ordenarão a memória elaborando-a. Assim, um dos recursos fundamentais para a preservação dos saberes do homem na antiguidade é a memorização de fatos, imagens, lugares que estão dispostos no seu ambiente físico imediato.

O homem na antiguidade ao memorizar lugares e imagens faz surgir uma atividade que lhe é única e que foi sendo burilada, pelo seu intelecto, ao longo do tempo fazendo-se notar como uma atividade inerente a sua humanidade, a memorização que é sustentada por conjunto de técnicas, a mnemotécnica. A memória toma caminhos diversos, desde a antiguidade até a renascença, apoiando-se na mnemotécnica e consolida-se como um dos recursos desenvolvidos e próprios da atividade humana, inerente ao ser e parte da sua rica experiência cultural. E, Yates (2007) demonstra os caminhos que a memória fez localizando-a como anterior à cultura helênica, apontando a assimilação desses conhecimentos por essa cultura que faz ampliar suas técnicas, sistematiza-as de forma a aplicá-las nos fazeres da vida

diária gerando a materialização do conhecimento que é preservado no tempo e no espaço e empresta-lhe o *status* de arte que a denominou como a “arte da memória”. Da cultura helênica essa arte da memória passa a ser absorvida por Roma que a faz adentrar com força, em terras européias transformando-a em tradição, em parte de uma cultura que vai se tornando letrada.

A arte da memória avança, então, até meados do século XV e só é refreada no seu modelo “menmotécnico” com o advento de novas tecnologias de comunicação e de divulgação dos saberes que se deu pelo advento da impressão de caracteres móveis: a prensa de *Johannes Gensfleisch Zur Laden*, conhecido como *Johannes Gutenberg* ou apenas Gutenberg. Gutenberg é o primeiro a utilizar a impressão de caracteres ou por tipos móveis fundidos em aço e o faz por volta de 1439, 400 anos após o chinês Bi Sheng que já utilizava no ano mil, o mesmo sistema, mas moldados em madeira. A impressão de caracteres ou tipos móveis produziu mudanças significativas em todos os setores (PACIEVITCH, 2016; LINARDI, 2008/2016) da sociedade humana levando a criação de novas formas de registro dos fatos e da comunicação transformando o caráter das pessoas e das coisas no ideário das culturas. É importante pensar a memória, na atualidade, como área de saber que se estrutura continuamente apoiada em uma gama de saberes específicos a partir dos conhecimentos amplos que perfazem a inteligência humana na contemporaneidade e que até o advento da prensa de Gutenberg em meados do século XV o conhecimento amealhado era, até então, capturado pelo homem e expressado a partir de uma memória treinada que se reproduzia e era mantinha dando-lhe posse dos vários saberes.

A impressão de caracteres ou por tipos móveis fundidos em aço inaugurado por Gutenberg era uma técnica inédita de impressão para a composição de livros, folhas, cartazes e que foi burilada do que já existia como técnica de impressão com moldes criados pelos chineses há mil e quatrocentos anos. Os chineses utilizavam tipos talhados em madeira, o que não gerava pressão suficiente para imprimir os caracteres e Gutenberg passou a confeccioná-los utilizando placa de metal sob as quais modelava os caracteres na quantidade que se mostrasse necessária para a composição. Um livro composto era fruto de um longo trabalho do artesão ou compositor que iam sendo aglomerados dentro de uma moldura de madeira e alinhados pelas bordas da moldura. Era um trabalho minucioso e feito com paciência e determinação, conforme descreve Linardi (2008/2016). Além dos tipos fundidos em aço, Gutenberg, inova quando utiliza tinta a óleo para a impressão, ao invés de água, juntando a ela outros produtos como a linhaça, a borra do fumo o que possibilitou marcações no papel sem borrar. E, uma vez o conjunto disposto sobre uma pedra de mármore, o compositor, utilizando com uma trouxinha de pano embebida na tinta impregnava os tipos, emoldurava o papel sobre

os tipos e em seguida pressionava um disco de platina sobre o conjunto, as folhas de papel tocavam os caracteres sobre pressão do disco e o livro era impresso. A Bíblia foi o primeiro livro a ser impresso feito em duas colunas, com o início da impressão no ano de 1450 e o término e distribuição cinco anos depois, em 1455. Para que a impressão saísse com maior qualidade Gutenberg utilizou uma folha de feltro que era inserida entre a folha a ser impressa e a placa de platina.

Os resultados que Gutenberg gerou foram extraordinários para a humanidade como um todo, pois alteraram de forma definitiva os comportamentos e as ações de toda a humanidade na direção de um conhecimento mais preciso mais rápido e satisfatório, levando as práticas da memorização pela mnemotécnica, como forma de apreender o conhecimento, ao desuso e a outros planos. Antes da prensa de Gutenberg, no entanto, a mnemotécnica era fundamental, pois levava o indivíduo a aprender a manipular as imagens na memória apoiando-se no seu ambiente imediato que lhe fornecia os recursos que se caracterizavam pelos lugares como as obras arquitetônicas, as construções, os casarios, as ruas, as praças, os ginásios, as catedrais, os parlamentos, as universidades. Os lugares que compunham a arquitetura do período transformavam-se em lugares de memória. Eram esses lugares que produziam, então, o fascínio dos saberes, capturados e dominados pela mente treinada fazendo conhecer o conhecimento da época e de outras épocas memorizando-os e assim executando pela demarcação das imagens dos lugares. O conhecimento era capturado, assimilado, mantido e levado às novas gerações tendo a mente humana como o grande *hardware* que armazena informações e que tecnicamente associadas aos lugares perfaziam a arte do não esquecimento; a memória.

Até ao advento da prensa de Gutenberg ao indivíduo era exigido que expressasse o conhecimento e ele o fazia pela memorização. E esta era treinada empregando a mnemotécnica sustentada por todo o aparato psíquico do indivíduo, apoiado nos sinais, nos contextos e lugares do ambiente externo como construções representadas pela arquitetura dos lugares (YATES, 2007). A partir de Gutenberg o conhecimento passa a ser disseminado por toda a Europa preparando o Renascimento. Ocorre, então, a democratização da produção da escrita que sai do âmbito dos mosteiros, das casas monásticas e das bibliotecas dos palácios das monarquias européias alcançando o homem comum. Em quarenta e cinco anos de existência, as prensas de tipos móveis de Gutenberg, foram disseminadas pelos países europeus como Itália, França, Espanha, Holanda, Inglaterra e Dinamarca aumentando de forma significativa a produção de livros e a disseminação dos mesmos por toda a Europa (LINARDI, 2008/2016).

Yates (2007) faz um balanço didático sobre as fontes latinas que deram origem a arte clássica da memória referindo-se a Cícero e ao seu *De Oratore* que enfatiza que a memória, na antiguidade era considerada como uma das cinco partes que compunha a Retórica cuja ênfase recai sobre o sistema mnemônico de lugares e imagens. Além de Cícero com o seu *De Oratore*, houve mais duas obras, um tratado anônimo *Ad C. Herennium libri IV* e a obra de Quintiliano, o *Institutio Oratória*, representam os três clássicos que chegaram até nós e que discutem a “mnemônica clássica” sendo todas elas vinculadas aos Tratados de Retórica. Na antiguidade então, a memória é um conjunto de técnicas a ser aprendida como constituinte da Retórica e com o caráter exclusivamente técnico. O homem aprendia a mnemotécnica entregando-se ao treino sistemático tendo a finalidade exclusiva de bem falar, de bem discursar com precisão e por longo tempo.

A mnemônica empregava suas técnicas de imprimir na memória uma sequência de lugares, em uma época em que o papel e a impressão escrita não eram disponibilizados apresentando-se como uma necessidade que equivalia a ser hoje alfabetizado e mais contemporaneamente ocupando o lugar dos *hardwares* pessoais. Os lugares eram demarcados, então, quase que exclusivamente pelo tipo arquitetônico existente. Este recurso e sua utilização descritos nas fontes citadas (YATES, 2007) eram eficazes para que fosse formada uma série de lugares na memória que de alguma forma era decomposta em sua estrutura arquitetônica espaço a espaço recordando da disposição das coisas dispostas dentro de uma salas, de jardins, decorações presentes em determinado ambiente que compõe os espaços e que são imagens que possibilitarão a lembrança do discurso. Cada um dos objetos selecionados em determinado ambiente é inserido, pelo pensamento e pela imaginação, nos lugares da casa ou da construção selecionadas e que foram todos memorizados. E, para reavivar a memória dos fatos é feito, então, um exercício mental de recapitulação onde se percorre os lugares em uma sequência esperando que a imaginação ao entrar nestes lugares identifique o que lá foi deixado, ou seja, retira-se “dos lugares memorizados as imagens ali colocadas” (YATES, 2007, p. 19) sendo que tudo é lembrado pela disposição dos objetos que a imaginação colocou em ordem, em uma sequência dos lugares e dos objetos lá dispostos, tal a ginástica mnemônica. Yates (2007) relembra Cícero no *De oratore* quando este atribui ao sentido da visão à condição primeira para o sucesso do processo de memorização, e lembra aquele a quem é atribuída descoberta da arte da memória, quando percebe de maneira perspicaz que as “imagens das coisas que melhor se fixam em nossa mente são aquelas que foram transmitidas pelos sentidos, e que, de todos os sentidos o mais sutil é o da visão” e que tudo o que é percebido por meio de outros sentidos como a audição ou então pelas formas de

pensamentos “podem ser mais bem retidas se forem também transmitidas as nossas mentes por meio dos olhos”, pois é a visão o “mais forte de todos os sentidos” (p. 20).

É Cícero que assim o diz e Yates (2007) considera ser a mnemotécnica mais do que apenas a aplicação de um conjunto de técnica para a memorização, mas ela caracterizava a própria “arte da memória” que é manifestada no processo de caminhar pelas alamedas, ruas, praças da cidade que antes foram memorizadas e lá em qualquer canto em lugares específicos foram colocados. O paradigma mnemotécnico como mantenedor da memória vai se apagando no início da renascença pela entronização de novas tecnologias capitaneada pela vulgarização impressão do livro e ali mesmo a memória renasce sob a orientação das novas tecnologias avançando pelo período moderno e contemporâneo. Os lugares, as imagens, os objetos que se armazenam na memória são aguçados pela visão, como queria Cícero fazendo para além dela ressurgir pelo pensamento, pelas palavras, pelas trocas entre coetâneos dispostos nos vários grupos sociais, a ideia de uma memória coletiva conforme os estudos de Halbwachs (2005, 2006).

Assim, o processo mnemônico, como chama a atenção Yates (2007) já não tem para o homem contemporâneo a importância vital que teve para o homem na antiguidade até meados do século XV, ou até o advento da prensa de Johannes Gutenberg. Na carência dos recursos que possibilitavam o armazenamento imediato da informação como o papel e mais contemporaneamente as tecnologias de comunicação virtual, que faz-nos apartar da memória, o indivíduo na antiguidade treinava sua memória acionando sua capacidade de visão, acolhia a memória naquilo que via e que tinha ao seu alcance que era a “arquitetura e a arte do mundo antigo”. Aguçava-se a memorização visual para se obter a manutenção do conhecimento. Estes são os caminhos primitivos de uma memória que a partir da Renascença refaz-se em seus preceitos epistêmicos em função do avanço das tecnologias de comunicação para adentrar ao século XX renovada em suas epistemes e no seu curso de conhecimento.

E a memória começa a ser construída socialmente no início do século XX pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs que constituiu um corpo de conhecimento teórico demonstrando ser a memória parte da construção social do indivíduo, ou seja, a memória é coletiva. Da mesma forma o psicólogo inglês Frederic Charles Bartlett ao definir a memória como uma construção social dos indivíduos, como algo não isolado chama a atenção para o processo amplo de interação humana e que leva em conta tempo/duração, cultura e as próprias estruturas sociais específicas, neste processo.

Halbwachs (2006) abordou o tema da memória social, remetendo sua análise para os quadros sociais da memória, em oposição às formas de conhecimentos estabelecidos no

período que considerava a memória como sendo um fenômeno individual e fundado nas características subjetivas do ser, na sua identidade. Para Halbwachs o passado que vem à tona é rememorado, sob a indução da sua edificação social e coletiva. O trabalho inicial de Halbwachs é apresentado, então, sob a inspiração das “Formas elementares da vida religiosa”, de Durkheim, mas avança em relação ao pensamento do próprio Durkheim trazendo à luz, princípios que vão questionar ideias estabelecidas, no período. Halbwachs parte de Durkheim e enfatiza uma nova sociologia que leva ao pensamento do homem e da sua natureza sob o conceito da solidariedade ultrapassando “impulsos subjetivos e egoístas” e crendo nos preceitos democráticos que defende de forma intransigente o “espírito coletivo”, desde que secundado pelo método científico e pela busca da comprovação da verdade por meio dos fatos e pela produção do dado (DAVIGNOUD, 2006; HALBWACHS, 2006).

Nota-se o direcionamento ao social, ao coletivo, à busca das relações solidárias do homem como ser social que leva Halbwachs a considera a tese de que é a inserção em “quadros sociais determinados” e ao seu pertencimento a eles que leva o homem a desenvolver uma memória social e coletiva (HALBWACHS, 2004, 2006). Assim a memória, tratada por Halbwachs como fato social, sai do âmbito de pensadores da filosofia e da própria psicologia que as entendiam como sendo um fenômeno determinado por questões individuais, para ser objeto de estudo sistemático pautado no dado empírico e nos preceitos científicos, em voga pela exigência, até de uma formação positivista de Halbwachs. Na percepção de Bérghson (2011) há na relação entre o espírito e a matéria uma mediação entre as atitudes adaptativas orgânicas (matéria/corpo) e a intuição e a subjetividade (espírito) onde a memória se faz presente. E Freud procura descrever em texto de 1895 num esforço de tornar visível para o paradigma científico da época eminência de um aparato psíquico estabelecido na e pela fisiologia do sistema nervoso, começa a deixar visível um rico sistema organizado que é constituído na relação que o indivíduo estabelece com seu meio, seu mundo externo, dualizando o ser em direção a uma definição das estruturas deste aparato psíquico por meio de onde avança possibilitando ser descrito, posteriormente pelas construções da psicanálise (FREUD, 1975). Há para Freud como para Bergson um caminho definido pelo qual a memória é manifestada, seja pelos tratos nervosos formadores e que amparam o aparato psíquico, seja pela relação presente entre as funções adaptativas orgânicas (corpo/matéria) e a intuição, subjetividade (espírito) ambas determinadas em grande parte pela fisiologia do ser. E, Halbwachs (2004, 2006) contrapondo as concepções de ambos descarta a possibilidade de nossas vivências passadas serem armazenadas pela fisiologia do sistema nervoso ou que elas sejam determinadas pela dualidade matéria/espírito e consciente/inconsciente. Para

Halbwachs os caminhos apontavam em direção a uma teoria da memória coletiva que indica que mesmo que um ser pensante esteja só, ele recordar-se-á sustentado por memórias que não serão apenas as suas. Disto decorre que um ser pensante não fará lembrança por si mesmo, mas o fará por meio da memória que é evocada do coletivo, da memória que se constrói na interação com seus iguais, considerada pela cultura e pelos interesses imediatos ou reinantes.

O psicólogo Frederic Charles Bartlett, por sua vez, chamou a atenção para o fenômeno da memória como sendo um fenômeno psicossocial e debruçou-se na busca de um corpo de teoria que fundamentasse essa percepção e princípios. Estabeleceu críticas significativas à psicologia experimental (SANTOS, 2003), nascida no Laboratório de Wundt, em Leipzig em 1875 na virada do século XIX, depois sediada e desenvolvida na América pela Escola de Chicago com Watson (1972); por Skinner (1981) em Harvard e pelos trabalhos do psicólogo alemão Ebbinghaus que buscou identificar as relações entre sílabas desconexas para a formação de palavras sem sentido onde podia quantificar estímulos aplicando-os à análise da memória. Era a psicologia científica nascendo permeando paradigma científico vigente. Neste rico período os estudos da memória eram produzidos na forma de experimentos, no laboratório onde seus atores buscavam compreender a memória e seu funcionamento utilizando de forma elegante o paradigma pavloviano do estímulo-resposta e buscando as relações entre os estímulos físicos e as reações humanas por eles evocadas. E, Bartlett considerou a memória separada do aparato biológico, da condição mental considerando-a como fenômeno social chegando mais perto do próprio Halbwachs. Para Bartlett a “memória era um atributo do indivíduo que se encontrava em um grupo social e associava-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo” (SANTOS, 2003, p. 54) não sendo fruto da fisiologia sensitiva amplamente descrita no período, inclusive por Wundt em Leipzig (GOODWIN, 2005).

É importante descrever neste trabalho, mesmo que de forma sumária os caminhos de Bartlett para a formação das epistemes de uma memória social na psicologia, considerada as categorias halbwachkianas, que evidencia avanços no processo de construção deste conhecimento que em determinado momento parece acomodar-se oferecendo espaços às ciências sociais, para retornar na atualidade para discutir o homem como ser social. Bartlett enfatiza ser a memória algo percebido e reconhecido e assim o é pelo esforço da busca de sentido atribuído pelo homem às lembranças evocadas sem ser um ato mecânico definido pela fisiologia, ou guardando características metafísicas, pois é a memória “parte constituinte de todas as etapas do pensamento humano” (p.54) e que envolve julgamentos. A questão do significado e do sentido atribuído a aquilo que é lembrado é fortemente defendido por Bartlett

que constrói suas epistememes visitando a antropologia social considerando as categorias a ela adstritas como as convenções sociais, geradoras de atitudes individuais determinadas pelas crenças e valores próprios de cada cultura e que são compartilhadas pelo grupo social.

E Santos (2003) lembra que uma das grandes contribuições de Bartlett foi à consideração da existência de um padrão de comportamento adquirido pelo ser que o leva a perceber uma nova experiência incorporando-a, sendo que este padrão se impõe à realidade ou a experiência passa a ser o mediador daquilo que é percebido, ou seja, frente a um novo cenário, novas experiências são incorporadas, conforme as necessidades do momento. O algo que é lembrado só assim o é pela existência do que Bartlett chama de condicionamentos que se interligam determinando o tipo de lembrança, assim o recordar só é possível pela nossa capacidade instalada de “utilizarmos e re-utilizarmos imagens” que são evocadas com base em “padrões” que foram apreendidos anteriormente. Em relação a este padrão de comportamento apresentado pelo indivíduo e que determina a construção de memórias específicas, há de se considerar as contribuições de Skinner (1981) quando anuncia a noção de comportamento operante e chama a atenção para o fato de que a efetividade, o “poder” de um estímulo estará sempre na dependência da história de reforçamento anterior, ou seja, se o indivíduo já esteve exposto a determinado estímulo que tenha sido reforçador para ele, este será sempre mais efetivo, ou, um estímulo será mais efetivo dependendo da história anterior de reforçamento que este estímulo produziu no indivíduo que a ele esteve exposto.

Assim, a consideração da memória em sua dimensão coletiva foi objeto de interesse e de estudo inicialmente por Halbwachs quando analisa seu objeto e vincula-o aos constructos das ciências sociais e da sociologia e o faz a partir da noção de Durkheim a respeito da “consciência coletiva” (DUVIGNOUD, 2006; HALBWACHS, 2006). Halbwachs avança sobre ela e nos anos de 1920 produz reflexões sobre a memória como uma construção singular que se coletiviza pelas experiências dos grupos sociais abrindo espaço para a ideia de uma memória coletiva. Halbwachs considera que os indivíduos têm recordações de suas vivências e experiências pessoais anteriores e essas experiências individuais, em um primeiro momento, levam os indivíduos a recordá-las e quando o fazem vinculam-se a sentimentos de pertença ao grupo social o qual se vincula à sua cultura e ao seu meio. Ou seja, não são os grupos sociais ou as instituições que se lembram das experiências que foram vivenciadas pelos indivíduos de forma pessoal e definitiva, mas os indivíduos localizados e pertencentes a grupos sociais, a um contexto cultural específico que levados a recordar, a recriar, a construir e reconstruir o passado evoca, assim, as suas memórias. Para Halbwachs (2006), também descrito em Ochoa (2005), a memória coletiva ocorre a partir da existência e pela existência de grupos sociais.

Em Halbwachs o indivíduo é o evocador da memória e o faz individualmente, porém o faz a partir de seus quadros sociais (local, espaço, família, classe, religião, valores, visões de mundo) no qual está inserido durante as relações grupais na qual participa. A memória sedimenta-se em sua manifestação coletiva estabelecendo o grupo ou sociedade deixando visível a percepção de que “para se lembrar, precisa-se dos outros”. Ao considerar o social e a interação entre coetâneos e contemporâneos Halbwachs (2006) estabelece a ideia de memória como uma construção que se vincula ao conjunto de experiências vivenciadas ou passadas, estando longe de ser considerada, porém, como uma simples reprodução de experiências. A memória se constrói em função de uma realidade posta e que é determinada pela sociedade e decorrente da cultura, onde a ideia da “influência das necessidades e interesses” dos grupos é que levam à construção de um passado, pela memória, como é discutido também em Sá (2007), Ochoa (2005).

Há uma crença profunda demonstrada por Halbwachs no desenvolvimento social e democrático dos grupos, sendo esta percepção materializada na “defesa do espírito coletivo”, mote de sua obra e na defesa de uma “ciência aplicada na solução de problemas sociais” onde a memória se estabelece como um fator agregador da sociedade. O autor dialoga com outras ciências como a filosofia, a história, e a psicologia quando analisa a memória de forma sistemática no intuito de estabelecer o caráter social da mesma. Desta forma Halbwachs (2006) tratará do conceito de “memória social” desconsiderando a percepção psicológica de que a natureza humana é “animada por impulsos subjetivos e egoístas”, saindo da introspecção reinante e estabelecendo a memória como um fato social abrindo espaço para investigação de novos caminhos que levam a consideração do “estudo sociológico da vida cotidiana”. Apesar do direcionamento que imprime aos seus estudos Duvignaud (2006) chama a atenção para o fato de Halbwachs contrapor-se ao “postulado positivista”, apesar de considerar-se como tal, quando considera a noção de tempo subjacente à memória dialogando com a física relativista de Einstein, e estabelecendo o tempo não mais como um campo “homogêneo e uniforme” sob os quais todos os fenômenos acontecem, mas apenas o “simples princípio de uma coordenação entre elementos” que não depende do pensamento do ser (do homem), pois se vinculam as experiências e nela a existência que lhe é determinante. Duvignaud (2006) demonstra, assim, um apartamento de Halbwachs do pensamento platônico que considera o tempo como algo imóvel “a imagem imóvel da eternidade” e de um “espiritualismo antiquado” que considera ser a materialidade o indutor do esquecimento fugindo também de uma visão hegeliana a respeito de um “futuro único portador de uma lógica racional”, pois o tempo não é, então, um meio estável.

Apesar da aparente distinção teórica e de pensamento parece oportuno sinalizar no campo da memória coletiva de Halbwachs aspectos importantes da noção kierkegaardiana de subjetividade e considerá-la sob a injunção das vivências individuais de maus tratos e torturas provocadas sobre o corpo de mulheres militantes e que se coletivizaram como memórias compartilhadas por aqueles que dela foram testemunhas quando publicitadas 40 anos após suas vivências.

As narrativas de mulheres militantes evocam tortura política e de gênero que poderão ser um indicativo do processo de reconstrução de si mesmas onde a memória feminina demonstra ser um esforço contínuo de renascimento pessoal e a dor e o sofrimento gerados e memorizados enunciam a edificação das suas, subjetividade. A luta contra a ditadura na condição de mulher indica o reconhecimento de uma verdade subjetiva que é interior, que se faz pela interioridade em que a mulher, em sua “reflexão subjetiva volta-se para dentro, em direção à subjetividade, e quer, nessa interiorização, ser a [reflexão] da verdade” (KIERKERGAARD, 2013, p. 207) enunciada pela dor, na existência, no dia-a-dia.

As mulheres militantes, pelas suas narrativas, evidenciam uma memória que corporifica sua subjetividade e estabelece lições para a continuidade de ações democráticas futura onde o sofrimento e a dor transforma-se em ocasiões, em instantes que determinam uma retomada de si mesmo. As memórias individuais e singulares recompostas em memórias coletivas representam um tempo vivido em comum que se coletivizou nas ações sofridas pelos atos da tortura. Há, assim, nas memórias narradas a evidencia de um salto em direção à construção do indivíduo singular que ocorre na continuidade da existência e é manifestada na continuidade das ações de cada uma das mulheres militantes em suas existências após as experiências vividas. O ato de violência praticado denota dor e sofrimento e o ato de lembrar individual memorizado e narrado, decorre de uma experiência que se coletiviza nos desmandos sobre o corpo da mulher em um tempo e espaço definido. E estes demarcam o instante da reconstrução da subjetividade na experiência individual que se coletiviza seguidamente indicando que dor e sofrimento têm origem e destino: o Estado ditatorial e o corpo da mulher. O corpo da mulher é alçado sob o peso da cultura predatória a ela inerente e a mulher engajada, a militante de esquerda, o ideólogo é deixado. A construção da subjetividade de cada uma das mulheres torturadas, a sua edificação, é um empreendimento pessoal feito com paixão considerando que o “existir, se isso não for compreendido tal como uma assim chamada existência, é algo que não se faz sem paixão” (KIERKERGAARD, 2016, p. 24). A percepção kierkegaardiana de subjetividade como a verdade só é buscada no

desenvolvimento da interioridade que gera o conhecimento de si a partir de uma doação contínua para consigo mesmo.

É observado assim que das construções epistêmicas da filosofia do século XIX é a hermenêutica kierkegaardiana que evidencia a categoria subjetividade quando o faz em 1846 na publicação de sua obra o “Pós-escrito conclusivo e não científico às migalhas filosóficas” onde discute a categoria subjetividade como um universal presente e de todos. Kierkegaard não nega a subjetividade como uma categoria universal, mas critica a maneira como ela é posta e considerada pela inteligência reinante que entende a subjetividade como sendo a manifestação da identidade do Ser. Esta consideração da subjetividade como identidade leva à objetivação do indivíduo e ao seu anonimato onde o indivíduo some para dar lugar à multidão. A subjetividade como identidade é assim manifestada nas áreas de saberes, de conhecimento e de aplicação deste conhecimento, como a psicologia, a saúde, a educação em particular. E, isto leva à crença de que o indivíduo na sua existência é homogêneo, manifesta-se como identidade representa-se a si mesmos: identidade e representação. A categoria kierkegaardiana de subjetividade, no entanto, supera esta forma de entendimento avançando para uma noção de subjetividade vai além do espírito cartesiano e do formalismo científico praticados e ainda em voga nos dias atuais, pois considera a subjetividade como uma construção diária implementada pela busca da singularidade do Ser em sua existência. Uma subjetividade que se constrói no devir, na singularidade de uma individualidade que não comporta o acerbamento do Eu, não comporta o egoísmo, mas busca o conhecimento de um Si mesmo quando se busca na interioridade na descoberta da singularidade do indivíduo que é um Ser uno, completo, manifesto e pronto para saltos e saltos qualitativo na busca de Si (KIERKEGAARD, 2013, 2016; ALMEIDA; PIRES-JR, 2103).

Assim a categoria subjetividade evidenciada nesta análise e considerada pela hermenêutica kierkegaardiana indica ser a subjetividade não parte de um ser que demonstra apenas a sua identidade como pessoa, como um sujeito que evoca a ideia de auto-suficiência, ou de auto-referências. Para Kierkegaard (2013, 2016) a categoria subjetividade coloca o indivíduo como um ser singular, não um super-homem, mas um ser vulnerável, mas sempre envolvido com a sua reconstrução e esta reconstrução, assim chamada, é feita no seu itinerário diário, no devir, na sua existência (ALMEIDA; PIRES-JR, 2103) e ela se manifesta primordialmente pelo ideia de que o Ser deve-se entregar ao cuidado de si para que possa assumir suas tarefas na sua cultura e no seu grupo imediato sendo este cuidado extensivo a atenção pessoal, intelectual e que possibilite a assunção do seu lugar, do seu papel social em um futuro próximo. Os movimentos de reconstrução diária da subjetividade colocam o

indivíduo como centro de si mesmo que parte na direção do seu significado, da sua posição na existência, ou da sua própria existência fazendo-se aflorar a si em uma busca contínua e perene, e esta expansão do si mesmo envolve a sua comunidade próxima e aquela no qual se constitui formada pelo seu conjunto social.

Da mesma forma há de se enfatizar que Foucault (2010a, 2010b) em sua hermenêutica trata, também, do tema quando busca desvendar a relação sujeito-verdade demarcando, para tanto a dinâmica entre o cuidado de si e o conhecimento de si, empreendido pelo próprio sujeito, como ações que também lhes são designadas no dia-a-dia e que edificam sua subjetividade. Visualiza-se também em Foucault uma subjetividade que é buscada não na exacerbção do eu interior, não como uma limitação de si e que se expressa na objetividade do ser, como se o indivíduo visualizasse a si frente a um espelho. A subjetividade construída vai para além da noção de indivíduo identidade, e da mesma forma que Kierkegaard anuncia, Foucault persegue a ideia de que o ser, o indivíduo é uma subjetividade cuidada e edificada, existente, material, palpável e real não sendo considerada com algo abstrato e nem, tampouco, metafísico. Não é objeto de interesse de este estudo esmiuçar a relação de similaridade que pode ser notada entre Foucault e Kierkegaard quando Foucault retoma em seus escritos a filosofia de Sócrates no diálogo com Alcebiades evidenciando a noção do “cuidado de si mesmo” e o faz dentro da corrente do seu pensamento “nos anos derradeiros da sua produção de 1980 a 1984” em “A hermenêutica do sujeito”. Almeida; Pires - JR (2015, 2013, p. 4) demarca essa relação possível entre Kierkegaard e Foucault quando este discute sujeito/verdade ou subjetividade/verdade com ênfase na noção grega *epiméleia heautoú* traduzida como “cuidado de si mesmo” e evidencia a similaridade de pensamento entre os dois pensadores e esta se expressa pela categoria da subjetividade.

Kierkegaard (2016) retoma a percepção de que o pensador subjetivo esta envolvido com a verdade, com a ética de forma visível, de forma real, palpável, pois ela é vivida na existência, nas descobertas, na ação diária. O ato de reconstruir-se e de posicionar-se como um pensador subjetivo não comporta abstrações, apenas, pois as dificuldades da existência para aquele que vive sua existência, o ser existente, privilegiam o pensador subjetivo e não um pensador abstrato. Kierkegaard indica caminhos para o pensar subjetivo e esses envolvem o movimento, como a dinâmica da existência e do próprio existir. O pensador abstrato, diferente do pensador subjetivo, “prescinde do concreto, da temporalidade, do devir da existência” ele não comporta as dificuldades do ser existente, pois o ser existente no seu devir não despreza o eterno e o temporal, estes estão situados em sua existência de forma marcante. Para Kierkegaard (2106), o pensador subjetivo está além das abstrações, pois este vive a sua

existência e se modifica se descobre por ela e nela e isto esta além das abstrações, isto é uma construção perene, árdua que envolve em momentos variados dor e sofrimento onde a metafísica, no sentido etéreo, não é presente.

É no conjunto das realidades vividas, no existir como uma realidade efetiva, que se constrói a subjetividade onde o pensador subjetivo abre mão da linguagem da abstração, pois ela [a abstração] não deixa evidente tudo o que se “constitui a dificuldade da existência e do existente” e tampouco explica tais dificuldades. O pensamento abstrato, para Kierkegaard (2016) considerando a eternidade abre mão “do concreto, da temporalidade, do devir da existência, e da dificuldade do existente” (p. 13), pois é um Ser criado pelo eterno e localizado na existência. Por outro lado, a existência é movimento complexo gerida pelo pensamento que envolve decisões, repetições que traz à existência e ao existente dificuldade, dificuldade de pensar a realidade, do Ser, do existente ou daquele que existe na existência. Embora o existente apresente capacidade de pensar seja um Ser pensante, pensar a realidade no âmbito da sua existência, como devir a própria existência parece impedi-lo de pensar, como se a realidade o impedisse de pensar. Pois, a “única realidade que há para um existente é sua própria [realidade] ética” onde há apenas um saber em todas as realidades vivenciadas e o “verdadeiro saber” reside na “subjetividade real, pois com o saber busca a “subjetividade eticamente existente” (KIERKEGARRD, 2016, p. 30).

Uma subjetividade/verdade é inerente as experiências das mulheres militantes que ela é apropriada pelo sujeito no seu dia-a-dia, não como uma abstração ou como algo metafísico, mas como o resultado de decisões tomadas na concretude de suas vidas de relação, o que afasta a ideia da subjetividade considerada como identidade, apenas. As mulheres militantes parecem estar longe de ter ambientado para si um caminho equivocado, pelo contrário, elas demonstram determinação na defesa das suas idéias e dos seus ideais de liberdade social e política expondo-se, nesse processo de dor e fazendo desse sofrer as bases de um novo ser reconstruindo-se e renovando-se na sua existência. E este caminho evidencia seu processo de busca de uma subjetividade kierkegaardiana uma subjetividade que é relação, que é tomada de decisão e toda decisão é provocadora da dor, quando não mascarada e traz sofrimento, mas leva a maturidade. O Ser torna-se subjetivo para tornar-se sujeito. Este é o motivo que parece mover as mulheres militantes envolvidas continuamente em sua dor e sofrimento que leva-as na direção do tornar-se subjetivo colocando-se ao alcance da subjetividade e da tomada de posse de si mesmas. Não há como desconsiderar a subjetividade em construção na jornada da mulher militante, da mulher de esquerda, da mulher engajada que objetivada pela dor e sofrimento da tortura toma a decisão de manter sua militância política, antes nas organizações

de esquerda, depois nas ações sociais das instituições democráticas. Tal decisão em favor de si mesma não é irrefletida, não é metafísica, mas indica a busca da subjetividade pois “toda decisão reside na subjetividade” (KIERKEGAARD, 2013, p. 133) e de igual forma a “subjetividade é a verdade” é a “realidade efetiva” (KIERKEGAARD, 2016, p. 60). A busca da verdade efetiva se dá assim e também, pelo deslindamento de sua singularidade, na consideração da sua individualização como ser pensante e como mulher que se descobre, nos anos de 1960, em sua condição de gênero, como parte da sociedade humana, engajada na defesa das causas sociais e posteriormente ao feminismo exigindo dela uma nova mulher que se reduplica na militância e na resistência política. Pode-se dizer que se torna inseparável da mulher militante sua memória individual na arte e no conhecimento, sua interpretação histórica e psicológica de gênero, quando se pensa a construção da subjetividade em sua transcendência e imanência completa, e que é manifestada e concretizada em um salto e um salto qualitativo na busca de si (KIERLEGAARD, 2013, 2016; ALMEIDA; PIRES-JR, 2013). Assim para Kierkegaard (2013, 2016), a subjetividade leva o indivíduo em direção a um si mesmo. A subjetividade como verdade, é ética e edifica-se na existência do ser e o indivíduo singular tem na existência a base da sua edificação. Edificação, transformação de si, no devir na sua luta diária, na luta de dor e de sofrimento das mulheres militantes torturadas. Esta relação só é passível de acontecer a partir da consideração da subjetividade como verdade e em bases éticas onde o caminho para a construção da subjetividade considerando ser esta a própria verdade que é edificada a partir da própria existência do ser individual, do ser singular.

É importante salientar que a diferenciação estabelecida por Kierkegaard em relação à categoria de subjetividade esta no fato de ele propor um distanciamento daquilo que era aceito e considerado subjetividade nos círculos filosóficos e teológicos do seu tempo, da *Copenhagen* dos seus dias e que dizia respeito à noção de uma subjetividade que leva em conta apenas a exterioridade considerando o indivíduo como objeto, como um ser objetivado no estético, na identidade e isto ocorrendo em todos os níveis sociais, do Estado, à religião e nas relações humanas do dia-a-dia. A considerar este tipo de subjetividade professada em seu tempo, mas que também e ainda parece ser mantida nos dias atuais, observa-se que o que prevalece não é a busca de um si mesmo, mas apenas a presença exacerbada, de um Eu.

Kierkegaard (2013, 2106), mantém a sua ideia de uma subjetividade edificada na singularidade primeira, quando faz a distinção de um Eu que se estabelece como relação que se redobra sobre si mesmo, onde existe sempre uma primeira relação entre o Eu e o si mesmo e somente depois que este si é edificado é que a reduplicação entre o si mesmo e o próximo,

ocorre (ALMEIDA; PIRES-JR, 2013). E este é um caminho que poderá ser observado no devir das mulheres militantes e torturadas e que deve estar enunciado a partir da evidencia de sua dor e sofrimento emanados nas narrativas de cada uma delas. A edificação da subjetividade manifesta-se para Kierkegaard no real, na vivência diária, na execução de atividades que envolvem um exercício de interiorização, e que é também ascético, mas é uma busca material, na forma de “atos de conhecimento” e esta é a forma observada, também, por Foucault (2010a) quando este enfatiza uma subjetividade que envolve a

[...] atenção, o olhar, à percepção que se tem de si, o estar atento a si, o voltar o olhar para si, o examinar-se a si mesmo, o refluir sobre si mesmo, retraindo ou então restabelecer-se, instalar-se sobre si mesmo como um refugio, uma cidade fortificada, descer ao mais profundo de si mesmo, perpassando por “famílias de expressões” que “concerne a toda uma prática de si” sendo que isto remete a questão da edificação e da interioridade onde “descer o mais profundo de si mesmo, instalar-se sobre si mesmo” (p. 78).

Almeida; Pires-JR (2013) discute esta relação que em Kierkegaard (2013) é demonstrada como edificação que envolve a ideia de que quanto mais você edifica, mais você se busca em profundidade e mais você se eleva. E esta busca não pode restringir-se a um mero objeto de saber, pois a subjetividade real é ética e esta vai além de regras e de leis ou de poderes constituídos pelas instituições, mas se dá pelas escolhas do ser e ocorre na existência.

A seguinte seção discute a respeito da luta política da mulher militante, sua resistência ao arbítrio, seu engajamento político/social chamando a atenção para o silenciamento da memória feminina presente na historiografia nacional quando submetidas às questões de gênero. Descrever-se-á, também e de forma a sustentar a análise pretendida, vivências de mulheres militantes sob a guarda do Estado foram além de submetidas à tortura sistemática, assassinadas, tendo seus corpos alterados, suprimidos para nunca serem localizados, e, quando não, arrojadas na “desrazão” pelas sequelas psíquicas decorrentes da intensidade dos maus tratos acabaram por retirar suas próprias vidas, pelo suicídio. E, pela força de sua natureza aparecem pós-ditadura de forma refeita e participantes assíduas das lutas políticas enfrentadas no processo de reconstrução da democracia brasileira, e que esta associada a reconstrução de si mesmas.

3 MEMÓRIA, MULHERES MILITANTES, GÊNERO E RESISTÊNCIA

A presença da mulher ao longo de toda a história de nosso país e o seu engajamento nas lutas políticas contra a ditadura civil-militar brasileira é um fato que não há como ser ignorado, um registro que evidencia a condição feminina e o seu protagonismo não se restringindo a constatação do domínio do homem e que é estabelecido pela cultura, pela sociedade ou pelos que acreditam no determinismo biológico como anunciam Saffioti (2004); Scott (1989/2016) e a literatura da área a partir dos anos de 1970. Não há como desconsiderar, a partir de então, o processo de construção social da mulher, em nosso país nos últimos 40 anos, ou desde o seu enfrentamento de uma ditadura apoiada pela elite civil e administrada por uma elite militar que desconstruiu as liberdades individuais e feriu a democracia nascente comprometendo as lideranças políticas futuras.

A partir das ações políticas vivenciadas e narradas pelas mulheres militantes, que não se perderam, nem se apagaram, mas foram silenciadas pela parcialidade da historiografia oficial que esconde os atores que fazem e que fizeram nossa história, as mulheres engajadas a chamada “mulher subversiva” não tiveram seus espaços pontuados nas lutas políticas da história passada e recente do nosso país, sendo produzida “uma lacuna a ser ocupada na historiografia brasileira” atual como enfatiza Colling (1997, p. 10). Assim as lacunas produzidas deverão ser ocupadas e historicamente preenchidas por novas construções teóricas que deverão advir dos estudos das ditaduras brasileiras, como a de 1964, das análises das relações de gênero e do feminismo, das reconstruções das subjetividades de mulheres militantes, enfatizando as relações existentes e presentes nas diversas ações do cotidiano da mulher, na sua profissão, na família, na sua educação própria e de sua prole, na militância política e social, nas artes. Esses esforços de pesquisa deverão demonstrar a conquista dos espaços, a maturidade intelectual dos estudos e das pesquisas sobre a participação política da mulher e de seus feitos de forma a tornar cada vez “mais sofisticado o instrumental teórico metodológico existente” (p. 10), que discute a participação, a presença e o lugar da mulher na sociedade.

3.1 MULHERES, MILITÂNCIA POLÍTICA E GÊNERO

A discussão sobre a construção da subjetividade de mulheres militantes a partir da dor e sofrimento adentra a área de estudo das relações de gênero e do feminismo, pois as narrativas de mulheres militantes ao indicarem ser o seu corpo objeto de manipulação, de tortura política, de gênero e sexual remetem as construções teóricas sobre o universo

feminino, e sobre seu corpo oportunizando sua análise. Este não é, no entanto, um estudo de gênero e tampouco procurar-se-á analisar de forma aprofundada o feminismo ou a mulher no âmbito da sua longa caminhada pelas sociedades organizadas que permitiu desvelar sua natureza, o processo da sua inclusão/exclusão social. Serão tratadas questões teóricas das relações de gênero que contribuem para o entendimento a respeito dos modos pelos quais a mulher militante, em função de sua ação política, assimila as ações dos seus algozes, evidenciam contextos políticos repressivos limites que buscavam objurgá-las física e psiquicamente. E, parece indicar os caminhos para o empreendimento do processo de regeneração psico-afetivo e social pós-ditadura fazendo-as perseguir sua reconstrução e reconstituição como mulher e como subjetividade.

Neste intento serão consideradas questões de gênero indicadas por teóricos como Colling (1997); Sarti (2004/2016); Salgado (2013/2016); Scott (1990/2016); Ridenti (1990/2016); Butler (2016); Jelin (2001/2016); Saffioti (2004, 2013) que desvelam uma mulher engajada, presente intrinsecamente nos vários setores da sociedade, atuando conforme sua vontade, nas lides políticas em defesa da liberdade fazendo-se assumir, de forma igualitária ao homem, posições contrárias ao regime de força e de repressão política.

Há assim, no entanto, a necessidade de se chamar a atenção para o papel que essa mulher militante assume em um tempo e em um espaço político que ela o constitui como seu enfatizando a importância das relações de gênero. E, da mesma forma é considerado como objeto de interesse desta tese a compreensão de que a tortura, geradora de dor e sofrimento, evocados nas memórias de mulheres militantes de esquerda engajadas nas lutas políticas, é ocasião para a edificação da subjetividade de cada uma delas nas suas existências, onde a construção de si mesmas evoca, ou, esta no mesmo nível do anseio pela construção de um Estado democrático e de direito; onde as experiências políticas vividas, daquilo que não é esquecido, as fizeram suportar, direcionaram, sustentaram e ajudaram a reorganizar um novo estado de espírito e um novo tempo em cada uma das mulheres. Tempo esse que é por elas construído sob as bases da dor sofrida, engendrada pela opressão do Estado e quando narradas evocam um árduo trabalho de memória, de recomposição psíquica e social de cada uma delas. Será empreendida uma breve menção às construções teóricas sobre gênero e feminismo direcionando o pensamento sobre a mulher, suas posições assumidas como militante refém de um Estado de força que a oprime pela tortura.

O termo gênero e o conceito que ele expressa não tiveram origem, como se pode pensar nos trabalhos de pesquisa de mulheres sobre a mulher (SAFFIOTI, 2004), mas ele surge em uma obra médica intitulada *Sex and Gender* publicado por Robert Stoller no ano de

1968. O autor era médico psiquiatra especializado em Freud (psicanalista) e pesquisador de qualidade reconhecida na área da sexualidade e em seus estudos e pesquisas entregara-se a compreensão das perversões onde procurou desvelar o que ele chamou de “problemática do gênero, concernente a formação da identidade sexual” (FERRAZ, 2006, p. 121). Stoller emprega o termo gênero, em sua obra, para diferenciá-lo do termo sexo que dá conotação à condição biológica do indivíduo, o que para o interesse da publicação, que se referia a intervenção cirúrgica em indivíduos “intersexuais e transgêneros” com a finalidade de adaptar a “anatomia genital ao gênero desejado” direcionava a percepção para o fato de que o indivíduo seja ele biologicamente homem ou mulher, trás em si um sentimento daquilo que ele é ou quer ser e isto independente das características anatômicas individuais (SPIZZIRRI; PEREIRA; ABDO, 2014/2016), ou independente do sexo biológico. A partir dos anos de 1960 as discussões sobre feminismo tomam corpo nos Estados Unidos e na Europa dos anos de 1970 as mulheres militantes brasileiras asilado-deportadas passam a assimilar as discussões sobre a condição da mulher, o que não ocorria no Brasil dos anos de 1960 e nem tampouco nas suas organizações de esquerda, como chamam atenção Ridenti (1990); Colling (1997); Sarti (2004/2016); Salgado (2013/2016). O termo gênero ganha, assim domínio intelectual passando a ser utilizado pelo movimento feminista de forma diversa como chama a atenção os escritos de Scott (1990/2016); Butler (2016); Saffioti (2004, 2016).

Passos (2011/2016) oferece uma ideia da condição da mulher no início do século XX quando discorre sobre as posições assumidas por escritores como Arnold Bennet que apontavam ser a mulher intelectualmente inferior ao homem. Esta percepção, reinante em uma sociedade “machista”, levava a crer que a inferioridade intelectual da mulher em relação ao homem era definida pelo “gosto” que as mulheres apresentavam em ser dominadas pelos homens. Esta forma de ver a questão oportunizou manifestações de escritores como Virginia Woolf, que nos anos 20 já esboçava sua luta feminista pelos direitos das mulheres, no sentido de desmontar a ideia de que a mulher é diferente do homem sendo essas diferenças caracterizadas pela condição inferior da mulher em relação ao homem. Esta forma de entender a questão deixa visível o lado “machista, androcêntrico e sexista” dos autores que advogavam tal tese, como Desmond MacCarthy, resenhista de Arnold Bennet que defendia e divulgava a ideia de que a alta “intelectualidade [era] uma característica inata ao sexo masculino” (PASSOS, 2001/2016), pois a inteligência do homem demonstra ser mais acentuada do que a inteligência da mulher e isso decorria de um determinismo biológico que induzia a mulher, intelectualmente inferior, a demonstrar sempre um desejo de ser dominada pelo homem.

As manifestações de Virginia Woolf no início do século é ampliado por Simone de Beauvoir que retoma o tema no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a respeito do determinismo biológico e anatômico e suas diferenças e o faz na sua obra clássica intitulada “O Segundo Sexo”. Nesses escritos Madame de Beauvoir enfatiza que a comparação feita entre homem e mulher, mesmo a partir de suposições e construções teóricas consideradas consistentes pela ciência em voga, não dão conta de definir a capacidade funcional do “organismo feminino e masculino”. Não é, pois, a fisiologia o fator determinante de qualquer possível diferença entre mulher e homem ou o definidor de supostas diferenças intelectuais entre eles. Uma discussão consistente sobre o tema deve considerar os fatores próprios da existência de cada um, bem como as condições culturais e ambientais diversas relacionadas ao “contexto ontológico, econômico, social e psicológico” dos seres em sociedade. E, é certo que o que está em jogo não é a presença da força bruta ou a falta dela, não é o fato da mulher não possuir força semelhante à força física do homem, ou como enfatiza Saffioti (2004, 1999) por ela ser mais frágil, mais incapaz, mais instável, mais desequilibrada e mais afeita às crises históricas, isto não faz a mulher diferente do homem ou com tendência/preferência à ele ser servil.

Saffioti retoma Simone de Beauvoir em sua conhecida formulação clássica de que “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” e de forma direta, mas não de tão fácil compreensão, sinaliza ser Madame de Beauvoir quem estabelece os fundamentos do conceito de gênero quando nega o “essencialismo biológico” e desdiz a ideia de que a “anatomia é o destino” e enfatiza o meio, a ação do social e a influência da cultura para o processo de transformação do pequeno ser que se fará mulher ou homem. Apesar de não ter trazido o termo “gênero” à luz, e poderia fazê-lo, é Simone de Beauvoir, para Saffioti (1999), a grande precursora deste conceito.

Da mesma forma Senkevics (2011/2016) chama a atenção sobre a origem da expressão gênero considerando a riqueza de possibilidades nela contida para os estudos sobre mulheres, sobre o feminismo e a sua inserção consistente em várias áreas de saberes como a psicologia, a antropologia, a sociologia, a saúde e a medicina ao estudar temas que envolvam a diversidade sexual e a condição da mulher na sociedade atual e em suas várias formas de expressão, seja na militância do feminismo, da política, como é o caso das mulheres que ofereceram suas memórias de dor e sofrimento à análise neste estudo. Simone de Beauvoir trouxe à discussão questões importantes a respeito de ser mulher, questões que envolvem construções sociais que perduraram ao longo dos séculos e que induzem a percepção de que não há como haver correspondência direta entre as características fisiológicas e anatômicas e

o fato de ser mulher, quando afirma que nem todo “ser humano do sexo feminino” é “necessariamente mulher”, mas a este ser “cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (p. 13). Ser mulher, para Simone de Beauvoir é mais do que apresentar o aparato fisiológico feminino, possuir genitália e características biológicas que a defina, e esta parece ser a questão básica e nela esta contida a expressão de gênero.

A expressão gênero surge, no entanto, em um contexto intelectual e social estimulante quando o mundo experimentava mudanças sociais e econômicas determinadas pelo pós-guerra, quando os princípios éticos e humanitários tomam a linha de frente, em vários países e onde as práticas e conceitos de cuidado e atenção ao semelhante se fazem presente tal a realidade posta pela revelação dos crimes contra a humanidade perpetrados durante a segunda guerra mundial. Os movimentos sociais e políticos, em meados dos anos de 1960, eclodem em várias partes do mundo como o maio de 68 em Paris, a primavera de Praga, a mobilização estudantil e a repressão policial no México e no Brasil (MARTINS FILHO, 1996) a oposição à Guerra do Vietnam, as lutas dos negros americanos contra a separação racial, a contra cultura e a feroz ditadura civil-militar brasileira.

Os chamados movimentos libertários do século XX fazem surgir à discussão sobre gênero quando as mulheres saem de seus ambientes privados e ganham às ruas, as universidades, os centros de estudos e de pesquisa, o comércio, a administração pública e privada, a militância política de direita ou de esquerda, e quando se engajam nos movimentos sociais, ao longo desse processo de mudança, e percebem-se, ainda, secundárias, destituídas da sua condição e designadas, onde quer que atuem, às tarefas consideradas menores sendo afastadas, das ações principais, posto serem essas reservadas aos homens (ROSA, 2013; RAGO, 2013). Tais questões básicas passam a fazer parte do ideário feminino levando as mulheres ao questionamento daquilo que a sociedade masculina espera delas e que envolvem a sua própria sexualidade, a sua virgindade preservada, o valor da união afetiva pelo casamento e a ideia de que o sexo existe como fonte de prazer sendo secundado pelo advento da pílula anticoncepcional o que torna sua prática livre, conforme evidencia Grossi (2016). A autora enfatiza que a formação acadêmica/profissional e o acesso ao ensino superior assumem papel importante no contexto de emancipação da mulher, pois ao inserir-se na Universidade, ao passar a conviver com o ambiente de produção de conhecimento, a vivenciar as lutas sociais e políticas no âmbito do Movimento Estudantil (ME), a mulher tem a ocasião propícia e empreende sua busca de conhecimentos, de formação político/profissional, de questionamentos e esses são efetuados no interior das disciplinas cursadas e que vão evidenciar o seu novo lugar, um lugar que onde elas, as mulheres, eram invisíveis (p. 2).

Saffioti (2004) ao discutir sobre o termo gênero indica que este toma forma junto ao contexto feminino e nos estudos sobre a mulher quase dez anos após Stoller ter chamado a atenção sobre ele, e isto tem sua ocorrência no ano de 1975 quando Gayle Rubin, em seus estudos, estabelece uma nova postura a partir da “perspectiva de gênero” que induz ao pensamento de que “um sistema de sexo/gênero consiste numa gramática, segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana, gramática esta que torna disponíveis mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas” (p. 108) o que redundava em uma percepção, conforme Rubin, pelo menos em teoria, de que as “relações de gênero [são] igualitárias”. Para Saffioti (2004) Rubin adianta uma percepção clara de que há de se considerar sexo e gênero como uma unidade, pois, para a autora, não há como perceber uma sexualidade biológica que exista de forma independente do contexto social em que ela é exercida.

No Brasil, o conceito de gênero começa a ser disseminado de forma consistente e extensamente a partir dos anos de 1990 quando o estudo de Joan Scott é publicado pela “Revista Educação e Realidade” em Porto Alegre no final dos anos de 1980 sendo que, segundo Saffioti (2004), cópias deste artigo já circulavam pelos meios acadêmicos brasileiro onde era estudado e debatido. Em seu texto, Scott apresenta a expressão gênero como uma categoria historicamente analítica, ou uma categoria social, histórica e que é introduzida, de fato e pela necessidade de contrapor-se ao que era aceito e difundido nos anos de 1960/70 e que dizia respeito ao “essencialismo biológico”, que havia de ser recusado posicionando-se os estudiosos e de forma intransigente contra a “imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’” (p. 110) questões já discutidas por Madame Beauvoir e em textos de Virgínia Woolf no início do século. Neste contexto de estudo começa-se a dar atenção ao que não provocava interesse na comunidade científica, até então, que era a relação homem-mulher e a existência de ambos como categoria social onde uma delas era discriminada, a da mulher e, portanto passível de análise. O corpo da mulher passa a ser evidenciado nos estudos, e considerado como um corpo receptor de dor e de sofrimento físico, um corpo que produz, também, um processo de somatização onde a mente da mulher passa a ser a geradora da dor que poderá levar ao aniquilamento da sua identidade, mesmo quando a mulher não apresenta evidências de violência física. A mente da mulher somatizada mostra que “sua ferida de alma [é manifestada] no corpo sob diversas moralidades”, há mulheres que apresentam desequilíbrio orgânico chegando “a desfalecer” e encaminhadas ao atendimento médico não demonstram evidências de mal visível, e acabam recebendo o diagnóstico de “doença dos nervos” que como lembra Saffioti (2004) são “as manifestações das feridas da alma” (p. 111) que estão

abertas e se evidenciam. Saffioti (2004) alerta que as relações de gênero devem ser discutidas e estudadas de forma reflexivo-analítica considerando ser esta uma categoria histórica que exige do pesquisador cuidado e empenho em sua análise.

Além da forma como os estudiosos percebem a categoria gênero, há também, as obras de referências, formadoras básicas de opiniões técnica e de senso-comum, que a ela emprestam características distintas como os dicionaristas Houaiss; Villar; Franco (2001a, 2001b) que indicam que a expressão gênero “engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos” que apresentam a mesma origem ou que se ligam por “similitude de uma ou mais particularidades” (p. 1441) e que gênero indica, ainda, às espécies e a coisas que se assemelham aos grupos que têm ações similares servindo para classificar as artes de forma ampla, seus estilos e técnicas. E, que gramaticalmente a expressão indica “categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro” (p. 219). Bueno (1996) indica gênero como o “conjunto de seres” que têm “coisas” que se assemelham e Ferreira (2000) insere gramaticalmente gênero nas desinências nominais de masculino, feminino acrescentando o neutro o que leva a consideração do critério de sexo e as “associações psicológicas” (p. 345).

As obras de referências indicam que a expressão gênero leva em conta “propriedades comuns” de fenômeno, comportamento, ações que são característicos de agrupamentos ou classes de pessoas e até de objetos com uma origem única, além, da presença de particularidades que se assemelham em relação ao sexo, diferenciando o masculino e o feminino considerando, ainda, manifestações psicológicas. Os dicionaristas levam em consideração as similaridades de ações, de comportamentos, divisões de nomes, propriedades comuns às pessoas e objetos e na gramática indicam as desinências nominais do gênero: masculino, feminino e neutro. Não é observado nas definições de gênero o afastamento daquilo que é visível, estrutural sendo que elas indicam aspectos que devem ser levados em conta e que vão além do que percebido e expressado pelo Ser quando as definições chamam a atenção para as questões psicológicas. Pois as chamadas, pelos dicionaristas, “associações psicológicas” vão compor o rico constructo teórico relacionado a gênero e que é amplamente discutido e analisado pela literatura específica levando a discussão sobre o conceito para além do sentido da palavra e da expressão.

Scott (1989/2016) busca deslindar a expressão gênero chamando a atenção para a dificuldade presente, até mesmo entre especialistas, para explicar o significado da palavra considerando que tal dificuldade decorre do fato de que as idéias e as coisas, assim como as palavras, são possuidoras de uma história, e mesmo assim, ao longo dos séculos houve

peças que se ocuparam em criar “termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais” (p. 2). A autora retoma a discussão sobre as obras de referências e sinaliza que a expressão gênero já é objeto de interesse do Dicionário da Língua Francesa no ano 1876, e mais recentemente as feministas adotam a expressão gênero querendo referir-se a “organização social da relação entre os sexos sendo explicitadas gramaticalmente as regras formais da expressão que aparece em várias línguas européias designando um terceiro sexo, ou categoria sexual chamada de condição indefinida, ou neutra”. Na sua definição gramatical a expressão gênero leva em consideração a classificação de fenômenos não descritos objetivamente, mas que são reconhecidos/aceitos socialmente agrupando-os e distinguindo-os sem sugerir ou explicitar as relações que se fazem presentes entre as categorias distintas. Há, conforme Scott evidencia, na adoção da categoria gênero pelas feministas americanas, de um redirecionamento na forma de pensar e de pesquisar sobre a mulher onde a ideia passa a ser a de que as diferenças baseadas no sexo são fundamentalmente sociais e o uso da expressão evidencia a possibilidade de um alargamento, de redefinições no que é considerado historicamente como noções tradicionais sobre a mulher e isto leva a discussão para uma categoria de análise sobre mulheres.

Scott (1989/2016) demonstra que a expressão gênero passa para o âmbito das teorias feministas, ora perseguindo o sentido que os dicionaristas lhe emprestam e ora avançando para além de uma pregação a respeito da igualdade apenas entre os sexos, ou seja, gênero é uma “maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” e que é expresso gramaticalmente por desinências nominais indicativas das flexões de gênero masculino e feminino e que compreendem um “meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções” acordado socialmente e que não se restringe a “uma descrição objetiva de traços inerentes”, apenas. Essas classificações oferecem a ideia de presença de uma relação entre categorias e que são identificadas como distintas em “agrupamentos separados” (p. 3).

Gênero associa-se assim às teorias e ao movimento feminista, principalmente americano, que conforme Scott (1989/2016) procurou demonstrar o caráter social das distinções baseadas entre os sexos, pois a palavra gênero não vinha carregada da rejeição que era própria e parte integrante dos termos “sexo ou diferença social”. Gênero é uma expressão que oferecia mais, pois procurava deixar visível o aspecto relacional existentes nas “definições normativas das feminilidades” onde a reciprocidade entre o homem e a mulher era presente e necessariamente não havia como compreender qualquer um deles de forma separada, de forma distinta. A autora discute a expressão gênero dentro da história do movimento feminista e da própria mulher quando evidencia que gênero esteve associado, para

parte do movimento feminista, como um divisor de águas na pesquisa sobre mulheres, pois mudaria o paradigma existente a respeito de como a mulher era percebida socialmente estando a exigir uma “reavaliação crítica das premissas e critérios dos trabalhos científicos existentes” (p. 3). Assim gênero parece querer trazer uma luz ao movimento das mulheres, pois ele é considerado como o indutor, conforme sinaliza a autora, de redefinições e do

[...] alargamento das noções vigentes, tradicionais, impondo a inscrição das mulheres na história a partir de redefinições e do alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal subjetiva quanto as atividades públicas e políticas (SCOTT, 1989/2016, p. 4).

Scott enfatiza, também, que a introdução da expressão gênero é gerador de mudanças não apenas no que é concebido como história das mulheres, mas que poderá também e principalmente interferir na forma como a própria história é concebida, levando a uma “nova história” que insere nela as experiências de vida e de participação da mulher na sociedade como protagonista de sua arte e não mais como coadjuvante de uma sociedade de homens, uma sociedade masculina. O que significa dizer que as categorias, de classe, de raça associadas a gênero passam a fazer-se presentes nos estudos e na análise histórica sobre mulheres onde a fala das oprimidas são consideradas, pois levam a um desvelamento da natureza da opressão recebida e que é caracterizada pela desigualdade entre homem e a mulher construída sob as categorias clássicas, o que de certa forma é observado nas narrativas das mulheres militantes de esquerda, objeto deste estudo. Há, no entanto, para Scott (1989/2016) questões cruciais e que devem ser levadas em consideração quando se estuda a respeito das mulheres e que estão presentes nas noções que são empregadas usualmente para discutir sobre mulher e que diz respeito às categorias de classe, raça e gênero e que devem ser analisadas de forma cuidadosa, pois são questões que podem mais apagar o entendimento sobre a natureza do fenômeno, do que esclarecê-lo.

Em relação à categoria classe a autora observa o caminho que esta categoria faz na complexa teoria marxista que a coloca sob a determinação econômica e das mudanças históricas sendo que o mesmo não é observado com as categorias de raça e de gênero que ficam fora desta associação. É observada também uma disparidade na forma de uso do conceito de classe entre os estudiosos e que está longe de perseguir uma unanimidade intelectual, pois as diferentes formas de conceber a categoria passa pelo uso que dela é feito em vários pensadores como no marxismo que trás a noção de “causalidade econômica” sob princípios dialéticos. Esta mesma dificuldade é notada, em relação à clareza e coerência de uso das categorias de raça e de gênero onde gênero deverá ser considerado necessariamente

como “um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas nas relações entre os sexos” (SCOTT, 1989/2016, p. 3). A autora salienta, ainda, que há uma tendência, que precisa ser mudada, que é a de tratar do tema sobre mulher a partir de abordagens descritivas sugerindo ser necessário tratar o tema a partir de abordagem que explicita movimentos alternados do fenômeno e que explique as desigualdades que se apresentam na relação homens e mulheres associadas às experiências ao nível da sociedade que são apresentadas sempre radicalmente diferenciadas em relação aos homens onde os conceitos que os determinam quando não são questionados impossibilitam alterar ou transformar a realidade presente. Da mesma forma que o não reconhecimento da existência da história das mulheres, ou a consideração de que homens e mulheres possuem histórias diferentes onde cada um, por seu turno, cuidaria de descrevê-las e onde o homem é colocado em domínios separados da mulher reservando-se as mulheres a arte de produzirem escritos sobre as suas histórias e que a ênfase desses escritos seja dada, ainda, ao sexo, a procriação, a família separando a história da mulher, da história política/econômica e da própria história do homem.

Scott (1989/2016) sinaliza, ainda, a respeito dos estudos sobre gênero que é feito seguindo uma tradição das ciências sociais onde se procura explicações causais universais para o fenômeno. Esta forma de estudo limita o entendimento sobre gênero, reduz e simplifica o fenômeno e a sua forma de tratamento, entendimento; generaliza os fatos e retira do fenômeno gênero a complexidade a ele inerente, complexidade esta que necessita ser visualizada, pois ela envolve a causalidade social que deveria ser analisada de forma a sinalizar mudanças possíveis e efetivas na forma e na condução do fenômeno gênero. No entanto, como enfatiza a autora, a abordagem sobre o fenômeno gênero é sempre descritiva o que limita a possibilidade de interpretação e explicação sobre ele. O que se observa na prática, é o uso da expressão gênero de forma simplificada onde a expressão é concebida como sinônimo de mulher e onde ocorre a substituição em livros e em artigos da palavra mulher pela expressão gênero, tratando-as como sinônimos, o que parece trazer uma aceitabilidade política maior desse campo de pesquisa dando a ideia de que o uso da expressão gênero “visa identificar a erudição e a seriedade de um trabalho porque ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (p. 5). No entanto, Scott deixa claro que quando gênero entra na terminologia científica ele desvincula a mulher da política do feminismo o que acarreta um problema de aumento da in-visibilidade sobre as questões das mulheres, pois o termo gênero não assume as questões presentes de desigualdade, não deixa visível a parte lesada do processo, não identifica a mulher incluindo-as, não as nomeia, não estabelece

relações e não representa ameaça crítica o que se diferencia da expressão que explicita de forma clara e crítica a posição política da mulher colocando-a como sujeito histórico legítimo conforme a expressão “história das mulheres”.

Assim, há de serem consideradas, neste estudo sobre a história das mulheres militantes, as posições que limitam o entendimento sobre os fenômenos e que estabelecem modelos que definem a reciprocidade de tratamento entre homens e mulheres onde a compreensão sobre um, define a compreensão sobre o outro, ou seja, não há como estudar o homem e a mulher separadamente, não há como entender separadamente homem e mulher. A expressão gênero apresenta, assim, a tendência de viabilizar estudos conjuntos sobre homem e mulher entendendo-os como fenômenos semelhantes e não diverso.

Saffioti (2004) lembra, também, que além da categoria analítica está embutido em gênero à categoria histórica o que faz com que qualquer tipo de estudo ou de abordagem que se faça sobre o problema de gênero deve ser feito de forma reflexiva e cuidadosa, sendo esse cuidado considerado, também, nos estudos sobre mulheres para que se possam enxergar proposições que estão presentes no conceito de gênero como as questões sócio-culturais e normativas e até a questão da subjetividade posto que o indivíduo, o sujeito é presente sempre. Debelar, assim formas de entendimentos de que gênero e mulher são sinônimos ou expressões que se substituem ou ainda que gênero remeta as ideias de desigualdade, de poder, que indique a parte oprimida apenas ou como se o conceito de gênero pudesse dar conta de questões que demandam estudos sistemáticos e consistentes que explique de onde vem a dominação/exploração, as eventuais transformações de sentido e que indique até a abolição do processo de dominação/exploração. Saffioti (2004) sinaliza que Scott (1989/2016) insere a questão do poder “no centro da organização social de gênero” e que gênero trás um ponto fundamental que esta relacionada à questão da “manutenção da igualdade e da desigualdade” sendo que o poder, no entanto pode variar entre as categorias de sexo. Há várias contribuições que são levantadas por Scott e que Saffioti (2004) chama a atenção criticando ou não, mas ela deixa implícita a ideia de que está presente sempre “uma estratégia de luta para a construção e uma sociedade igualitária” (p. 113).

Não há como desconsiderar, entretanto, que as ações produzidas no corpo da mulher militante pelos senhores da tortura devassaram sua natureza feminina e sua condição de mulher e colocaram em discussão questões presentes na discussão de gênero. É o corpo da mulher tomado, manipulado, assediado, pelo torturador, o receptor de atos que para além do físico eclodem na mente visando alcançar seu aparato psíquico de forma a alterá-lo, definitivamente, talvez. E isto é observado nos(as) militantes que no exílio ou depois dele não

alcançaram seu equilíbrio provocando o banimento de si mesmo do convívio humano, pelo suicídio, como é notado nas narrativas das mulheres militantes e em Mudado (2015) que deixa visível a depressão presente na ausência da irmã, militante torturada e presa pelo suicídio no exílio em Berlim. Todas as questões relacionadas às mulheres militantes nas torturas sofridas, nas ações enfrentadas dentro das suas organizações de esquerda, na convivência no exílio ou na readaptação sócio/profissional pós-ditadura são evocadoras das discussões gênero pois evidenciam, sempre a condição feminina, o corpo da mulher em detrimento da sua ideologia, e isto é passível de esforços contínuos de análise.

3.2 MULHERES, GÊNERO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Parece tomar corpo a partir da presença histórica da noção de gênero a ideia de que novos paradigmas deveriam surgir colocando a mulher no seu lugar na história e concebendo-a não mais como coadjuvante nos movimentos sociais e políticos, mas como protagonistas desses movimentos, como é sinalizado historicamente nos movimentos políticos do início da década de 1960, primeiro no combate e resistência à ditadura civil-militar brasileira e em seguida no árduo processo de edificação de si mesma na continuidade das lutas pós-ditadura desenvolvida no período de construção democrática, do país. Esse empenho é anunciado por Colling (1997) como a “abertura para novos objetos na história” onde as relações de gênero passam a ocupar amplos espaços e trazem à discussão e ao debate a mulher em suas “várias relações, como as de trabalho, família, educação” (p.10) e levantam, de forma crítica, questões presentes nessas relações demonstrando maturidade intelectual. O estudo e a pesquisa sobre mulheres tomam então novos espaços, novos rumos refinando as análises, os instrumentos teórico-metodológicos presentes e existentes.

É observado que os autores que discutem sobre as relações de gênero produzem e divulgam trabalhos de relevância científica e social fazendo avançar, de forma significativa, o campo de conhecimento sofisticando a discussão a produção de saberes sobre as teorias vigentes e que redundam em novas teorias, com possibilidade de alteração dos paradigmas presentes, como é observado nos trabalhos de Butler (2013); Scott (1989/2016); Perrot (1988) que avançam de forma significativa sobre as questões da mulher engajada politicamente retomados em Colling (1997); Ridenti (1990/2016); Souza (2012); Rosa (2013); Salgado (2013/2016); Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012). Esses autores pontificam a área deixando visível que ao tratar-se de mulheres, são as relações de gênero que “explicam como e que mais dão conta do tema” (COLLING, 1997), ou seja, é ainda e cada vez mais as

teorias sobre relações de gênero em suas mais diversificadas áreas de interesse que dão-nos conta de “explicar como as mulheres tornam-se sujeitos” (p. 14) de si mesmas protagonizando sua posição nas lutas políticas contemporâneas.

O problema objeto de interesse e de análise desta tese, mesmo não estando afeito às teorias feministas, a construção ou reconstrução dos seus constructos básicos sob as questões de gênero, leva em consideração, a(s) teoria(s) que sedimenta(m) a construção da ideia de mulher a partir dos anos de 1960, onde gênero aparece como suporte definidor das formas de pensar sobre a condição da mulher que vive em uma sociedade estratificada e masculina. A discussão a respeito da mulher oprimida e sua condição culturalmente construída e que avança para a identificação de uma mulher que se transforma em sujeito, em protagonista de sua existência, passa necessariamente pelas relações de gênero, conforme enfatiza Colling (1997) no final da década de 1990. É o estudo de gênero, segundo a autora, um dos responsáveis por tornar visível a atuação da mulher em suas várias lutas, social e política, sua contribuição histórica, seu lugar de sujeito/protagonista da memória fazendo ela sua própria história.

A busca de dados sobre a mulher em qualquer situação social e política exige, conforme a autora, trabalho cuidadoso posto ser esta uma área de estudo o qual se lida com categorias e conceitos que carecem de precisão dado ser o campo de investigação e de conhecimento sobre a mulher algo recente e o cuidado no desenvolvimento de qualquer pesquisa deve ser, então, mais cuidadoso, pois “as tendências totalizantes, as verdades tidas até agora como absolutas [em relação à mulher], devem ser repensadas para a reelaboração do conhecimento histórico” (p. 15). Associa-se a essas preocupações a necessidade de se considerar a mulher, em sua história e na história, não mais como um apêndice ou algo menor e inexistente, mas como sendo um “sujeito histórico”, que exige uma “redefinição e [um] alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente” considerado para ela, fazendo-se inserir na discussão de igual forma “tanto a [sua] experiência pessoal e subjetiva, quanto às [suas] atividades públicas e política” como alerta Scott (1990). Esta forma de ver a questão da mulher e da mulher militante política de esquerda exigem não apenas uma mudança de visão sobre a própria mulher, mas uma mudança de paradigma historiográfico, pois não basta mais “uma nova história das mulheres”, há de ser feita “uma nova história” como enfatizou Scott (1989/2016, p. 73) em meados dos anos de 1980.

Assim Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012) discutem, com base em uma vasta literatura, a mulher na militância política brasileira a partir do surgimento dos estudos sobre as relações de gênero que aparece no Brasil em meados dos anos de 1960. São os estudos de gênero, como se referiu Colling (1997) que darão consistência teórica aos novos

objetos de estudos históricos sobre a mulher e empresta-lhes “maturidade intelectual” explicações mais claras sobre o tema mulher. Tanto Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012) quanto Colling (1997) e Scott (1990), além de Butler (2016); Salgado (2013/2016); Saffioti (2004, 2013) chamam a atenção para o fato de que há, na relação masculino/feminino, homem/mulher que se desenrola nas organizações sociais como um todo e em várias épocas e na sociedade contemporânea, evidências de relações assimétricas. E isto não é diferente na relação mulher militante e suas organizações políticas de esquerda, como enfatiza Ridenti (1990/2016) e até na obra romanceada sobre o período Vargas de Amado (1970).

Há papéis definidos para a conduta social, tanto do homem quanto da mulher, que são preservados culturalmente e embutem códigos e regras de ações que se diferenciam e se distinguem para ambos, sendo que os papéis sexuais na vida de relação do ser apresentam-se de forma, também, diferenciada e desigual o que evidencia uma posição masculina dominante nas relações. Evidencia-se assim, o conflito de poder permanente a sinalizar a existência de uma assimetria onde o poder do homem é manifestado nas relações sociais, profissionais e familiares embutindo conflitos oriundos desta hierarquização de condutas, seja no público ou no privado, seja nas organizações de esquerda ou nas organizações fascistas, de direita. As diferenças entre homens e mulheres, considerando a categoria sexo tiveram sua configuração na sociedade e na cultura dos anos de 1960 e é sobre elas que os estudos de gênero caminham explicitando suas relações e postando-se como um referencial teórico que mais se aproxima das respostas procuradas sobre o pressuposto que diz haver uma “hierarquia na qual a mulher ocupa uma posição inferior” (SAFFIOTI, 2013, p. 40).

Jelin (2011, 2016) discute gênero e memória e analisa a presença da mulher militante nos quadros políticos das organizações de esquerda quando do enfrentamento às ditaduras militares do cone sul onde as experiências vividas e narradas pelas mulheres militantes forneceram informações que evidenciaram a participação das mesmas na política, cujo campo de atuação parece estar restrito culturalmente, ao homem e quando assim o faz rompem com os códigos socialmente estabelecidos para elas, até então. Souza, (2012); Salgado (2013/2016); Ridenti (1990/2016) evidenciando o nível de repressão a que as mulheres estão sujeitas, nos seus mais variados campos de atuação profissional e chamando a atenção para a necessidade de se produzir saberes sobre as questões que daí surge deixam claro que esta produção deve ser feita de forma a contribuir para uma formação crítica das gerações futuras.

Os autores procuram discutir as relações de gênero não restringindo todo este rico campo de dados às visões estereotipadas que induzem a percepção apenas de que a mulher se localiza em oponência ao homem, que ela existe como vítima do homem que as domina, isto

ocorrendo também nas organizações de esquerda quando a militante política sofre o seu julgo e por ele é dominada. Esta forma usual de se entender a questão leva ao não desvelamento das relações presentes, acobertam, faz desaparecer, torna invisível às questões presentes e reais que são vivenciadas pelas mulheres, enquanto mulheres e enquanto seres engajados social e politicamente, sendo necessário que se evidencie que se discuta e se analise estas questões como chamam a atenção Colling (1997); Salgado (2013/2016); Ridenti (1990/2016) e a própria Jelin (2016).

É importante que se questione a respeito da existência de registros escritos sobre a participação da mulher nas lutas democráticas no Brasil, da mesma forma como há registros das ações dos homens nessas mesmas lutas e nos mesmos períodos. A este respeito é notável que na história das lutas político-democráticas no Brasil, seja nos sindicatos, nos partidos oficiais, nos grupos organizados, nas agremiações de esquerda ou de direita, o que prevalece são os registros das ações masculinas dando a ideia de que a mulher está definitivamente ausente dos processos, demonstrando serem esses campos, por tradição e cultura, reservados à população masculina, prevalece assim o silenciamento da memória feminina no processo de construção social e política do país. E, no entanto, participação da mulher em todos os confrontos políticos ocorridos ao longo da história do Brasil e da história universal é um dado marcante mesmo que não registrado oficialmente, estejam elas inseridas nas organizações de esquerda ou de direita, defendendo suas ideias e suas posições. O que não existe são registros feitos pelos que contam a história oficial, inclusive a história brasileira, sobre a participação efetiva da mulher nos embates políticos como já foi sinalizado por Souza (2012); Rosa (2013); Ridenti (1990/2016); Soihet (2008, 2005/2016); Coimbra (2011); Daas (1999); Saffioti (2004, 2013).

A resistência da mulher durante a ditadura é sinalizada por Colling (1997) que mostra a presença marcante em todos os períodos e deixa claro que a mulher não tem sua voz “ouvida na política” em decorrência de ser a política uma “arena pública e masculina por excelência”. Para a autora a mulher não tem sua presença anotada pela história, ao contrário, a sua presença é “silenciada na história” (p. 7) e, no entanto, mesmo que haja uma expressiva ausência de registros sobre ela e seus feitos, a mulher pontua em todos os confrontos políticos principalmente os que proliferaram a partir dos anos de 1960 e após o golpe de 1964 quando demonstra ser, a mulher, agente de sua vontade política, autônoma em suas decisões e em suas escolhas, não tutelada, um ser pensante e atuante. Nem mesmo quando a mulher é transformada em vítima dos Anos de Chumbo, ela queda passiva frente ao arbítrio, mas

evidencia o seu poder de ação/reação, de intervenção, de resistência, de suporte e de regeneração.

Rago (2013) lembra que a mulher não foi estudada pela História do Brasil e que embora hajam escritos sobre a sua presença nos processos da luta política democrática tais escritos não são efetivos e tampouco acompanham a dinâmica da presença feminina na política e em todo o processo de mudança que esta participação acarretou, principalmente após o ano de 1960 e ao longo da ditadura. A dimensão da presença da mulher na política e na luta democrática é um dos esforços desta pesquisa que coloca a mulher como protagonista da história e da sua história memória não apenas como coadjuvante de um rude processo de arbítrio na busca das liberdades democráticas. Esta forma de não enxergar a mulher na luta política e as dificuldades de entender o seu papel de militante de esquerda em uma área de atuação prioritariamente pública e reservada ao homem é parte da cultura machista e de nosso tempo.

Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012) descrevem a posição da mulher militante nos grupos onde dela se exige negação da individualidade em benefício do partido e da ideologia. Esses grupos apresentam definições claras de papéis onde o papel masculino diferencia-se do papel feminino que é considerado inferior no sentido das ações política executadas. Mesmo nos grupos políticos de esquerda as mulheres servem de “fachada” para as ações dos companheiros, ou são vistas como dispensadoras de prazer sexual, esposas de militantes com tarefas a elas definidas de mãe, de organizadora da vida do lar sendo que esta distinção de gênero não é apenas aparente, mas real mesmo que haja uma retórica sobre igualdade entre mulheres e homens nas organizações de esquerda, como dão-nos notícias sobre este fato Rosa (2013); Rago (2013) e Souza (2012). O mesmo ocorre com mulheres militantes de esquerda que passaram pela experiência da luta armada, da clandestinidade, da tortura e dos maus tratos durante a ditadura.

Rosa (2013); Rago (2013) discutem a forma como as mulheres chegavam às organizações de esquerda. Chegavam “tímidas e inexperientes” para em seguida empreenderem de forma expressiva formação ideológica e que essas ocorriam nas ações, nas práticas da luta armada e nas vivências da clandestinidade, ou seja, as mulheres militantes eram introduzidas na luta sem preparação ou discussão política, ou eram apresentadas as lutas por meio da trilogia de Jorge Amado, “Porões da Liberdade” (AMADO, 1970) que romanceia as lutas políticas da esquerda no período Vargas, como relata Nilce Azevedo Cardoso à Rosa (2013). Para Rosa (2013) existia uma forma de tratamento que era dispensada às mulheres, nas organizações de esquerda e esta não era diferente da forma de tratamento que a mulher

recebia dentro do ambiente privado, familiar, ou no ambiente público político, democrático e social. As mulheres, nos espaços das organizações de esquerda, recebiam a mesma forma de tratamento que a elas eram dispensados pela sociedade burguesa e capitalista. Os companheiros replicavam a visão que a sociedade tinha sobre ela, ou seja, as mulheres eram desconsideradas como sujeito de si mesmas, como seres pensantes, limitadas culturalmente e restrita aos domínios do doméstico ou, como enfatiza Scott (1989/2016); Saffioti (2004, 2013); Ridenti (1997); Rosa (2013), restrita apenas ao espaço privado e não público.

A esquerda brasileira parece compactuar com a cultura autoritária associada às práticas das organizações de direita em relação à consideração da mulher em seus quadros. Souza (2012) observa a tendência, dos agrupamentos de esquerda, de manterem concepções contraditórias relacionadas à mulher prevalecendo à ideia de conceber, conforme o que é usual na cultura, o impeditivo de elas assumirem postos de liderança e de direção. Mulheres nas organizações de esquerda estavam presas ao autoritarismo partidário que regula com intensidade e dentro de uma suposta naturalidade seus passos em várias situações, até nas suas relações afetivas e nas atividades dentro do grupo, na participação das ações, nas situações críticas de fuga onde os dirigentes apresentavam prioridades e era em sua maioria homens, segundo Souza (2012). Além da pressão interna das organizações, a mulher engajada politicamente sofria, também, “discriminação externa” sendo considerada diferente em seu meio social pelas suas ideias avançadas, por serem comunista fugindo dos padrões culturais, dela esperados. A liberdade demonstrada pelas mulheres militantes e o nível de informação recebida, que não era usual com as demais mulheres, fazia-as serem consideradas mulheres de “vida fácil” levando-as a reafirmarem os valores tradicionais da cultura masculina e burguesa dentro das organizações de esquerda quando inquiridas, de alguma forma declaravam ser mulheres “de família”. As contradições aguçavam-se, pois as organizações de esquerda impunham um papel de coadjuvante às mulheres fazendo-as perceberem que eram “utilizadas [apenas] como cenário” dentro das lutas políticas, conforme enfatiza Souza (2012, p. 21). Havia, também, uma sujeição das mulheres ao centralismo das organizações de esquerda e isto era refletido nas relações afetivas entre militantes e que evidenciavam fortes contradições, principalmente em relação às uniões perenes, como casamentos e constituição familiar. Essas questões geravam conflitos entre os militantes e as próprias organizações, pois constituir família e gerar filhos era considerado uma prática burguesa e assim sendo poderia gerar a “necessidade quase imperiosa de contestar os costumes e os valores tradicionais” da burguesia por parte das organizações e dos militantes e em contrapartida os militantes poderiam, da mesma forma, ver-se “enfrentando as pressões familiares para uma união convencional” (p.

20). E esta não parecia ser uma questão de fácil resolução à esquerda brasileira tendo sido sinalizada em várias oportunidades, como em Souza (2012); Kucinski (2014); José; Miranda (1980) e Patarra (1992).

Em vários momentos, de forma discreta ou não, nas discussões sobre o sequestro, o desaparecimento e morte de mulheres militantes é feita referências a respeito das uniões afetivas entre militantes, como é o caso de Rosa Kucinski, militante de esquerda, docente e pesquisadora do Instituto de Química (IQ) da Universidade de São Paulo, a USP, contrai núpcias com seu companheiro de militância secretamente sem informar família e tampouco a sua organização de esquerda. Este fato é descoberto nas dependências do DEOPS/SP sendo que sua família toma conhecimento da sua união somente quando seu pai empreende a busca incessante de sua pessoa, sabida assassinada por Fleury, mas desaparecida até os dias atuais. Da mesma forma Iara Iavelberg, também, docente pesquisadora do Instituto de Psicologia (IP) da USP, que une-se a Carlos Lamarca, companheiro de luta e de relações afetivas, mas sofre injunções de suas organizações de esquerda e após seu assassinato por Fleury são reveladas cartas que expressam seus sentimentos e suas crises pela união, por eles consentidas, mas possivelmente questionadas pelas organizações de esquerda.

Considerando, ainda, as questões de gênero e a participação da mulher na luta política na história recente do país, Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012) identificam questões psicossociais presentes nesta relação quando mulheres jovens adentram ao campo político em meio à ditadura militar atuando nas organizações de esquerda provocando ao nível da sociedade geral e particularmente nos mandantes do poder, reações duras que incidirão sobre elas, pois as ações das mulheres militantes fizeram romper os códigos vigentes e culturalmente aceitos para elas, no período. Os autores enfatizam a presença da mulher no âmbito da sua participação política nas organizações de esquerda contra a ditadura indicando ser isto parte da nossa memória social contemporânea e que começa a se evidenciar na historiografia oficial, de forma mais sistemática a partir dos depoimentos das que sobreviveram ao arbítrio e contam seus envolvimento nas lutas contra a ditadura sendo por isso perseguida “por esse regime político de exceção”.

Para as autoras a atuação da mulher na militância de esquerda é construtora da memória contemporânea, mas ela não se faz presente na produção historiográfica sobre os fatos ocorridos, pois o que prevalece é o discurso de uma “memória” oficial em detrimento dos discursos sobre as memórias vivenciadas na existência de cada uma das mulheres militantes, ou daquelas que fizeram a história e que por tê-la feito ficaram fora dela, oficialmente. No período pós-ditadura é identificada, também, escassez de informes a respeito

da presença da mulher que militou e resistiu a ela sendo apagada a atuação significativa que muitas mulheres tiveram no movimento. Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012) evidenciam, no entanto, o fato de que é a partir da década de 1980 que as informações sobre a participação das mulheres nas lutas democráticas começam a surgir de forma mais sistemática, isto ocorrendo nas várias mídias, em exposições sobre o tema, em filmes e documentários, na publicação de livros, na literatura histórica ou ficcional, na televisão, no teatro. Ocorre, então, uma intensificação da pesquisa acadêmica e científica sobre o tema, ampliando-se sua feitura e juntados as contribuições das várias áreas de saberes para a produção teórica, discussões críticas e avaliativas sobre as mulheres na militância política.

Assim os estudos e os escritos sobre o movimento civil-militar de 1964 começaram a aparecer com maior frequência a partir dos anos de 1970 com publicações pontuais que vão sendo ampliadas após a Lei da Anistia promulgada em 1979, conforme Gaspari (2002/2004, 2004, 2003, 2002/2005, 2016); D'Araujo; Soares; Castro (2014); Dreifuss (1981); Fernandes (1982); Alves (1989); Ventura (2008); Gorender (1987); Moraes (2011); Tavares (2012, 2013, 2014), seguido das discussões a respeito da presença das mulheres nos movimentos de esquerda, sobre as ações para a queda das ditaduras militares, a partir dos anos de 1980 como em Ridenti (1990/2016); Jelin (1990/2016); Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012); Colling (1997) e as divulgações oficiais, a partir da primeira década dos anos de 2000, com as narrativas publicitadas das mulheres militantes sobre suas vivências onde tais narrativas apresentam as mulheres como protagonistas de suas existências e do movimento ao qual serraram fileira para combatê-lo demonstrando haver ocorrido mudanças significativas nos sistema onde suas lutas políticas e de gênero se fizeram notar como em Rosa (2013); Rago (2013); Colling (1997); Saffioti (2004/2013); Salgado (2013/2016) e os escritos em processo de construção que descrevem, analisam e trazem à luz o protagonismo das mulheres. E, considerando o que já foi escrito sobre a mulher nota-se, no entanto, que a sua presença na política e principalmente sobre a sua atuação nas organizações de esquerdas antes, durante e após a ditadura é registrada ainda de forma econômica como sinaliza Ridenti (1990/2016); Souza (2012); Colling (1997), tanto a respeito da atuação dentro das organizações de esquerda quanto no enfrentamento à ditadura civil-militar.

Ridenti (1990/2016) demarca a inserção da mulher na cena política nacional e na política dos anos de 1960 quando discorre sobre as mulheres militantes que praticaram uma política de enfrentamento do golpe e do arbítrio transformando-se em mulheres subversivas que pegaram em armas para combateram o regime. Para Ridenti a participação política das mulheres nos anos de 1960 apresentou-se de forma bastante diversificada durante todo o

tempo de duração da ditadura, de fato 21 anos e de direito 25 anos e essa diversificação recai tanto sobre o apoio das mulheres ao regime implantado quanto ao combate, por elas empreendido ao regime seja de forma moderada, seja de forma extremada. O autor analisa, ainda, a participação de mulheres na política brasileira perseguindo os dados oficiais disponibilizados pelos processos instaurados na JM e de forma ampla observa que mais de 80% deles referem-se à atuação/participação masculina. E, quando se considera as ações urbanas no seu conjunto relacionadas aos grupos armados observa a percentagem maior de presença das mulheres. O mesmo não ocorre nos grupos chamados nacionalistas onde a presença da mulher é bastante limitada tornando esse percentual mais irrisório, ainda ao considerar as organizações do norte e nordeste do país. Ridenti observa, também, que os grupos armados urbanos são os que apresentaram maiores números de participação de mulheres totalizando um percentual de 15 a 20% o que representa um contingente bastante significativo de mulheres. Ou seja, não foram poucas as mulheres que tiveram sua participação na política brasileira do período de 1964 a 1985, pois há de se levar em consideração o lugar que as mesmas ocupavam na sociedade brasileira dos anos de 1960 até início dos anos de 1970 que era um lugar de submissão na política e na sociedade em geral onde a “norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe de 1964” (p. 114).

O que se observa é que tanto nas organizações de esquerda quanto nos partidos nacionalistas ou de direita a presença da mulher era limitada e, no entanto e da mesma forma, o contingente que se apresentava em ambos os lados já parecia ser significativo. Ridenti (1990/2016) observa que a presença da mulher na militância de esquerda empunhando armas contra o regime trás em seu bojo o processo de liberação feminina. A mulher se expõe, a partir do final dos anos de 1960, deixa seu ambiente privado e adentra aos setores públicos para reivindicar maior liberdade, para questionar o processo político reinante, ou para defender sua ideologia tomando parte, efetiva, nas lutas políticas assumindo posições que eram reservadas e atribuídas apenas à população masculina. E, no entanto, as ações produzidas pelas mulheres neste período não apresentavam caráter de luta “feminista”, não se associavam as reivindicações defendidas pelos grupos feministas o que vai ocorrer apenas a partir dos anos de 1970 principalmente quando grupos de mulheres ativistas entram em contato com o movimento feminista, já no exílio, conforme Rosa (2013); Rago (2013); Jelin (2016); Butler (2016); Scott (1989/2016); Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2012); Colling (1997). Ou seja, a presença da mulher fora do ambiente privado a ela reservado, que

significou uma “ruptura do estereotipo da mulher restrita ao espaço doméstico [...] que vive em função do mundo masculino”, a adesão das mulheres a grupos de ordem militar como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Ação Popular (AP) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) que aderiram à luta armada e a guerrilha urbana, como ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) na guerrilha do campo no Araguaia (NOSSA, 2012) fez-se de forma marcante, pois, a presença da mulher nos grupos que empunharam armas contra o regime foi mais elevada do que na esquerda tradicional antes e após 1964, ou na direita conforme dados a respeito do processo de integração das mulheres ao PCB, assinalado por Ridenti (1990/2016). Ridenti deixa visível, ainda, que a participação feminina nas organizações de esquerda armada chegava próxima ao percentual da população economicamente ativa de mulheres no Brasil conforme dados do IBGE (1970) que indica ser pelo censo de 1970 de 21%.

O que é observado por Ridenti (1989/2016) é que há, também, diferenças individuais no contingente de mulheres militantes dentro das organizações de esquerda que aderiram à luta armada e essas diferenças dizem respeito à formação intelectual e ao tipo de ocupação de cada uma delas. Ridenti (1989/2016) observa que a justiça militar processou, prendeu e exilou mulheres que pertenciam à camada social mais “baixa” que eram apenas mães, irmãs ou esposas de militantes de esquerda e que não apresentavam vínculos com os partidos ou grupos de esquerdas e nem, tampouco, atuaram nas ações subversivas elaboradas pelas organizações de esquerda, mas eram mulheres do lar ou “trabalhadoras manuais, rurais e urbanas” (p. 115). Da mesma forma foram também processadas pela JM e depois presas e exiladas, mulheres que apresentavam formação intelectual que eram militantes das organizações de esquerda, que atuaram na luta armada e que não tinham envolvimento com trabalhos manuais.

Ridenti (1989/2016) observa, também, que entre as militantes que pegaram em armas havia também donas de casa, mulheres do lar, mas a grande maioria era formada por estudantes, secundaristas, universitários, professores, profissionais formados pela universidade sendo esses classificados pela JM, como pertencentes às “camadas médias intelectualizadas”. É observado, pelo autor, que o contingente dos “grupos armados urbanos típicos” era composto de uma percentagem alta de mulheres que pertenciam aos “estratos sociais mais intelectualizados” e estas chegavam a 75%. E, mesmo entre as mulheres relacionadas à chamada “camada média intelectualizada” comportava, porém, diferenças sociais marcantes.

Algumas das questões apontadas por Ridenti (1989/2016) evidenciam as posições das mulheres no período que antecederam a ditadura e que se mantiveram ao longo dela. Uma

delas diz respeito à contestação das mulheres à ordem estabelecida, principalmente entre os anos de 1966 e 1968, que ocorre a partir da entrada dessas mulheres nas Instituições de Ensino Superior (IES). Uma vez iniciando a formação universitária elas passam a fazer parte de grupos, de organizações, de tendências de esquerda e que são acolhidas pelo ME redundando, em sua maioria, nos “quadros para os grupos de extrema esquerda” (p.116). O ME aparece, então, como um celeiro de lideranças políticas que pela sua organicidade e diversidade refletida em seu micro cosmo onde de forma dinâmica replica as lutas políticas no contexto social mais amplo adiantando-se às ações que seriam objeto das práticas políticas vindouras. As mulheres que absorveram o ME ou que foram pelo ME absorvidas tiveram sua formação política forjada, inicialmente, neste rico caldo de cultura política. O ME formou suas lideranças políticas e as mesmas lideranças formaram o ME trazendo à luz um conjunto de lideranças possíveis para um Estado futuro de direito e democrático e que em seus tempos serviram de vítimas aos mandantes da ditadura civil-militar brasileira sendo em sua maioria exterminada sumariamente. E é neste caldo de ações de vanguarda que as mulheres fizeram-se ouvir na tentativa de “romper, em diversos aspectos com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda” (RIDENTI, 1989/2016, p.116).

Outra questão importante e que se dá paralela às ações políticas das mulheres militantes de esquerda e que lutaram pela ruptura da ordem vigente se refere às posições defendidas por mulheres, chamadas por Ridenti de conservadoras, que dos seus lugares dirigiram ações no sentido de legitimar o golpe de Estado de 1964 que associadas aos órgãos financiados e mantidos pelo governo americano como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) descritos e analisado por Dreifuss (1981) cuidavam de manter ativa uma forte campanha contra o governo constitucional de Jango criando as condições de poder aos grupos que desferiram o golpe. E, neste sentido há uma mobilização para a formação de grupo de mulheres conservadoras que se incumbiram de fomentar na população a ideia do golpe, demonstrando forte capacidade para a mobilização de outras mulheres e da população em geral quando tomam às ruas antes do golpe e logo após a sua ocorrência. Esta capacidade mobilizadora das mulheres conservadoras enfatizada por Dreifuss (1981) e Ridenti (1989/2016), aliada a “eficiência das classes dominantes” é identificada historicamente na “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”.

Dreifuss (1989) e Fernandes (1982) analisam este período considerando a influência do governo americano no processo de formação da ditadura onde promoveu o aliciamento de vasta parcela da classe política nacional, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio

Grande do Sul, de parcela significativa de industriais, comerciantes e instituições representativas da classe como a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) criando e mantendo órgãos que aglutinaram a classe intelectual conservadora como o IPES/IBAD e a partir daí arregimentou setores importantes da sociedade como a Igreja romana pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que aderiram ao golpe pedindo uma intervenção militar que interviesse, mas de forma temporária, para o “restabelecimento da ordem”. E, do seu lugar as associações de mulheres conservadoras desempenharam seu papel de mobilização, arregimentando parcela significativa da sociedade em defesa dos “padrões conservadores vigentes sobre a função da mulher na sociedade”. As entidades de mulheres mantiveram-se ativas após o golpe na tentativa de legitimá-lo, há, porém o processo de militarização da sociedade e a perpetuação dos militares no poder o que demanda um retrocesso que passa a ser questionado pelas instituições que em um primeiro momento aderiram ao golpe e em seguida, após a implantação sequencial dos AI como recursos para a tomada radical do poder pelos militares, iniciam uma contestação contumaz ao regime de força que vai se instalando posicionando a OAB, a ABI e a CNBB contra o golpe e em defesa da democracia.

Não há como desconsiderar, no entanto, que os tempos de mudanças estavam contidos nos anos da década de 1960 que se iniciavam sob a influência de grupos político/empresarial/oligárquicos que exerciam seu domínio sob a aliança do capital monopolista estrangeiro fazendo oposição ferrenha ao governo populista/desenvolvimentista de João Goulart (COIMBRA, 2011; DREIFUSS, 1981). O Brasil florescia cultural, social e politicamente na construção de uma democracia participativa. No meio estudantil, ambiente historicamente formador da vanguarda dos movimentos libertários a União Nacional dos Estudantes (UNE) disseminava cultura teatral/musical/literária massificando-a educacionalmente a um conjunto de trabalhadores carentes e ansiosos por usufruir das artes em suas expressões mais diversas onde identificavam os problemas do dia-a-dia nos esquetes que os jovens atores como saltimbancos, representavam a céu aberto ao mesmo tempo em que chamavam para si a compreensão das questões políticas a eles inerentes. E, isto era feito ao nível nacional pela articulação dos Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE cuja atividade incessante e formadora estendia-se pelos grandes aglomerados e apresentando-se nas praças centrais onde o aglomerado de pessoas era presente e nas “favelas e subúrbios de classes trabalhadoras” (DREIFUSS, 1981, p. 282; ALVES, 1993).

Os CPC congregavam estudantes, artistas, intelectuais que se envolviam com a população no seu dia-a-dia de trabalho levando a eles a arte, a música militante no empenho de educá-los politicamente. O Brasil florescia e exigia participação ativa das várias camadas sociais na cidade, na indústria, no comércio, no campo. E no campo, conforme Dreifuss (1981); Gorender (1997) a organização evidenciava-se na zona da mata nordestina onde o trabalhador organizado, alfabetizando-se exigia terras para o cultivo e organizavam-se como classe trabalhadora nas suas organizações de classe. Paulo Freire, em Pernambuco, descendo até o Rio de Janeiro com seu Programa Nacional de Alfabetização (PNA) passava a fomentar uma consciência crítica aos trabalhadores do campo a partir das experiências de alfabetização de adultos que tomando consciência de si passavam à militância nos movimentos sociais de trabalhadores, cerrando fileira em torno dos seus órgãos de representação profissional, e já alfabetizados, na ampla região nordestina unindo-se à juventude estudantil e aos intelectuais.

A mulher também surgia nas atividades públicas abandonando o ambiente privado que a ela era determinado culturalmente. Sua inserção mais regular era vista e sentida, nos ambientes profissionais e em seus vários níveis inclusive nas universidades e escolas de ensino superior onde sua presença passou a ser efetiva nos anos de 1960 aumentando progressivamente a partir daí. A presença da mulher nos setores públicos principalmente nas universidades as leva ao engajamento político onde passam a exigir sua valorização em todos os sentidos, mas, um pouco distantes, ainda, das lides feministas que florescerão no Brasil nos anos de 1970 e de forma mais efetiva após a promulgação da Lei de Anistia e a volta das mulheres anistiada que traziam na bagagem a experiência das lutas das feministas americanas e européias.

Esta nova mulher ousada, revolucionária, participativa que se joga para fora de casa indo atuar tanto nos agrupamentos de esquerda como de direita, afronta não só a sociedade burguesa que passa a enxergá-la como um ser desnecessariamente avançado, mas também e principalmente aos agrupamentos de esquerda quando seus militantes masculinos vêm-se na obrigação de abandonar a sisudez e a postura rígida que caracterizava a esquerda estalinista, enxergando que mantinham, com raríssimas exceções, a mesma postura fascista de tratamento à mulher, pois se constata que a esquerda replicava, nas suas ações diárias de militância, a mesma forma de tratamento que a burguesia dispensava às mulheres mantendo, no entanto, um discurso avançado sobre os direitos iguais entre mulher e homem e isto é discutido por também por Coimbra (2011); Jelin (2016); Souza (1912); Ridenti (1990/2106). A esse respeito Coimbra (2011) relata que, quando militante de esquerda na clandestinidade, fora acionada para participar de uma reunião da sua organização e que ao iniciar a reunião

descobriu que sua participação estava restrita à confecção da comida, “fui cozinhar para os companheiros” (p. 42). Coimbra (2011) sinaliza, no entanto, que houveram ganhos reais para as mulheres daquela geração, pois elas passaram a questionar a obrigatoriedade de união afetiva, a imposição do casamento monogâmico como um dos caminhos para um futuro seguro, o trabalho que deixa de ser doméstico para torna-se público e mais, o trabalho feminino fora de casa passa ser uma forma de “realização pessoal e afirmação da própria independência” (p. 44) financeira, social e afetiva.

O surgimento da pílula anticoncepcional que elimina a exigência da maternidade fazendo-a existir sob aspecto diferenciado em que conceber ou não conceber passa a ser uma decisão pessoal. A não exigência de concepção coloca a mulher frente ao seu corpo, frente à descoberta de si, de sua sexualidade fazendo-a conviver, produtivamente, com as formas diversificadas de prazer, o prazer feminino, o prazer sexual que induz ao prazer pessoal. Da mesma forma, a virgindade passa a ser uma decisão e preservá-la é uma questão de foro íntimo sendo, também, o aborto um direito a ser discutido e debatido, friamente. A mulher começa a ser considerada não como um objeto passível de manipulação, de manuseio, posse do macho e do sistema, mas sujeito de si, participe da construção de sua história fazendo com que a forma de entender sua existência mulher em relação ao homem e a sua condição avance na direção de formas mais igualitárias.

A presença da mulher militante nas resistências e nas lutas políticas é enfatizada pela literatura como Jelin (2016); Ridenti (1990/2016); Salgado (2013/2016); Colling (1997); Gianordoli-Nascimento; Trindade; Santos (2102); Rosa (2013) onde é demonstrado, discutido e descrito a atuação/participação de mulheres militantes nos seus vários níveis de envolvimento chegando até as ações armadas. O que se nota, no entanto, e como é enfatizado pela literatura é a não existência de registros sistemáticos da presença de mulher na lutas políticas e que tem sua voz silenciada, pois a relação “mulher e política” evocam tabu que se manifesta “na sociedade brasileira”, de forma marcante, como enfatiza Colling (1997, p. 7). E, é neste “espaço público, político e masculino” que as mulheres militantes adentraram, e se engajaram de forma mais veemente no período da ditadura civil-militar, nos espaços das organizações de esquerda, nos espaços clandestinos, nos espaços de homens que se opuseram a outros homens, civis e militares, nos espaços que são demarcados pela diferença e pela exclusão da mulher, em todos os sentidos. E é nesse espaço que a mulher militante vem manifestar sua vontade crítica nas lutas democráticas mesmo considerando que a história não oficializa sua presença, “silencia e até esconde” sua participação.

Para Colling (1997), apesar de haver vários registros escritos que discutem, apresentam e analisam o período da ditadura, apesar de a mulher pontuar nas lutas democráticas com maturidade, atuando como protagonista da história e não mais como coadjuvante, há ainda a tendência de enxergá-la como um Ser de segunda classe e na militância política como aquela que no interior dos aparelhos continua a ser apenas feitora e mantenedora das melhores condições para o homem que milita, dirige e determina o andamento da luta, estando ali, quando não, apenas para dividir afetos servindo-se ao homem. E neste contexto, há de se enfatizar que as lutas pela democratização e o restabelecimento do Estado de Direito aparece para a mulher dos anos de 1960 como o motivo maior da sua disposição de assumir-se socialmente. Nesse período, como enfatiza Colling (1997); Souza (2012); Ridenti (2012) a contestação da ordem instituída, a luta contra a ditadura militar é mais evidente para a mulher do que a defesa das construções teóricas e práticas das teorias feministas e de gênero, que começam a tomar corpo nas experiências das mulheres européias e norte-americanas. As ocorrências dos anos de 1960 definiram os movimentos sociais da mulher brasileira oferecendo-lhes características próprias, ou seja, mulher militante de esquerda engajada na lutas contra a ditadura civil, militar brasileira. Sarti (2004) enfatiza, também, que são as lutas contra a ditadura dos anos de 1960 que orientaram as ações da mulher militante e não as relações de gênero nem tampouco às questões debatidas pelo movimento feminino que eclodira em meio aos anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos tendo sido somente nos anos de 1970 que as questões de gênero, os direitos das mulheres e o feminismo passam a ser assimilados e isto ocorre em função do exílio e no retorno das mulheres que trazem a questão de gênero e do feminismo para a continuidade da luta. É, pois o autoritarismo político e a repressão vigorante a partir da implantação da ditadura brasileira o fator que encoberta as manifestações de luta de um feminismo travada internacionalmente e empresta um caráter muito próprio ao movimento da esquerda brasileira.

Assim, a mulher militante sobre a pressão do Estado ditatorial retarda a discussão nos escritos e nas ações que começa a ser evidenciada a respeito de um feminismo libertador transferindo a discussão para o seu universo vivenciado, qual seja o sequestro/prisão, a tortura e as ações do torturador frente a elas. Pois, é na tortura que se observa a discrepância da ação do torturador que não expressa a igualdade de gênero em função de uma determinação político-ideológico, de uma causa comum a todos os militantes, e que evidencia a autonomia intelectual, a postura crítica que comparece nas ações de cada uma das mulheres quando enfrentam vis-à-vis o poder político militar, despótico, arbitrário, que de forma vil as tortura. E, em detrimento da sua militância a mulher é vista como um corpo, como objeto de desejo,

que estabelece um confronto de poder, corpo de mulher x torturador que avançava sobre aquilo que da mulher era esperado, a servidão. Para o espanto do Estado ditador e do torturador, no entanto, a servidão da mulher não é mais consentida, não é mais voluntária, no sentido que La Boétie (1987) empresta ao termo, ao contrário, surge a mulher integrada, atuante, vivente, que argumenta que exige inteireza nas ações do Estado; a mulher que ultrapassa a dor e o sofrimento da violência de gênero e edifica-se na sua condição de militante política estabelecendo seu lugar e se posicionando como sujeito de si mesmo, das suas memórias e da sua própria história e há nisso a evidência de um processo inicial de mudança da mulher.

A mulher engajada que deveria ser considerada e enxergada pela ótica do poder arbitrário, como preso político passam a sofrer, por determinação do poder reinante e por iniciativa dos torcionários de plantão, sejam eles que forem agentes, carcereiros, militares de alta patente ou não, torturas veementes, torturas de gênero, tortura sexual que as levam a supressão física ou a desrazão, onde os maus tratos extrapolam a dita necessidade de obtenção de informações tornando os agentes seus algozes, seus carrascos e a mulher militante de esquerda, o quadro político formador e disseminador de ideias revolucionárias que visam minar as bases do regime, desaparecem para surgir apenas o corpo da mulher, o corpo do desejo, das pulsões de todos os que as tocam. Assim a mulher engajada nas lutas políticas, a militante ideológica não é mais tratada como um mero militante político, que deve ser espremido (na ótica da repressão) até que se verta dele toda a informação que ele detém. O que surge à vista dos torcionários e à vista de uma platéia ululante a qual as mulheres nem sempre sabem quem são se agentes, militares, curiosos, convidados ao banquete espúrio que ali ficam em pé a observar e sempre se fazem presentes, é o corpo da mulher. Um corpo de mulher que aos torturadores esta acessível onde todos têm livre acesso sem restrição para os seus desejos e suas pulsões.

Quadros (2013/2016) analisou documentos do DEOPS/SP e encontrou anotações manuscritas que registra a presença regular de pessoas, como empresários ligados à FIESP, em reuniões na sede do DEOPS/SP e dentre ele o empresário Geraldo Rezende de Matos, além do ex-cônsul americano na “capital paulista Claris Rowley Halliwell”. Tanto os empresários da FIESP, quanto o representante da embaixada americana, mantinham registros de entradas nas dependências do DEOPS/SP sendo o registro de saída anotado na manhã do dia seguinte. Quadros (2013/2016) observa que a presença assídua da autoridade consular, de empresários vinculados à FIESP em reuniões com agentes da repressão nas dependências do DEOPS/SP pode ser um indicativo da colaboração, de fato, do governo americano ao golpe de

1964 e na sua manutenção, da mesma forma da existência de vínculo estreito da ditadura com o empresariado nacional. O autor observa, ainda, que a presença de pessoas de fora do sistema repressivo é frequente, é assídua o que se pode deduzir que tais pessoas seriam “convidados” que poderiam, também, ter acesso as fossas, aos calabouços, à sala da “maricota”, para assistir as sessões de tortura, dado o acúmulo de pessoas que sempre estavam presentes nessas sessões, como é observado na narrativa das mulheres militantes Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia, e Ignez no ato da tortura.

Sobre esta questão Romeu (2016), a sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, narra que era observado quase diariamente caminhando pelas dependências da casa a presença de um senhor com aparência estrangeira o qual, ela viria, a saber, posteriormente, ser ele o senhorio do imóvel, um antigo colaborador do governo do Rio de Janeiro, do CIE e da ditadura civil-militar sendo por ela beneficiado. Este senhor apesar de não ter nunca participado das sessões de tortura de Etienne era um assíduo observador das sessões de torturas que ocorriam na Casa. O mesmo poderá ter ocorrido com as visitas frequentes ao DEOPS/SP de “ilustres” convidados que eram recebidos com regularidade mantendo-se no interior do órgão de repressão por longas horas.

Neste processo da tortura a mulher militante ideológica, autônoma, pensante e crítica desaparecem para surgir apenas o corpo da mulher. Um corpo nu, desamparado e fragilizado e que evoca todas as formas de desrazões e de ações primitivas. O macho-alfa predomina e preda. Não há mais ideologia a ser defendida, não há mais informações a ser angariada apenas a repetição constante das ações de tortura fazendo dela a forma de ser e de viver, de cada uma das mulheres, de hora em diante. As estruturas dos aparelhos repressivos, das delegacias denotam a forma doentia e primitiva de funcionamento desses aparelhos, onde nada justifica as ações cometidas contra as mulheres, contra a jovem militância da esquerda brasileira, contra os trabalhadores das fábricas, dos estudantes, contra os religiosos, como se isto fazendo denotasse a existência de uma sociedade avançada estruturalmente.

Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Departamentos de Operações e Informações (DOI) de todo Brasil, as delegacias, a Operação Bandeirantes (OBAN), os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), todos executavam as mesmas práticas de tortura priorizando sempre o corpo da mulher, do carcereiro de plantão ao agente da hora, do delegado do turno ao militar que se faz presente, do oficial de alta patente que detém o poder temporal, de mando e de posse sobre

tudo e sobre todos, inclusive sobre o corpo da mulher, sem perceberem que a fragilidade aparente de um corpo de mulher guarda a determinação que avançará, com o tempo, sobre eles de forma a minar todo o sistema repressivo, de forma a minar a estrutura férrea construída pelos generais ditadores. Pois é o Estado que delinque como um meliante comum exacerbando suas ações sobre o corpo da mulher, frente ao corpo da mulher que se faz presente, resistente e que deve ser abatido, deve ser servido aos instintos de quem o ataca como um predador feroz.

A mulher à frente do órgão repressor seja ela uma mulher adolescente, uma mulher grávida, uma mulher no puerpério, uma mulher que amamenta seu filho recém-nascido e que espargue seu leite respingando sobre as ações de quem pratica com ela a tortura, uma mulher que é abusada sexualmente, uma mulher que é estuprada sistematicamente, agredida em sua condição de ser pensante desconsiderada em seu engajamento político nas lutas libertárias, é esta mulher que deve ser abatida. O corpo da mulher que é exposto em um cubículo, em uma fossa, em um calabouço, em um quarto escuro, é o corpo de mulher destronado do seu poder político natural e que sem restrição é oferecido ao acesso, por lei, de qualquer torcionário seja ele juramentado, ou não. O corpo de mulher que não pode se recusar, que ali nada decide e talvez por isso faça evocar todas as possibilidades a qualquer um dos sádicos de plantão. Esse corpo de mulher, no entanto, confunde os torcionários ao mesmo tempo em que se transforma no objeto dos desejos mais vis de cada um deles, pois é o corpo de mulher que evoca a ânsia sádica e neurótica de um funcionário público dele responsável por sua guarda. É o corpo de mulher que fará aguçar suas contradições, que fará aflorar a noção de um poder desmedido, indiscriminado como se dele posse tivesse. O profissional treinado e executor de suas funções frente ao corpo nu, disponível da mulher vê suas contradições aguçarem-se e ao agirem desmedidamente afloram a resistência e a força de cada uma das resistentes.

A partir dos anos de 1970 a literatura vem demarcando os itinerários de várias mulheres engajadas na luta política dos anos de 1960 e nos Anos de Chumbo, de 1968 a 1974, como é o caso das militantes assinadas pela ditadura, professoras/pesquisadoras Iara Iavelberg descrita por Patarra (1992), Ana Rosa Kucinski Silva, descrita em Kucinski (2014) e a militante Dora - Maria Auxiliadora Lara Barcelos descrita por Mudado (2015) que calou-se frente aos seus torturadores, resistiu às torturas de gênero e sexual, mas que sucumbiu anos depois, como Frei Tito e o “Bicho”, sob o peso de uma memória assombrosa que no exílio a fazia reviver diariamente os porões, as fossas, os algozes levando-a à desrazão e dessa ao suicídio. Além de Nilce Cardoso, Danda Prado, Flávia Schilling, Rosa (2013) relembra Maria Jose de Lima; Yara Gouvêa; Delsy Gonçalves de Paula; Vera Silvia Magalhães; Alba Mabel

Antunes; Cícera e Jaqueline Oliveira; Gilda Sobrosa; Semíramis Soave; Claudia e Carla Prado; Luciana Nobile, mulheres militantes que vão sendo descobertas em suas histórias, em suas memórias, em suas vivências de lutas, nas suas torturas política, de gênero e sexual que quando reveladas denotam que sua recomposição psíquico-social se dá na continuidade das suas existências, conforme Nilce Azevedo Cardoso (CARDOSO, 2016); Inês Etienne Romeu (ROMEU, 2016); Lúcia Murat (MURAT, 2016), Eliana Lorentz Chaves (CHAVES, 2016); Ignez Maria Serpa Ramminger (RAMMINGER, 2016), em suas narrativas publicitadas.

O engajamento da mulher nas lutas sociais e políticas a partir dos anos de 1960 evidenciam um conjunto de fatores que vão mobilizar as instituições brasileiras em todos os sentidos onde a mulher deixa o seu lugar de invisibilidade para tornar-se visível em várias áreas e em vários setores de uma sociedade comandada por homens. A postura da mulher muda e as instituições apresentam dificuldades de lidar com estas mudanças e isto é notado, também, nas organizações de esquerda que passam a receber um número significativo de mulheres que chegam à militância, oriundas das universidades, dos sindicatos e dos setores profissionais, conforme Ridenti (114/2016), assumindo papéis de direção nas organizações defendendo a igualdade de gênero sem deixar de encontrar resistência de companheiros que estão sujeitos, ainda, ao centralismo da esquerda e imbuídos da cultura machista reinante. A mulher engajada traz à luta sua natureza e Rosa (2103) lembra Foucault (2016a) que indica não ser necessário que a tristeza faça parte da militância política. Esta postura é observada, também, em militante como Lúcia Murat (MURAT, 2016), Eliana Lorentz Chaves (CHAVES, 2016); Ignez Maria Serpa Ramminger (RAMMINGER, 2016); Iara Iavelberg (PATARRA, 1992) dentre outras.

Iara Iavelberg era mulher, bonita, um ser humano complexo e completo, militante de esquerda que inicia sua luta contra a ditadura na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), depois integra a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ao ser assassinada militava no MR-8. Patarra (1992) e José; Miranda (1980) discorre sobre Iara Iavelberg que como mulher partilhava espaço de direção na VPR junto de Capitão Lamarca, seu companheiro, de onde saíram para integrar o MR-8. Iara foi assassinada no estouro do seu aparelho no Bairro da Pituba em Salvador (BA) no mês de agosto de 1971 após ter sido rendida e estando prestes a se entregar. O assassinato de Iara Iavelberg ocorreu um mês antes da execução de seu companheiro Lamarca e de Zequinha ocorrido nos arredores do município de Ipupiara, no sertão baiano de Pintada quando deitado enfermo, sem defesa, à sobre de uma Baraúna (JOSÉ; MIRANDA 1980). Toda a ação do assassinato de Iara e Lamarca foi efetuada pela equipe do delegado Fleury e por um contingente do exército, sob seu comando. Iara foi

caçada diligentemente por Fleury e sua equipe de agentes torturadores que esperavam prendê-la com vida para submetê-la à tortura exemplar retirando dela informações sobre o paradeiro de Lamarca (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012; JOSÉ, 1997). Iara não demonstrou fraqueza em sua caminhada política posicionou-se ideologicamente no mesmo pé de igualdade que seus companheiros nas tarefas de dirigentes da VPR, Lamarca e Inês Etienne Romeu. Patarra (1992) assim como José; Miranda (1980) enfatiza a militância política e a sua postura como mulher frente à esquerda masculina que não abre mão das suas posições de estudiosa, militante, mulher, resistente feminista engajada na luta política contra a ditadura ao mesmo tempo em que mantém sua vaidade feminina, seu relacionamento afetivo, sua atividade de estudo na busca do entendimento do contexto político de sua época.

Ana Rosa Kucinski, mulher militante da ALN sequestrada, no mês de abril de 1974, junto com seu marido, também da ALN, nos arredores da Praça da República no centro da capital paulista pela equipe do delegado Fleury, foi, após seu sequestro, considerada desaparecida. Kucinski, no entanto, após ser sequestrada no final da manhã do dia 22 de abril de 1974, foi encaminhada ao DEOPS/SP onde sofreu torturas severas nas mãos de Fleury e seus agentes e já quase sem vida foi transferida, junto com seu companheiro seguindo de lá para a cidade de Petrópolis em direção ao maior centro de tortura e extermínio, oficioso existente nos Anos de Chumbo, a Casa da Morte de Petrópolis e de lá saiu, com seu companheiro ambos esquartejados e envelopados conforme relato Guerra; Netto; Medeiros (2012).

Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dora que no ano do golpe de 1964 estava regularmente matriculada no curso de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) militando no ME e atuando nas comunidades em defesa das causas sociais. Em 1968, quando foi promulgado o AI-5 já como integrante do Comando de Libertação Nacional (COLINA) caiu na clandestinidade, abandonou o quinto ano da formação em medicina e transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro onde vai dividir um aparelho com mais três companheiros. No dia 21 de novembro de 1969 a polícia cerca o aparelho clandestino e despeja bombas, saraivadas de tiros e Dora e seus dois companheiros sob fogo cruzado são presos e levado ao DEOPS. No DEOPS/RJ Dora e seus companheiros são torturados, e ela de forma selvagem sofre tortura sexual e de gênero, e um dos companheiros com ela preso é assassinado após ser submetido à 20h seguidas de tortura. Mantida presa, Dora, em janeiro de 1971 compõe o grupo de 70 militantes de esquerda que são trocados pela liberdade do embaixador da Suíça, sequestrado pela VPR indo para o Chile. Em seu exílio, Dora segue para a Alemanha Oriental, onde no dia 01/06/1976, em estado de deterioração psíquica atira-

se na frente do trem na estação de metrô de *Charlottenburg* em Berlim. Ana, Iara e Dora, são partes significativas da realidade vivida pelas mulheres na militância política e no enfrentamento a ditadura. Houve outras e mais outras em iguais condições, mulheres jovens, estudantes, intelectuais em formação, engajadas e formadoras de opiniões, estudiosas, defensoras de sua ideologia, democratas, algumas assassinadas, outras desaparecidas e outras mais levadas pela desrazão ao suicídio, em função da truculência de um modelo político que feriu o corpo da mulher, seu aparato psíquico e quando não foram suprimidas do convívio humanos elas demonstraram sua força e capacidade de refazimento.

A violência sobre o corpo da mulher e da militância de esquerda como um todo, exigiu do Estado ditatorial a criação de lugares de tortura e extermínio. Alguns nasceram oficiosos funcionando clandestinamente e assim se mantiveram e outros foram oficialmente reconhecidos pelo Estado repressivo. Esses centros de tortura e de extermínio da jovem esquerda brasileira, a partir dos anos de 1960, foram sendo criados obedecendo a uma demanda fomentada pelo próprio Estado na medida em que a ditadura se delineava e se sedimentava. Os centros de tortura funcionavam nas delegacias de policias e nos batalhões das Forças Armadas (FA) que serviram ao propósito de torturar fazendo desaparecer presos políticos.

O Rio de Janeiro abrigou de 1969 a 1970 no 1º Batalhão de Polícia do Exército (PE), o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) onde presos políticos eram recolhidos, mantidos e torturados, o Hospital Central do Exército (HCE) e o 1º Batalhão de PE da Vila Militar, a base dos Fuzileiros Navais na Ilha das Flores que mantinha dois locais de tortura e morte a chamada casa da Ponta dos Oitis e a Casa de Máquinas, demolida, a Ilha das Flores era conhecida, na época como o maior centro de tortura do Rio de Janeiro depois do DOI-CODI. O Estado do Rio manteve no município de Barra Mansa, nas dependências do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) em um dos seus paióis chamado de “submarino” um centro de tortura psicológica e de morte e na cidade de Petrópolis, em meio a comunidades de classe media alta, fez funcionar o que é considerado o maior centro de extermínio do regime militar a chamada Casa da Morte de Petrópolis. A Casa de Petrópolis era um centro clandestino de tortura, execução e supressão/desaparecimento de todos aqueles que por lá passavam, organizada e mantida CIE.

Em São Paulo ligado ao 2º Exército com funcionamento na 36ª Delegacia de Polícia (DP) da Rua Tutóia funcionou, no ano de 1969, a OBAN que era um órgão criado exclusivamente para o combate e supressão aos grupos de esquerda administrado pelas três armas e pela PM e que se dedicava exclusivamente ao sequestro, prisão, tortura e execução de

opositores do regime militar. A OBAN funcionou oficiosamente demonstrando eficiência estabelecendo, a parti dai, um modelo para o funcionamento dos CODI-DOI que foram disseminados por todo o país. Na cidade de Florianópolis o prédio da Escola de Aprendizes de Marinheiro (EAM) e em Belo Horizonte o 12º Regimento de Infantaria do Exército (12º RIE) serviram à tortura e morte de militantes de esquerda. No Recife o 4º Exército sediou o DOI-CODI e na cidade de Marabá no Pará às margens da Transamazônica existiu a Casa Azul, que da mesma forma que a Casa de Petrópolis era clandestina mantida pelo CIE e como Centro de Informação e de Triagem prendeu, torturou e executou mais 30 presos políticos que faziam a Guerrilha do Araguaia além dos guerrilheiros executou, também, os moradores da floresta identificados com a guerrilha.

Na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) as caldeiras da Usina de açúcar e álcool Cambahyba eram utilizadas, pelo delegado Claudio Antonio Guerra, para incinerar corpos de presos políticos recolhidos do DOI-CODI da Barão de Mesquita e da Casa da Morte de Petrópolis à mando do capitão de exército Freddie Perdigão Pereira. Em Porto Alegre funcionava, em bairro de classe media o “Dopinha”. O “Dopinha”, diminutivo de DEOPS era um centro clandestino de tortura e de desaparecimento de presos políticos. Outro centro de tortura e extermínio clandestino funcionava em uma casa em Maranguape (CE) ao lado do depósito de armas da 10ª Região Militar de Penedo (CE). Neste centro ocorreram violações graves dos direitos humanos cometido pelos policiais do DEOPS/CE e da Polícia Federal (PF), tortura e execuções de presos políticos, tamanha era a fúria da repressão praticada que o local passou a ser chamada de “Casa dos Horrores”. A “Casa dos Horrores” levou décadas para ser localizadas sob os esforços contínuos dos ex-presos políticos e de seus familiares. Há relato, ainda, de que houve centros de torturas clandestino que executaram presos políticos e suprimiram seu corpos na baixada santista e na região do ABCD (RELATÓRIO, 2016).

Dos centros oficiosos de extermínio, apenas a Casa da Morte de Petrópolis teve revelada sua existência sendo isto feito pelo esforço intelectual da única presa política que de lá saiu com vida, Inês Etienne Romeu que nela foi mantida, após seu sequestro em São Paulo, por mais de 90 dias recebendo tortura sistemática e de lá saindo para revelá-la ao mundo (ROMEU, 2016). O delegado Guerra do DEOPS/ES informou, também, sobre suas atividades na Casa da Morte de Petrópolis, deixando visível o responsável por ela, o coronel Malhões e a ligação da casa com o CIE (GUERRA; NETTO; MEDEIROS (2012).

A descrição, a seguir, da Casa da Morte de Petrópolis, das atividades, a rotina, a forma como foi revelada, as conseqüência de sua existência a aqueles que estiveram a ela ligados, como é o caso de Inês Etienne Romeu cujo relato feito à OAB/RJ é objeto de análise desta

pesquisa, tem a finalidade de contribuir para o entendimento real a respeito do nível de agressão, em todos os sentidos, produzidos às mulheres militantes pela ditadura e a partir dele os indícios de uma regeneração.

A Casa da Morte localizava-se em bairro de classe média alta na cidade de Petrópolis, existiu na clandestinidade, era mantida pelo Estado militar sob a responsabilidade do CIE idealizadas pelos oficiais dela responsável Freddie Perdigão e Paulo Malhães. A Casa tinha a função de receber os altos dirigentes de organizações de esquerda, políticos desalinhados com a ditadura, com a finalidade, segundo declaração do Coronel Malhães, de transformá-los em agentes duplos, e, na verdade serviu como um centro de extermínio do sistema (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012; KUCINSKI, 2014; ROMEU, 2016). Este centro de tortura e de extermínio tem sua forma de funcionamento descrita, inicialmente, por Romeu (2016) que esteve presa, na Casa por 90 dias de lá conseguindo sair e, também, por Kucinski (2014) que informa sobre uma funcionária da limpeza que revela as rotinas dos torturadores da Casa e um provável contato feito com Ana Rosa.

A descrição da funcionária da limpeza revela a pressão sob a qual a mulher militante esta sujeita, da mesma forma que revela o nível dos desatinos praticados pelo Estado com seus cidadãos e os indícios da recomposição do Ser frente à dor e o sofrer da mulher. A funcionária, segundo Kucinski (2014) ex-detenta, usuária de droga teve sua pena comutada para servir o delegado Fleury nas carceragens em que atuava após as sessões de torturas, além de servi-lo em seus instintos sexuais. Uma das incumbências da ex-detenta, conforme ordem de Fleury era a limpeza das fossas, porões, calabouços dos quartos escuros após as longas sessões de tortura, servir cafezinho e aos agentes da tortura servi-los em suas solidões afetivas, além de conquistar a afeição das militantes torturadas com a finalidade de retirar informações que os torturadores não haviam conseguido. As informações sobre a ex-detenta transformada em funcionária de Fleury na Casa vieram à luz quando a mesma é atendida em serviço público de saúde mental, anos depois, em estado de surto psicótico, onde relata que as visões de terror que a atormentam diuturnamente decorrem de sua passagem pela Casa da Morte de Petrópolis. A paciente relata o que fez o que ouviu e viu na sua passagem pela Casa da Morte sendo que, para ela, aqueles que lá foram mortos, as torturas, os maus tratos praticados a ela retornavam assombrando-a, noite e dia. Das visões relatadas uma delas provocava mais temor e tremor e estava relacionada à edícula da Casa onde ela via, com frequência, os carcereiros entrarem com os corpos dos presos políticos saindo carregando sacos pretos. A ex-detenta era proibida de chegar até a edícula e a limpeza era feita pelos

próprios carcereiros/torturadores, no entanto um dia, quando não vigiada dirigiu-se até a edícula e o que viu, dizia à médica passou a atormentá-la diariamente.

A porta travada da edícula não permitia o acesso, mas a ex-detenta pode enxergar o ambiente interno da edícula por meio de um grande buraco onde as mangueiras de água entravam para a limpeza. Era um espaço sem janelas que se assemelhava a uma sala de açougue com cutelos, facas, facões, ganchos pesados e correntes dependuradas, pias longas e repletas de apetrechos para dilacerar carnes; machados, machadinha, serra para romper e cerrar ossos. Kucinski (2014) deixa muito visível que o ambiente servia para dissecar e esquartejar corpos, decepar cabeças, mãos, dedos, pés, retirar peles, arcadas dentárias e tudo o mais que dificultasse ou suprimisse qualquer possibilidade de reconhecimento dos corpos para a não identificação dos mesmos. Além de bancada para acomodar os corpos e repará-los para serem jogados aos rios da região de forma a não se depositarem no fundo e tampouco boiarem.

O que é notado na descrição de Kucinski (2014) é a presença de uma finalidade para o empreendimento e a partir dela a materialização de uma estrutura que desse resposta a demanda crescente de eliminar os indesejáveis ao regime, mesmo que os relatos do coronel Paulo Malhões à CNV digam que a Casa de Petrópolis tinha a finalidade de obter informações das lideranças das organizações de esquerda e em seguida aliciá-las para que atuassem como agentes duplo reintegrando-os às suas organizações, isto não ocorre, dada fúria como os maus tratos e a tortura era praticados, nenhum preso político que chegou à Casa teve condições de se transformar em um delator ou agente duplo posto que morreram durante a tortura e as sevícias. A morte pela morte era a finalidade, e para tanto era necessário agir com conhecimento técnico, habilidade na execução das tarefas para que tudo ocorresse da forma desejada. Ou seja, se a ideia dos que idealizaram o centro de tortura e de extermínio de Petrópolis era de que todos os que passassem pela Casa como o deputado Rubens Paiva; Ana Kucinski; Wilson Silva e muitos outros, lá deixassem suas vidas, era necessário viabilizar este intento criando uma estrutura física, técnica e operacional para que isto acontecesse. Assim as equipes de torturadores atuavam o tempo todo sem descanso, dia-e-noite e com licença para matar. E uma vez mortos era necessário eliminar as possibilidades de identificação dos seres humanos e isto era feito na edícula da Casa utilizando técnica e instrumentos e o próximo estágio era o de dar destino ao amontoado de ossos e carnes a que fora reduzido o ser pensante. E o delegado Guerra oferece relatos à CNV sobre o destino dado aos corpos dos presos políticos abrigados na Casa da Morte de Petrópolis, da mesma forma que a ex-detenta

com seu aparato psíquico comprometido relata à médica do serviço de saúde mental que a acolhera anos depois dos feitos (KUCINSKI, 2014; GUERRA, NETTO; MEDEIROS, 2012).

Há evidências de que o centro de extermínio Casa da Morte de Petrópolis era supervisionado por oficiais vinculados ao CIE e que mantinham as equipes de tortura e de extermínio, como os oficiais Paulo Malhães e Freddie Perdigão que também eram torturadores contumazes associando-se a eles seus agentes, todos eram funcionários públicos pagos pelo Estado, que de forma indiscriminada tinham a função de torturar, seviciar, estuprar, desfigurar corpos, esquartejar, destruir faces, senão na tortura nas ações praticada na edícula da Casa antes do envelopamento dos corpos, separar partes dos corpos, tudo feito em qualquer nível com a finalidade de dificultar a identificação. Os corpos depois de esquartejados e envelopados/ensacados eram reservados para encaminhamento à supressão, que poderia ser arremessados nos rios da região, ou incinerados. A retirada dos corpos da Casa era feita por equipes distintas que não se conheciam e não sabia qual seria o destino dos corpos levados, uma das equipes era do delegado Guerra, conforme relato do próprio executor.

Tanto Guerra; Netto; Medeiros (2012) como Kucinski (2014) informam a respeito da militante Ana Rosa e de seu marido, considerados até hoje desaparecidos, e da presença deles na Casa de Petrópolis lá deixados pela equipe do delegado Fleury ainda com vida, porém muito machucados e que continuaram sendo torturado até à morte. E sobre a ex-detenta em estado de surto psicótico que relata a sua psiquiatra ter estado em companhia de uma mulher branca de olhos claros e muito machucada, e que, por ordem de Fleury deveria tentar obter dela informações. Kucinski (2014) reputa ser esta “mulher branca de olhos claros, e muito machucada” Ana Rosa Kucinski, que após a morte teve seu corpo preparado na edícula da Casa, envelopado e entregue a equipe do delegado Guerra que o coletou na madrugada, assim como o corpo do seu marido. A passagem das equipes pela Casa para a coleta dos corpos era feita às madrugadas para maior discricção e de lá os corpos encaminhados para a sua supressão. O delegado Guerra relata sobre sua passagem pela casa em uma madrugada onde sacos pretos o aguardavam para serem de lá retirados e lavados para a usina de açúcar e álcool Cambahyba no município de Campos do Goytacazes propriedade de empresário e político, aliado do regime e que havia sido vice-governador do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes, político de extrema direita ligada à organização Tradição, Família e Propriedade, a TFP, para lá serem incinerados/cremados, nos sacos daquela madrugada estavam os corpos mutilados de Ana Rosa Kucinski e de seu companheiro, conforme o relato do delegado Guerra. A usina mantinha seus fornos em funcionamento ininterruptamente e esses serviram aos interesses das

equipes de tortura e extermínio da ditadura civil-militar brasileira. Suprimiam-se, assim, as evidências da existência dos corpos, isto feito com o conhecimento dos proprietários da usina que pela sua colaboração foram beneficiados pela ditadura (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012).

Esta era uma das práticas usuais das equipes de carcereiros, estupradores, exterminadores e esquartejadores que atuavam e mantinham as atividades da Casa da Morte de Petrópolis, cuja responsabilidade dos atos de cremação de corpos fora assumida pelo delegado Guerra como sendo o autor e idealizador da ideia supervisionada diretamente e autorizada pelo coronel Fred Perdigão um dos mantenedores da Casa de Petrópolis, junto com Pedro Malhães, ambos vinculados ao CIE há evidências de que os fornos da Usina Cambahyba, no Goytacazes recebeu corpos para incineração da Casa da Morte de Petrópolis e do DO-CODI, do Barão de Mesquita na Tijuca conforme Relatório (2016).

Inês Etienne Romeu, cujo relato é objeto de análise desta pesquisa, foi o único ser vivente e pensante que passou pela Casa da Morte de Petrópolis e depois de torturada, maltratada, estuprada lá não deixou sua vida física e nem seu equilíbrio psíquico. Como dirigente e militante de importância de organização esquerda Etienne poupada da morte pôde falar da existência da Casa, detalhar o que lá sofreu o acordo para tornar-se colaboração dos órgãos de repressão, voltando para a sua organização e delatando seus companheiros. E, ao ver-se livre depois sofrer o arbítrio contínuo dos agentes e do clima que da Casa emanava dirige-se, com seu advogado, à sede da OAB/RJ e deixa um relatório das suas experiências de tortura e de terror vivenciadas. O que acontece com Etienne parece ser parte de uma predestinação, era necessário divulgar ao mundo a existência daquele Centro de Extermínio. Sem Etienne o mundo e o Brasil não teriam tomado conhecimento da existência da Casa e das ações que o governo militar praticava suprimindo lideranças brasileiras que ousaram enfrentar o arbítrio e o desmando político e social. Há ainda outros centros de extermínios que mantiveram suas atividades de forma sigilosa e oficiosa como os localizados entre a cidade de Santos e São Paulo, sítio no interior do Estado de São Paulo, chácara nas imediações da cidade do Recife em Pernambuco e a chamada “Casa da Morte em São Conrado” no Rio de Janeiro, descrito em detalhe Fernandes Júnior (2004) um dos primeiros presos políticos a ser recebido junto com o militante “Bacuri” naquele centro clandestino de tortura, formado no ano de 1970 como parte do esquema comandado por Fleury associado ao CENIMAR e que se “tornou corriqueiro um pouco mais tarde”, quando Pedro Malhães e Fred Perdigão, em associação com o CEI montam outros centros clandestinos onde os “militantes

revolucionários podiam ser torturados e mortos sem qualquer registro oficial de prisão” (p. 46).

Memorizar os fatos registrados sobre os centros de extermínios, em sua maioria ofícios e que ficaram encobertos, sem evidências físicas de sua existência, mas muito presentes na memória e na vida real daqueles que por lá passaram e tiveram seus corpos torturados, mutilados, suas mentes marcadas sendo, de alguma forma, salvos contribui para a compreensão sobre a dor e o sofrimento das mulheres militantes. E, oferece uma ideia, mesmo que apagada, da dimensão do arbítrio sob o qual viveu uma parte importante e significativa da jovem liderança política da época e que foram suprimidas, apagadas do nosso convívio. E mostra que os que assim não foram empreenderam um processo de retomada de si, como deixam visíveis em suas narrativas às mulheres engajadas. Assim, a presença da mulher nas lutas democráticas e as ações a que foram submetidas de forma violenta e desumana quando seus corpos serviram aos torturadores, apacadores de vidas, tenha determinado, talvez, formas de pensamentos que alcançaram diversos rincões e órgãos de direitos humanos dentro e principalmente fora do país, possibilitando que a tortura saísse do ambiente restrito onde ocorria caracterizada pelas fossas, calabouços, porões, quarto escuro, sala da “maricota” e se fizessem presentes nas instituições e órgãos internacionais de direitos humanos que passaram a cobrar dos generais presidentes o fim da prática de tortura o que gerou, de forma tímida, mas efetiva, mudanças e alteração no processo.

Não parece ser demais atribuir, assim, a força da natureza feminina as ações que minaram em suas estruturas e de forma definitiva a prepotência, o mando e a arbitrariedade dos generais ditadores. Foi à presença da mulher na rua, nas organizações de esquerda, estudando e aprendendo, reivindicando em defesa de suas ideologias um dos fatores incomodativos ao regime fazendo-o minar mais e gradativamente em suas estruturais arcaicas de mando e de poder, pois ao tratar a mulher como um ser inexistente desconsiderado socialmente faz ressurgir a condição de mulher que resiste a toda forma de abusos, cometidos pelo Estado, exacerbando sua resistência à dor e ao sofrimento, conforme consta dos depoimentos de Romeu (2016); Ramminger (2016); Cardoso (2016); Murat (2016); Chaves (2016).

4 MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O GOLPE MILITAR DE 1964

Este tópico, mais do que repetir descrições de dados históricos amplamente conhecidos sobre o golpe de 1º abril de 1964 aprofundado em dezembro de 1968 com a promulgação do AI-5, que joga o país em um ambiente político de exceção que retira a liberdade de ir e vir, de expressar ideias e ideais, que persegue tortura e elimina o conjunto da jovem liderança política de esquerda arrojando-as na clandestinidade, busca apresentar os fatos pontuais considerados nesta tese como determinantes da formação política de uma geração de jovens que ao entrarem na Universidade e nela encontram ambiente propício para a sua orientação política, formação crítica apontando caminhos para a concretização dos seus ideais, o que é evidenciado, de forma marcante, pelas mulheres militantes nas suas memórias narradas.

Para tanto será feita uma abordagem sumária da conjuntura que induz o golpe ditatorial de 1964 e o seu endurecimento a partir de 1968 levando-se em consideração políticas de governabilidade estabelecida pelos Atos Institucionais que redundaram no estabelecimento de matrizes de repressão, desde o golpe, materializadas nos interrogatórios acompanhados de torturas, ou, a prática da tortura como base do interrogatório que passam a ser executadas pelos militares nos quartéis e amplamente praticada nas delegacias com os presos comuns por delegados da Polícia Civil mantenedores de grupos de extermínio como o Esquadrão da Morte (EM), Escuderia Le Cocq, o que leva o próprio regime a violar sua “legalidade de exceção” (STARLING, 2016) que toma forma no início dos anos de 1970 com o estabelecimento do aparato repressivo que faz desaparecer corpos de militantes arrolados na sua política de extermínio. E a descrição de marcos de memória ocorridos de 1966 a 1968 e que foram definidores, para o interesse desta análise, dos movimentos de formação política de mulheres militantes e suas posições, e que fizeram ressaltar a hegemonia da linha dura dos militares golpistas e à definição operacional dos Anos de Chumbo de 1968 a 1974. Posto ser nesse contexto histórico que as mulheres militantes protagonizaram parte da história recente desse país chamando para si a manifestação de mudanças importantes sentidas no final dos anos de 1990 e início do século XXI e isto fazendo pela exposição dos seus corpos descobertos e marcados pela dor.

4.1 ARTICULAÇÃO DO GOLPE DE 1ª DE ABRIL DE 1964

O golpe militar de 31 de março e efetivado no dia 1º de abril de 1964 é instituído pelas FA que tomam o poder em defesa dos interesses do capital monopolista internacional que

vêm suas pretensões minguar-se frente ao governo nacional-reformista de Jango, caso este se mantivesse no poder (COIMBRA, 2011; GORENDER, 1987; TAVARES, 2014). O golpe de Estado não foi uma obra de ocasião, mas uma trama urdida por uma elite militar, civil e política que remonta os anos de 1930 chegando até o início dos anos de 1960 defendendo de forma coesa a ideia de não divisão do poder com os que lutavam por políticas sociais, associando a isso a ideia de que se devia evitar a ameaça comunista que colocava em risco a tradição, a família e a propriedade que deveria manter-se intocável.

O governo Jango é minado politicamente as crises se avolumam e o golpe tem início na madrugada de 31 de março com a movimentação das tropas do general Mourão Filho que saindo da sua base de Juiz de Fora (MG) toma a direção do Rio de Janeiro, e é definido, de fato, no dia 1º de abril de 1964. No dia 2 de abril, com o presidente Jango ainda em solo brasileiro, mas longe de Brasília, o Congresso Nacional (CN), interpretando a política da casta militar golpista, de forma intempestiva e enganosa declara vaga à Presidência da República e uma JM assume de fato o poder, se auto-proclama o “Alto Comando da Revolução Vitoriosa” e representando-se a si mesmos fala em nome do povo, pede seu apoio e anuncia seu programa de governo (DREIFUSS, 1981; MORAES, 2011; GORENDER, 1987; GASPARI, 2002/2004). Para a JM o seu programa salvador deveria ter o apoio da população e a compreensão de que a tomada do poder havia sido necessária, pois ela cuidaria de eliminar o “inimigo interno”, e este era caracterizado por todos os que não compactuavam com o que era estabelecido, pela JM, como legalidade colocando em risco o chamado “fortalecimento das instituições democráticas”. O programa político da JM colocava em prática a doutrina sob a qual a ditadura esta sendo gestada e justificada, chamada de Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) e ela materializava o Estado de Segurança Nacional (ESN) (ALVES, 1989; GASPARI, 2002/2005).

Manter o apoio da população e executar a eliminação do “inimigo interno” parece ter sido, no entanto, uma tarefa inglória, a que estiveram expostos os generais do golpe logo após o 1º de abril e o motor que alimentou a crise interna entre a chamada “linha dura”¹ do regime. Esses radicais estavam disseminados nas três armas e queriam ver o regime fechado contrapondo-se aos militares que advogavam saídas mais brandas o que provocou golpes e contragolpes nos quatro primeiros anos da ditadura chamados por Gaspari (2002/2004) de “ditadura envergonhada” continuando até seu desfecho final. Alves (1989) chama de “crise de

¹ Linha dura era expressão cunhada para designar e identificar, segundo Gaspari (2002/2004), “os ultra-revolucionários, mas também um grupo de oficiais que, além de radicais, atravessavam com facilidade a fronteira da indisciplina [...] Sua face mais exibida eram oficiais que usavam os IPMs como forma de afirmação de um poder paralelo ao do presidente da República” (p. 135)

legitimidade” do ESN que é representada por esta oponência sob a qual os militares vivem e constroem contradições a partir de um compromisso anunciado que era o de “reforçar a democracia e restabelecer a legalidade” ao mesmo tempo em que vai se instalando um Estado de Terror, reprimindo, suprimindo pessoas indesejadas ao regime, honrando alianças possíveis voltadas aos interesses econômicos de grupos nacionais e internacionais que apoiaram o golpe.

A participação estrangeira no golpe de 1964 é evidenciada historicamente pelo interesse do capital internacional representado pelos grandes monopólios financeiros localizados nos vários países da Europa e principalmente nos Estados Unidos. O capital americano, no período de pós-guerra estabelece no país suas estratégias de mando e de domínio e o faz por meio de empresas multinacionais que passam a financiar grupos políticos e militares e estabelecendo associações entre eles e investindo fomentando a criação de agências como os Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Atuação Democrática (IBAD) chamado de “complexo IPES/IBAD”, que se transformam oficialmente no “Estado-Maior da burguesia multinacional associada”, conforme Dreifuss (1981, p. 145).

O IPES/IBAD foram os responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de “uma ação medida, planejada e calculada” que alçou ao poder os generais golpistas defensores dos interesses do capital que os financiava internacionalmente. É o complexo IPES/IBAD analisado de forma minuciosa por Dreifuss (1981) foi o responsável pela “passagem da supremacia econômica multinacional-associada” transformado-a em força política de liderança. Tais forças promoverem “reforma dentro da lei” e o “golpe de Estado” alterando a Carta Magna em seu benefício. Não é do interesse desta tese esmiuçar este tema de análise, mas é importante anotar sumariamente os caminhos que levaram a constituição do golpe de Estado militarizado sob a influência do capital internacional no processo de autopromoção das políticas que levaram ao fechamento do sistema, produzindo morte e fundamentalmente dor e o sofrimento às mulheres de esquerda ao se entregaram às lutas de reconquista das liberdades democráticas e que oferecem suas memórias publicamente. Dreifuss (1981) sinaliza que o complexo IPES/IBAD “representava a fase política dos interesses empresariais nacional e internacional” e se desenvolveu pela ação dos chamados intelectuais orgânicos, conforme argumento de Gramsci e chamado por Dreifuss de “elite orgânica”. Essa elite orgânica se não fossem todos os “tecnó-empresários, empresários e militares, pelo menos era uma elite entre eles” e esta elite “apresentava capacidade de serem os organizadores de seus interesses e da sociedade” (p. 161) constituindo-se como intelectuais representantes dos interesses

econômicos multinacionais, que associados agiram de forma sistemática contra o governo constitucionalmente constituído, de cunho “nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (p. 161).

O complexo IPES/IBAD, desta forma e em seu desenvolvimento histórico, materializa o modelo que a “elite orgânica da burguesia multinacional e associada” vai constituindo desde o ano da sua formação 1959 quando passa de um pequeno grupo de pressão para uma organização de classe que promoveu, por meio de uma política primorosa, a proposta idealizada de uma reforma de Estado para articulação de um golpe de Estado. Dreifuss (1981) dá a ideia da construção do Estado autoritário em que se transformaria de fato o Estado brasileiro, atribuindo esta mudança premeditada, estudada e implementada a gestação dessa elite orgânica que se responsabilizaria por moldar as “forças sociais burguesas” transformando-a em uma classe e como tal com sua ideologia de classe com força de fazer a transposição do “poder privado dos interesses multinacionais e associados para o poder público do Brasil”, e isto seria feito se e somente se o “bloco econômico dominante” se transformasse em um Estado autoritário. O IPES/IBAD era órgãos de reação à democracia e ao Estado de direito com dimensão nacional e internacional e um dos instrumentos institucional que determinaram a mudança de *status* políticos promovendo um derrame de dólares em solo brasileiro distribuindo-os a grupos políticos com o intuito de minar o governo constitucional de Jango.

A par das atividades que o IPES/IBAD financiava e executava o Departamento de Estado Americano (DEA) do governo de John Kennedy e depois de Lyndon Baines Johnson, além da Agencia de Inteligência Americana (CIA), via Embaixada Americana comandada por Lincoln Gordon programaram e executaram planos de ação, ao longo de vasto período organizando e preparando o golpe de 1964, como tratam Dreifuss (1981); Gorender (1987); Gaspari (2002/204), e determinando ações que eram autorizadas pelo DEA, como as Operações *Popeye* e *Brother Sam*.

A Operação *Popeye* financiava a reação mineira contra Jango que já alardeava o golpe. O banqueiro Magalhães Pinto que almejava ser presidente da república brasileira articulava já a algum tempo com militares das Minas Gerais e com o general Castelo Branco o que era chamado de “secretariado suprapartidário” que divulgou um “manifesto pedindo a restauração da ordem constitucional”. O governador de Minas preparava o golpe e tinha, segundo Gaspari (2002/2004) a base mais solida para sustentá-lo, pois era desejado que “o movimento eclodisse numa área onde houvesse harmonia entre as tropas rebeldes e o poder civil que as deveriam amparar” (p.56). Nesse ambiente proliferou a reação de dois generais que se

detestavam mutuamente, de pouca importância política e estratégica, a beira da reforma, e que não representava qualquer forma de “perigo”. No entanto, foram eles que mobilizaram de forma apressada a derrubada de Jango e o fizeram “de um golpe fulminante em uma operação chamada de *Popeye*” (GASPARI, 2002/2004, p. 57). Na madrugada do dia 31 de março de 1964 o general Olympio Mourão Filho movimenta sua pequena e bem treinada tropa que sai de Juiz de Fora tomando rumo do Rio de Janeiro, a Operação *Popeye* tinha iniciado. De sua parte o DEA cuidava do “trabalho logístico do que viria a ser denominado *Plano de Contingência 2-61*” (p. 62) geradora da Operação *Brother Sam*.

No ano anterior ao golpe, 1963, Lincoln Gordon apresenta a Washington o “Plano de Contingência 2-61” onde deixa visível a necessidade da atenção e do apoio imediato do seu governo ao golpe que se avizinhava e isto seria feito por meio da Operação *Brother Sam*, que era caracterizada pela intervenção americana, caso os generais golpistas enfrentassem a reação das forças legalista do governo Jango, recusando o golpe, e isto seria feito pela movimentação da 4ª Frota Americana do Caribe que deslocaria seu efetivo de guerra estacionado na América Central, com destino à costa brasileira mais especificamente aos portos de Recife e Santos. A 4ª Frota Americana era composta pelo porta-aviões *Forrestal*, por navios petroleiros com grande quantidade de óleo, gasolina, munições abundantes, armas, equipamentos leves, aviões cargueiros, caças e tanques de guerra, além do efetivo humano, ou seja, as tropas americanas desembarcariam em solo brasileiro passando a arbitrar conforme os interesses do governo Kennedy e das elites brasileiras (GASPARI, 2002/2004; FICO, 2008). Mesmo, no entanto, que a força bélica americana não tenha descarregado toda sua potência sobre o solo brasileiro em função da capitulação quase que imediata do presidente Jango, isto não descarta a colaboração do DEA e do governo Kennedy no golpe de 1964 e reforça a ideia de que os militares brasileiros não fizeram o que fizeram sozinhos. E da mesma forma, caso houvesse tido um desembarque de tropas americanas em solo brasileiro o golpe continuaria sendo patrocinado pelo DEA na ação sistemática do seu embaixador Lincoln Gordon respaldado pelas ações políticas deliberadas para o Brasil. Ou seja, “os Estados Unidos deram apoio político total aos golpistas”, apoio logístico por meio dos programas IPES/IBAD e apoio militar que redundou na não concretizada Operação *Brother Sam* (FICO, 2008)..

A Operação *Brother Sam* foi uma operação chamada por alguns de “fantasma”, por não ter sido desencadeada em sua magnitude. Mas a empreitada preparada era grandiosa em todos os níveis e nada teve de metafísico, pois o que foi realizado correspondeu à movimentação de um efetivo de guerra que desferiria um ataque fulminante ao país vindo das águas do Atlântico. Os alvos eram, inicialmente, cidades litorâneas e alcançariam à população

civil e o desembarque das tropas ocuparia cidades mantendo toda a população refém em nome da garantia dos militares no poder, como sinalizam Gaspari (2002/2004); Fico (2008); Tavares (2014). Este planejamento militar a ser concretizado estava longe de pode ser chamada ou caracterizada como uma “operação fantasma”. E a Operação *Brother Sam* apenas pelo que não fez, mas pelo que mobilizou, produziu custos elevados ao novo governo e aos brasileiros e Fico (2015) chama a atenção para o fato de que o Brasil dos militares pode ter sido a única Nação na história dessa humanidade que “pagou” para ser invadida. É evidente que há ironia reveste-se de tons dramáticos na constatação de Fico, porém há também evidências de que algo neste sentido deve ter acontecido dado o alto custo da mobilização das tropas americanas em direção às costas brasileira. E, no entanto, parece que havia na análise da conjuntura que era efetuada pelos especialistas em política externa, de ambos os países, juntamente com as elites militares e civis golpistas de que a retirada do presidente constitucional do Brasil, Jango Goulart, seria acompanhada de forte resistência dos militares que o apoiavam o que causaria um estado de guerra civil no Brasil (GASPARI, 2002/2004; FICO, 2008).

A Operação *Brother Sam* deve ser discutida com relevância, pois ela reflete o que estava na ordem do dia da geopolítica americana para o hemisfério sul, ou seja, a ocorrência de uma guerra reprisando o Vietnã e Cuba, mas em dimensões continentais. E, esta “loucura” acompanhava Washington aliado do que pode ter sido um “delírio” das elites brasileiras apressadas em angariar o poder a todo custo, polarizada entre esquerda e direita, entre os bons contra os maus, produzida pela Guerra Fria que jogou a sociedade americana e o mundo contemporâneo em um delírio persecutório patrocinado internamente pelo macarthismo e externamente pela possibilidade do perigo vermelho tomar conta do mundo, tudo isto bem engendrado, evidentemente pelo capital organizado e ciente da manutenção do seu poderio ao nível mundial (GORENDER, 1987; FICO, 2008).

E, no entanto, não há como desconsiderar a participação de vários setores importantes da sociedade civil e do capital internacional em apoio a um golpe de Estado que implantou um regime de força, que construiu a estrutura de repressão com seus dispositivos e sua política de supressão de quadros políticos contrários ao sistema vigente, mesmo sendo esses quadros cidadãos brasileiros, de tenra idade e em grande parte mulheres. Um sistema político repressivo, que se manteve por quase três décadas no poder e que reorganizou um sistema político em benefício próprio e mesmo que tenha sido implantado e comandado pelas FA não se susteve apenas e exclusivamente por ela. A ditadura assim, “não foi um fenômeno exclusivamente militar” como sinaliza Cunha (2014, p. 314); Fico (2008); Gorender (1997).

Na área política há a adesão de governadores dos principais Estados da nação como a Guanabara de Carlos Lacerda, São Paulo de Adhemar de Barros, Minas Gerais do banqueiro Magalhães Pinto, que deram apoio imediato e se colocaram a disposição do golpe e contrários ao governo constitucional de Jango, pois todos almejavam a presidência, fato não ocorrido. Na área institucional organizações como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que deram seu apoio inicial ao golpe assumindo posteriormente posições e atuações fundamentais no processo de redemocratização do país como enfatiza Fico (2015). Há, ainda, uma articulação ao nível nacional entre as elites civis com os militares para o sucesso do golpe, a elite mineira associa-se a elite carioca e rio-grandense (TAVARES, 2014) e o empresariado paulista ligado a FIESP acionam outros Estados da união para articularem nacionalmente o golpe (GASPARI, 2202/2004, 2005; FICO, 2015).

Assim a preparação, a instalação e a manutenção do golpe de Estado de 1964 e que gerou todo o processo autoritário e repressivo, daí por diante, foi fruto de um conluio sistemático entre civis e militares tendo os civis sido beneficiados na composição dos governos militares dividindo seus ministérios e a cúpula militar fora agraciada pela direção administrativa de grandes empresas multinacionais, estatais obtendo lucros e benefícios diversos e decorrentes deste apoio. E, de posse deste poder auferido, está uma parte da sociedade civil constituída por uma elite nacional, que assumiu posições de relevo com o poder de decidir, de legislar sobre as políticas e a economia tendo financiado e possibilitado ao governo militar a criação/construção de uma estrutura repressiva ao mesmo tempo em que eram beneficiados pela nova ordem autoritária. Esta é a constituição da natureza da ditadura civil-militar brasileira onde parte da sociedade civil representada pelas classes empresariais, industriais pelas oligarquias representativas do grande capital nacional que não oferece seu apoio somente, mas apresenta participação efetiva na preparação e execução do golpe, e logo após a concretização do mesmo passa a co-organizá-la colaborando efetivamente para a sua manutenção no seu longo período de vigência, de fato 21 anos e de direito 26 anos.

O Brasil do período do golpe era um país que apesar da política de alinhamento exigida pelos Estados Unidos, formulada e perseguida desde 1946, apresentara já no estertor do governo Vargas uma política externa independente e que em 1955 é adotada também por Juscelino Kubitschek de Oliveira que se dispõe a negociar e estabelecer relações comerciais com todos os países e não apenas com os americanos do norte e isto estava associada à independência ideológica do Estado brasileiro em relação à política externa americana. Com a Guerra Fria polarizada ao extremo na Europa as políticas dos Estados Unidos para os países

da AL inclusive para o Brasil, país de dimensões continentais, tomaram rumo de intervenção sob a alegação de que os países não alinhados e que resistiam a influencia política, militar e econômica americana poderiam alinhar-se potencialmente com o bloco soviético. O que significava a perda do mercado consumidor americano e o repasse sistemático da matéria-prima brasileira para os países da Cortina de Ferro, o que comprometeria a geopolítica americana em plena Guerra Fria (GORENDER, 1987; FICO, 2015).

A influência do capital internacional no Brasil fazia-se principalmente pelo processo de industrialização brasileira e na implantação, em território nacional, das empresas de capital aberto e multinacional além da presença significativa de agentes da CIA em vários órgãos governamentais e não governamentais. As empresas multinacionais tinham o domínio dos serviços básicos e de infra-estrutura que mantinha o Brasil em pé, como energia elétrica, água, gás, combustíveis, alimentos, roupas enfim intervinham na base da produção nacional (FICO, 2008; DREIFUSS, 1981; TAVARES, 2012, 2014; ALVES, 1989). O que se nota, assim e quando a ditadura se estabelece é a existência de um conluio real entre os militares, o capital internacional e a sociedade civil, empresarial, industrial e oligarca. A já citada referência ao trabalho de Quadros (2013/2016) na sua análise documental feita nos arquivos do DEOPS/SP fica explícita esta ingerência até no processo de construção e manutenção dos órgãos de repressão do regime quando demonstra a presença constante de funcionários de carreira da embaixada americana em São Paulo, que “em muitas ocasiões, entravam no prédio [do DEOPS/SP] no início da noite e só saíam na manhã do dia seguinte” (p. 1), oferecendo indícios de que havia interesse e envolvimento efetivo do empresariado nacional no financiamento do golpe civil-militar, na sua manutenção e nas formas repressivas utilizadas para a sua disseminação.

Cunha (2014) e seus colaboradores analisam este período oferecendo a ideia de que houve efetivamente participação de potência estrangeira na crise política construída para a deposição do governo Goulart e mesmo que ela não tenha sido ostensiva bastou para que o presidente deposto ao dela tomar conhecimento assumisse, também, a decisão de resguardar a integridade física nacional e do povo brasileiro, não resistindo ao golpe. Essa é uma atitude ética e moralmente determinada do presidente constitucional Jango e não foi perseguida, aprendida e nem fez parte, no entanto, das decisões dos governos militares que o sucederam. Os militares, associados aos civis, detentores do poder econômico, não titubearam um segundo que fosse a assumir o regime de terror, de arbítrio e de extermínio da esquerda brasileira e principalmente das mulheres que delas eram partes e que caracterizaram as ações em todo o período de ditadura e principalmente nos chamados Anos de Chumbo, quando os

gestores do golpe procederam ao aniquilamento de jovens, mulheres, crianças em nome da democracia, da liberdade e da autonomia do povo brasileiro gerando confusão, dor e sofrimento, principalmente às mulheres, que apareciam como protagonistas deste período.

4.1.1 O Poder Militar se Institui

A doutrina do DSND deu suporte a formação de um Estado forte e de confronto, um Estado cuja expansão contínua do poder coercitivo eliminava todos os que apresentavam, de alguma forma, associação como o governo deposto ou que propugnavam políticas efetivas para construção de uma democracia participativa e social, como discute Alves (1989; Dreifuss (1981).. Um Estado que exerceu seu poder legal sob a promulgação de 17 AI editados de abril de 1964 a outubro de 1969. Os AI foram promulgados com agilidade e desenvoltura de acordo com os interesses e as necessidades político/administrativa do momento histórico vivenciado e ofereceram aos generais os dispositivos para um governo repressivo.

O Ato Institucional número um (AI-1) foi assinado em 9 de abril de 1964, uma semana após o golpe, pela JM e dispõe sobre a constitucionalidade do golpe e do executivo a ser empossado. Mantém a Carta Constitucional de 1946, que estabelecia as eleições para presidente em 1965, mas altera de forma significativa a forma da eleição, o mandato, os poderes do Presidente da República e concede aos generais golpistas comandantes-em-chefe das Forças Armadas poderes de suspensão de direitos políticos, de cassação de mandatos legislativos sem a devida ou necessária apreciação judicial. O que se viu após o golpe de 1964 foi, então, um esforço da JM de emprestar um ar de constitucionalidade ao golpe praticado e que deveria parecer um ato da vontade popular, executado dentro de certa ordem constitucional, mesmo que essa “ordem constitucional” devesse ser construída a partir dos interesses imediatos e de forma imediata. Então, oito dias após o golpe foi lançadas as bases para a edificação do Estado ditatorial sustentado pelas orientações contidas no que era chamado de a “grande estratégia da Doutrina da Segurança Nacional” e a JM elabora o primeiro instrumento de institucionalização dos dispositivos que vão possibilitar a manutenção dos militares no poder da forma idealizada pelos golpistas, por tempo indeterminado, e este é o AI-1 (BRASIL, 2016a; ALVES, 1989, GASPARI, 2002/2004).

O AI-1 promulgado começa a agir rapidamente ocupando seu espaço político-social cassando políticos, militares contrários ao novo regime, limpando o CN das oposições e estabelecendo o Colégio Eleitoral que retirará o peso da administração das mãos da JM. O Colégio Eleitoral escolhe de forma indireta o novo Presidente da República, desde que o

indicado seja referendado pela junta, e a escolha é feita três dias após a assinatura do AI-1, no dia 11 de abril. Os 326 deputados e 62 senadores que compunham o Colégio Eleitoral votaram em três candidatos à Presidência da República indicados pelos militares, seguindo as diretrizes do AI-1 e, respeitando a preferência de Washington, sendo que o general Castelo Branco recebeu 361 votos e os dois outros candidatos Juarez Távora e o general Eurico Gaspar Dutra receberam dois votos e três votos, respectivamente (ALVES, 1989). Este fato denota não ter havido possibilidade de uma escolha livre e democrática, mesmo dentro do Colégio Eleitoral, e, mesmo que a história registre a ocorrência de negociações da JM com políticos mais próximos aos generais golpistas, como os governadores dos oito Estados mais influentes na época, para discutir o apoio a candidatura ao general Castelo Branco à Presidência, há a presença do golpe, há a instalação do AI-1, há a influência americana e a escolha indireta o que indica falta de liberdade política em todo processo, além de um esforço dos militares golpistas em querer demonstrar o indemonstrável, ou seja, a constitucionalidade das ações dos militares somente pelo fato de a eleição, mesmo indireta, ter ocorrido invocando a Constituição de 1946 (GASPARI, 2002/2004) que vigorava. Isto tudo para passar a ideia de que havia democracia no processo, pelo fato de haver um vice-presidente civil o que emprestaria a ideia para o mundo e para o povo brasileiro de que a participação de um civil seria a garantia de democracia, mas esta era apenas virtual.

O governo do general presidente Castelo Branco produziu três Atos Institucionais, mesmo que no seu início Castelo Branco esboçasse o desejo de promulgar apenas o AI-1 com duração limitada de três meses. E, mesmo que almejasse cassar um número pequeno de dirigentes do antigo regime o número de cassados em seu governo chegou a 500 sendo demitidos do serviço público mais de 2000 funcionários. Em seu governo que teve duração de 32 meses administrou por mais de 20 meses exercendo seu poder supremo, livre de oposições ou de qualquer deliberação do CN e sem a interferência do Judiciário, as duas instituições atuaram de forma decorativa, apenas, respeitando a Constituição de 1946 até janeiro de 1965, apenas.

O fato histórico marcante é que o golpe de 1964 desmobiliza os movimentos populares e no momento e que o golpe se fez as lutas populares que se estabeleciam e tomavam direção de uma ampliação das “fronteiras da democracia” (MARTINS FILHO, 1996, p. 27) que caminhavam rumo ao fortalecimento do Estado Democrático passa a apresentar um refluxo, pois as tarefas do novo regime diziam respeito, também, à desmobilização dos trabalhadores e estudantes, a reorganização do sistema financeiro na direção de uma maior influência do grande capital nacional, a adesão ao capital internacional o que significava o acolhimento

mais efetivo das multinacionais, mudanças de leis trabalhistas e das relações patrão versus empregado, tomada dos sindicatos, abandono paulatino da responsabilidade do Estado com o ensino público, gratuito em todos os níveis e de qualidades, mudança no sistema universitário com o acordo MEC/USAID e com a eliminação das Universidades Pública e Gratuitas para a implantação gradativa do ensino pago com investimentos pesados na iniciativa privada para a formação de Instituições de Ensino Superior, as IES particulares (DREIFUSS, 1981). O governo do general Castelo Branco, um liberal conforme indica Gaspari (2002/2004), que prometia aos aliados, como é declarado nos discursos iniciais, ser de reorganização nacional com rápido retorno à normalidade política, inicia-se sofrendo pressão e disputas internas com a linha-dura que cobra ações efetivas e participação nas decisões e sustentada pela DSND (ALVES, 1989; DREIFUSS, 1981) revela ter um ideologia a ser testada na formação de um ESN quase que perene. Os militares demonstrando um forte apego ao poder ignoram os compromissos de retorno à normalidade civil oferecendo a certeza, aos antigos aliados de que não haveria o retorno ao poder para os políticos conservadores que apoiaram o golpe. À aplicação do AI-1 segue-se, então, as crises internas que levarão ao recrudescimento do regime e isto ocorre no governo do general presidente Arthur da Costa e Silva.

O Ato Institucional número dois (AI-2) foi editado em 27 de outubro de 1965 e já altera a Constituição de 1946 em relação ao processo legislativo e às eleições. A política de confronto que colocava em cheque a liberdade individual, aliada a uma centralização de poder colocando o legislativo a refém do executivo, pinta uma quadro catastrófico para os militares nas eleições previstas o que anunciava uma possível derrota do governo frente às medidas tomadas após a vigência do AI-1. O novo ESN que buscava legitimar o golpe pelo direcionamento econômico, social e políticos começa a ser avaliado exigindo a edição do AI-2, e este estabelece o controle explícito do CN em contrapartida ao fortalecimento do Executivo, limita os poderes do Judiciário, estabelece sanções sobre as representações políticas com as eleições de presidente e vice de forma indireta sendo escolhidos pela maioria absoluta do CN. Autoriza o executivo a cassar mandatos eleitorais, a suprimir direitos políticos, além de extinguir todos os partidos políticos existentes O AI-2 teria como seu antecessor, previsto seu tempo de validade, março de 1967, data esta que coincidia com o final de mandato do general Castelo Branco o que permitia a conclusão dos trabalhos da chamada “operação limpeza” e a reorganização dos parlamentares para a reconstrução dos partidos políticos de acordo com as novas regras. Dois partidos são constituídos o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que congregou os partidos tidos de oposição e a Aliança

Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido do governo e que dava apoio ao governo militar (BRASIL, 2016b).

Há no governo do general Castelo Branco uma disposição aparente de empreender ações que levasse ao retorno à normalidade política possibilitada pela aproximação do final da vigência do AI-1. O que ocorreu de fato foi uma repressão contínua sobre os movimentos sindicais, ênfase nas políticas de arrocho salarial e na constante afirmação da diferenciação de classes sociais, o que segundo Alves (1989) era um fundamento necessário ao ESN, pois somente este tipo de visão inoculada no movimento permitiria aos militares, ”resolver a contradição entre sua necessidade de legitimação democrática e a promoção de um modelo econômico altamente explorador” (p. 95). Os AI-1 e o AI-2 fortalecem, assim, a DSND fazendo renascer, não a revelia do poder, mas com seu consentimento um poder paralelo, um Estado dentro do Estado legal fomentado pela implementação do aparato repressivo. Mesmo tendo consciência de que a aplicação de força desmedida não viabiliza um Estado estável ela é fomentada e aguçava as contradições e os antagonismos que afloravam da necessidade de se estabelecer “políticas necessárias à aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (p. 95). E, isto de forma clara instigou, desde o início do processo ditatorial, os desacordos entre os grupos rivais que se digladiavam dentro do Estado de força. O AI-2 demonstra a ênfase sobre a “segurança interna” reforçando o poder dos setores mais duros do regime e deixando visível a impossibilidade do retorno à legalidade democrática.

Os Atos Institucionais número três e quatro (AI-3, AI-4) são editados no ano de 1966. O AI-3 é promulgado no mês de fevereiro de 1966 e o AI-4 no mês de dezembro de 1966. O AI-3 resolver o problema das eleições para governador previsto na Constituição de 1946 e institui eleições indiretas para governadores que passam a ser escolhidos em votação feita pelos pares nas Assembléias Legislativas de seus Estados por maioria absoluta, sendo que os prefeitos passam, também, a serem indicados pelos governadores eleitos. Este ato coloca nas mãos dos militares o controle dos maiores e mais importantes Estados da federação. O AI-3 institui, assim, as eleições indiretas ao nível nacional, nos Estados e Municípios, estabelece a figura do administrador biônico, Senadores e Deputados Estaduais e Federais, que são licenciados para assumirem prefeituras dos Municípios e governança dos Estados sem a apreciação do judiciário.

O AI-4, por sua vez, aciona o CN para a discussão e ratificação da nova Carta Constitucional, no entanto este acionamento do CN para discutir a nova carta demonstra a inoperância e debilidade de um legislativo que se movimenta de acordo com as regras estabelecidas pelos militares. Assim a nova Carta Constitucional é aprovada sem discussões

da maioria das emendas, 1504 propostas sendo poucas emendas discutidas e um número reduzido incorporada ao documento. O AI-4 define a nova Carta Constitucional e nela é incorporado todos os controles dos AI's e dos AC's transformando o que era considerado excepcional em força de lei ou de "poder constitucional". A nova Carta Constitucional de 1967 (BRASIL, 2016f) altera o Estado em sua estrutura, institucionaliza a ideologia da "segurança nacional" com a criação do CSN o que faz aumentar o poder da JM sobre a população civil, caso seja caracterizado crime contra a SN, centraliza nas mãos do general presidente o poder, reduz direitos individuais, suprime-os, tudo ao bel prazer dos militares.

A nova Carta faz as contradições acentuarem-se exacerbando e estabelecendo as crises institucionais. O Colégio Eleitoral escolhe no dia 3 de outubro de 1966 o substituto do general Castelo Branco que assume seu cargo em março de 1967. O general Artur da Costa e Silva assume prometendo o que não podia e o que não queria, "restabelecimento dos processos político-representativo normais e as regras democráticas" e esta política de liberalização controlada que ficou conhecida, como lembra Alves (1989, p. 112) a "política de alívio". Caberia ao governo e a oposição discutir e arrumar caminhos que estabelecessem uma forma de entendimento mais liberalizantes dos elementos repressivos contidos na Carta de 1967. No entanto, o que era observado na prática, longe das discussões acasteladas de políticos pouco representativos, era a realidade brutal que se ia desenhando que produzia um rápido processo repressivo nas delegacias, nas ruas onde a PM e o aparato repressivo nascente distribuam agressões físicas sistemáticas aos manifestantes que mobilizavam a população em defesa das condições de vida e de trabalho condizentes com a dignidade humana. A manifestação popular era fortemente reprimida, os trabalhadores detidos e maltratados nas capitais dos maiores Estados da federação, o que levou o Estado a um aumento da crise interna que extrapolou atingindo o país como um todo.

As ações de protestos se evidenciam e o ME começa a ganhar impulso nas lutas levadas a efeito pela UNE que atingem a universidade pública em sua base fazendo-a resistir à pressão da ditadura que passa a demitir docentes de forma arbitrária, a interferir na autonomia e na sua estrutura de organização acadêmica. A UNE mesmo tendo sido extinta por decreto mantém suas estruturas de representação nos nível nacional, estadual e municipal onde passa a realizar reuniões secretas, assembléias decisórias na clandestinidade com discussões, debates, retiradas de proposta e implementação de políticas que fazem o movimento avançar. E, mesmo em detrimento do poder coercitivo exercido pelo Estado sobre o ME os estudantes ganham apoio da população mobilizando número cada vez mais significativo de simpatizantes às suas causas trazendo para si as lutas dos trabalhadores como um todo. Os sindicatos de

trabalhadores se mobilizam, também, em torno de suas causa e os políticos mais avançados sob o efeito de cassações de seus líderes. No ano de 1967 os trabalhadores apresentam sérias divergências com os militares principalmente em relação às restrições feitas as casas legislativas, ao judiciário e também às atividades políticas de forma ampla. E isso transparece nos atos do governo, frente às mobilizações populares do final de março de 1968 até início de abril exacerbada pelo ME até agosto setembro associando-se as mobilizações do Movimento Operário (MO). Há uma tensão nos ares do Brasil e ela se expressa, também, nas ações do CN que sofrendo a pressão das ruas onde a força das mobilizações dos trabalhadores, dos estudantes, da classe média coloca-os a reboque do movimento o que os obriga a esboçarem apoio a crescente mobilização popular, inclusive os parlamentares que apóiam o regime.

No CN os políticos de oposição passam a usar a tribuna fazendo uso de suas liberdades de expressão e de seus direitos de imunidades, e acusam e denunciam os atos de repressão praticados pelo governo do general presidente Costa e Silva. Em discurso no CN o deputado Marcio Moreira Alves, do MDB representante da Guanabara, causa desconforto entre os militares oficiais e subalternos, aliado a um forte sentimento de ofensa a honra de cada um e a dignidade masculina de todos. Os militares pedem a quebra da imunidade parlamentar do deputado para que ele sofresse a punição devida. No, entanto, esta não demonstrou ser à disposição da casa legislativa que em sessão histórica, com a galeria ocupada, vota contra a suspensão da imunidade parlamentar do deputado sendo seguida por políticos do partido do presidente, a ARENA. A resposta do governo militar foi rápida e 24 horas após a votação no Parlamento o AI-5 é publicado em texto completo, oferece a ideia de que o ato já estava pronto desde as ocorrências estudantis de 28 de março, até a “sexta sangrenta” 21 de julho e que foi assim feito em resposta “ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e à militância dos trabalhadores, demonstrada nas greves de Contagem e Osasco” conforme descreve Alves (1989, p. 130). A linha dura das FA com a conivência de políticos, empresários articula o “segundo golpe de Estado” que estabelece processo repressivo que iria demonstrar-se danoso para o Brasil e principalmente para as jovens lideranças políticas presentes no ME, com “conseqüências em última análise, trágicas”, predatória resguardada pelo AI-5 (p. 131).

O AI-5 suspende todas as atividades políticas, o CN é fechado, juntamente com as Assembléias Legislativas, as câmaras de vereadores excluindo, nos atos praticados, qualquer forma de apreciação judiciária (BRASIL, 2016e), as garantias constitucionais e individuais são suspensas, o exercito é posto nas ruas de todo o país e os tanques executam manobras como se o país estivesse sendo atacado por um forte inimigo externo. As prisões passam a

serem feitas de forma arbitrária, o *habeas-corpus* é suspenso para crimes específicos, ampliam-se os poderes do presidente militar autorizando-o a decretar estado de sítio, os direitos políticos são suspensos e restringido o exercício de qualquer direito público ou privado, os mandatos são cassados.

Para Alves (1989) o AI-5 institucionaliza o ESN e inaugura a criação de dispositivos repressivos que são incorporados ao Estado de forma permanente, o que possibilita a aplicação do modelo econômico de desenvolvimento de forma plena reservando ao Aparato Repressivo a busca da “Segurança Interna absoluta” e afastando qualquer possibilidade de manifestação contra as “políticas econômicas e sociais do governo”. É importante observar que o AI-5 seria, a partir de sua promulgação, o responsável pela constitucionalidade do regime militar fornecendo o quadro legal que possibilitaria a realização de “profundas transformações estruturais” no país. Para Alves (1989), no entanto, há uma contradição estabelecida pela política de “Segurança Interna absoluta”, que exige cada vez mais, ações coercitivas para que as medidas econômicas e o modelo de desenvolvimento do governo repressivo se implementem, fato gerador de uma condição perene de “sublevação oposicionista” que estabelecera, por outro lado “contra-ofensiva repressiva” justificadas do governo, tal a dinâmica do ESN. O Estado forte não debela os focos de oposição mesmo exercendo sobre eles seus poderes coercitivos, não elimina a oposição, pois não alcança as causas geradoras que a elas subjazem. A tensão empregada, então, visando submeter um dado setor oposicionista é geradora de reação em camadas nas classes sociais que até então não apareciam no movimento e que vão se engajando na luta.

Esta forma de proceder do ESN pode ser visualizada nas ações contra os estudantes do Calabouço quando a força repressiva exercita seu poder coercitivo assassinando dois estudantes. O Estado atuou considerando as mobilizações dos estudantes como parte do “inimigo interno” e que precisava ser debelado, no entanto, para cada ação coercitiva do ESN para esmagar a oposição, novos grupos, antes inativos, ampliaram sua adesão ao movimento. Há de ser levada em conta que uma situação assim explicitada exigira sempre uma quantidade de força em escalada constante, pois quando as mobilizações estudantis tiveram início, elas eram bastante localizadas sem o poder de fazer a elas aderir outras camadas sociais. O processo de luta que dizia respeito a uma oposição restrita vai ganhando adesão o que leva o movimento a receber ações repressivas mais contundentes do Estado que aumentando paulatinamente a coerção faz-se notar pela população e o movimento passa a receber a atenção de diferentes classes sociais que vão se aglutinar ao redor dos chamados “inimigo interno” a ele se associando ideológicas, até. Estabelece-se a diversidade de participação nos

conflitos que trás a classe trabalhadora para mais perto do movimento, que é seguida pela classe média quando percebe a força coercitiva do Estado sobre seus filhos e o movimento ganha massa e legitimidade repercutindo no Parlamento, mesmo que este esteja em boa parte conivente ou nas mãos do poder militar. Alves (1989) chama a atenção para o fato de que as crises que levou ao AI-5 e as ações imediatas dele decorrente deixaram visíveis as fortes contradições existentes na cúpula do poder militar, na classe política e empresarial apoiadora do regime e da sociedade civil que amplia sua participação dado o nível de repressão, que se instala continuamente. A institucionalização da repressão aparece como uma exigência para manutenção dos ditadores no poder, o que leva o governo a um processo de “nova perda de legitimidade” tendendo ao isolamento crescente onde a única alternativa vislumbrada é a de “continuar a escalada no emprego da força” (p. 141). Para Alves (1989) o que decorre do AI-5 é uma dinâmica de violência onde parte da esquerda adere à luta armada constatando não haver alternativa para combater um Estado forte. Esta decisão alimentou e exacerbou o ESN fazendo-o enxergar mais de perto o seu “inimigo” sedimentando o poder dos que propugnavam a defesa da “Segurança Interna”.

É necessário sumarizar a conjuntura do período pré-vigência do AI-5, pois foi nesse espaço que ocorreram as ações das mulheres militantes e os determinantes do caminho por elas percorridos dentro das suas organizações de esquerda. Esta conjuntura é considerada, neste estudo, como sendo um fator fundamental para a formação política das mulheres militantes que aderem as organizações de esquerda que tinham no ME sua base de atuação e seu campo operacional. Entender os marcos de memória que estabeleceram o ME com base criativa de operação e de formação política das mulheres que nele militavam é uma exigência para se pensar na recomposição psíquico/afetiva empreendida por essas mesmas mulheres, após serem submetidas as torturas e aos maus tratos, nas mãos do Estado.

4.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL E REPRESSÃO POLÍTICA

Não há dúvidas de que o ME foi formador e articulador de grande parte das lideranças de esquerda que surgiram no período de 1960 até o início dos anos de 1980 quando do afastamento do militares do foco político e a entronização dos governos civis quando é instituído, então, o final, presumido, da ditadura. As lutas levadas pelo ME em conjunto com os trabalhadores até o ano de 1968 demarcam fatos que redundaram em mote do protagonismo político das mulheres de esquerda, e que levaram ao recrudescimento da ditadura, à caça e ao aniquilamento da jovem liderança política de esquerda, de quadros

valerosos da esquerda tradicional, considerados históricos e das mulheres militantes, esses fatos são considerados para esta análise como marcos de memória das mulheres e serão aqui descritos como o Massacre da Praia Vermelha, a Invasão do Calabouço, a Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil e que culmina com a promulgação do AI-5. E isto tudo ocorre ao longo da década de 1960 tendo o seu apogeu o ano de 1968 onde os militares reiteram seu mando com um novo golpe que dita regras duras à nação arrojando a já combalida democracia para longe das terras brasileiras.

O ano de 1968 vê o mundo mobilizar-se em defesa das liberdades em todos os níveis, da autodeterminação dos povos e dos indivíduos, da democracia e do Estado de direito, do direito das etnias, do direito à liberdade de expressão, manifestação e de posicionamento, da igualdade de gênero, da busca do prazer pessoal, sexual, da liberdade de manifestação de toda forma de afeto, considerando ser o “afeto, revolucionário”. O ano de 1968 demarca no Brasil o ano do ME e das grandes manifestações de trabalhadores, intelectuais, homem do povo e da própria classe média que se manifestam contrários ao arbítrio, na defesa da liberdade e da democracia, aliadas a isso assiste-se ao processo de formação política de uma vasta camada da população jovem que a partir de 1960 acorrem à Universidade iniciando mais do que uma formação acadêmica/profissional, uma formação criticamente política associando-se as agremiações de esquerda que encontram no ME seu campo de atuação privilegiado de lutas, e as mulheres demarcam seus lugares protagonizando-se no enfrentamento da ditadura.

No ano de 1968 ocorreram eventos específicos e que determinaram os caminhos do ME na luta contra a ditadura fazendo-o aparecer como o agente revolucionário encarregado de dirigir as “massas” e empreender as mudanças no país dos generais redirecionando-o aos trilhos da democracia social, mesmo que assim não fosse. E, no entanto, é o, ME a primeira força de oposição a se organizar contra a ditadura quando se mobiliza para combater a Lei Suplicy de Lacerda que o colocou na ilegalidade e o acordo MEC/USAID, que inicia o sucateamento da Universidade pública visando implantar de forma definitiva o ensino privado no país, conforme Paulino (2016). Esses eventos são marcos de memória que deixaram visíveis o nível de arbitrariedade que o regime disponibilizou a aqueles que iam em direção contrária aos seus interesses, ao mesmo tempo em que demonstrou a força de mobilização, coerência política e organizativa do ME quando esse alinha um contingente de jovens lideranças estudantis, secundaristas e universitários, das organizações de esquerda às suas ações de lutas democráticas afrontando o regime dos generais estabelecendo um vetor de formação da jovem esquerda que começa a aparecer nos meios acadêmicos. E, as mulheres militantes que forneceram suas memórias à análise definiram suas atuações vivendo o

movimento ou relembrando de suas ocorrências na história recente que se tornaram marcos de memória, como o Massacre da Praia Vermelha, a Invasão do Calabouço, A Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil.

4.2.1 Marcos de Memória do Movimento Estudantil e o Acerbamento da Ditadura

Dois anos após o golpe, em 1966 na vigência do AI-2 a população civil e a classe média conhecem pelas mãos da ditadura o acerbamento do regime e temem pela vida de seus filhos que adentram a Universidade para tornarem-se sujeitos de um processo acentuado de repressão policial, visualizando, ao longo de dois dias e uma noite, o que passou para a história como o Massacre da Praia Vermelha. Nesse episódio o regime que passa a proclamar-se como o saneador político, exacerba em violência e coloca em cheque o retorno do país ao Estado de Direito e à Democracia. Os estudantes se vêem frente à luta por uma universidade autônoma, pública e gratuita em todos os níveis e para todos e reiteram a responsabilidade do Estado sobre a educação de qualidade saindo em defesa da legalidade de sua entidade representativa a UNE o que significava o retorno oficial das atividades políticas no ambiente estudantil, como sinaliza Franco (2006/2016). No contexto de uma ditadura que se estabelece e que dá respostas imediatas a cada uma das suas mobilizações dos estudantes, a UNE, na clandestinidade, elege o dia 22 de setembro de 1966 como o “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura” e chama estudantes, trabalhadores e a sociedade civil a manifestar-se. Os militares acirram suas ações extinguindo representações estudantis livres como os Centros Acadêmicos (CA) prendem estudantes, seus dirigentes e simpatizantes provocando uma mobilização permanente do ME. Os alunos da Faculdade Nacional de Medicina (FNM) da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, ocupam o campus da faculdade exigindo serem ouvidos em suas solicitações pelos órgãos colegiados da Instituição de Ensino Superior (IES) o que faz provocar reações do regime que age com dureza sobre um oponente bem mais fraco, estudantes, cujas únicas armas eram as ideias, os ideais sociais de liberdade e de retorno à democracia.

A FNM da Praia Vermelha, de acordo com o contexto político da época, estava longe de ser uma escola estratégica que justificasse uma invasão pela ditadura a ponto de definir novos rumos, ou de encaminhar qualquer forma de política a ser adotada que pudesse ir mais além daquilo que o AI-2 já executava. A invasão da FNM em 1966 evidencia, sim, a pretensão do poder militar de deixar bem claro a situação que estaria posta ao país de ora em diante e que exortava para todos os Estados da federação que havia um mando e este provinha dos setores mais endurecidos das FA.

Da parte do ME havia a disposição de manter a ocupação da FNM para que ficasse evidenciada à sociedade a existência de uma ditadura cujas intenções estavam longe de ser o diálogo, mas provocava o confronto e a destruição de quem a ela se opusessem. Da parte dos militares, o confronto era eminente e o cerco se fechou sob o olhar de espanto da população, das mães da classe média que perceberam seus filhos nas mãos da repressão política e que haviam de ser protegidos. No início da madrugada do dia 22 de setembro, Prado (2006/2016) relata que os portões laterais da FNM foram arrombados e o prédio invadido por militares que agrediram os estudantes e destruíram todo o complexo de ensino.

O regime militar mantinha-se politicamente sob a égide dos AI's para o estabelecimento do ESN que lhes autorizava à força, a opressão e a tirania sob estudantes, trabalhadores, cidadãos brasileiros que eram considerados “inimigos internos” do regime, ou seja, o povo brasileiro era o inimigo, inimigo de si mesmo e da nação, o que não parecia, na ótica dos estudantes e trabalhadores, fazer muito sentido e tampouco o exército, com toda sua estrutura, experiência e inteligência, não parecia se dar conta de que toda forma de opressão redundaria em temor daqueles que apoiaram o golpe. E foi assim, o “Massacre da Praia Vermelha” chamou a atenção de uma classe média que apoiou o golpe em seu início insuflada pela Igreja e começava a preocupar-se com seus filhos que, ao invés de usufruírem a prometida bonança política/econômico-administrativa expulsando o governo constitucional de Jango, colhiam, então, e ao vivo a violência, o desmando e o arbítrio do poder militar sobre seus filhos e suas filhas. Para Martins Filho (1996) o que ocorreu na invasão da FNM foi uma “chacina” assistida pela população e que foi relatada por várias mães, “derrubaram moças, rasgavam suas roupas, para apalpar-lhes os seios e suas partes”. A polícia começava a destinar aos jovens da classe média o mesmo tratamento que sempre deram aos presos comuns e aos operários no combate às suas lutas.

Assim, já em 1966, na pele dos próprios filhos, a classe média brasileira sentira os efeitos incontrolláveis do movimento de 1964, por ela apoiado para defender a democracia, supostamente em risco e que ela viria abolir no golpe de 1968. Martins Filho (1996); Prado (2006/2016) informa que havia dentro da FNM, aproximadamente 600 estudantes e todos eles fortemente armados, com seus cérebros e suas mãos e as bolsas, com livros, com anotações claras sobre a perda de autonomia da universidade, sobre a lista de excedentes que acumulava período a período, sobre o aumento de vagas e a inserção de todos os excedentes, sobre a qualificação profissional e científica necessária, sobre o ensino de qualidade, composição paritária dos seguimentos da universidade nos órgãos colegiados, sobre verbas para a pesquisa, gestão participativa, e deste contingente de revolucionários determinados a lutar

contra a força, a opressão e a tirania de uma ditadura que procurava se esconder sob um poder legislativo sem poder que criava leis para a proteção das ações dos militares aboletados no poder usurpado dos civis, um judiciário servil e conivente e uma FA manietada à vontade de um grupo de militares ávidos pelo poder, que se auto intitulava “salvadores da pátria amada” dispostos a ceder ao jogo de uma elite nacional mancomunada com os interesses do capital internacional que disseminava a mentira do “perigo comunista” para abocanhar de forma fácil as riquezas da nação, com o projeto de assim fazer dela um quintal dos seus interesses, pelo menos metade, 300 eram mulheres e todos eles enfrentaram um efetivo de 2000 homens militares fortemente armados com fuzis, metralhadoras, tanques, que acabaram com as instalações da FNM e assediaram as estudantes frente a população e seus familiares demonstrando já, o que viria a ser feito com essas mesmas mulheres nos próximo dez anos.

O segundo marco de memória, ocorre dois anos após o Massacre da Praia Vermelha no início do histórico ano de 1968, também no Rio de Janeiro onde ocorreram os primeiros assassinatos de estudantes pela ditadura, no episódio da invasão do Restaurante Central dos Estudantes (RCE). O RCE era parte de um complexo que tinha a finalidade de atender estudantes carentes mantidos pelo governo federal criado durante a era Vargas. O RCE era administrado pela UNE e quando transferido de local, para a Ponta do Calabouço, passa para a administração da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME) sendo chamado, então, de “Calabouço”, que associado à Casa do Estudante do Brasil (CEB) e era gerido por um colegiado. Mais do que um restaurante estudantil o Calabouço era um espaço de arte, de disseminação da cultura, da política gerador de uma postura crítica dos seus frequentadores que assumiam as lutas sociais dos trabalhadores, dos universitários, secundaristas e suas lutas internas, conforme Dirceu (2006); Hagemeyer (1997). O Calabouço era então, mais do que um simples fornecedor de comida, formava opiniões e pessoas alimentando-as com arte, cultura, política e, como lembra Hagemeyer (1997), materializava o espírito da democracia, que ia se apagando no país.

No dia 28 de março de 1968 a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) organizam passeata de protesto “contra as condições de higiene do restaurante” (VALLE, 1998, p. 53). A polícia invade o Calabouço reprimindo os estudantes e alvejaram os secundaristas Edson Luis de Lima Souto e Benedito Frazão Dutra. Edson Luis cai sem vida por um tiro dado por um Tenente do Batalhão Motorizado da Policial Militar. Os estudantes, sob forte comoção, recolhem os corpos e levam à Assembléia Legislativa (AL) onde Benedito Frazão sai do estado de choque é encaminhado ao atendimento hospitalar e morre pouco tempo depois (UNE, 2016). Edson e Benedito, estudantes em formação foram mortos por

denunciarem o Estado ditatorial que avançava. E o corpo de Edson estendido no chão evocava os tempos prometidos pelos militares onde a repressão atingiria principalmente a jovem esquerda que representava a liderança política do Brasil do futuro.

Uma semana após o assassinato dos estudantes secundaristas o Brasil assistiria a novos momentos de barbárie patrocinados pela repressão militar quando da realização da missa pela alma dos estudantes assassinados, e o Rio de Janeiro que já havia parado para enterrar Edson Luis produzindo a maior mobilização popular de protesto após o golpe de 1964 (VALLE, 1998), para novamente para lembrar esses assassinatos. Para o espanto dos militares no poder o Brasil se mobiliza contra o arbítrio e a classe média associa-se aos estudantes, trabalhadores. No 1º de abril manifestações durante o aniversário do golpe são fortemente reprimidas e no dia 4º o Brasil e o mundo voltam a assistir estarecidos ao destempero dos militares que reprimem com força e agressão, a crianças, senhoras idosas, jovens e trabalhadores na porta e escadas da Igreja da Candelária em desagravo aos estudantes do Calabouço, assassinados. O regime fere seus cidadãos em nome da manutenção da ordem e do “poder revolucionário” e em perseguição aos considerado, pelo general presidente Costa e Silva “inimigo da Pátria”. O mesmo ocorre no início da noite daquele dia na saída da missa quando 15 padres concelebrantes da segunda missa, improvisam um cordão de isolamento colocando os estudantes dentro dele protegendo-os da carga pesada da Cavalaria que brandem suas espadas (VALLE, 1998; MARTINS FILHO, 1996) sobre as cabeças da população civil.

Importa, para este estudo, a retomada do episódio do Calabouço para realçar as decorrências dessas ações para a formação da militância de esquerda. Os fatos ocorridos, desde o golpe de 1964 são marcos de memória que deixam visíveis a presença de jovens estudantes secundaristas e universitários em ação no ME, que ao longo da década de 1960 passam a enfrentar um regime que se sedimenta sob a violência, a dor, a opressão ampliando o ambiente de luta e de busca pela liberdade, em todos os níveis, e é onde as mulheres militantes de esquerda são gestadas em ações contínuas. E o que se observa desde o golpe de 1964 avançando de forma desmedida até 1968, disseminando absurdamente ao longo dos Anos de Chumbo são as tensões crescentes no ambiente social que evocam a necessidade de “que todos devam estar preparados para o enfrentamento com a polícia” (VALLE, 1998, p. 75).

O terceiro marco de memória que sinaliza ações das mulheres militantes produzidas pelo ME determinando, em grande parte, as ações da linha dura do regime na direção de um segundo golpe, tem relação com a chamada Sexta-feira Sangrenta. Palmeira (2016b) observa terem sido as mobilizações do segundo semestre de 1968 as mais duras, no que é seguido por

Ventura (2008); Gaspari (2002/2004); Martins Filho (1996) chamando a atenção para a “Sexta-Feira Sangrenta”. E Ventura indica que a Sexta-feira Sangrenta deveria ser chamada de “quarta, quinta e sexta-feira sangrentas”, pois os fatos ocorreram ao longo de três dias. A mobilização tem início na manhã da quarta-feira dia 19 de junho quando o ME do Rio de Janeiro dirige-se ao pátio do edifício do MEC para discutir a situação da UFRJ não sendo recebidos pelos ministros, mas o é pela policia com todo seu dispositivo repressivo. Os estudantes fugindo do seu principio de não agressão passam a revidar ao ataque policial com pedras, pedaços de madeira, o que é uma ação inédita, até então. Na manhã do dia 20, frente a continuada recusa do MEC em ouvir suas reivindicações mais de dois mil estudantes aglomeram-se na reitoria da UFRJ em assembléia geral chamando a presença do reitor para que em conjunto discutissem a situação da universidade. Os estudantes, frente à recusa do Conselho Universitário (CONSUN) em recebê-los retiram da sala de reuniões os conselheiros e reúne-os em assembléia no pátio, ao ar livre. A assembléia dura oito horas e transcorre em regime democrático (PALMEIRA, 2106b). Enquanto a democracia era exercida intramuros na universidade a ditadura se preparava para prender qualquer estudante que deixasse as dependências da UFRJ, ao longo dia, com os militares postados em frente aos portões da universidade pronto para invadi-la.

O episódio, segundo Martins Filho (1996) repetiu as ações da madrugada do dia 23 de setembro de 1966 no chamado “Massacre da Praia Vermelha”, em gênero, número, mas em grau mais violento deixando à mostra para a população civil as sandices executadas pelas tropas militares que sempre agiam em conjunto, ou seja, FA, PM e Civil, DEOPS/RJ. Nas ocorrências dos dias 19, 20 todos aderiram à manifestação, mas a manifestação do dia 21, segundo Martins Filho (1996) tomou os ares de uma rebelião popular de forma efetiva e dolorosa passando a ser chamada de a “Sexta-feira Sangrenta”. Não é relacionada, nesse dia, de forma oficial os feridos e os mortos espalhados entre a população civil, estudantes e trabalhadores, que sem registros caíram no esquecimento da história. A literatura detalha as ocorrências que tiveram início na manhã da sexta-feira dia 21 de junho, quando os estudantes foram se aglutinando em vários pontos do centro da cidade, sem alardes até que tiros foram ouvidos e o protesto generalizou-se. Helicópteros despejavam bombas de gás sobre a população, trabalhadores da construção civil passaram a abastecer os estudantes com pedras e madeiras e por onde o conflito passa deixa escombros “carros, ônibus e trólebus são incendiados”. Os trabalhadores se juntam à manifestação e dos edifícios uma chuva continua de objetos caem em direção às tropas, “cinzeiros, garrafas, pesos de papel, pedaços de pau” e até “cadeiras” de escritório e “máquina de escrever”, que são arremessados pelos cidadãos

que das suas janelas aplaudem os estudantes e vão os militares (MARTINS FILHO, 1996) em uma franca demonstração de que a classe média condena a ação dos militares ao vivenciar a insegurança reinante entre a população que “perderam a garantia à liberdade e à vida” (p. 90). E essa mesma população que é acossada, nas vias públicas do centro do Rio de Janeiro, vê estudantes agredidos violentamente enquanto seus corpos jazem desacordados no meio-fio e ao longo do asfalto. Barricadas são erguidas, carros são incendiados e o Rio de Janeiro faz repetir a história da eterna luta social entre o poder instituído pelas grandes oligarquias rural e industrial, política e mediática associadas aos interesses do capital internacional em detrimento dos que produzem as riquezas para as Nações. Estudantes, intelectuais, trabalhadores tomam o centro do Rio com o apoio momentâneo da sociedade civil e da classe média e lembram as ruas de Paris que no mês de maio haviam sido tomadas da mesma forma, por estudantes e trabalhadores das fábricas que, desconsiderando a separação histórica de suas vidas sociais criaram, “espontaneamente um relativo rompimento dessa separação” e de forma inédita e original estabeleceram na capital francesa “um contato direto entre estudantes e operários nas ruas, nas assembleias, em debates improvisados, nos comitês de bairro, na porta das fábricas” mesmo barrados pelas lideranças sindicais, demonstrando estarem imbuídos da ideia avançada de que as circunstâncias históricas na França, e em todo o planeta manifestada no ano de 1968, “exigiam da parte dos estudantes um maior engajamento ao lado das lutas operárias” (THIOLLENT, 1998, p. 77). E a “Sexta-Feira Sangrenta” repetiu o mesmo ideário que o mundo demonstrou em vários países naquele ano de 1968, respeitando as características únicas de cada Nação que se sublevava em meio a uma onda de liberdade e em defesa do direito de igualdade entre os seres humanos.

Os confrontos entre estudantes e o governo militar que preencheram o ano de 1968 recebeu ampla cobertura das mídias que não estavam, ainda, manietadas pela linha dura comandada por Costa e Silva e “sem [dispor de] instrumentos discricionários de repressão”, pois o AI-2 vigorou até o final do governo do seu antecessor (FICO, 2016, p. 63), disponibilizam as imagens nas primeiras páginas dos jornais diários, fazem coberturas intensas, deixam visíveis os apoios da classe média, da igreja, de artistas, intelectuais e da população aos protestos de rua e divulgam amplamente para o dia 26 de junho, quatro dias após a Sexta-feira Sangrenta, uma mobilização que passou para a história como a “Passeata dos Cem Mil”. Os marcos de memória retomados como o Massacre da Praia Vermelha, a morte dos estudantes secundaristas do Calabouço, a Sexta-feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil, criaram o ambiente propício para o desenvolvimento de lideranças políticas futuras e das mulheres militantes que deixam suas narrativas e estabeleceram, de forma definitiva, a

“atuação da linha dura que, com a decretação do AI-5, pode retomar as punições revolucionárias” (p. 63)”. No Rio de Janeiro a UME mobiliza a população, os trabalhadores e todos os estudantes para a manifestação no dia 26 que é autorizada pelo general presidente, Costa e Silva.

E no dia 26 a Cinelândia amanhece tomada por um aglomerado de gente que a ela vão afluindo respondendo ao chamado, são senadores, deputados, estudantes, lideranças estudantis da clandestina e atuante UNE, UME, FUEC, DCE e CA, artistas, intelectuais, músicos, professores, sindicalista, mães da classe média, igreja, padres, freiras com faixas e cartazes, representantes do alto clero, bispo, cardeal, diretores dos colégios católicos, operários, trabalhadores da região que vão engrossando a passeata, que vão protestando com palavras de ordem, lembrando a repressão violenta e continuada empregada pelos militares incluindo a população civil. Todos se reúnem para demonstrar suas posições contrárias ao regime de força que se avizinhava, para defender as liberdades democráticas e posicionar-se contra a ditadura. Os militares mantiveram-se ao largo da movimentação de gente, não reprimiram, não provocaram, não esboçaram qualquer reação de contenção ou proibição da manifestação, não bateram, não atiraram, não jogaram bombas de gás ou de efeito moral, não colocaram ninhos de metralhadoras, tanques de guerra, “brucutus”, não convocaram a cavalaria, os agentes do DEOPS, PM e Civil, não provocaram de armas em punhos a população civil ou quem quer que fosse, mas, agiram de forma discreta, infiltraram agentes entre os estudantes. O governo da Guanabara decretou ponto facultativo e a prisão dos líderes do ME. Às 11h a AL e suas imediações estava tomada pela passeata uma massa de gente unida entre si pelos braços e todos em uníssono gritavam “Abaixo a ditadura”. Por onde passavam chuva de papel picado caíam sobre a multidão ordeira e determinada. As faixas e cartazes traziam mensagens que eram direcionadas aos militares, como “o povo organizado derruba a ditadura”, “abaixo o imperialismo” e as ruas iam sendo pichadas com as reivindicações.

A passeata avançou e nas primeiras horas de caminhada já contavam com cem mil pessoas. O povo unido alcançou o Palácio Tiradentes sem registrar tumulto ou incidentes em uma marcha de três horas. A chamada Passeata dos Cem Mil demarca notadamente a ascensão do ME. Sua grande manifestação democrática organizada, sem repressão policial parecia fazer tremer o projeto militar de uma ditadura duradoura e não foi, sem consternação possível, que o general presidente Costa e Silva, em um arroubo democrático e talvez impressionado pela capacidade de mobilização do ME e da população geral, aceitou iniciar um diálogo com os estudantes mediados por representantes das instituições que se fizeram representar no evento. Costa e Silva, porém, a princípio conciliador, muda sua postura e nos

dias que se seguem rejeita o encontro com os estudantes, trabalhadores e seus representantes desprezando qualquer forma de solicitação e afastando a possibilidade de diálogo, conforme Lamarão (2009/2016, p. 4).

4.3 A ESQUERDA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O ME estabeleceu ao longo da sua história um caráter formador e organizador que abarcou um conjunto expressivo de estudantes que se iniciaram nas lides políticas além de absorver as várias tendências e oportunizar sua manifestação livre e democrática. As mulheres militantes passaram pelo ME, seja para organizarem-se, seja para formarem-se politicamente, seja para aprenderem sobre as ideologias em voga, seja para posicionarem-se como cidadãs engajadas na defesa dos seus direitos e de seus ideais, ou simplesmente para dar fim a uma situação de arbítrio e de repressão do Estado sobre seus cidadãos como lembra Arantes (1994); Lima; Arantes (1984); Gaspari (2002/2004); Cardoso (2016); Rosa (2013); Moraes (2011). O ME trouxe para dentro de si as mulheres, e as mulheres levaram para dentro delas o ME em perfeita sintonia militaram nas várias tendências de esquerda que o movimento abrigou e assumiram, posteriormente, seus modos de luta. E foi no ME que as crises da esquerda brasileira configuradas pelo PCB (GORENDER, 1987; TAVARES, 2013; MORAES, 2011; PRESTES, 2012), o Partidão, constituído, até meados dos anos de 1950, como um bloco unitário que abarcava toda a esquerda nacional, manifestou sua diversidade em sua forma mais dinâmica que fez desmembrar-se em múltiplas tendências que manteve sua influencia marcante no ME onde suas lideranças tiveram “forte representatividade na direção da UNE, nas UEEs e DCEs”, conforme Moraes (2011, p. 64).

É importante salientar que as mulheres militantes Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez são oriundas dessa formação de esquerda que proliferou no ME e que se frutificou, em grande parte, na diversidade de tendências após a década de 1950 quando é desfeito o “bloco monolítico” representado pelo PCB. O Partidão é cindido após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em fevereiro de 1956 e que estabeleceu, no Brasil, discordância entre os dirigentes do Comitê Central, os quadros e a militância do Partidão. No histórico XX Congresso do PCUS é apresentado o “Relatório Khrushchev” que teve o efeito de uma bomba, como é lembrado, no movimento comunista internacional, pois pela primeira vez os crimes e os erros cometidos por Stalin são revelados e severas críticas são feitas ao culto à sua personalidade. A cúpula do PCB recebe a notícia como sendo uma farsa, uma calúnia, e não dá ouvidos ao relatório (GORENDER, 2017). A crítica sobre o

período stalinista envolve a apresentação de novas teses onde é demonstrado que o socialismo russo foi erigido a partir do culto à personalidade de Stálin. E, em seguida apresenta uma nova diretriz para a esquerda mundial que se diferencia daquilo que era apregoado desde Lênin e que dizia ser o imperialismo, por sua existência no contexto político econômico mundial, o responsável pela inevitabilidade da grande guerra mundial. O líder empossado Nikita Khrushchev no XX Congresso do PCUS reorienta toda a esquerda mundial indo para além de Lênin afirmando ser viável uma coexistência pacífica com as grandes potências e que assim sendo a guerra mundial além de não ser inevitável, poderia ser evitada (MORAES, 2011; SALES, 2001/2016; TAFARELLO, 2009). Os resultados do XX Congresso do PCUS, em 1956, revelam deformações que foram impostas às ideias socialistas e que levaram de roldão as concepções marxistas, e assim geraram crises marcantes nos PC do mundo todo incluindo o PCB, e que levaram vários de seus importantes quadros históricos a se distanciarem do partido, abandonando-o. O PCB, a partir de 1958 em seu V Congresso Nacional passa a defender uma política partidária e uma atuação social que induz a classe operária e a militância a estabelecerem alianças com a burguesia, na defesa de um governo nacionalista e democrático. Para isto é, conforme Moraes (2011) criada uma “frente única nacionalista e democrática” que dela fariam parte o proletariado, o trabalhador rural, a pequena-burguesia e até os setores oriundos da oligarquia rural, representado pelos grandes latifundiários que se posicionavam contrários ao “imperialismo norte-americano” (KONDER, 1980, p. 13; GORENDER, 1987; PRESTES, 2012).

Os novos caminhos do PCB levaram a jovem esquerda brasileira que ia se incorporando às lutas políticas, e vários de seus grandes quadros históricos, a considerá-lo antirrevolucionário, ou seja, as novas políticas levadas pelo Partidão estaria muito aquém das experiências de vanguarda de uma esquerda que disseminou modelos revolucionários no pós-guerra e que influenciou enormemente as nações que emergiam no sentido de avançar para o socialismo superando o capitalismo e sobre a impossibilidade de se efetuar uma transição, para o socialismo, que fosse pacífica, como apregoava a nova linha de atuação defendida pelo PCB e pelo seu líder alinhados ao PCUS. Os rachas foram se sucedendo levando quadros históricos do Partidão a se reorganizarem fora dele fazendo surgir várias tendências de esquerda a que vieram atuar de forma marcante no ME sem o devido reconhecimento oficial (MORAES, 2011). As tendências, correntes ou organizações de esquerda que formadas a partir de 1958 com a crise do PCB (MORAES, 2011; KONDER, 1980) tiveram suas expressões práticas e transformações, quase imediatas, dentro do ME apresentando diversidades em si mesmas e frente as suas iguais, o que levava a militância as formas de

atuação e conformação diferenciadas onde todas as tendências, sem exceção tinham suas posições marcadas, determinadas a fazer a passagem para o socialismo em caminhos e formas diversas. E, segundo Arantes (1994) após 1964 existiu no ME “aproximadamente 50 organizações de esquerda” (p. 37) e todas elas após 1968 foram atingidas pelos militares que ao serem arremessadas à ilegalidade por conta do AI-5 foram duramente golpeadas, quase extintas, pelo regime repressivo.

As tendências de esquerda possibilitaram a formação inicial das mulheres militantes que nelas se formaram como mulheres politizadas e críticas e nelas buscaram a concretização dos seus ideais de liberdade edificando-se nas lutas futuras de suas existências (ROSA, 2013; CARDOSO, 2016; ROMEU, 2016; RAMMINGER, 2016; MURAT, 2016; CHAVES, 2016). Algumas das organizações de esquerda que tinham suas representações no ME e que abrigaram as mulheres em suas militâncias foram: O **Partido Comunista Brasileiro (PCB)** e a sua maior dissidência o Partido Comunista do Brasil (PC do B) articulador e mantenedor da Guerrilha do Araguaia. A **Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP)**, ou POLOP formada por intelectuais e estudantes vinculados à Juventude Socialista da Guanabara, Juventude Trabalhista de Minas e “membros da Liga Socialista e do PSB” (MORAES, 2011, p. 72). A **Ação Popular (AP)**, grupos universitários católico de esquerda que controlaram “as sucessivas diretorias da UNE” (COLLING, 1997, p. 141). A **Ação Libertadora Nacional (ALN)** de Carlos Marighella um dos históricos do PCB caçado de forma veemente pela repressão, grupo de maior expressão do movimento de guerrilha urbana que sequestrou o embaixador americano no Brasil e que sofreu grandes reveses de 1969 a 1971 quando seus dirigentes Carlos Marighella e Joaquim Câmara foram assassinados. O **Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)** dissidência da ALN que teve pouco tempo de duração (COLLING, 1997). O **Partido Operário Revolucionário (PORT)** organização Trotskista vinculados a J. Posadas do Comitê Latino Americano (CLA) e da 4ª Internacional Comunista fundada por Leon Trotski em 1938. Em 1968 surge dentro do PORT a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e dissidências que rompem com Posadas unifica-se com a Organização Socialista Internacional (OSI) (COLLING, 1997). No ME atua como Liberdade e Luta (LiBeLu) com expressiva atuação no ME da Universidade de São Paulo (USP) e Convergência Socialista (CS) mais a esquerda do movimento e que atuou fortemente, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 na organização do ME da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp), especificamente na formação política dos estudantes da Faculdade de Educação (FE), destituindo a diretoria do Diretório Acadêmico vinculado a Reitoria e entregando aos estudantes uma entidade livre, autônoma e democrática,

que se constituiu na segunda entidade livre da PUCCamp, o Centro Acadêmico da Faculdade de Educação, o CAFE. A primeira entidade livre constituída foi o Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (CAFA) sendo os dois CA de linha trotskista, o CAFA vinculado a LiBeLu e o CAFE vinculado à tendência CS. O CAFE assumiu as lutas estudantis na reconstrução do DCE-Livre tendo participação ativa no processo de redemocratização da Universidade. E esta é uma importante história e que esta por ser contada, ainda. A **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)** fusão da ala mais a esquerda da POLOP grupo de intelectuais e estudantes que defendiam a guerrilhas e a luta armada (COLLING, 1997) e do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), planejaram ações, em 1969 de retirada de armamento do paiol do 4º Regimento de Infantaria de Osasco que seria executado por Carlo Lamarca; praticaram operações de guerrilha urbana enfrentando abertamente a ditadura. A VPR manteve a tendência militarista de seus membros seguindo o modelo semelhante ao da ALN tendo sido dirigida por Inês Etienne Romeu, última presa política do Brasil e a única sobrevivente do Codão de Petrópolis, por Carlos Lamarca e Iara Yavelberg. A **Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)** surge em 1969 da fusão da VPR e do COLINA, cujo nome lembra a saga de Palmares e ela teve expressão nacional. A fusão entre a VPR e COLINA foi feita de forma rápida gerando restrições entre seus militantes. A VAR produziu ações de sequestro do jato da Cruzeiro do Sul, em 1970, foi caçada pela repressão tendo sido seus militantes assassinados esteve envolvida em ações de expropriação de banco e do “cofre do Adhemar” para obtenção de recursos financeiros. O **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)** segue as diretrizes de comunistas históricos como Apolônio de Carvalho e Mario Alves e mantém sua estrutura partidária marxista-leninista o que o diferenciava da ALN e da VPR. O trabalho político do PCBR envolve a população, a conscientização das massas combinado com a resistência armada (COLLING, 1997) e almejava construir um partido marxista que não compactuasse com a burguesia e que pudesse influenciar a política assumida pelo Partidão. O **Comando de Libertação Nacional (COLINA)** surge em 1967 do racha ideológico da POLOP sendo contrário às políticas renovadoras do Partidão. Em 1969 é absorvida pela VPR e forma a VAR-Palmares. Seus militantes eram, na sua totalidade, estudantes e defendiam a realização de ações armadas mantendo relações com o MO e o ME. No ano de 1969 sofreu forte repressão e seus militantes foram presos tendo sua capacidade operacional desarticulada. O **Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)** nasce na Guanabara oriundo dos grupos de estudantes e intelectuais carioca que se vinculavam à DI-GB que era proveniente do racha do PCB. O MR-8 vai absorver grande parte da VPR inclusive seu próprio dirigente o capitão

Lamarca, que quando é assassinado morre como um dos seus quadros (ASSIS; TAVARES, FILHO; BRANDÃO; DUARTE (1985), juntamente com o quadro histórico da liderança sindical e da esquerda brasileira e do nordeste o baiano Zequinha. O MR-8 consolida-se na década de 1970 e leva no nome o “8 de outubro” lembrando a data do assassinato de Ernesto Che Guevara. O MR-8 ou DI-Guanabara estava vinculado quase que exclusivamente ao ME e defendia a formação de um “novo partido marxista” considerando que a revolução no Brasil se daria pela implantação do socialismo e não pela implementação de uma democracia burguesa ou uma revolução de “libertação nacional” como propugnava o PCB, o que demonstrava que o MR-8 estrategicamente estava mais alinhado com a ALN e com o PCBR. O MR-8 foi fortemente reprimido após o sequestro do embaixador norte-americano e com a dissolução em 1971 da VPR, um núcleo dos militantes migrou para o MR-8 dentre eles o histórico Capitão Carlos Lamarca e sua companheira Iara Iavelberg. Em 1972 em plena vigência dos Anos de Chumbo, o MR-8 desativa a sua estrutura organizativa no Brasil sendo que seus militantes, quase na totalidade, se transferem para o Chile de Allende onde procedem a auto-crítica assumindo, a partir de então, posições diferenciadas das anteriores, caminhando na direção assumida pelo Partidão no final dos anos de 1950 e fortemente crítica por essas tendências nos anos de 1960 e 1970, ou seja, a coexistência pacífica com os partidos de origem burguesa .

4.3.1 Movimento Estudantil: a Batalha da Maria Antonia e o XXX Congresso da UNE

As ações estudantis em São Paulo e na Guanabara aliadas aos movimentos dos trabalhadores, intelectuais, políticos e da própria população são apenas indicativos de que a formação e a organização da esquerda ocorriam em todo o território nacional e nas várias capitais do país, e que cada uma delas guardava características próprias respondendo às diretrizes ideológicas dos seus comitês centrais. As várias tendências de esquerda que proliferavam no ME se digladiavam entre si em luta pela hegemonia no movimento, mas faziam valer suas propostas para a implantação de um Estado democrático e de direito por meio do socialismo. A UNE de tradição democrática, desde a sua fundação em 1937, fez frente aos desmandos do ideário fascista que proliferando na Europa estendia sua influência para o resto do mundo incluindo a política brasileira, luta contra o nazi-fascismo, defende a universidade pública de qualidade e para todos inclusive para a classe trabalhadora, assume, nos anos de 1950 as lutas em defesa dos recursos minerais estratégicos e no início dos anos de 1960, ela ativa as suas bases em defesa das reformas democráticas propostas pelo governo constitucional de João Goulart retomando seu caráter de entidade “verdadeiramente nacional”

com forte atuação em defesa das “reformas de base” (DIRCEU, 1999, p. 84) e subsidiando o ME de todo país, inclusive na Guanabara e em São Paulo.

O papel exercido pela UNE ao longo da sua história coloca os ME e os estudantes como fundamentais dentro do contexto do desenvolvimento político brasileiro em qualquer tempo e “independente das fases do desenvolvimento econômico e do movimento das classes sociais, ou do papel e origem social do estudante” (p. 84). Assim o ME a partir dos anos de 1960, de 1961 até 1964 e depois até 1968 frente à falta de liberdade cultural, política e social que ia se implantando e em decorrência das fortes restrições a qualquer manifestação dos cidadãos, das instituições democráticas e de trabalhadores inicia um processo de reivindicação de direitos que extrapola os muros das universidades e alcança os vários setores da sociedade.

Em um período onde as instituições democráticas estavam sendo caladas, as manifestações de ideias proibidas, à censura tomando conta da cultura, a reação exacerbada dos DEOPS e SSP, a presença do exército e das polícias civil e militar nas ruas reprimindo qualquer forma de manifestação popular e democrática, com um CN arregimentado pelos militares e praticamente calado, os estudantes eram os que tomavam as ruas em passeatas, mobilizados, reivindicavam suas lutas que se associavam as lutas mais amplas da sociedade como um todo e as lutas de outros povos contra o arbítrio. Nesse período ocorre uma integração entre as lutas do ME com as lutas dos trabalhadores, da mesma forma que em França (THIOLLENT, 1998) resguardada as especificidades de cada momento político, e dos vários setores da sociedade, da política nacional e internacional, voltando-se todos contra a ditadura e fazendo aparecer de forma marcante e destacada as ações do ME.

O ME se destaca nas lutas sociais e Dirceu (1999) atribui esta polarização dos movimentos sociais em torno do ME no ano de 1968, quando este aparece como o centralizador dos anseios da “oposição popular e política à ditadura militar”, pelo fato de haver uma ausência marcante dos partidos políticos tradicionais legais que pudessem atuar como os representantes dos anseios da população, indicando ter havido uma junção, a partir de um momento específico, “da luta estudantil com a luta social e política no país, com a luta contra a ditadura militar”. Esta junção decorre, para o autor, da ausência imposta pela ditadura de “partidos políticos tradicionais” em um período onde os “partidos burgueses e a oposição legal não existiam”, aliado a isto, havia a intervenção nos sindicatos e a “repressão muito grande à atividade cultural e artística” o que leva o ME a ocupar “um espaço político muito grande no país. E começou a ser um pouco o porta-voz da oposição popular e política à ditadura militar” (p. 87). Isto faz nascer à ideia de que o ME apresenta caráter revolucionário associado, também, à situação política/econômica do mundo polarizado e pela forte

mobilização estudantil em varias partes do mundo como no México, na França, na Alemanha, na Itália (MARTINS FILHO, 1996), nos conflitos bélicos na Ásia, na América Central, na China e da Primavera de Praga todos de sua forma anunciando e colocando em prática a ideia da transformação dos costumes e esta deveria ocorrer apenas pela ação revolucionária e quem assumiria inicialmente essas lutas junto com os trabalhadores seriam os jovens estudantes, em cada uma das escolas.

No Brasil o ME, logo após o golpe de 1964 até o ano de 1968 é alavancado por duas forças políticas presente a AP e as Dissidências da Guanabara e de São Paulo, essas tendências tinham fortes discordâncias sobre as posições a serem assumidas no ME sendo as lutas de natureza reivindicatória ou de natureza política, seguida da forma como essas lutas deveriam ser levadas a partir da base do movimento, (DIRCEU, 1999). Em todas as mobilizações dos estudantes que se aguçam em 1968, há sempre um conflito armado entre as tendências de esquerda ligadas ao ME e a linha dura dos quartéis, que arremessam também as antigas Forças Públicas dos Estados, os DEOPS para responderem com violência as manifestações pacificas dos estudantes que, inicialmente, não apresentavam reações de resistência aos ataques repressivos sobre os estudantes. Alves (1993) afirma que boa parte da reação revolucionária do meio estudantil teve origem nas ações do MEC que ignorando as demandas dos estudantes responde às solicitações com o cerco policial aos filhos da classe média. Para o autor, a opção pelo movimento armado de setores do ME instituiu-se mais pela inércia dos governos militares e a recusa do MEC em receber e tampouco ouvir as demandas dos estudantes, associados há um governo que ensaiava uma postura radical e cada vez mais demonstrava o propósito de se contrapor a liberdade e a democracia. Seja por incompetência, inabilidade ou falta de sensibilidade política em lidar com as reivindicações estudantis, ou simplesmente pela urgência do governo militar em implementar uma política radical com o propósito de alterar as condições de oferecimento de ensino superior, parte do plano urdido pela ditadura de eliminar o compromisso do Estado com a manutenção do ensino público e gratuito e de qualidade em todos os níveis materializado pela capitulação dos militares aos interesses da metrópole americana celebrado pelo acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (MEC/USAID), em que o governo dava mostra de ceder aos interesses do grande capital internacional e nacional que exigia a adesão a uma política de implantação do ensino privado.

Era visível, e Alves (1993) chama a atenção para este fato, que os ministros escolhidos para a pasta da Educação desde Castelo Branco, demonstraram incompetência e inabilidade de gestão, e isto parecia ser algo premeditado e uma estratégia dos ditadores para minar a

área, e isto mereceu resposta de luta ferrenha e imediata do ME, pois os ministros não serem homens ligados educação e ao ensino, exemplo de Flávio Suplicy de Lacerda e Tarso Genro, o primeiro promoveu o auto-de-fé no pátio da Universidade Federal do Paraná (UFP), ordenando uma grande fogueira que foi alimentada apenas pelos livros de esquerda repetindo exemplo de outros ditadores ao longo da história, decretou o fim das representações estudantis colocando a UNE, as UEE, os CA's na clandestinidade, ambos não demonstravam envolvimento na área da Educação. Acresce-se a isto o fato de que às “policiais estaduais” passaram a ser “comandadas por oficiais de Exército afinados com as doutrinas contra-insurrecionais dos Estados Unidos e supervisionados pela nascente comunidade de informação”, doutrinas essas que preconizava que qualquer contestação, por menor que fosse devesse ser considerada uma “uma insurreição” (p. 116) estabelecendo a ideia de em cada jovem existente, havia um comunista, em potencial.

O ME apresentou nos anos de 1960 fases distintas em suas ações e estas tiveram relações às lutas pela autonomia das universidades, a ampliação e distribuição de verbas, ao aumento do número de vagas, ampliação dos espaços acadêmicos e universitários que recebesse os alunos “excedentes”, a exigência da volta imediata ao Estado democrático e de direito, ao restabelecimento pleno do regime democrático usurpado pelo golpe de 1964, entendendo que esta era a condição mínima. E, no entanto, as reivindicações exclusivas sobre o ensino, foram todas ignoradas pelo MEC que não se dispunha ao diálogo o que provocou, da parte dos estudantes, uma reação de mobilização permanente com presença nas ruas no que foram reprimidos pela força bruta e a violência desmedida da ditadura. A fase das lutas reivindicatória associada às exigências de redemocratização ou participação popular mais intensa nas decisões do governo sofreu uma diferenciação quando aparecem os dois primeiros brasileiros assassinados pela ditadura, no episódio do Calabouço. E a discussão a respeito de quem contribuiu para a radicalização das lutas contra a ditadura, se o ME, o MO, o MS ou qualquer outro grupo organizado não parece ser relevante para este trabalho, mas, importa notar que é no ME que às condições básicas se faziam presentes, fazendo-o postar-se como a vanguarda politizada e formadora de quadros que iria produzir um aumento do nível de consciência dos estudantes, ato extensivo aos trabalhadores, em suas lutas e a classe média que vê seus filhos universitários expostos ao arbítrio o que induz o movimento na direção de um enfretamento mais radical onde as forças democráticas tomam a direção da luta armada. Da mesma forma que há, também, grupos de estudantes que se posicionavam favoráveis à ditadura e por ela lutavam (SEGANFREDDO, 1963) e, também, aqueles que em nada se

diferenciavam dos conformistas, que era a imensa maioria, que estavam na universidade em busca apenas da sua formação: um diploma e um emprego futuro.

A radicalização do movimento contou, então, com a contribuição marcante do que Alves (1993) chamou de uma “repressão policial, boçal e provocadora” (p. 119). Foram então os militares os fomentadores das reações radicais do ME que com sua violência desmedida provocaram respostas imediatas da comunidade estudantil, filhos em sua maioria da classe média. Esta questão aparece, também, na narrativa de Ramminger (2016) que estabelece uma relação direta entre a radicalização dos militares de Porto Alegre, com a sua decisão de assumir a luta armada, posto que as manifestações pacíficas dos estudantes e a defesa de ideias democráticas eram combatidas a balas de fuzis. E, após as grandes mobilizações de rua nos meses iniciais do ano de 1968 que obtiveram apoio marcante da população às lutas dos estudantes e dos trabalhadores, o ME ciente de que não era um partido de massa, ou o “partido” que faria a revolução socialista, retorna às suas bases, as escolas e as universidades para reorganizar-se e as suas lutas, mantendo-se presente apenas nas manifestações dos trabalhadores.

No mês de agosto de 1968 ocorre uma intensificação da repressão e os militares prendem Vladimir Palmeira e mais 640 manifestantes, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança colocam, ainda, um efetivo militar descomunal nas ruas centrais da cidade para coibir passeatas e manifestações (LAMARÃO, 2009/2016). O mesmo ocorre em São Paulo onde mais de 300 estudantes são detidos pela polícia. Outras ocorrências que denotavam a posição a ser assumida do regime aconteceram a partir de então, como a ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que recusa *habeas-corpus* para a libertação de líderes do ME carioca, da mesma forma que a Câmara dos Deputados, presa dos interesses dos ditadores, rejeita projeto de lei favorável a anistia dos estudantes e operários presos em manifestações e de forma arbitrária invadem as Universidades em Minas e de Brasília, a UFMG e a UnB. O início do mês de outubro trás, ainda, duas ocorrências de vulto e que ficaram na história do movimento de reação contra a ditadura, a “Batalha da Maria Antonia” e o “XXX Congresso da UNE” em Ibiúna.

Na Batalha da Maria Antonia forças de oposição ao regime, sediadas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) compostas por estudantes militantes de esquerda/simpatizantes que atuavam no ME oriundo da AP e da Dissidência Estudantil de São Paulo além de outras organizações se opuseram, em luta franca, com os militantes da tendência ultra-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC) da Universidade Presbiteriana do Mackenzie, instituições vizinhas, uma da outra. O ME estava

estabelecido sob orientação política de diversas tendências de esquerda e de direita, essas tendências diversificadas envolviam-se em constantes disputas ideológicas. O ME vivia, assim em função da diversidade ideológica que o compunha e estava estabelecido, conforme Palmeira (1999) a partir do modelo sindical o que preservou sua natureza representativa, sua atuação planejada com estratégias definidas o que o fazia assemelhar-se “em certa medida aos da classe operária” (p. 120) e isto, segundo o autor, forneceu ao ME coesão e representatividade.

O CCC do Mackenzie, nas escaramuças dos dias 2 e 3 de outubro de 1968, não esteve solitário, outros grupos de direita e que atuavam no ME defendendo a ditadura estiveram na empreitada de agressão mútua e dentre eles a Associação Anticomunista Brasileira (AAB), a Frente Anticomunista (FAC) e o Movimento Anticomunista (MAC) e, no entanto se faz necessário assinalar como enfatiza Dirceu (1999); Palmeira (1999); Ventura (1999, 2008) que os estudantes de direita que atuaram na “batalha da Maria Antonia” não representavam toda a Universidade Presbiteriana Mackenzie, havia, também, dentro do Mackenzie grupos organizados de esquerda. Quando ocorre o confronto histórico da destruição do prédio da FFCLUSP na Rua Maria Antonia, dirigentes do CCC apresentavam vínculos com o DEOPS/SP diretamente associados ao delegado Fleury ou prestando-lhe serviços de informações infiltrados ou não no movimento (VENTURA, 2008; FICO, 2016). Amendola (2008) é contundente quando discorre sobre o CCC designando-o como grupo armado “paramilitar de direita” que atuava, também, no ME e que tinha em 1968, cerca de cinco mil membros. Esses filiados, em sua maioria eram caracterizados como “capangas da classe média” sendo “gente disposta a subir na hierarquia policial ou militar, alguns candidatos a delegados” e que estavam integrados ao “Dops [...] membros da direita religiosa, abrigados em entidades como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)” (p.63).

As escaramuças entre estudantes da FFCL/USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie é apenas um episódio do eterno confronto entre classes sociais equidistantes ideologicamente; duas escolas separadas apenas pelo corredor da Rua Maria Antonia, mas muito distantes, entre si, nas disposições ideológicas, na visão de formação profissional e humana. A Rua Maria Antonia era um centro de tradição na cultura acadêmica voltada para a formação intelectual crítica e para a produção de conhecimento voltada ao social com seus espaços, interno e externo, tomados por estudantes de várias escolas que a ela afluíam diariamente, visando amearhar conhecimento, fazer parte de um processo de formação crítica organizando as lutas em favor da liberdade do homem pelo conhecimento e da democracia, e

este é um dado histórico da grande escola da Maria Antonia. Os estudantes que se distribuíam nos espaços da Maria Antonia eram oriundos da FFCL, das faculdades de Economia, Arquitetura da USP, da Escola de Sociologia e Política e do próprio Mackenzie, além de escolas secundárias que ficavam no entorno da Maria Antonia. Todos os estudantes estavam integrados, inclusive os estudantes secundaristas nas lutas do ME. Das escolas distribuídas na região e mobilizadas para as lutas democráticas a Universidade Presbiteriana Mackenzie era a única gerida pela direita e associada às elites política e industrial paulista que defendiam de forma intransigente a ditadura (DIRCEU, 1999). A FFCL/USP fazia da Maria Antonia um local de disseminação de cultura, de conhecimento e de resistência à ditadura (CARDOSO, 1998; DIRCEU, 1999; VENTURA, 2008), e era assim um marco de liberdade.

Nos embates da Maria Antonia atuaram com determinada força de destruição o CCC, a FAC, o MAC e demais estudantes do Mackenzie, agentes do DEOPS/SP e do serviço secreto das FA que fizeram explodir dos altos dos muros e dos telhados da Universidade Mackenzie, bombas incendiárias, rajadas de balas sobre a FFCL. Os estudantes secundaristas juntamente com os universitários buscavam proteção dentro do prédio da FFCL acuados pelo confronto com os ultra-direitas que ganhavam a rua e eram recebidos por tiros que alcançaram o peito de José Guimarães, ferindo-o de morte (DIRCEU, 1999). Após a morte de José Guimarães, no entanto, o conflito avança e a FFCL é ocupada até ser completamente destruída, e isto feito pela polícia militar e pelos militares do exército (CARDOSO, 1998). Assim, um dos bastiões da cultura e do saber, formador histórico da inteligência brasileira e paulista, defensora dos princípios democráticos e éticos, o prédio da FFCL da USP na Maria Antonia foi totalmente destruído pelo fogo e pela depredação provocada pelas mãos dos representantes da ditadura e integrantes da direita integradas ao ME associados ainda a setores de inteligência das FA, do governo estadual e sob a conivência dos gestores/reitoria da USP conforme relata Cardoso (1998).

O episódio da Maria Antonia é analisado por Cardoso (1998) que discute a “complacência e/ou conivência do próprio governo do Estado, do governo federal e de parte das autoridades universitárias” (p. 27), na destruição da FFCL, fato este que foi acompanhado pela população e que no ato da sua ocorrência “produziu perplexidade” na comunidade acadêmica uspiana frente ao que Cardoso (1998) chama de “aparente desproporção entre as suas causas e os efeitos produzidos” (p. 27). Para a autora, esta é uma ocorrência de fundamental importância para o movimento e que deve ser retomada e analisada mais profundamente, pois os fatos indicam uma relação explícita da ditadura com políticos do Estado, administradores público, prestadores de serviços à população que foram coniventes

com a ânsia de um Estado destruidor que apressou-se a suprimir um dos bastiões da liberdade, da cultura, da democracia, “um núcleo de criação social formulador de um pensamento crítico” e “sede de lutas políticas importantes” (p. 41), a FFCL da USP, ou simplesmente a Escola da Maria Antonia. Os fatos ocorridos, por sua vez, oferecem forte evidências de que a própria administração da USP parecia estar interessada na “dissolução da figura institucional da” FFCL, além de evidenciar a disposição do governo do Estado de São Paulo e de seus administradores em eliminar qualquer foco de inteligência que pudesse ser mantido para fazer frente aos desmandos da ditadura, que se queria eterna, talvez!

E para isto contou com a comunidade econômica e industrial paulista e paulistana que conduziu como exemplo para todo o país, o processo de criação e de implementação de órgãos de repressão visando eliminar sumariamente qualquer forma de posição contrária ao regime e isto ocorre por meio da criação da Operação Bandeirantes (OBAN), da reestruturação do DEOSP/SP e dos DEOPS do país, da implantação definitiva do Centro de Operações (CODI) e de seu braço armado o Departamento de Operações (DOI) o CODI-DOI popularizados como DOI-CODI, onde as mulheres militantes, que cederam seus relatos para a análise sofreram a dor e seu constrangimento de forma violenta e desnaturada, assim como toda a jovem esquerda brasileira, por eles praticamente dizimadas. No episódio da derrubada da FFCL na Maria Antonia pelo CCC do Mackenzie, há também o assassinato do estudante secundarista José Guimarães que recebe uma “rajada de balas vinda do prédio do Mackenzie” (LAMARÃO, 2009/2016, p. 3). As mortes e os ferimentos que são distribuídos entre os manifestantes, estudantes ou não, já parecem ser nesse final de 1968, algo que não mobilizava mais a opinião pública ou a imprensa no sentido de acusar os crimes cometidos pela ditadura que vai se mostrando cada vez mais feroz.

O segundo acontecimento fundamental ocorrido no mês de outubro de 1968, esta relacionado à desarticulação do XXX Congresso da UNE, efetuada pelas forças militares da capital paulista. A UNE na clandestinidade, após a ascensão do ME e o apoio recebido e demonstrados pela população nas manifestações de massa ocorridas ao longo do primeiro e segundo semestre de 1968, definiu seu congresso fazendo-o realizar-se no interior do Estado de São Paulo nos arredores da cidade de Ibiúna (SP) e foi “desbaratado pela polícia”. Todos participantes, mais de mil estudantes, foram detidos para averiguações sendo encaminhados em 80 ônibus da fazenda de Ibiúna para o Presídio Tiradentes em São Paulo e em seguida para o Carandiru. O Congresso estava sendo programado para ser realizado nas dependências do CRUSP, mas por decisão da assembléia dos estudantes foi decidida sua realização em um local ermo, na fazenda Mucuru em Ibiúna (MARTINS, 2016; UNE, 2016; LAMARÃO,

2009/2016; ALVES 1993). A escolha do local parece ter definido os rumos do XXX Congresso da UNE, que na clandestinidade tornou-se alvo visível demais pelo afluxo de estudantes de toda a parte do Brasil e de países da América Latina a uma pequena localidade do interior. As principais lideranças do ME foram presas, Vladimir Palmeira, presidente da UME/Rio de Janeiro; José Dirceu, presidente da UEE/São Paulo; Luís Travassos, presidente da UNE e líder da AP de São Paulo; Jean Marc Van Der Weid, presidente do Centro Acadêmico da Escola de Química da UFRJ (UNE, 2016); Franklin Martins, Presidente do DCE da UFRJ, Antônio Ribas, líder secundarista em São Paulo (MARTINS, 2016) e Lúcia Murat presidente do CA da Economia e diretora do DCE da UFRJ, mulher militante cuja narrativa é objeto de análise desta pesquisa.

O episódio de Ibiúna deixou a descoberto todas as lideranças do ME e seus principais militantes, seus simpatizantes que fichados foram facilmente localizados após a promulgação do AI-5. Dois dias após as prisões em Ibiúna, o Supremo Tribunal Militar (STM) de São Paulo condenou sumariamente Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, mantendo-os presos, o que gerou manifestações contrárias a essas condenações em todos os Estados associando-as aos movimentos de greves dos trabalhadores, passeatas levando estudantes e operários, em ação conjunta para as ruas tendo sido fortemente reprimidos pelos militares. E, nos dias 22 e 23 de outubro, nas manifestações dos “Dias de Protesto” foram assassinados dois operários e um estudante no Rio de Janeiro. Fato que a história não registra como algo fora do comum, posto que o processo repressivo aguçava-se tomando conta e dando conta de que assassinar era parte de um jogo duro e que haveria muito mais brasileiros a serem suprimidos nos anos que se avizinhavam, como parte de uma prática que passaria a ser comum exercitada e aceita incondicionalmente pela cúpula do governo militar.

4.3.2 Movimento Estudantil: Invasão da UnB e o AI-5

Após Ibiúna, o ME retira-se do comando das movimentações de rua, mas mantém-se presente em todas as manifestações do período. Com as lideranças detidas ocorre o que os autores Lamarão (2009/2016) e Alves (1993) chamam de refluxo do ME e talvez não seja esta a expressão de um movimento que foi sendo construído desde o golpe de 1964, e que em determinado momento, no ano de 1968, pela sua determinação, organização, proposta política na defesa da democracia e do Estado de direito, passa a ser visto, por alguns intelectuais brasileiros, como a nova “classe revolucionária”, a classe que iria comandar a revolução socialista ou apenas fazer o país retornar às liberdades democráticas. O que o ME parecia

expressar no final do mês de outubro de 1968 era apenas a manifestação natural de um movimento que se recolhe para a autocrítica e a reorganização das lutas. Pois, mesmo que assim entendessem ou quisessem as lideranças políticas, os políticos, os intelectuais ou quem quer que fosse, não cabia ao ME e nem tampouco aos estudantes assumirem a posição de “classe revolucionária”, pois não era o ME um partido de massa e não seria o ME quem faria a revolução socialista no Brasil e tampouco suas lideranças poderiam assumir tal tarefa. Martins Filho (1996) vai indicar, também, que há um significativo refluxo do ME após a grande “Passeata dos Cem Mil”, quando o “movimento estudantil brasileiro de 1968 inicia um lento declínio” (p. 93) sendo que a partir de junho os militares retomam todo o controle. Na visão de Palmeira (2016b) o ME agiu como vanguarda do movimento pela sua própria dinâmica quando lidera os movimentos populares de protestos contra a ditadura, contra as agressões praticadas ao sistema educacional, contra o sucateamento do ensino universitário, contra a implantação do ensino privado, contra os interesses do grande capital, acaba amalhando para si a simpatia dos trabalhadores e da classe média e vai adquirindo a característica de um partido de massa, um partido revolucionário, pois trás à reboque de suas lutas os demais movimentos sociais. A revolução não está nas mãos dos estudantes e fazê-la não é o seu papel posto que não represente uma classe produtiva que determine alterações marcantes no status econômico e social. Assim após as grandes mobilizações de 1968 e a prisão de seus principais líderes as demais lideranças do ME fazem retornar a militância às suas bases, as escolas, as universidades para a autocrítica devida e a reorganização das lutas. Não há, pois um descenso do ME, mas um retorno às bases para a reorganização das lutas.

Há uma característica do ME que o faz avançar em detrimento do planejamento a ele estabelecido pelas lideranças, qual seja, a sua capacidade de absorver as lutas levadas pelos setores diversificados da sociedade e a capacidade demonstrada, ao longo da sua história de lutas, de acolhimento das tendências de esquerda que atuam no ME e que formavam a jovem liderança, os estudantes que afluíam à universidade para a sua formação profissional e que tomavam consciência de classe, migravam do ME para o MO, como é o caso Nilce Cardoso, ou para o MS como é o caso de Inês Etienne Romeu mulheres militantes formadas inicialmente no ME e que assumem a luta em seus movimentos sociais e aderem a luta armada contra o arbítrio nas suas organizações de esquerda (CARDOSO, 2016; ROMEU, 2016).

A extrema direita mobilizada faz notar sua reação que não amaina, mas recrudescer enquanto o segundo semestre de 1968 avança. Na “Passeata dos Cem Mil”, apesar do alheamento da polícia é “vazado” os planos de oficiais da FAB que planejavam distribuir

francos atiradores, os *sniper* contemporâneos, pelos telhados dos edifícios por onde passaria a passeata para que alvejassem, de forma definitiva, as “personalidades da passeata”. A explosão de um carro bomba arremessado em direção ao quartel-general (QG) do II Exército em São Paulo pela esquerda, evidencia um adensamento das relações entre as organizações de esquerda e os militares e a imprensa faz a opinião pública se dividir quando mostra a massa de manifestantes que tomam as ruas contra a violência dos militares e as imagens dos escombros do quartel do II Exército onde um estudante no final do serviço militar fora atingido e morrerá. E, por sua vez, a linha dura dos generais capitaliza as ocorrências para si fazendo noticiar a existência de um regime de terror que é gestado nas organizações de esquerda e que tais “terroristas” matam como o fizeram com o jovem soldado no quartel do II Exército e que estava prestes a dar baixa (LAMARÃO, 2009/2016; ALVES, 1993). No dia em que as lideranças estudantis eram presas em Ibiúna, a VPR, executa a balas, no centro da cidade de São Paulo, um capitão das Forças Armadas Americana, que foi identificado como “espião e, potencialmente, instrutor de torturas” (ALVES, 1993, p. 127). As evidências de ações pontuais da guerrilha urbana, além das manifestações de rua passam a indicar ao chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici, aos oficiais da informação e ao chefe da Casa Militar da Presidência da República, que existe ambiente para o fechamento do regime e que este seria detonado por meio de um novo AI que colocaria a democracia para fora do sistema político nacional. As manifestações não parecem ser mais pontuais e a forma como elas são executadas, pelos agentes da repressão, deixam visível uma tendência ao butim, à desordem pois esses agem com extrema liberdade que beira ao descontrole agindo como se fossem orientados mais por seus instinto, sem ordem ou planejamento desrespeitando os códigos e as regras mais básicas estabelecidas para os confrontos inevitáveis de forma a garantir um mínimo de proteção ao ser humano, seja ele quem for. O que determina as ações é a força bruta, a agressão desmedida e a morte passa a ser um mero detalhe, um erro de percurso, uma ação não evitável, pelo contrário. Os episódios que se seguiram ao longo do ano de 1968 no enfrentamento de estudantes e de trabalhadores com os agentes da repressão demonstraram um estado de indisciplina e de descontrole que ia se espalhando na capilaridade do sistema. E isto é notados com na invasão das universidades, desde 1966, e que em 1968 culmina com a invasão da UFMG e da UnB.

O que justificava a invasão do campus da UnB para a PM e o exército do Distrito Federal (DF) era a caça aos “esquerdistas”, estudantes e professores e as ações dos agentes foram de tal forma desmedida que toda a comunidade acadêmica foi atingida. Os agentes tomaram posse dos espaços da IES em ritmo de destruição do patrimônio público, cultural,

acadêmico e a universidade teve suas salas de aulas depredadas, os laboratórios, setores de pesquisa em andamento, invadidos e destruídos, o cerco do exército alemão à Leningrado, o avanço do exército russo sobre Berlim e as cidades alemãs, no rescaldo da II Grande Guerra, onde o que contava era a destruição, o assassinato, o roubo, o estupro como ações naturais, e na UnB os agentes avançaram expulsando e retirando estudantes, professores, das suas “salas de aula e dos laboratórios, que foram invadidos a patadas”. Todos foram sendo juntados na Praça Central do campus e espancados de forma sistemática fazendo pairar um clima tenso sobre a UnB, tiros foram ouvidos e logo a notícia de um estudante assassinado pelos agentes com um tiro na cabeça. O episódio da UnB expressa um dado definidor a respeito do que viria ocorrer a seguir, posto que os estudantes da universidade, em sua grande parte eram filhos de parlamentares, juízes, militares, funcionários dos altos escalões do governo e este fato criou um problema para o governo militar. Os pais foram sendo avisados, mas o ataque sem aviso, de surpresa não disponibilizou recursos para proteção dos filhos da elite da capital federal, e isto foi considerado uma afronta, uma “provocação premeditada, que não poderia deixar de criar um tremendo caso político” (ALVES, 1993, p. 128). Os pais e parlamentares que acorreram ao campus, seja pra proteger seus filhos seja para coibir uma matança generalizada foram, também, espancados. Eram os filhos da classe média que estavam sendo atacados novamente pelos militares como o foram na “Sexta-Feira Sangrenta” e no “Massacre da Paria Vermelha”.

Os parlamentares brasileiros passaram a manifestar-se em discursos inflamados nas tribunas do CN protestando sobre as ações dos militares, sinalizando o exagero cometido, anotando a indisciplina reinante e demonstrada por parte dos invasores. A censura, ainda não havia alcançado a Nação como um todo e o CN apesar da ditadura em andamento vivia relativa liberdade de expressão e nessa ocasião o deputado federal Márcio Moreira Alves, eleito no ano de 1966, honrando o poder a ele concedido pelo sufrágio universal, fez discurso rápido criticando a ação dos militares e o ato antidemocrático e violento da invasão do campus da UnB deixando visível a posição de um grupo de deputados que faziam oposição ao regime desde 1966 (ALVES, 1989; ALVES, 1993). Para Alves (1993) dois eram os caminhos que deveriam ser traçados ao Brasil, a imediata volta ao Estado de direito e à democracia, ou a ditadura declarada, para que assim, pudesse ser questionada, combatida de frente pelo CN, como era feito desde o golpe de 1964 pelo ME, MO, MS e pelos movimentos sociais.

O deputado Moreira Alves sob a tribuna da Câmara para sugerir, frente ao arbítrio estabelecido, que alunos das escolas do país boicotem os desfiles do dia da Independência, e as jovens brasileiras se recusem a dançar “com os cadetes [ou] namorar os jovens oficiais” ,

evocando o episódio da Guerra dos Emboabas onde as mulheres paulistanas se recusaram “a [dar] entrada à porta de suas casas àqueles que vilipendiam a Nação, recusassem aqueles que silenciam e, portanto, se cumpliciam” (ALVES, 1993, p. 150). O Deputado Moreira Alves havia dado a deixa final que a linha dura dos generais necessitava, mesmo sendo um discurso político de um político de carreira conhecedor do sistema em que vivia e atuava, ele vai provocar reações exageradas da caserna. E o chefe do SNI cuida para que o discurso seja amplamente divulgado, na caserna e ao ministro do exército que, de imediato, oficia ao general presidente sugerido que sejam coibidas as “violências e as agressões verbais injustificáveis contra a Instituição Militar [que] constitui medida de defesa do próprio regime” sendo isto “uma provocação que só poderia concorrer para comprometê-lo” (p. 151). A crise política se estabelece e o executivo almeja punir o deputado e para isto solicita a retirada da sua imunidade parlamentar para ser julgado pelo STM. A autonomia da Câmara se faz ouvir e os deputados lembrando a “inviolabilidade da tribuna Parlamentar” a ser defendida e preservada vota contra a quebra da imunidade parlamentar do deputado Moreira Alves e no dia 13 de dezembro o general presidente perscrutando as reações dos militares ouvindo e percebendo as posições reúne seu ministério, ouve seu ministro da justiça e a ele entrega um esboço por ele elaborado no dia anterior, para que fosse transformada em um AI. E, logo no início da tarde, o ato já pronto, Costa e Silva autoriza sua divulgação nos escalões inferiores em “caráter sigiloso”, esta sua ação provoca alegria do seu chefe da Casa Militar, linha dura, que almejava ver esta forma de encaminhamento, ou seja, a instituição de mais um AI (VENTURA, 2008). O que foi observado em todo o processo, desde o dia 12 de dezembro é a não ocorrência de reações contrárias ao ato de nenhum ministro ou funcionários do alto escalão às propostas apresentada pelo presidente na reunião ministerial, ela foi aceita em seu todo. Houve, sim, no caminho do AI-5 apenas uma oposição, que foi a de senhor vice-presidente Pedro Aleixo que manifestou-se contrário, desaprovando o AI-5 e como último recurso tenta “convencer o presidente de que o estado de sitio era o instrumento constitucional indicado para resolver a crise” (p. 241).

O golpe sobre o golpe havia sido deflagrado não havendo mais recursos que pudesse impedi-lo e Ventura (2008) sinaliza tudo fica muito visível na reunião do CSN que vota o AI-5 por unanimidade exercendo sua função colegiada de apenas referendar o que já estava decidido praticamente desde março do ano de 1968. A linha dura dos militares se estabeleceu, finalmente, e o golpe é referendado mesmo considerando o discurso proferido pelo vice-presidente ao CSN que indicou que “o Ato Institucional elimina a própria Constituição” e para ele que previa os desdobramentos desta decisão qualquer AI significava “uma nova

revolução, que não era, para ele, a de 31 de março de 1964” (VENTURA, 2008, p. 242). E, no entanto, tudo estava definido, o combate a subversão e o processo da guerra revolucionária, estava mais que esboçado, havia agora a contingência de sua implementação imediata, sem garantias a quem quer que fosse como se verá nos Anos de Chumbo e pelas mãos do chefe do SNI de Costa e Silva e futuro general presidente Emilio Garrastazu Médici.

O AI-5 gera um processo comatoso para o país e Ventura (2008) analisa que aquela platéia tragicômica de ministros civis e militares, de políticos de carreira, mancomunados com a vontade política de força militar *hard* poderia “fingir ali qualquer reação, menos ingenuidade. Todos sabiam que aquele ato significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios” (p. 246), haveria o fechamento do CN sem determinar tempo nem período de reabertura; a suspensão imediata de qualquer tipo de garantia ao cidadão, em qualquer tempo, civis ou militares, podendo ser cassados, demitidos, transferidos, reformados e o que era um dos ganhos maiores da civilidade e do Estado democrático a suspensão do *habeas-corpus* que poria em disponibilidade, dos futuros carcereiros da Nação, qualquer preso por delito político ficaria em regime de “incomunicabilidade por dez dias”. E Ventura (2008) lembra que esta restrição do AI-5 é mais contundente do que o que havia sido disponibilizado pelo “Alvará de 1705” utilizado para “extorquir as confissões dos inconfidentes”, que anunciava apenas cinco dias. Estava posto assim e inaugurado o “reino do Arbítrio e da Tortura” (p. 246) e não haveria como voltar.

O AI-5 gerou outro país, uma Nação combatida. Ventura (2008) apresenta uma pálida representação numérica dos feitos da ditadura como a punição de mais de mil e quinhentos cidadãos brasileiros sendo mais de trezentos políticos entre senadores e deputados estaduais, federais, vereadores, prefeitos. Suspensão dos direitos políticos de todos os senadores da república e de mais de noventa deputados por dez anos; punição de funcionários públicos, ministros do STF, professores e pesquisadores das universidades públicas federais e estaduais e dos institutos de pesquisa. A censura provocava o expurgo de obras de arte, expressões da cultura cinematográfica, literária, teatral além de perseguir seus autores, atores, produtores, músicos e qualquer tipo de expressão de qualquer arte. Mas, Ventura (2008) deixa de relacionar as infinidades de mortes, assassinatos, esquartejamento, desaparecimento, torturas físicas, mentais e psíquicas além de supressão das razões a promoção da desrazão e do banimento psíquico e físico de jovens e promissoras lideranças políticas que foram suprimidas da cena brasileira e de difícil recomposição imediata e uma geração após a ditadura colhemos os frutos dessa supressão, deste banimento deste aniquilamento de lideranças políticas e de cabeças pensantes. E, o grande articulador desse fruto colhido foi o AI-5 e aquele que

materializou o ato fazendo-o existir de fato e de direito demonstrou de forma profética, até, suas decorrências futuras, quando no final da fatídica 43ª Reunião do CSN do dia 13 de dezembro de 1968, expressa sua injúria na forma de desabafo dizendo confessar que, “é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma atitude como esta”. O general presidente Costa e Silva desprezando por completo os esforços do seu vice para não o fazê-lo, não demonstra outra vontade que não seja a de executar a farsa estabelecida pela linha dura sem expressar sentimento algum de humanidade, que seja, em relação aos desmandos e arbítrio que seu ato provocaria. Ele faz materializar apenas a vontade de uma elite de militares e de civis que demonstraram, ao longo da história de nosso país, servidão ao capital internacional defendendo seus interesses. E dezoito dias após a sua promulgação o AI-5 já provocava indignação entre os seus signatários que, conforme expressou o ministro do trabalho de Costa e Silva as pessoas posavam, já no dia 31 de dezembro de 1968 como verdadeiras “madalenas arrependidas” (VENTURA, 2008, p. 250). Assim o ano político de 1968 é encerrado com a divulgação da primeira lista de cassações do AI-5 e esta contém 13 nomes apenas e de 13 políticos sendo 12 deputados e o décimo terceiro é Carlos Lacerda (ALVES, 1993; VENTURA, 2008) um dos políticos articuladores do golpe, fiel escudeiro dos militares antes e depois de 1964, mas que em 1968, ferido em suas pretensões de chegar a presidência da república posiciona-se contrário à política dos generais presidentes o que o torna inimigo da força sendo, por ela defenestrado da vida pública. Até os mais eficientes colaboradores dos militares passaram a ser punidos, escorraçados no instituído “reino do arbítrio e da tortura” e nada havia mais para ser negociado.

No dia 13 de dezembro de 1968, a ditadura desvelou-se por completo iniciando o tempo do império do chumbo, o reino do terror, repetindo-se de forma maçante a história onde a tortura seria soberana, onde a anarquia estabelecer-se-ia nas instituições, antes democráticas e nos quartéis (GASPARI, 2002) e onde o povo brasileiro, alijado de qualquer tipo de informação, passaria a confraternizar-se com os supressores da liberdade, com o arbítrio que ainda hoje se manifesta na política, na administração e na condução do país, como herança desse período de força. Era um novo Estado que se estabelecia e não era um Estado complacente, que discutiria com aqueles que lhes fizessem oposição, não era um Estado democrático e nem tampouco almejava a liberdade de expressão e de ideias ou a inclusão social, pelo contrário, esse novo Estado dava a ideia de que “daqui para frente, agora, vai ser na base da porrada” conforme Prado (2006/2016).

O AI-5, na expressão de Ventura (2008), a farsa desenvolvida na reunião ministerial da manhã de 13 de dezembro que seria referendada na 43ª Reunião do CSN para “celebrar um

ritual, uma espécie de missa negra” (p. 246) criou um governo que se associou ao crime, tornou-se marginal e “responsável direto pelo terrorismo” (MARTINS FILHO, 1996 p. 111), estabelecendo um novo status determinado pela linha dura dos militares. As instituições democráticas de atuação e participação política partidária passaram a não mais existir e os representantes do povo, definidos em sufrágio universal tiveram seus direitos políticos cassados, o CN fechado por tempo indeterminado e os recursos democráticos de representação e de proteção ao cidadão fora extinto com a suspensão do *habeas corpus*. O regime denotando sempre suas crises interna, cuidou de definir um modelo político a ser estabelecido pela nova ordem ditatorial que apresentasse aparato físico para a sua manutenção e duração, que pensava-se longa, sustentado por avanço econômico do país. Essa nova ordem movia-se com afincos nos subterrâneos do regime, proliferada pela vontade férrea e arbitrária de suprimir definitivamente da história da Nação brasileira os focos e as organizações de esquerda e qualquer manifestação que fosse contrária aos interesses do novo poder. Na percepção de Gaspari (2002/2004), com o AI-5 “partiu-se para a ignorância” sobressaindo de forma veemente à atuação da “tigrada” como se expressava o ministro do segundo golpe Delfim Neto, articulador do milagre econômico que se avizinhava que deu sobrevida aos golpistas, referindo-se a aquela parte do regime que fez proliferar a repressão e supressão de pessoas contrários à ditadura, como se eles próprios, não estivessem, também, na pele do felino.

4.3.3 Movimento Estudantil: Anos de Chumbo, o Terror Materializado

Os Anos de Chumbo são estabelecidos e Gaspari (2002/2004); Gorender (1987); Dreifuss (1981); Paulino (2017) localizam-nos dentro da extensa genealogia de arbítrio cultivada pelo golpe de 1964, como o período em que ocorreram maior número de assassinatos, desaparecimento de pessoas e onde a ditadura se auto-legitima, pelo AI-5 e adota instrumento “de extrema coerção e extermínio” que é a tortura. A tortura, velha companheira da história política brasileira passa a ser considerada uma questão de Estado e é ela que oferece a imagem dos Anos de Chumbo. Praticada no período Vargas e com regularidade com presos comuns por grupos de extermínio como o Esquadrão da Morte (EM) em São Paulo e *Scuderie Le Cocq* no Rio de Janeiro, nos Anos de Chumbo ela é disseminada pelos quartéis que a ela erigem templos oficiosos inaugurando comando conjunto onde se juntava as três armas, os órgãos de segurança pública, PM e PCivil, o setor empresarial e representantes da sociedade civil, para melhor executá-la. Esses aparatos de guerra e de destruição repercutirão

em todo o território nacional, com autonomia e eficiência demonstrando o anseio da ditadura de transformar-se em um regime perene de força bruta e de arbítrio, de longo prazo com o intuito de suprimir o avanço democrático, os direitos e garantias individuais estabelecendo-se sobre as bases ideológicas da DSND que elege o “perigo vermelho” como sua cruzada apoiando geopolítica praticada pelas metrópoles como sinalizam Alves (1984); Dreifuss (1981); Assis; Tavares; Filho; Brandão; Duarte (1985); Fico (2008, 2016). O golpe de 1964 coloca-se, então, no caminho do conservadorismo tacanho cometendo delitos contra a natureza humana e contra parte expressiva da juventude brasileira e principalmente sobre as mulheres. E, para Gaspari (2002/2004) enquanto a ditadura implanta a violência nas prisões e nos órgãos de repressão os militares não conseguem esconder a proliferação, nas casernas, de um regime anárquico.

Os Anos de Chumbo abrangem o período da promulgação do AI-5 de 13 de dezembro de 1968 até o final do governo Médici, no ano de 1974 sendo claro, no entanto, que após esse período o “regime mantém inalterado seu regime repressivo” (ASSIS; TAVARES; FILHO; BRANDÃO; DUARTE, 1985). Toda a estrutura repressiva montada, a partir do final de 1968 para sustentar a política de extermínio da esquerda brasileira redundou na criação de órgãos que funcionaram nas estruturas já existentes da segurança pública, como os DEOPS (órgão do Estado) e os DOPS (órgão federal) montados desde 1924 pela ditadura Vargas e que coibiu qualquer forma de expressão política contrária aos interesses do mandante político da hora. Assim nas dependências das delegacias, dos órgãos de segurança, nos quartéis foram sendo montadas os ambientes onde a tortura e o extermínio como prática do regime ocorrem e são nomeados, não como força de expressão, mas como um dado da realidade daqueles que por eles passaram, como “porão”, “calabouço”, “fossa”, “quarto escuro”, “sala da ‘Maricota’” (referência à máquina de produzir choque elétrico), “sala do dragão” (onde estava instalada a cadeira de ferro em que os presos políticos eram colocados conectados à eletricidade) onde se batia muito, de forma sofisticada e profissional e por profissionais preparados, pagos pelo Estado, cujas sessões eram assistidas por convidados do setor civil e empresarial que apoiavam, cotizavam e mantinham o serviço e torturavam também sendo reconhecidos pelos presos políticos, como demonstra Litewski (2017).

Gaspari (2002/2004) sinaliza que o período Médici feriu drasticamente as FA e a sociedade brasileira como um todo, pelo nível de arbitrariedade produzida, pela adoção da tortura como ação do Estado, pela criação de agências, órgãos oficiosos e oficiais que se encarregaram de disseminá-la no extermínio dos grupos de esquerda. A tortura, os maus tratos, a supressão, o desaparecimento de cidadãos que foram mortos nos porões da ditadura,

ainda hoje se mostra como uma questão em aberto, tanto para o governo que se democratiza, quanto para as famílias dos presos políticos, o primeiro (o governo civil) por aceitar a imposição de um regime que parece não ter terminado, como indica a lei que anistiou os responsáveis pelas torturas e os próprios torturadores, e o segundo (as famílias dos presos políticos) pela busca incessante de notícias de seus filhos desaparecido sem notícias sobre o fim que foi dado aos seus corpos. Os Anos de Chumbo foram demarcados pela coerção extrema associa-se ao extermínio que se tornaram práticas presentes e usuais nos quartéis, nas prisões ganhando força de lei e legalidade, institucionalizando-se a partir da criação de uma estrutura de extermínio que, daí em diante passa a dominar o dia-a-dia dos brasileiros fazendo jus à denominação que lhe é atribuída: Anos de Chumbo.

A linha dura assumindo o poder define as novas formas de intervenção que é delineada pelo AI-5 fazendo estabelecer a ditadura que nessa fase passa a receber apoio massivo de empresários nacionais e multinacionais, da grande mídia, de políticos, de setores da classe média e abastada que cotizam com regularidade para a criação e manutenção de dispositivos repressivos visando à eliminação, de fato e pelo direito por eles construído, dos que se manifestavam contrários ao regime. A ditadura é gerida, então, pelo grupo de militares que tomaram de assalto o poder em um segundo golpe, como alertou o vice-presidente Pedro Aleixo (VENTURA, 2008; GASPARI, 2002/2004) sendo sustentados e mantidos por empresários nacionais e internacionais, políticos conservadores, grande mídia, com o apoio da classe média, o que a caracteriza como uma ditadura, civil – empresarial – midiática – militar sustentada teoricamente pela doutrina de SND que preconiza, dentre outras ideias, a necessidade de aniquilamento físico e psíquico da esquerda brasileira, que é composta por um conjunto de jovens quadros políticos, cidadãos livres, seres humanos integrados em seus contextos político/sociais, lideranças em processo dinâmico de formação e, isto fazendo de forma eficiente, profissional.

O terror é implantado de forma definitiva após o AI-5 e a demanda por prisões/sequestro/tortura aumenta sob o influxo da criação de uma estrutura física com profissionais formados na área e organizados para dar vazão a este novo *status* de domínio político-ideológico. Pois os militantes e opositores do regime uma vez sequestrados/presos deveriam ser recepcionados em locais que apresentassem condições estruturais facilitando a obtenção de informações dos que eram contrários ao regime de forma rápida, e, caso tais condições não se fizessem presentes, elas deveriam ser constituídas estrutural e organicamente. Assim, novos dispositivos de repressão são idealizados, além dos existentes

desde a ditadura Vargas e que apresentassem agilidades e presteza na localização, caça, sequestro, guarda, tortura e eliminação de corpos sem deixar vestígios, uma vez assassinados.

A par da criação de infraestrutura física, o exército localiza na Polícia Civil e Militar o primeiro contingente de profissionais que pudessem dar conta das novas exigências, profissionais, que estivessem habilitados para o serviço de obtenção, de forma rápida, das informações dos presos políticos, profissionais que “ensinassem” o serviço a outros neófitos e com autonomia e liberdade de ação, sem ter que responder, sobre suas ações a chefes imediatos, mas, respondendo diretamente aos ministros de Estado ou ao próprio general presidente da república. Criou-se uma estrutura de funcionamento rápido, eficiente, poderosa e difícil de ser desmantelada, como é visto na atualidade, com profissionais da tortura recrutados, inicialmente, nas delegacias de furtos, delegados e seus agentes que já atuavam no sequestro, tortura e extermínio de presos comuns ou aqueles oriundos do narcotráfico, do crime organizado e agiam oficiosamente dentro dos grupos de extermínio, por eles mesmos idealizados, como o Esquadrão da Morte (EM) em São Paulo e policiais da *Scuderie Le Cocq*, no Rio de Janeiro, que era uma agremiação oficiosa da polícia carioca que se pautava pela ideia do seu criador que cunhou a expressão: “bandido bom é bandido morto” e muitos dos que atuavam no *Scuderie*, depois nos EM migraram para as atividades de repressão política na ditadura, conforme Leitão (2014/2016).

As FA passam a comandar as SSP dando autonomia de ação aos novos parceiros, delegados e agentes, que dão vida a má história, espalhando o terror e transformando-se o alge de muitos jovens idealista, que se por eles não foram mortos, foram sequelados física e psiquicamente. Entre esses feitores estão os delegados Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo, que chefiava oficiosamente o EM tendo reconhecida sua ferocidade contra o criminoso comum e principalmente contra as mulheres; em Minas Gerais, depois transferidos para o DEOPS/ES de Vitória, o delegado Claudio Guerra matador contumaz, chefe do EM exterminador de todos os que se colocavam no caminho dos poderosos do momento e isto fazendo com frieza e rapidez. Para o delegado Guerra Fleury matava, torturava, seviciava, e ele apenas matava fazendo-o com eficiência, sem produzir dor. E, tanto Guerra como Fleury emprestaram suas experiências de extermínios aos grupos militares para a constituição inicial do aparato repressivo (GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012) contribuindo para o surgimento dos senhores da tortura, conforme indica o relatório final da CNV (BRASIL, 2017, 2017b; SALOMÃO, 2017) que arrolam 377 torturadores identificados pelas testemunhas e vítimas do regime, todos funcionários públicos de carreira nas FA, PM e Civil, SSP e nos seus órgãos de repressão e que foram destacados por suas vítimas, como os

delegados Fleury e Guerra da Polícia Civil, os oficiais do exército Albernaz, Cyrillo, Malhões, Perdigão, Jacarandá, Paim, Coelho, Rohrsetzer, Ustra, Carneiro, Sampaio; os também destacados delegados Calandra, Carlinhos Metralha, Gravina, Seelig e os agentes/investigadores Grancieri, Hervella, Tralli (PALMAR, 2017), muitos outros seveciaram, assassinaram, torturaram e eliminaram corpos e evidências de seus atos ao longo dos Anos de Chumbo e da ditadura, respaldados pelos cinco generais presidentes e pela casta golpista do exército além de empresários, diplomatas de carreira, médicos, políticos conservadores, que fizeram a quinta república (BRASIL, 2017c).

O órgão central e que subsidia a repressão política e a criação dos dispositivos de repressão é o Sistema Nacional de Informação (SNI) idealizado, no pós-guerra, por Golbery do Couto e Silva e implementado de fato e de direito em 13 de junho de 1964 (ALVES, 1989; GASPARI, 2002/2004; DREIFUSS, 1981). O SNI nasce como um órgão assessor do Executivo vinculado diretamente à Presidência da República e ao CSN tratando de coletar e analisar “informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna” (ALVES, 1989, p. 72). Ao longo da sua existência, porém, o SNI passa a intervir junto ao executivo angariando tanto poder político fazendo nascer um Estado dentro do Estado, tudo sob o controle de seu criador, mentor intelectual, o feiticeiro, como lhe chama Gaspari (2002/2004) general Golbery do Couto e Silva discreto, recluso, de inteligência prática e política é quem lhe dá vida, poder supremo e torna-se, ele próprio, a eminência parda da ditadura. De órgão assessor o SNI passa a formular diretrizes para o sistema, no âmbito da presidência da república e sedia, de forma privilegiada, uma rede de informações da administração pública em todos os níveis alcançando a sociedade brasileira em geral (BRASIL, 2016; ALVES, 1989) sendo seus braços direcionados em toda a dimensão do Estado militar, das instituições civis, políticas por meio de órgãos setoriais sediados nos vários escalões do governo militar, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) instaladas em cada um dos ministérios civis, além das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) que foram implantadas em cada órgão público e autarquia federal (BRASIL, 2016).

As ASI e as DSI aperfeiçoam o SNI e materializam a ideia dos militares de que o Brasil, pós 1964, vivia em um estado de guerra, uma “guerra interna” que anunciava um inimigo que deveria ser combatido, com veemência e eliminado: o militante de esquerda, que passa a ser considerado e chamado de subversivo. Ser ou não ser subversivo passa a ser uma decisão da ditadura militar respaldada pelos AI’s, pela Lei de Segurança Nacional (LSN) e pelo Conceito Estratégico Nacional (CEN) que definia ser qualquer cidadão brasileiro o

responsável pela segurança nacional e estabelecia as diretrizes governamentais para assim proceder. O CEN conforme Fico (2016) determinava uma nova forma de funcionamento dos órgãos de segurança nacional e de informações. A partir de então, uma só força responsabilizar-se-ia pelo combate a instituída “subversão”, onde Estados e Federações caminhariam juntos no combate a subversão e aos subversivos eram os comunistas e todos aqueles que se posicionassem contrários ao regime. O CEN é incorporado ao SNI que sofre uma reorganização onde são criadas “subseções do órgão [SNI] em cada ministério e outras repartições governamentais, inclusive nas empresas estatais e universidades federais” (p. 68).

As DSI's instaladas nos ministérios e nas repartições eram subordinadas ao chefe do SNI permitindo um alcance maior do controle do Estado sobre o indivíduo, sobre o cidadão brasileiro comum que passa a ter sua vida espionada, controlada pelo Estado dentro do seu ambiente de trabalho podendo “a qualquer momento, ser acusado de subversão e, em decorrência, ser presos” (FICO, 2016, p. 68). As DSI, conforme Fico (2016) intimidava, controlavam quem quer que fosse independente de sua função ou cargo, seus relatórios continham “análises ameaçadoras” e elas se reportavam ao chefe do SNI e este à presidência da república. O SNI mais as DSI ramificadas em toda a nação passa a compor o Sistema Nacional de Informação (SISNI), uma malha intrincada de agências e agentes com a finalidade de combater o “inimigo interno” onde o chefe, com *status* de ministro de Estado, torna-se um dos ministros mais influentes do regime respondia e assessorava de forma direta o presidente da república (ALVES, 1989; LAGOA, 1986). O SNI cria as condições para o surgimento de órgãos públicos de repressão que sediam o terror, o aniquilamento dos seus opositores.

A Lei nº 2304 de 1924 cria o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) com a finalidade básica de controlar e de desenvolver um “processo de domesticação das massas” (CARNEIRO, 1999, p. 335) que no período de Vargas assume a função de polícia política objetivando calar os pensamentos divergentes, silenciar os que eram considerados “potencialmente perigosos”. O DOPS passa a ser o saneador ideológico das classes sociais de trabalhadores encarregando-se de impedir as massas chegar ao estado revolucionário. Na era Vargas, o DOPS funciona como engrenagem reguladora das relações entre o Estado e a população, cuidando de “filtrar a realidade, deformando fatos e construindo falsas imagens” (p. 339). Gaspari (2002/2004); Gorender (1987) enfatizam que desde o ano de 1924 o DOPS funcionava como órgão de repressão política e atuou na era Vargas abarcando funções cada vez mais especializadas.

Os DOPS, ou DEOPS quando distribuídos pelos Estados da federação em seu organograma de funcionamento abrigam várias delegacia. Em São Paulo o DEOPS avança especializando-se e transformando-se em centro múltiplo com suas várias delegacias que atuavam com os órgãos de informação estando sobre sua alçada, cartórios, agência de inteligência, serviço secreto, fiscalizador de explosivos e armas controlador da entrada, permanência e saída de estrangeiros do País. E, no controle amplo dos movimentos sociais, de trabalhadores, sindicatos, nas greves, efetuando prisões e investigando, acompanhando as campanhas eleitorais, os comícios, as eleições, as situações políticas na capital e nas cidades do interior, nos partidos e nos políticos, nas personalidades públicas que mantinham cargos de relevância. Ou seja, a área de abrangência do DEOPS/SP suas funções vão se especializando conforme as mudanças sofridas no contexto político e social interno e externo. No Estado de São Paulo o DEOPS/SP funcionou sob a direção do delegado Fleury que polarizou suas ações de caça, tortura e extermínio de militantes políticos abrangendo sua atuação por todo o Brasil e que estabeleceu fama, pelos relatos dos presos políticos de caçador cruento de militantes de esquerda, torturador de mulheres e perseguidor implacável de dirigentes de esquerda (JOSÉ; MIRANDA, 1980; GORENDER, 1989).

No final dos anos de 1950 as FA começam criar órgãos de inteligência e de informações que assume as tarefas de controle e repressão do seu efetivo e em 1957 surge no âmbito da Marinha o CENIMAR - Centro de Informações da Marinha, que passa a cuidar de forma eficiente da área de informação e de repressão interna, não deixando de refletir as disputas entre seus oficiais de linha dura que com a ditadura almejam o fechamento definitivo do regime (GASPARI, 2014, 2015; GORENDER, 1989). No ano de 1967, dez anos após a criação do CENIMAR é criado o CIIE - Centro de Informações do Exército seguido do CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica todos eles erigidos sob a doutrina SND e do SNI. Com o CIE, o ano de 1967 demarca o início da construção da máquina repressiva da ditadura sendo o CIE a organização mais letal da ditadura (FICO 2013; BRASIL, 2016). O CIE é o mantenedor, associado a setores civis, dos centros clandestinos de tortura, morte e eliminação de corpos de presos políticos (ROMEU, 2016; GUERRA, NETTO, MEDEIROS, 2012), com a função de coleta de informações, de organização e implementação direta da repressão compondo com o já antigo CENIMAR e o CISA a tríade do horror e do terror do início do período ditatorial, todos eles temidos, todos eles articulados na identificação, localização, prisão e eliminação da esquerda brasileira.

A partir do AI-5 a profissionalização da repressão se materializa e em 1969 é montado em São Paulo a Operação Bandeirante (OBAN). A OBAN era um centro de informações e

investigações com a finalidade de coordenar e integrar cada uma das suas ações às ações dos órgãos repressão existentes e que efetuavam o combate aos grupos de esquerda armados ou não. A OBAN funcionava sob a responsabilidade conjunta das FA, da PF, do DOPS, da SSP, da PM e Civil com delegados, investigadores, agentes, oficiais das três armas todos se responsabilizavam pelas ações desenvolvidas, e como órgão clandestino não havia registro de entrada e de saída de presos políticos, que eram sequestrados, mantidos em sigilo até que confessassem sob tortura o que sabiam dos organismos de esquerda, e o mais rápido possível. O primeiro tratamento que os militantes sequestrados recebiam era a tortura e os que não a suportavam e morriam tinham seus corpos suprimidos. A criação da OBAN demarca o surgimento das ações repressivas mais sofisticadas no trato com as ações da esquerda brasileira e com os movimentos sociais de trabalhadores.

Joffily (2005/2016) lembra que o surgimento da OBAN é o resultado de um longo processo de discussão e que dizia respeito à identificação de qual seria o papel que as FA deveriam desempenhar em relação à questão da “segurança interna” propalada pela doutrina da SND. Havia uma necessidade de tornar mais eficiente às ações de combate contra os grupos armados de esquerda com uma coordenação eficiente, e para tanto haveria de ser construída uma estrutura que funcionasse com autonomia buscando eficiência e resultados. Escolheu-se, então, São Paulo para sediar essa nova experiência. São Paulo seria o balão de ensaio, pois ele era o “centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo” (p. 01), mas era também o centro do poder econômico. A criação da OBAN envolveu procedimentos não usuais, na época, para a construção de um órgão de repressão, pois não era um órgão criado oficialmente, mas havia um vínculo de responsabilidade para ao seu funcionamento que se fazia ligar diretamente ao gabinete do ministro do exercito e de lá para o gabinete do general presidente. A OBAN ocupou as instalações do comando do II Exército em São Paulo estando suas atividades repressivas sob a coordenação do CIE.

Da forma como foi elaborada, criada e distribuída às responsabilidades sobre ela, evidencia-se conforme Gaspari (2002/2005), que esta “célula repressiva era uma anomalia na estrutura militar convencional” (p. 60) e apesar das autoridades da época apresentar dúvidas sobre a forma de existir da OBAN, esta era “uma dúvida arcana, irrelevante para quem precisava, e rápido, de comando, ação e eficiência” (p. 61). A questão referente à origem da verba e a forma de manutenção da célula repressiva, já que era oficiosa, foi resolvida com originalidade envolvendo os vários segmentos que se vinculavam ao arbítrio. O governo de São Paulo aciona a SSP que cede uma delegacia de bairro, o 36º Distrito Policial de Vila Mariana, localizada na área do Quartel do II Exército no entroncamento da Rua Tomaz

Carvalho com a Rua Tutóia, no Paraíso com toda a sua estrutura física e administrativa onde a OBAN foi inicialmente lotada. O espaço da delegacia para o funcionamento da OBAN foi cedido pelo governador do Estado, Abreu Sodré e a prefeitura de São Paulo pelo prefeito Paulo Maluf urbanizou toda a área externa no entorno do II Exército, refez as benfeitorias e a estrutura interna das edificações trocando a rede elétrica, alterando os tipos de lâmpadas, antigas por lâmpadas mais fortes. A OBAN tornou-se modelo de órgão de repressão e de extermínio de cidadãos brasileiros pela sua eficiência e funcionou durante um ano na clandestinidade e, segundo Joffily (2005/2016, 2008/2016) recebia proventos para a sua manutenção por empresários paulistas vinculados à Federação da indústria do Estado de São Paulo (FIESP), por multinacionais montadoras Ford, Volks, GM, empresas nacionais bancos Itaú e Bradesco, grupo Folha, grupo Camargo/Corrêa, grupo Ulltra e pelos bens confiscados de suas vítimas. Nem todos os que eram chamados a contribuir o faziam de boa vontade, dentre os que contribuía havia os que faziam a contragosto. Um dos empresários vinculado a FESP que demonstrou empenho nas contribuições era presidente do grupo Ultra o dinamarquês naturalizado Henning Albert Boilesen, Boilesen era apontado pelos presos políticos com assíduo freqüentador das salas de tortura, não só assistia às sessões como participava da execução das mesmas ensinando e trouxe do exterior um equipamento de tortura que era chamado de “Pianola de Boilesen”, em sua homenagem, conforme Lamar (2017a). A sociedade empresarial, comercial, paulistana e paulista formaram uma “caixinha” onde compareceram cotizando à OBAN mensalmente (GASPARI, 2002/2005; QUADROS, 2013/2016) e contribuía oferecendo seus produtos e serviços como carros, caminhões, alimentação fornecida regularmente, como a empresa Supergel de congelados que abastecia todo o complexo inclusive a carceragem da Rua Tutóia. O primeiro comandante torturador da OBAN foi o major Waldir Coelho e a partir de 1970 a OBAN inspira a formação oficial do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e do Destacamento de Operações e de Informações (DOI), que oficializada, porém mantém-se como OBAN e passa para o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra reconhecido como um dos seus mais cruéis torturadores que espalhou o terror entre os presos políticos, principalmente entre as mulheres.

O que é significativo no processo de criação da OBAN, como enfatiza Gaspari (2002/2004) é que “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuía para o início da OBAN” (p. 62). Esta é a afirmação do governador indireto que administrava o Estado de São Paulo, no período, e que demonstra de forma cristalina a adesão significativa, ou a união entre o poder militar e a sociedade civil, a classe empresarial, além da forte presença americana e do capital

externo por meio das multinacionais, e a identificação ou conluio com a iniciativa privada para a manutenção de um dos órgãos mais sinistro da repressão e da própria e longa ditadura brasileira. O que é notável, porém é a clandestinidade do empreendimento que usurpou os direitos civis e políticos do cidadão, referendou o arbítrio criando modelo para outros empreendimentos do mesmo nível e finalidade, como o aparelho de Petrópolis e outros que se perderam no tempo do esquecimento, ainda, não revelados.

A OBAN nos quinze meses de sua clandestinidade, de maio de 1969 a agosto de 1970, mostrou ser um órgão eficiente ao sistema repressivo implantado tendo suas tarefas internas ampliadas, o que levou a ditadura a fazê-la integrar-se ao sistema oficial de segurança. E, em setembro de 1970, os generais criam oficialmente e sob a estrutura da OBAN mais dois órgãos de repressão que respondiam diretamente às forças armadas e que dariam curso eficiente à sua política de extermínio. Nascia, então, em São Paulo o primeiro Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) seguido do Destacamento de Operações e de Informações (DOI). O CODI foi criado a partir da bem sucedida experiência da OBAN e na prática a sua criação colocou a OBAN na legalidade passando a existir oficialmente como mais um órgão de repressão e de morte a serviço da ditadura. O CODI paulista se serve inicialmente da estrutura administrativa das delegacias regulares utilizando na repressão política seus agentes e delegados que já tinham prática institucionalizada na repressão/tortura e extermínio de presos comuns pelos EM entronizando os senhores da tortura como o delegado Fleury, e apresenta a funções de “análise de informações, a coordenação dos diversos órgãos militares, o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda e a burocracia” enquanto o DOI a responsabilidade de produzir “ações práticas de busca, apreensão e interrogatório de suspeitos” (JOFFILY, 2005/2016; GASPARI, 2002/2005).

Ambas as agencias CODI e DOI tinham funcionamento independentes sendo órgãos distintos em suas funções, mas que deveriam complementar-se em informações sobre grupos, organizações, militantes de esquerda passíveis de colocarem a ordem pública e a própria ditadura em risco. A partir de São Paulo o novo dispositivo de repressão vai sendo criado nos grandes centros brasileiro, mantendo seu vinculo de comando diretamente ao ministro do Exército, que na época da sua criação era o general Orlando Geisel e à presidência da república. As ações de inteligência eram planejadas e coordenadas pelo CODI cabendo ao DOI, que se subordinavam ao CODI, executar as ações fazendo-a por meio dos seus destacamentos de operações formados por agentes e delegados treinados nas formas diversas de reprimir e torturar. O DOI era, assim, o braço operacional do CODI como enfatiza Fico (2008); Joffily (2008/2016); Brasil (2016), mas nessa composição prevalecerá a

promiscuidade administrativa do processo repressivo, como chama a atenção Gaspari (2002/2005).

Todos esses órgãos de repressão que foram sendo criados a partir de 1968 e os existentes como os DOPS/DEOPS apesar de serem órgãos de segurança pública, estaduais ou federais passam a responder apenas às forças armadas e os militantes que para eles eram enviados, iam, em sua maioria, pela via do sequestro, sem registros de prisão e lá eram guardados até o seu extermínio ou se e quando ressuscitados podiam ser encaminhados à detenção oficial e somente aí ganhavam o registro de presos político passando oficialmente a guarda do Estado. Um dos locais de detenção oficial de presos políticos e que manteve número expressivo de detentos que, em teoria, uma vez a ele encaminhados significava que haviam obtido a liberdade frente às torturas, era o presídio Tiradentes em São Paulo. Este presídio ganhou significativa literatura sobre o tema após a Lei da Anistia quando seus presos políticos que para lá eram encaminhados passaram a relataram as atrocidades que ocorriam nos órgãos clandestinos como a OBAN, no DOI-CODI, no DOPS/DEOPS parecendo haver entre esses órgãos uma hierarquia de horrores sendo a OBAN, a mais tenebrosa, seguida do DOI-CODI e do DOPS/DEOPS e quando chegavam à detenção do Tiradentes, os que conseguiam lá chegar, parecia estar entrando em um paraíso nos contam Costa (1997); Pietrocolla (1997); Kobashi (1997); Oliveira (1997); Mafra (1987). Os presos em sua maioria deixam visível que o Torquemada do DEOPS/SP era o delegado Fleury e que este habitava os seus pesadelos e suas vigílias incessantemente.

As narrativas de Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez mulheres militantes torturadas objeto de análise desta tese, dão a perceber que a tortura vem respaldada por uma estrutura política/militar de Estado, coordenada e ordenada por agências das FA, pelos órgãos de repressão que são os que possibilitam a sua ocorrência de forma sistemática institucionalizando e profissional. O governo do general Médici, por sua vez, chama para si a responsabilidade de gerir o estado de terror, conforme Scartezini (1985) que é caracterizado pelos Anos de Chumbo escancarando a ditadura, ao mesmo tempo em que produziu índices econômicos que geraram o Brasil do milagre econômico e empenhando-se na construção de projetos faraônicos como a rodovia Transamazônica, a Ponte Rio Niterói (GASPARI, 2002/2005) fazendo a corrupção aumentar exponencialmente. Os Anos de Chumbo materializou assim os excessos políticos, repressivos e econômicos fortalecendo os setores duros do regime fazendo proliferar o aparato repressivo com liberdade e autonomia. E, da mesma forma que a OBAN, que nascera clandestina, outros órgãos passaram a existir, a partir do mesmo modelo e ainda hoje são desconhecidos e provavelmente cairão no esquecimento

dado à falta de pessoas que revelem sua existência e que por lá passaram e preferiram calar-se. E os que se tornaram conhecidos assim o fizeram pela impossibilidade de manterem-se em segredo, tal o nível de violência que dentro deles era praticada e que acaba extrapolando seus muros. A clandestinidade da OBAN serviu de modelo de adoção para a criação de centros de torturas e extermínio que funcionaram oficiosamente, na clandestinidade como o aparelho de Petrópolis, de codinome “Codão”, que era uma base clandestina do CIE e foi montado praticamente em decorrência da orientação dada pelo ministro Orlando Geisel que “ordenara a morte dos prisioneiros banidos que regressassem ao país” (LOBO, 1989, p. 35) e a casa montada teria a função única de um aparelho de tortura e assassinatos (GASPARI, 2002/2005, p. 378). Da mesma forma que a “Casa da Morte” de São Conrado descrita por Fernandes Júnior (20014) e outros revelados pelos trabalhos da CNV.

Gaspari (2002/2005) chama a atenção para o fato de que a associação da tortura ao processo de repressão nada mais foi senão uma declaração de incompetência dos generais ditadores e “o que se montou no Brasil” para o combate do que os generais chamavam de terrorismo, e na verdade era a defesa intransigente da democracia sob um Estado de força, “foi uma trapalhada onde se juntaram os vícios da ‘meganha’ aos males da militarização das operações” (p. 67). E que os órgãos de segurança criados funcionando com independência cada um deles, mas integrados nas ações de busca seguia os modelos de ação das agencias internacionais onde não havia a preocupação com o tratamento minimamente humanitário aos presos políticos e tampouco alguém que assumisse a responsabilidade sobre tudo o que era feito dentro desses órgãos. E, além disso, na prática os órgãos de repressão criados, tanto o CODI quanto o DOI confraternizavam-se entre si os núcleos de informações, todos eles, frequentavam as carceragens onde os presos(as) políticos eram torturados(as). A delegacia reservada a OBAN, na Rua Tutóia era o exemplo disto, pois lá conviviam como em uma delegacia de subúrbio, as equipes operacionais de busca que se confraternizavam com as equipes de torturadores, junto com as equipes de analistas que se uniam aos carcereiros, em uma promiscuidade sem fim, segundo Gaspari (2002/2005).

5 MULHERES MILITANTES: NARRATIVAS DE DOR/SOFRIMENTO E EDIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Nas narrativas das mulheres militantes Nilce; Etienne; Eliana; Lúcia e Ignez evidenciam-se os processos constitutivos de suas memórias direcionando-nos a uma subjetividade edificante que é singular a cada uma delas, mas baseada na memória coletiva da luta contra a ditadura, tomando como referência os marcos sociais das manifestações de esquerda à época. Mas, sem dúvida uma memória que se ampara em valores carregados de uma dignidade extraordinária, na busca da verdade e da justiça.

A mulher militante **Nilce** em sua narrativa à CRV relata apresentar lapsos de memórias sobre sua estadia nos órgãos de segurança e considera que a sua contribuição para o desenvolvimento da “justiça nesse país”, poderia ser mais efetiva se pudesse trazer à mente os acontecimentos vividos sem ser interrompida pelos lapsos. Poderia “lembrar do rosto de todos os torturadores e de todas as caras que andei vendo” nas fossas, nos porões, diz ela. Além da necessidade de colaboração mais efetiva à justiça. O que parece mover Nilce no intento de querer “lembrar do rosto de todos os torturadores” é a necessidade do não esquecimento, do não apagamento da memória daqueles que a feriram de forma marcante, em procedimentos de tortura que evocam as especificidades de gênero. Jelin (2001/2016) discute a tortura na mulher enfatizando que ela é feita de forma distinta da tortura no homem e considera que o impacto sobre ambos, também é diferenciado dado à especificidade de gênero. A autora considera que tais distinções são visíveis nas ditaduras, pois refletem as posições definidas a respeito do homem e da mulher explicitadas pelo “sistema de gênero” e que demarcam o estabelecimento de relações hierárquicas claramente distintas, no que é seguida por Salgado (2013/2016) e Ridenti (1990/2016). Assim, mesmo quando se leva em conta as análises que consideram a tortura, entre elas a tortura feminina como um recurso técnico utilizado pelos governos militares, totalitários como um dos recursos considerados por eles eficientes para a obtenção de informações de forma rápida onde sua aplicação parece não distinguir raça, etnia, gênero. Mas, na verdade, o corpo da mulher se torna mais vulnerável à manifestação do jugo masculino imposto à sociedade e que ali indefeso, como lembra Jelin (2013/2016) se torna em qualquer regime de força, materialização do inimaginável sobre a mulher.

Nilce aborda, assim como suas companheiras Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez, a questão referente ao terrorismo de Estado patrocinado pela ditadura, onde sinaliza ser o Estado o provedor do sistema repressivo. O Estado está imbuído da ideia de ceifar toda a jovem

esquerda brasileira estendendo suas ações aos familiares e simpatizantes, assim como aos políticos não alinhados com a ditadura estabelecendo um processo repressivo perene, pois considera estar o país em um estado de guerra, como enfatizava o general presidente Médici (SCARTEZINI, 1985; FICO, 2016; ALVES, 1989, 1993) o que justificaria empreender qualquer forma de ação.

Em suas experiências de dor e de sofrer sob a responsabilidade do Estado as mulheres militantes, porém, não assumem posição de vítimas, mas deixam visível a ação intransigente de uma busca constante da verdade que enfatiza as diferenças perpetuadas na diversidade de gênero, na política, na econômica e que uma vez reveladas poderão impedir novas formas de manifestações antidemocráticas no futuro. E o que se observa, ainda, é que o Brasil não assumiu, ainda, a responsabilidade de um tempo de terror, de abuso e de constrangimento a aqueles que protagonizaram a reação contra o arbítrio sendo pelo arbítrio exterminado. Assumir sua responsabilidade, como Nação, sobre as ações praticadas por uma casta militar, civil, empresarial, mediática regida pelos grandes interesses nacionais e internacionais far-nos-ia ultrapassar este período nefasto, de fato, sem dar saltos, respondendo de forma reparadora aos seus cidadãos, sendo que esta parece ser uma das condições postas que fariam avançar, o Brasil na construção de nação soberana, democrática e alicerçada nos princípios da ética. E, Nilce considera ser este um fato que não foi absorvido pela elite política e econômica brasileira como um todo, pois, ainda hoje, não se fez o resgate histórico do processo repressivo, sendo esta uma página ainda em aberto na história contemporânea brasileira, como esta em aberta, ainda, a página do sistema escravagista brasileiro, do golpe republicano, da primeira república, da revolução de 30, do Estado Novo e de toda a era Vargas e mais contemporaneamente o golpe de 2016.

Nilce reforça a ideia defendida neste estudo de que o ME cumpriu, no período, uma importante função, qual seja a de formação política inicial de um conjunto de lideranças futuras e que esta formação se deu no dia-a-dia das lutas pela liberdade como Ridenti (1990/2016); Souza (2012) e Garcia (1999) enfatizam e que fizeram coro a “onda rebelde de 1968” que atingiu além do Brasil, vários outros países com a França, a Alemanha, o Japão, a Bélgica, a Espanha, o Egito, os Estados Unidos, a Iugoslávia, o Chile, o Canadá, o México, a Polônia além do Senegal e da Tchecoslováquia, e em todos os movimentos faz-se presente a ação do ME, organizados, aliados a força dos trabalhadores como é percebido por Martins Filho (1996); Haug (1999) e Garcia (1999). O que é notado na narrativa de Nilce é o fato de que houve para os estudantes uma formação científica, acadêmica, profissional ofertada pela universidade, mas, houve também e principalmente Nilce uma formação vinculada aos

movimentos das lutas democráticas e que ocorreu no enfrentamento aos tanques e aos fuzis que tomavam os espaços das ruas, das faculdades autorizados pelo governo militar, apoiados pela elite civil e mantido pelo grande capital internacional e caseiro. Este foi para Nilce o aprendizado de uma realidade real, sua outra universidade (CARDOSO, 2016), e isto a fez descobrir a necessidades de um povo que exigia melhores condições de vida, de formação e de trabalho e que para tanto enfrentou o golpe de 1964, exigiu liberdade e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e da população geral, e isto reflete, de forma profunda, no processo formador de sua singularidade após a ditadura.

Após concluir seu curso de física na USP, Nilce integra-se ao trabalho no chão da fábrica, junto à linha de produção e aí descobre uma nova realidade, uma nova vida de sentido forte, de regras e normas estabelecidas na rotina e disciplina férrea do trabalhador/operário para obtenção do pão, da moradia, do lazer e da integração social. As diferenças de classe são refletidas na rotina da fábrica que replica a estratificação das classes sociais na sociedade de consumo onde o “chefe coisifica o operário em nome da produção e dos ganhos necessários almejados pelos patrões e que irão manter o sistema imposto pelo capital, nacional e internacional”. A vivência do dia a dia na fábrica, a interação com os companheiros metalúrgicos oferece a Nilce um aprendizado que vai para além daquilo para o que ela foi formada e estabelece o surgimento de habilidades antes desconhecidas, angariadas na prática diária da metalurgia, no chão da fábrica, na produção e no processo de opressão a qual o trabalhador é relegado onde a produção passa a ter importância fundamental. Essas percepções adquiridas na militância evidenciam a busca, da mulher militante, de uma postura ética delineando a construção de uma subjetividade que busca a verdade na existência, indo além da identidade que coisifica o Ser e é própria das relações promiscuas e contraditórias presentes entre capital e trabalho sob o mando do arbítrio. Trabalhando na fábrica, Nilce torna-se hábil na atividade do fazer diário e reafirma para si o valor da vida e da solidariedade entre seus companheiros, chamando isso de “solidariedade forte, de gancho e de morte” (CARDOSO, 2016, p. 2, l. 34). Nilce relata ter sido este aprendizado único, sua verdadeira formação que a projetou para além da academia, sua segunda universidade que a formou, que a fez mestre e doutora aprendida com “as meninas na fábrica”, na vivência da vida do trabalhador e do povo. Nessa fase de sua militância Nilce é apresentada a dor, sofrimento e da morte que percebe rondar os espaços dos trabalhadores. A morte está presente no meio operário pelo alto índice de mortalidade infantil, de recém-natos, bebês, crianças; pela carência de política social para a população geral e de política de saúde para os trabalhadores das fábricas e de outros setores da produção.

O ritmo do MO possibilitou vivências e aprendizados que colocaram Nilce em espaços definidos e para ela definitivos e consistentes e que lhe deram suporte para “encarar” o forte processo repressivo a qual viria a ser submetida quando a tortura estabeleceu seu ritmo dissoluto arrojando-a, bem com as suas companheiras, sobre seus corpos, suas mentes a indicar que estavam à mercê do arbítrio, excluídas, esquecidas dentro do seu próprio país. Para Nilce, a sua subjetividade verdade começa a ser delineada na existência, ou seja, na militância, no MO, base que a fizera suportar ações mais contundentes sobre seu corpo, que a fizera resistir mais, sobreviver mais, continuar sem esmorecer ofertando suporte para o período de reabilitação emocional e psíquica, que viria e veio após as vivências demarcadas nos Anos de Chumbo.

Jelin (2016) ao analisar a estadia de mulheres em campos de concentração observa que as mulheres detidas não escondem sua “vulnerabilidade como seres sexuais”, mas deixam visíveis suas capacidades de criarem vínculos de “afeto e de cuidado” estabelecidos por ela e entre elas, dentro dos campos de concentração. E disso decorre, conforme Jelin, a possibilidade de sobrevivência física e social das mulheres, ou seja, a sobrevivência ao arbítrio envolve a capacidade da mulher para reproduzir ou recriar os papéis vivenciados e aprendidos no processo de socialização como mulheres, seja na família, seja na sociedade. Nilce ao atribuir as vivências no MO à possibilidade de sobrevivência as situações limites colocada a ela, mulher militante, pela tortura sistemática deixa visível a questão analisada por Jelin (2001/2016) onde os vínculos vivenciados que vão desde as mínimas tarefas aprendidas e executadas no contexto social, como o cuidado com a alimentação, a solidariedade nas pequenas e grandes tarefas, arrumar vestuários, solidarizar-se com a morte de um recém-nascido fruto do descaso dos mandantes do regime, até ao cuidado de si mesmo, ao cuidado com o outro e a própria reconstrução da vida em espaços comunitários que leva a “reinventar os laços familiares”, são os motivos, as ocasiões que puderam sustentá-la, de uma forma ou de outra, na vivência da tortura de gênero e no arbítrio. Há assim em cada uma das mulheres militantes, um momento, um fato, uma vivência que indicam esses caminhos, que materializam a construção das suas subjetividades como indica Kierkegaard (2013/2016) que sustentam e oferece base para a continuidade das suas existências, qual o mito de Fênix.

Após seu sequestro Nilce deixa claro que para ela o confronto eminente começara e sob a égide de um governo que sabia o que fazia e fazia por assim desejar e por ter decidido dizimar toda a forma de expressão contrária aos seus interesses (SACARTEZINI, 1985; TAVARES, 2012). Um governo que mancomunado com parte expressiva da sociedade civil, com políticos conservadores, entreguistas e interesseiros, mantinham a ditadura decretando,

de forma unilateral, guerra a toda a jovem esquerda tendo nos órgãos de repressão existentes e criados a co-responsabilidade para minar a força da reação contra a ditadura, tudo sob a tutela do Estado

Há evidências de que a militância tenha sido para Nilce da mesma forma que para suas companheiras Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez algo que a habilitou a suportar as demais experiências que a seguir vivenciou. Quando Nilce cai em 1972 ela é exposta às ações de tortura sistemáticas evidenciando aos torturadores sua condição de mulher, que como afirma Jelin (2016) quando sequestradas/presas têm desconsiderada sua condição de presa política e até sua condição humana e o que sobrevém é a relação de poder que é exercida na repressão de forma explícita e direta demarcada pelas e nas relações de gênero. A narrativa de Nilce mostra que os chefes dos torturadores se faziam presentes nas sessões de tortura, como o delegado Pedro Seelig e o capitão Malhães, marcando suas posições de mando produzindo terror, intimidando e demonstrando seus poderes supremos, (CARDOSO, 2016, p. 3, l. 12) e assim agindo ofereciam aos seus aprendizes da tortura, agentes da repressão, funcionários públicos, a ideia de que a produção da tortura era ação privilegiada para a obtenção de informações que levassem a supressão de toda esquerda nacional.

Nilce narra às condições iniciais sob as quais foi mantida quando sequestrada levada para o “fosso”, sob efeito de pavor beirando a histeria que fizera paralisar suas pernas ficando estática no ato da escada que levava ao fosso e com medo, insegura provoca a reação de um dos torturadores que a empurra arremessando encapuzada escada abaixo para dentro da fossa. O ato dos agentes, torturadores é similar, comparável aos atos que outros agentes, em locais e tempos diferenciados praticaram com as mulheres militantes todas a seu tempo e lugar, que sempre encapuzadas eram empurradas, arremessadas e torturadas de forma similar aos demais presos políticos, independente da condição ou gênero, como relatam Tavares (2012, 2013); Caldas (1981); Gorender (1987), porém com especificidade de gênero, como enfatiza Jelin (2016).

Os procedimentos de tortura narrados por Nilce parecem ser partes de um ritual próprio de uma cerimônia de iniciação, como chama a atenção Jelin (2001/2016). Nilce levada ao fosso percebe seu ambiente escuro e mesmo na escuridão percebe a presença de muita gente, “entrou muita gente, aquele bando de homens”. A esse respeito Quadros (2013/2016) refere-se à frequência de visitas de empresários, funcionários de carreira de embaixada ao DEOPS/SP e que mantinham por longo tempo no local, o que pode sugerir a ideia de que as fossas, os porões, as salas escuras recebiam visitas frequentes às suas sessões dado o número expressivo de pessoas que eram observadas pelos presos políticos enquanto

eram torturadas, nas sessões de interrogatório. Nilce ouvia ordens, gritos de mando sempre iniciado com o tirar a roupa, o que gerava o choque enquanto sentia arrancarem suas roupas, como relata “me disseram para tirar a roupa e eu fiquei em choque. Mas eles não esperavam. Eles arrancavam a roupa da gente” (CARDOSO, 2016, p. 3, l. 24).

Jelin (2016) discute a tortura política às mulheres nas ditaduras do Cone Sul enfatizando que nessas ditaduras o homem é apresentado como ser dominante identificado com o poder, com agressividade sendo contraposto à ambivalência feminina que “combina a superioridade espiritual das mulheres frente aos rituais de poder no cenário público” (p. 3) em um palco prioritário à ação do homem. Jelin observa a tendência instalada de considerar sempre a dualidade, masculino esta relacionado ao ator, ao protagonista, ao detentor do poder, enquanto que o feminino relaciona-se sempre à passividade, a ações de menores importâncias, sem protagonismo sendo excluída de forma visível, sendo dessa forma que a mulher é culturalmente aceita, ensinada e trabalhada pela sociedade como um todo. A autora reforça a ideia de que as ditaduras entronizam o modelo de gênero, discutido e enfatizado por Scott (1996); Saffioti (2004, 2013) e também Butler (2016) associando a identidade militar, as saudações, os desfiles, as fardas, a agressividade com a ideia do masculino, do poder, da agressividade enquanto que o que esta na ordem do feminino combina com ascensão espiritual, valores etéreos incluindo ai a noção que se tem de Pátria e de Nação. Nas ditaduras este poder masculino esta inoculado ao militar que se prolifera na esfera pública com seus rituais e performances com ênfase no corpo e nas ações de todas as ordens de violência, e essas vão materializar-se, principalmente, nos espaços específicos de repressão e de tortura, nas fossas, calabouços, quartos escuros, porões. E é nesses espaços que a masculinidade dos torturadores se manifesta demonstrando seus poderes absolutos, supremos para a produção da dor e sofrimento.

Na tortura as mulheres vivenciam abusos praticados quando lhes invadem a privacidade, desconsiderando a condição de mulher, de cidadã livre, de ser humano, indistintamente da sua condição de gênero. A tortura leva o torturado à perda da referência de si como ser humano, como ser vivente integrado ao seu meio, seja ele qual for, e o torturador segue, conforme Jelin (2016) um rito de iniciação onde ele (torturador) deve retirar do indivíduo torturado tudo o que possa fazê-lo lembrar-se de si mesmo, das roupas do corpo à visão provocando um sentimento de insegurança onde a sua própria humanidade entra em suspensão. Para Jelin não há para o torturador o ser humano constituído a ser torturado, mas há corpos que precisam ser marcados, subversivos a serem castigados e para isto qualquer forma de intervenção que gere muita dor e sofrimento é viável, mais do que isto, necessário.

Para os torturadores, principalmente para os novos membros da confraria que nelas são iniciados, as sessões de tortura contundentes caracterizam momentos de exaltação fazendo-os sentirem como deuses, com o poder de vida, de morte e de reduzir suas vítimas ao pó, ao nada. A condição de mulher, seu corpo, suas formas faz reaparecer, em seus torturadores, as ações praticadas por nossos ascendentes remotos e que fizeram a história da humanidade e ações permaneceram latentes, para o espanto geral, nas gerações e reaparecem quando o torturador é confrontado pelo corpo da mulher à sua disposição.

Após a Lei da Anistia e no início do processo de redemocratização Nilce encontra-se absorvida pela vida, na luta pela sobrevivência onde se entrega, segundo ela, a uma carga de trabalho significativa, atuando em três períodos na luta pela sobrevivência “eu trabalhava demais [como] professora trabalhava de manhã, de tarde e de noite” (CARDOSO, 2016). Este reflete um período de objetivação do Ser e por isso mesmo, por ela reputado como um tempo de “loucura” dado o acúmulo de trabalho que vai se justificando pela necessidade de sobrevivência o que faz “apagar” de sua memória todas as outras formas de manifestação do seu Eu, da sua singularidade. O ser objetivado coloca-se longe, distanciado de si mesmo promovendo um anulamento de si como pessoa, torna-se identidade deslocado de si que não se concretiza como indivíduo social, não avança estagna, não busca verdade como indica Kierkegaard (2013/2016) e Foucault (2010) nos seus escritos pós- 1980, longe da singularidade, de um si mesmo sem se dar conta, como ressalta Halbwachs (2006) que, ainda, mantém viva a memória recente sobre sua experiência de dor frente ao arbítrio político. A objetivação afasta Nilce da existência e esta insiste em trazê-la para si e é nesse emaranhado que ela a retomada da sua vida prenes de toda a sua história vivida, com sua memória viva, latente, marcante, determinante que se manifesta em cada parte do seu corpo, na sua intimidade de mulher, em sua carne, no seu espírito e na sua mente. Nilce dá início, então, a interiorização, a individualização, a singularização que a faz retornar a si mesma promovendo a reconstrução da sua subjetividade e o faz na militância continuada, no devir, na existência, como indivíduo concreto que se concretiza pela busca da verdade que se expressa na edificação da sua subjetividade, pois a “verdade subjetiva” e se faz pela interioridade, posto que a “verdade é a subjetividade”, como anuncia Kierkegaard (2013, p. 199).

Nesse período ela se reintegra à sociedade junto ao marido quase cego, ainda no trabalho da fábrica. Os filhos nascem, a presença do companheiro e dos amigos mostra a ela ter sido de fundamental importância, pois se a luta para a sua objetivação como pessoa era marcante, ela impedia o seu envolvimento com a busca de si mesma. E este desenvolvimento psíquico, afetivo não foi uma tarefa fácil e ocorre na persistência em manter-se nas atividades

de estudo buscando colaboração de “grupo de reconstrução de pessoas” (CARDOSO, 2016, p. 6, l. 09). O início do redescobrimto de si pelas atividades de estudo sistemáticas em uma nova formação, psicopedagogia, que a coloca nas atividades da clínica, da terapia intervindo na construção ou reconstrução mental das pessoas que a ela recorrem. Não há como perder de vista nesse processo que a reconstrução da subjetividade esta presente e se dá como quer Kierkegaard (2103/2016) na existência, no dia-a-dia como uma tarefa real, não metafísica e nem subjetiva no sentido da construção de uma identidade, quando indica que a edificação da subjetividade manifesta-se no real, na vivência diária, na execução de atividades que envolvem um exercício de interiorização, também ascético, uma busca material, na forma de “atos de conhecimento”. E, esta é a forma observada, também, por Foucault (2010a) quando enfatiza uma subjetividade que envolve a “atenção, o olhar, à percepção que se tem de si, o estar atento a si, o voltar o olhar para si, o examinar-se a si mesmo, o refluir sobre si mesmo, retrair, ou então, restabelecer-se, instalar-se sobre si mesmo como um refugio” (p. 78). O Ser para Foucault nessa busca subjetiva transforma-se em uma “uma cidade fortificada” pois ele promove o ato de “descer ao mais profundo de si mesmo, perpassando por ‘famílias de expressões’ que ‘concerne a toda uma prática de si’” sendo que isto remete a questão da edificação e da interioridade que exige o “descer o mais profundo de si mesmo, instalar-se sobre si mesmo” (p. 78). Almeida; Pires-JR (2013) discutem essa relação que em Kierkegaard (2013/2016) é demonstrada como edificação que envolve a ideia de que quanto mais você edifica, mais você se busca em profundidade e mais você se eleva. E esta busca não pode restringir-se a um mero objeto de saber, pois a subjetividade real é ética e esta vai além de regras e de leis ou de poderes constituídos pelas instituições, mas se dá pelas escolhas do ser, essas ocorrem na sua existência.

Ao tomar a sua decisão Nilce não está só, mas sob a ajuda de amigos, de antigos companheiros que se evidenciam de forma distinta, mas é o trabalho social que parece funcionar como uma terapia perene para o seu ajustamento psíquico. A reconstrução cognitiva e afetiva a que se entregou abriu a possibilidade de um reencontro consigo mesma, reestruturando sua personalidade na busca de equilíbrio entre mente e corpo físico materializado na ação, no trabalho contínuo. Há neste desiderato, ainda, ou, no seu processo de reconstrução a busca do equilíbrio que afastou a ideia de supressão da própria vida, de suicídio, que afastou de si a presença dos seus torcionários que diariamente se faziam vivos, como se dela posse tivessem cobrando-lhe a supressão da vida, coisa que ocorreu com antigos companheiros que não suportaram o assédio dos seus algozes que vinham até eles pela memória fazendo-se vivos e presentes, sempre, como em um grande surto psicótico a anunciar

o estado alterado de consciência manifestado pela nosologia médica/psicológica, como esquizofrenia. Mesmo frente aos maiores desencantos Nilce suporta-se na força do seu trabalho social e de seu esforço de reconstrução psico-afetivo singularizando-se e buscando-se na sua individualização a evocação da sua subjetividade. Esta é sua tarefa perene, a de edificar-se mais pelo trabalho no seu dever, na sua existência, esta é a sua subjetividade edificando-se ou edificada.

Nilce nunca deixou de militar e agora o faz, na área da educação e da saúde, doando-se ao estudo sistemático e ao trabalho profissional da clínica e da educação atuando no refazimento afetivo de mulheres em situação de risco social, que como ela, foram e são açoitadas pelo sistema e que vivem eventualmente até as experiências da tortura física e psíquica, em casa ou fora dela na atividade profissional buscando devolver a essas mulheres a consciência de si mesmas fazendo-as descobrirem-se como individualidades autônomas e integradas em seus tempos. Esta é a sua militância que a arroja, também, na exigência de um conhecimento de si. Nilce demonstra na sua narrativa, aquilo que trás desconforto ao seu espírito e a todo o seu ser, que é a memória política vivenciada onde as perdas, em todos os sentidos, se fizeram sentir de forma consistente, mas não macularam a sua natureza feminina, a sua condição e a sua história de mulher, de brasileira, de militante de esquerda engajada nas lutas sociais e políticas integradas a história recente do nosso país. E, que trás uma memória que nunca foi individual, apesar de senti-la na sua singularidade apenas, isolada, mas uma memória coletivizada (HALBWACHS, 2006), nas lutas dos trabalhadores, dos estudantes, da sociedade evidenciando sua identidade social e política, harmoniosa e produtiva onde compreende que mais do que ser memórias de desconforto, mesmo que evidencie a dor/sofrimento supremo das torturas, foram indicadores de um caminho de busca de si mesmo.

A mulher militante **Etienne** em seu Relatório à OAB Rio de Janeiro narra as torturas sofridas nas mãos do delegado Fleury no DEOPS/SP, tortura psicológica logo que chega à delegacia de subúrbio no Rio de Janeiro seguindo por um dos rituais dos torturadores que procuravam desestabilizar emocionalmente os presos políticos, tortura física e emocional dentro do veículo que levou-a ao Codão (ROMEU, 2016, p. 3, § 1) e quando lá chegou, com o corpo massacrado, a mente alterada pelo que foi experimentado viu a tortura recrudescer e meio ao esforço de identificar onde estava, e o fez com fineza de detalhes permitindo a identificação e o estabelecimento, a mando da ditadura, de órgãos clandestinos de extermínio de presos políticos, mantido pelo Estado e pela iniciativa privada. A “Casa da Morte de

Petrópolis”, ou o Codão assim chamado pelos militares que dele tinham o acesso manifestava no próprio nome a natureza de suas ações, pois tanto na genética, quando nas letras ou nas artes, a expressão Coda oferece a idéia de algo que finaliza que termina ou parte final de uma estrutura seja na sequência das bases nitrogenadas de Ácido Desoxirribonucléico (RNA), seja na indicação, na pauta musical, do termino de determinada música ou trecho musical, seja linguística no estudo da fonética que indica ser a Coda como o final da sílaba, além do seu significado ofertado pelos dicionaristas onde Coda ou Codão diz respeito à parte final, ao traseiro, à cauda. É significativo esta forma de expressar-se sobre um setor que ofereceu um serviço de tal natureza, para os ditadores, que se faz notar a presença de uma inteligência, mesmo que voltada para o terror, mas uma inteligência que define pontualmente a natureza do órgão pelo nome a ele atribuído: Codão, que é a parte do sistema ditatorial que cuida da finalização dos seus oponentes, da supressão, do final, pois ninguém que chegou ao Codão dele retornou. A Casa da Morte de Petrópolis, o Codão, exterminou número não sabido de jovens militantes, deu o fim, suprimiu, de forma absolutamente antinatural e desumana.

Etienne, no Codão, é torturada de forma intermitente e atroz pelo Dr. Roberto ou Nagib, cel. Fred Perdigão considerado por ela e pelo delegado Claudio Guerra que foi um dos seus subalternos, conforme Guerra; Netto; Medeiros (2012), como sendo um dos mais brutais torturadores, um profissional da tortura. Perdigão, em um dos seus desvarios no oferecimento da tortura arrasta Etienne segura pelos cabelos por todo o chão da casa, estrangula-a até a perda total dos sentidos, esbofeteia-a destroçando-lhe o rosto dando pancadas em sua cabeça. Em seguida, no frio intenso da noite fria do inverno da região serrana do Rio de Janeiro, o torturador a mantém completamente nua estirada, por toda a noite, sobre o cimento da cozinha, em uma possa d’água alimentada pelos carcereiros. Etienne narra sobre “choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias, espancaram-me o rosto até ficar desfigurada” e isto ocorrendo a “qualquer hora do dia ou da noite” quando sofria agressões físicas e morais”. E, concomitante a esta rotina, quando deixada em sua catre exangue, “Marcio invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se ‘Camarão’ havia praticado sodomia comigo. Este mesmo Marcio obrigou-me a segurar em seu pênis enquanto se contorcia obscenamente”. E que os carcereiros torturadores dela abusavam continuamente, “durante este período fui estuprada [...] por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros” (ROMEU, 2016, p. 8, final do § 2 da p. 7). E os responsáveis pela tortura declaravam suas intenções e seus objetivos de forma clara à Etienne, “Roberto disse à Etienne que eles não queriam retirar mais nenhuma informação dela, pois Etienne nada mais teria a oferecer-lhes e que eles

estavam, no entanto, o mais puro sadismo”. No Codão a morte era certa e Etienne relata não ter havido cuidado de esconder à ela, os procedimentos da Casa e os objetivos por eles definidos, posto serem os senhores da lei e da ordem, naquele recinto. E Etienne é informada por um dos chefes do Codão de que “já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela [sua morte] seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos terroristas (ROMEU, 2016, p. 6, § 3 e 4)

Etienne todo o tempo em que esteve mantida no Codão sob tortura, reafirma sua posição de fidelidade à sua ideologia e de não traição aos seus companheiros e tampouco à causa da liberdade contra o arbítrio e quando é reintegrada a sociedade sofre ainda, no ano de 2003, mais um atentado. É agredida na cabeça com golpes contundentes feito por instrumento pesado que pretendia ser fatal, mas que não foi. Em decorrência da agressão vê-se presa a lesão cerebral com seqüelas permanentes na função da fala e da motricidade, mas mantém preservada, inalterada sua memória prodigiosa, sua força de mudança e seu desejo de justiça e de liberdade de forma cada vez mais acentuada. As agressões físicas não há coloca em situação de desvantagem, mas parece ser um motivo de sua retomada continuando sua militância pós-ditadura e até seus últimos dias.

Em meio ao inferno vivido Etienne narra sobre a sua entrega às equipes do Codão, observando a presença em um dos torturadores que a recebeu uma réstia de humanidade, pois era encaminhada ao Codão com “dois grandes ferimentos, na barriga e numa coxa” (GASPARI, 2002/2205, p. 378) e ao recebê-la de imediato um dos agentes de codinome, “doutor Cesar”, passa a chutar-lhe a perna machucada, no que foi contido por outro agente. Etienne deixa implícito em sua narrativa que este ato de contenção do espancamento denota um ato de humanidade, de quem o fez, considerando o inferno em que se encontrava. Haviam de fato e naquele momento considerado o seu estado de saúde, precário, debilitada que estava, e por tudo o que já havia recebido de cada um desses agentes em termos de agressão física e mental, como um ato solidário (ROMEU, 2016). No entanto, esta forma como Etienne explicita a primeira agressão recebida no Codão não coaduna com o que é notado nas fossas em que as vítimas da tortura principalmente mulheres são maltratadas com vilania, ou seja, a percepção de Etienne não coaduna com a prática dos torturadores onde a humanidade parece não se fazer presente nesse contexto. Os senhores da tortura mostravam-se intransigentes exigindo dos seus pupilos profissionalismo, empenho, determinação, ações desmedidas o Estado investia na formação de cada um enviando para treinamento em centros especializados de tortura localizados na Alemanha, Israel, Estado Unidos, Guatemala, Panamá o que os transformavam em profissionais da tortura a exercer suas ações de forma cada vez mais

brilhante, para a corporação e para o sistema. Etienne narra perceber competição entre as equipes dos vários DOPS, DEOPS ou CODI-DOI comandadas pelo exército tendo nos delegados profissionais ciosos de suas tarefas e que foram condecorados pela ditadura com comendas pela qualidade dos serviços que a ela prestaram, eles formavam a classe dos Senhores da Tortura.

A tortura parecia ser empregada de forma prazerosa pelos profissionais que as executavam, um vício que fazia aflorar o que havia de pior em cada um deles e disso decorre, talvez, a pouca ou nenhuma consideração pelas suas vítimas, que passavam a não existir como tal, ao contrário, o que fazia era ações profissionais apenas e de qualidade. A percepção narrada por Etienne do momento vivenciado, da tortura, quando estava à mercê de seus algozes, fragilizada, desamparada é a expressão de sua própria humanidade, de sua sensibilidade e feminilidade, pois se posta em seu lugar que não era, segundo ela, o de vítima. Da mesma forma as narrativas de Nilce, Eliana, Lúcia e Ignez mulheres militantes torturadas, quando analisadas deixam visível a mesma posição de Etienne, elas não vitimam a si mesmas, mesmo quando submetidas à forte repressão e rechaçadas pelo sistema misógino, patriarcal e machista (SAFIOTTTI, 2016, 2013; SCOTH, 1989/2016; ROSA, 2013; SARTI, 2004), mas responderam a isso como seres integrados à sociedade, defensoras de suas ideologias, seres exigentes e críticas que se manifestavam independente de gênero na defesa do Estado de direito e o retorno à democracia.

Quando no aparelho de Petrópolis, na Casa da Morte, no Codão, Etienne viu pessoas que por lá passaram em estado de pré-morte, machucadas, irreconhecíveis, sentiu e ouviu suas presenças, reconheceu suas vozes, nos seus gritos de dor estertorados frente à tortura definitiva, percebeu e viu seus companheiros de luta e passou a ter consciência de que residia no mais secreto Centro de Tortura e de Extermínio do Regime, pois ali nada a ela era encoberto, e isto não a fez esmorecer, pelo contrário, arregimentou forças e mesmo combatendo manteve-se atenta para lidar com as questões que se lhes apresentava a cada momento de sua existência no Codão acenando ser este o processo de reconstrução de si e de sua subjetividade, manifestada na continuidade de seus dias. Etienne foi sempre, até sua morte uma militante política, uma mulher engajada que lutou pela liberdade individual e coletiva, um ser humano que distribuiu sua humanidade de forma constante e em todos os seus atos praticados, mesmo quando alcançada pelo ódio e intolerância de seus algozes que era absurdamente o Estado repressor e agressivo, aquele que devê-la-ia proteger. Etienne demonstra em sua narrativa e em sua existência após a longa ditadura ser uma líder nata e politicamente honesta, mesmo quando presa nas mãos dos seus algozes. Etienne lutou pela

verdade, pela democracia, pela justiça social até os seus últimos anos de vida colaborando com a CNV, com o MPF para o desvelamento da verdade daquilo que ocorreu nos Anos de Chumbo, no Codão identificando seus profissionais torturadores de seus estupradores e algozes como o sargento Antonio Wantuir Pinheiro Lima, o “Camarão”; o Dr. Roberto/Nagib o mais feroz dentre os ferozes, o oficial de carreira do exército nacional cel. Fred Perdigão Pereira. Suas ações indicam a busca constatare de si e a construção exigente da sua subjetividade como verdade.

A mulher militante **Eliana** narra sobre sua chegada ao DEOPS/RS quando colocada em uma sala onde será torturada pelos agentes que verbalizavam impérios, em voz gutural, exigindo que fique nua. Eliana, com 18 anos da época, é transformada em objeto de observação e submetida a sevícias e maus tratos. Em seu relato fica evidente a tortura psíquica a que é submetida, além da física, os torturadores dão ordens para que ela tire a roupa e chamam as pessoas presentes na sala para que olhem seu corpo nu, “chamam os agentes pra olhar o meu corpo [...]”, e passam a verbalizar “--- Fulano vai gostar muito de amassar esses peitinhos” (CHAVES, 2016, p. 2, l. 39). Eliana lembra ser impossível dar uma ideia detalhada do que os torturadores falavam, tudo o que prometiam e tudo o que faziam com o seu corpo, mas, deixa visível a sensação de abandono e medo quando deixada em uma sala no DEOPS/RS até o início da noite. À noitinha ela é conduzida ao subsolo, à fossa, ao calabouço para ser submetida à tortura física que ocorre de fato. Eliana deixa visível na sua narrativa as sensações que são produzidas nos momentos que antecedem a entrada na fossa, no quarto escuro e que para ela eram os mais aterradores. Nilce, da mesma, forma deixa visível esta fase de terror (CARDOSO, 2016). Eliana lembra que os agentes utilizavam apenas baixos calões e gritos sempre estertorados em qualquer intervenção que faziam com os presos políticos sendo esta uma forma usual de tratamento dos torturadores como se não houvesse outra maneira de comunicar-se, mas que assim era feito de forma premeditada, como parte da arte da tortura e lembrada por Jelin (2001/2016); Moraes (2011); Tavares (2012, 2014).

Os agentes dão início a qualquer ação sempre pelo terror visando obter as informações que eles almejam, “um dos agentes já saiu perguntando se tinha sido essa vagabunda que tinha ido com o Frank receber as armas” (CHAVES, 2016, p. 2, l. 19). Os torturadores vêem o corpo da mulher como objeto e mantém, como sinaliza Jelin (2001/2016) as sevícias emocionais que tocam a ordem sexual. Quem tortura demonstra atos de loucura e destempero, quando dentro das fossas, dos calabouços, dos quartos escuros, desnudando as mulheres como aves de rapina e também aos homens, e isto é descrito pela literatura que discutem as

ditaduras de forma específica como Tavares (2012); Fernandes Júnior (2004); Caldas (1981); Kucinski (2014); Guerra; Netto; Medeiros (2012); Mudado (2015), e, também, na narrativa de Eliana quando enfatiza que “o pessoal da polícia ficava à volta [de seu corpo nu] enlouquecido gritando de prazer” (CHAVES, 2016, p. 3, l. 01) citando o trabalho de pesquisadores quando identificam que o torturador localiza-se dentro de um quadro patológico o qual estão imersos e que lhes são próprios materializado pelo sadismo “patológico” (p. 3, l. 02).

Eliana indica como seu interrogador/torturador o responsável pelos serviços em Porto Alegre e um dos Senhores da Tortura o capitão Paulo Malhães que junto com Fred Perdigão eram os idealizadores e organizadores do Codão de Petrópolis, ambos vinculados ao CIE, notórios torturadores e torturador de mulheres, com enfatiza, também, Romeu (2016). Em Porto Alegre o torturador Malhães trabalhava em dupla com Nilo Havelha, outro torturador contumaz. Na fossa Eliana narra que ambos a submetiam, tocavam-na, manuseavam-na, chamavam-na por baixo calão enquanto outros torturadores vinham e “passavam a mão em mim e diziam: --- Gritou bastante, né, sua... e lá vai” (CHAVES, 2016, p. 3, l. 25). Durante as suas necessidades fisiológicas Eliana narra que tinha sempre companhia e de vários agentes/torturadores que se postavam à sua frente observando-a sem dela tirar os olhos e repetindo incessantemente seus jargões de cunho sexual.

Entre a malta de funcionários públicos pagos pelo Estado que se extasiavam com o corpo da mulher que ia sendo por eles degradado sob dor e sofrimento estava o funcionário de carreira delegado Pedro Seelig (CHAVES, 2016p. 3, l. 26), além de outro torturador contumaz o Major Átila Rohrsetzer, que mantivera Eliana, após retorna da fossa, em pé por longo período de tempo em sua sala. A noção do tempo estava prejudicada e Eliana conseguia suportá-la pela certeza que havia furado mais um ponto. Este pensamento mantinha-a energizada fazendo-a suportar a tortura Na segunda noite, narra Eliana, que os torturadores Malhães, Seelig, Havelha e Rohrsetzer levam-na para a fossa e aplicaram-lhe choques elétrico usando a “maricota”, entremeando os choques com a ingestão de drogas farmacológicas que diziam ser soro da verdade, que deixa Eliana lenta, sem forças enquanto continuava a repetir suas historias dando a ideia de que era “inocente útil” estando longe da militância. Na noite do terceiro dia ao ser levada à fossa drogada, submetida a choques e maltratada física e emocionalmente percebe um clima mais exaltado entre os torturadores, pois haviam prendido seus companheiros Frank e Fernando e já sabiam que Eliana estava de fato na militância. O ódio pairava na fossa, mais do que o normal, mobilizando os torturadores e o chefe Pedro Malhães era o que vertia mais ódio chamando Eliana de “cobra

coral”, “perigosa”, e “bonitinha por fora e venenosa por dentro” (CHAVES, 2016, p. 4, l. 10). Ficou evidente que Malhães estava ofendido pelo fato de ter sido “enrolado por uma menina” de apenas 18 anos, enganado por uma mulher a ele sujeitada. E, quando surge as “evidências da minha militância... o ódio dos torturadores com relação a mim cresceu bastante” (p. 4, l. 08). Eliana chama a atenção, ainda, para a atuação do delegado Seelig no ambiente de tortura, de posse de um comportamento usualmente hiperativo e impaciente, entrava e saía da fossa aos berros, gritando extortadamente e muito raivoso e chamou atenção uma da noite em que Seelig prendeu o dedo em uma porta e urrou de dor. Eliana narra que em toda Porto Alegre só havia um comandante responsável pela repressão e tortura que era o capitão Paulo Malhães, secundado por Havelha, Seelig e Rohrsetzer.

Após ditadura Eliana retoma sua vida profissional e aos 35 anos assume seu novo caminho de conhecimento formando-se em psicologia dando início à sua carreira acadêmica defendendo tese sobre a violência masculina na questão de gênero, ou seja, a violência masculina sobre a mulher. A continuidade na existência em outra área de militância denota uma retomada corajosa de Eliana sobre si mesma na busca de compreender sua subjetividade e dos modos de construí-la. E toma ciência que foi submetida, com todos os seus companheiros, a um processo de perseguição política de gravíssimas consequências que ressoa ainda nas terras brasileira e nos corações e mentes de familiares, companheiro, filhos dos militantes políticos. Os militares montaram durante os mais de 20 anos de ditadura um consistente aparato de repressão política que ainda não foi desarticulado e isto leva à percepção de o processo repressivo não findou mesmo com o processo de redemocratização em curso até o ano de 2016. Para Eliana esta é uma questão delicada, pois até para retomar as suas memórias e sua história publicamente, nas oitivas da CNV, percebeu estarem todas elas ainda latente em sua mente, mesmo depois dos longos anos ocorrendo nessa retomada sofrimento e dor. Eliana narra, também, todos os fatos vivenciados jamais haviam sido retomados, ou um dia comentados aos seus familiares e tampouco às pessoas da sua intimidade que desconheciam a sua história. E isto ocorre pela dificuldade apresentada, por ela, de se expressar, de falar, sobre algo que viveu e que a humilhou sobremaneira, como pessoa, e “é muito difícil falar de prisão, tortura, humilhação” (CHAVES, 2016, p. 1, l. 23).

A mulher militante **Lúcia** narra que durante o longo tempo de suplício e a constância nas práticas de todos os males possíveis e imagináveis executados na tortura levam-na a pensar, em dado momento, que não agüentaria a “pauleira” e acabaria entregando os seus companheiros, tal era a determinação e a persistência dos torturadores que não lhes dava

trégua e o suicídio era, então, um passo a ser dado, uma possibilidade a ser executada. A alternativa do suicídio é presente para o militante preso político e Lúcia para concretizá-lo, posto ter optado pela sua prática, forja uma história que fizesse os torturadores levá-la para fora do CODI oportunizando seu suicídio. A estória inventada por Lúcia implicava na sua ida até a varanda de um apartamento em um ponto fictício no centro da cidade. Forjada a história e revelada aos torturadores o suicídio seria executado, porém as pernas de Lúcia já não tinham sensibilidade, ela não tinha como caminhar, e logo viu-se sentada no carro indo em direção ao ponto forjado, inexistente. Os torturadores pararam em frente ao prédio e do carro desceu uma sósia que seria postada na varanda, em seu lugar. Lúcia ao ver seu plano revelado entra em pânico, pois sabia que de volta no COOI a tortura seria incrementada e talvez ela não resistisse. O desapontamento de não poder suicidar-se é um sentimento presente e que prostra a mulher militante, “essa foi talvez a pior sensação da minha vida, a sensação de não poder morrer. Eu chorava igual uma louca dentro do carro e pedia, por favor, para eles me matarem” (MURAT, 2016, p. 2, l. 29), e o mesmo é notado na narrativa de Etienne que por quatro vezes tenta o suicídio sem sucesso, e prostra-se impotente, por não poder demonstrar ao torturador a sua autonomia, de ela própria decidir pela sua vida ou pela sua morte.

Para as mulheres militantes, no entanto a ideia de suicídio esta relacionada à ideia de preservação e manutenção de ideologias, de ganhos sociais, de continuidade democrática, de potência de edificação da sua subjetividade mesmo apagando sua possibilidade de existência no real construído. O suicídio, para as mulheres e para o militante de esquerda é um recurso ideológico de preservação da causa, não há para as mulheres a ideia de fuga, de impotência de covardia, mas o enfrentamento do arbítrio instalado (JELIN, 2016). E Lúcia narra que esta possibilidade estava associado à ideia de tirar a vida para manter as vidas, para confundir a repressão, proteger primeiro a causa, seus companheiros e depois a si mesma. A impossibilidade de realização desse desiderato, frente ao arbítrio, empresta a militante uma ideia de perda de poder sobre si mesma, de subjugação ao torturador e à ditadura que é quem se arroga o direito de decidir sobre sua vida e sua morte e o poder dela dispor ao seu bel prazer. Lúcia, ao perceber, da mesma forma que Etienne, que não tem o poder de decidir sobre a sua própria vida, um sentimento de impotência, de perda total do controle sobre si e sobre seu tempo, enche-as de angústia e demonstra ser esta mais uma batalha vencida pelos Senhores da Tortura. Lúcia e Etienne, narram ter sentido “talvez a pior sensação da minha vida”, que é a de não poder tirar a própria vida pelas suas próprias mãos, que é a certeza de “não poder morrer” na situação dada e por sua vontade, isto era no mínimo angustiante. O choro acompanhado da súplica para morrer ali, então e pela mão do torturador, também tem

uma conotação inversa e que produzira mais angústia à torturada e mais uma sensação de vitória para o torturador. Pois ele se confirma como o senhor da vida e da morte, senhor das mulheres, e Lúcia ouve sua sentença em meio as risadas, por eles proferidas, “que eu ia me foder se não caísse ninguém”. E, no entanto, esta era mais uma tarefa de reconstrução de si, aprendida na dor de todas as dores, que é a existência.

A ideia de Lúcia era a de resistir pelo menos por 12 horas nas mãos da tortura para que seus companheiros pudessem reorganizar-se evitando serem pegos, mas a sanha dos torturadores era destruidora e na volta ao DOI tudo ficou muito mais complicado do que já estava, o ritmo da tortura aumenta demais, os maus tratos aprofundam demais, os torturadores mostrando-se hiperativos demais, falantes demais, gritam demais, proferem baixo calões, demais, espancam demais, molham seu corpo e dão choques elétricos, demais, são cruéis demais, inventam e incrementam suas ações de tortura demais, usam o pau-de-arara demais com uma criatividade mórbidos retiram de caixas várias baratas, amarradas por um fino fio manipuladas por um dos torturadores, que as faz passearem pelo corpo nu de Lúcia, dependurado no pau-de-arara, colocando-as em sua vagina. Mesmo frente à loucura disseminada pelos torturadores, mesmo sendo preterida pela morte Lúcia sente que houve uma vitória relativa, pois consegue ganhar o tempo de seus companheiros, o tempo dos pontos que foram liberados pela organização. Era, no entanto, uma vitória fugaz, mas com sentido de vida e vida em abundância.

Lúcia narra que nos primeiros dias de prisão à tortura foi dura e interminável, e por um momento se viu abandonada, largada em um corredor do CODI, com o capuz na cabeça esvaindo-se em debilidades. Não havia como precisar se dormia ou se desmaiara, mas estava prostrada no corredor e lá ficou até que alguém a levou para uma enfermaria. A perna direita paralisada, os pulsos abertos, descompensada, a morte rondando pronta pra se instalar, mas, sendo afugentada pelas circunstâncias, porque alguém a levou até a enfermaria. Fica claro para Lúcia que a retirada do seu corpo do corredor ocorreu pela circunstância, pois estava lá um corpo estendido no chão já há algum tempo e pelo tempo que lá estava abandonada e largada qualquer ação sobre ele não expressava mais cuidados, mas a exigência apenas de ser de lá retirado e encaminhado para a enfermaria, pois respirava. Este fato circunstancial, no entanto, foi determinante para a continuidade de sua vida, não foi à ideia de cuidado ou de solidariedade, mas uma circunstância apenas, que ao ser constatado gera muita angústia e mais temor. Não era percebido, naquele ambiente hostil e de morte um sentimento de consideração ao ser humano que ali estava cuja morte era algo esperado e nunca evitado. A forma como os presos políticos chegavam aos órgãos de repressão atestava este desdém pela

vida e a possibilidade de morte era eminente, pois não havia prisão oficial apenas sequestro de corpos, que se multiplicavam oferecendo ao agente da tortura a posição de dono da vida e da morte e ele demonstrava, sem pejo, este poder, seja no seu olhar dirigido às mulheres nas ações por ele produzidas, seja no desprezo demonstrado pela vida, pelo gênero humano que deixava visível que tudo aquilo, a morte ou a continuidade da vida, era apenas parte de um negócio.

Lúcia é enviada para Salvador (BA) por ter passado um período clandestina por lá e é torturada pelo major Cinelli, do CIE e por militares da aeronáutica, do CENIMAR, mas, paradoxalmente em Salvador começa a receber cuidados médicos recuperando seus movimentos. No trajeto de retorno ao Rio de Janeiro todo o ritual da tortura é repetido e encapuzada é maltratada, e constantemente ameaçada de ser “jogada para fora” do avião. Os agentes querem saber do militante “Paulo” codinome de Stuart Angel que seria, posteriormente, por eles assassinado. O que é notável no ritual da tortura é sempre a repetição da mesma ação, seja ela ação física ou verbal e é feita de forma interminável, até que o torturado confuso deixe-se levar pela inércia e acabe vencido. Lúcia narra ter observado um clima de disputa entre os torturadores de Salvador/Rio/São Paulo os órgãos de repressão praticavam um olimpíada do terror, de maneira informal, os agentes da tortura se “comportavam o tempo todo como se estivessem disputando um campeonato. E o que estava em jogo podia ser uma prisão [a mais], a morte de alguém da oposição considerado importante, [pelo] fato de alguém ter falado”. O que estava em jogo não era a defesa de uma ideologia, a preservação de uma ideia ou até a postura intransigente de um idealista que defende seu ideal a todo custo passando por cima de tudo e de todos, mas apenas a defesa de posições como se estivessem em um campo, como se disputassem o prêmio de ser o mais feroz entre os ferozes, “assim, o pessoal do DOI-CODI disputava com a Aeronáutica, que disputava com a polícia. O pessoal do Rio disputava com a Bahia, etc.” tendo como foco o corpo das mulheres militantes transformados em objeto de desejo de um grupo de seres estranhos que exibiam-nos como se exibisse um troféu “eles nos disputavam como se fossemos troféus, verdadeiros animais de caça” (p. 4, l. 30).

Jelin (2011/2016) ao discutir as formas de torturas praticada em mulheres pelas ditaduras do Cone Sul observa certo processo do que poderia ser chamado de sofisticação dos procedimentos cujo foco é o corpo da mulher e sua intimidade e que é denominada “tortura científica”. Esses procedimentos são empregados pelos chefes da tortura da ditadura nos grandes centros clandestinos ou não de tortura e extermínio. Assim a chamada tortura científica tinha relação com técnicas opressivas que envolviam manipulações de genitais

associadas aos movimentos produzidas pela mulher ao serem torturadas, que, quando executados em uma cadeia pré determinada e planejadas de ações desencadearia um processo de sofrimento que poderia levar à morte da mulher. Lúcia narra que era deixada amarrada e nua, encapuzada, com seu corpo exposto ao torturador que manipulava seus seios, tocava sua vagina introduzindo nela seus dedos ou qualquer outro objeto. E, caso a mulher esboçasse qualquer movimento para impedir ou limitar esta forma de agressão provocaria sua morte. Ou seja, a mulher era amarrada de forma que a corda traçada por suas costas envolvia seus braços circulava ao redor do pescoço descia até suas mãos que eram amarradas atrás da sua cintura. Todas as amarras eram feitas de forma a tencionar a corda a partir do movimento feito pelo braço da mulher, que deveria ficar fixo, caso contrário acionaria o nó em volta do pescoço enforcando-a. Então, o movimento dos braços procurando proteger-se das investidas do torturador em direção aos seus genitais, a própria mulher produziria o fechamento do laço que envolvia seu pescoço sendo asfixiada lentamente. Assim, frente a qualquer ação do torturador sobre seu corpo Lúcia haveria de manter-se paralisada, sem esboçar movimento algum. O cientificismo anunciado ia mais adiante, pois o esquema assim posto alcançava a estrutura moral e ética da própria mulher torturada, pois, a não oposição de resistência trazia, invariavelmente a ela a ideia de que ela era de alguma forma conivente, cúmplice daquele desiderato, ela era cúmplice na produção de sua dor e de seu sofrimento, enquanto torturadores e assistentes refestelavam-se da forma mais descabidas,

[...] foi nesse quadro, na volta [ao Rio], que o próprio Nagib [Fred Perdigão], fez o que ele chamava de tortura sexual científica [...] ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem (MURAT, 2016, p. 5, l. 16).

Não há como não perceber para onde aquele procedimento levava, para onde Lúcia seria arrojada naquela situação que a expunha ao “aniquilamento progressivo” de sua estrutura psíquica, a tortura sexual “era considerado um método de aniquilamento progressivo”. Lúcia considera a experiência descrita algo que foi além da loucura vivida nos primeiros dias no DOI onde a tortura era intermitente, desleal, inconsequente, sem fim, ao passo que a agressão sofrida pela tortura sexual, deixa claro que “foi realmente o período em que eu mais me senti desestruturada, mais do que em toda a loucura dos primeiros dias”.

Uma das características da ditadura brasileira foi a de imprimir uma aparência de legalidade em seus atos (GASPARI, 2002/2205; GORENDER, 1987; DREIFUSS, 1981), inclusive na prática do terror onde era utilizado dispositivos legais, assim o advogado de

Lúcia consegue audiência na Auditoria da Marinha. No dia da audiência Lúcia entra na corte demonstrando seu corpo de mulher de 22 anos alquebrado pelos maus tratos, quase sem possibilidade de caminhar, com hematomas, ferimentos em decorrência da tortura e faz com que os juízes todos abaixassem a cabeça, nenhum deles levantou o olhar para ela. Lúcia é ouvida e denuncia os maus tratos solicitando aos juízes militares sua retirada do CODI-DOI e transferência para Hospital Militar, para tratamento de sua saúde. Lúcia, com coragem, procurou chamar a atenção da corte sobre seu estado físico expondo-se como prova viva e real do que ocorria nos porões, desconsiderando o medo, que dela tomou posse ao informa à corte sobre a tortura sistemática praticada em todos os presos políticos, que a vinham sofrendo. A corte ignora seu apelo para tratamento e faz Lúcia retornar ao DOI. Lúcia passa a imaginar, então, o nível de atenção que receberia de seus torturadores por haver denunciado a tortura. A recepção seria de morte “Eles vão me matar” (MURAT, 2016, p. 6, l. 15). E o que estava posto era o tipo da morte, lenta e sofrida.

No CODI Lúcia estava ciente que sua morte não era mais negócio para os torturadores, pois, ao ser ouvida pela corte sua prisão oficial é estabelecida. Esse fato assanhou mais seus algozes que a levam diretamente à fossa, ao calabouço, à sala da “maricota”, e na sala escura percebe seus torturadores excitadíssimos, em estado de loucura coletiva parecendo ser aquele momento o pior de todos os outros, já vivido. Seus algozes/torturadores criam um teatro “eles me fizeram representar o que eu tinha feito na auditoria, como se tivesse sido uma representação, uma mentira, uma palhaçada” (p. 6, l. 28). E, assim foi feito. Lúcia expressa à ideia de que aquelas gentes grotescas exigiam uma arte que não tinha sentido, uma representação caricata, uma repetição da dor e do sofrimento que se exponenciava absurdamente em seu íntimo, como a representação dos bobos de uma corte que serviam de pasto aos comensais da morte lenta e dolorida, o deboche era o tom e, a dor sentida era o tema e ambos prestavam-se à sanha de uma malta profissional que, para a produção dor, não apresentavam limites nem regras, mas recursos infinitos. A “nau dos insensatos” fazia-se presente mais uma vez provocando o delírio de uma platéia que se achegava à fossa regurgitando de gente o que a florava mais e mais a tragédia pessoal que se coletivizava. Os esgares que Lúcia produzia a cada gesto repetido, a cada palavra emitida, presumiam que ali ela perdera sua identidade de ser autônomo e sensível, denotando que quando a dor e o sofrimento próprio são transformados em piadas pelas mãos grotescas dos torcionários dava a dimensão da insânia a que chegamos como brasileiros e como seres humanos. Os torturadores insaciáveis comandavam aquele show mais que macabro e, no

entanto muito pouco digno para ser visualizado, para ser visto e Lúcia ouvia as ordens e ia repetindo cada gesto, cada palavra por eles exigido.

---Ah, agora faz mais cara de choro, não está suficiente, você fez mais cara de choro do que essa lá!!!

---- Manca mais, você mancou mais lá filha da puta!!!

E eu fiz tudo o que eles mandaram.

A sensação era que eu tinha perdido inteiramente minha identidade.

Quando a sua dor é transformada em piada com a sua ajuda é como se nada mais tivesse sentido (MURAT, 2016, p. 6, I. 31).

Lúcia narra sua transferência para a Vila Militar e isto a torna uma presa oficial com direito à visita de familiares e advogado o que a fez imaginava que não havia que retornar mais ao DOI, e que a tortura havia terminado. Em 20 de agosto Iara Iavelberg é assassinada na Pituba em Salvador e logo após, no dia 17 de setembro seria a vez do capitão Lamarca e de Zequinha Barreto encontrados nas imediações de Pintada na caatinga baiana deitado embaixo da Baraúna com a cabeça sobre uma pedra e Zequinha sentado descansando da longa escapada de 300 km (JOSÉ; MIRANDA, 1980). Com o assassinato de Iara (PATARRA, 1992; JOSÉ; MIRANDA, 1980) os órgãos de repressão decidiram interrogar novamente Lúcia e ela retornar ao DOI, prevendo a repetição da tortura Lúcia em desespero tenta suicidar-se, antes a morte do que reviver “tudo aquilo”, mas é impedida pelos companheiros de cela. Lúcia foi dopada pelos agentes que a levaram ao DOI, praticamente desmaiada. Há algo de novo na “ante-sala do inferno”, o DOI esta limpo, celas pintadas, lençol nas camas, com som e temperatura ambiente, controladas, a tortura havia se profissionalizado e este setor passou a absorver os avanços tecnológicos e as celas climatizadas eram chamadas de “geladeiras”. A ideia agora era de que a ditadura duraria mil anos e essa tecnologia de dor seria disseminado por todos os cantos dos pais, como algo natural. No novo DOI Lúcia foi interrogada pelo major Cinelli sem maus tratos e pouco entendeu daquilo que via e ouvia. O esquema, no DOI do Barão de Mesquita, passou a funcionar com o que eles chamavam de “interrogatório científico” onde os militantes que iam para lá receberiam este tipo de intervenção, e os companheiros que dirigiam as organizações era encaminhados a locais especializados onde a tortura seguia seu padrão usual com eliminação sumária dos militantes, haviam assim maquiado a prática, enfeitando o campo de concentração dando ideia de uma área de descanso e de lazer, e criaram os aparelhos clandestino mantidos pelo CIE, no Rio de Janeiro, o Codão de Petrópolis e a Casa de São Conrado (MURAT, 2016; ROMEU, 2016; GASPARI, 2002/2205; FERNANDES JÚNIOR, 2004), responsáveis e preparados tecnologicamente para a tortura e assassinato dos militantes de esquerda. Há, nesta fase a

determinação dos órgãos de repressão de exterminar os quadros chaves das organizações de esquerda e esta determinação ou decisão dos militares possibilitou a criação dos centros de extermínio localizados fora dos DOI. Estes centros não existiam oficialmente, estavam localizados dentro da comunidade em bairros residências, chácaras em locais ermos que serviam para o extermínio dos indesejados, pelo regime. Lúcia narra que os companheiros “iam ser torturados e assassinados em outros lugares”.

Os aparelhos clandestinos de tortura e execução sumária cuidavam, ainda, das tarefas de eliminar os corpos executados e os senhores da tortura, profissionais das dores, produtores dos horrores entregavam-se a esses ritos macabros, que pareciam encher seus dias e dar sentido às suas noites exacerbando-se frente aos corpos dos militantes inertes fazendo-os empunhar o cutelo para seccionar partes dos corpos que poderiam identificá-los; retaliando, esquartejando, abrindo o que já estava aberto retirando do ventre as vísceras, para encherem-no, de forma estudada, com pedras que fizessem os copos pairar entre o fundo de um rio e sua superfície quando eram para lá atirados para decomporem-se sem serem notados (KUCINSKI, 2014; GUERRA, NETTO; MEDEIROS, 2012), como se pudessem fazer sumir o que a natureza moldou, pela força da evolução, do amor e da união de seus pais, que geraram a vida, e que agora eram tolhidas sem eira nem beira nos quartos escuros, nas edículas, nos porões, nos sótãos, como é narrado por Lúcia.

Não iam mais para o DOI-CODI. Iam ser torturados e assassinados em outros lugares, como a Casa da Morte de Petrópolis, cuja única sobrevivente foi Inês Etienne Romeu. Foi assim com Sérgio Furtado, com Paulo Ribeiro Bastos, com Fernando Santa Cruz e muitos outros companheiros que constam da lista de "desaparecidos". A pena de morte foi decretada também para os combatentes urbanos nesse período, assim como foi para os militantes da Guerrilha do Araguaia. Não posso provar que houve uma decisão de matar os poucos sobreviventes das organizações armadas, mas é o que deduzo do que vivi nessa época (p. 8, l. 03).

Os militares, a quem foi dada autonomia para debelar o suposto inimigo do Estado ditatorial e fascista, sentiam-se senhores do seu poder e sem medo informavam a Lúcia, quase em monólogo seus ideais, com Fred Perdigão, o “Dr. Nagib” feroz executor de seres humanos e torturador contumaz de mulheres. E, “Dr. Nagib” explica para Lúcia os objetivos deles, esbirros de um Estado de exceção, e as técnicas que eles se utilizavam para alcançar seus fins deixando bem visível que o empenho deles, naquele momento, naquele espaço e naquele tempo, era o de acabar com cada um dos militantes de esquerda que estavam em suas mãos, pois, nada mais “éramos” do que “garotos impertinentes” que deveriam ser eliminados para

que eles estivessem livres para sua missão maior, qual seja, executar as tarefas que “efetivamente importava”, suprimir os dirigentes que “tinham feito nossas cabeças”. É evidente que há, nesta forma de pensar dos executores, equívocos primário sendo um deles o de subestimar a capacidade de cada um daqueles militantes, sejam homens ou mulheres, de ali estarem e ali defenderem as suas ideias com autonomia e espírito democrático. Apesar do centralismo das organizações de esquerdas e do discurso de construção de uma pátria socialista, ou de uma “ditadura do proletariado” todos eram democráticos, diferentemente dos militares golpistas, não havendo como conceber que aquela mulher(es) militante(es), sua interlocutora no momento, pudesse ser tutorada ou que houvesse uma forma de assim fazer, que não fosse pelo caminho da democracia. Esta forma de pensar do executor/torturador indica a índole autoritária de um Estado de exceção, o despreparo para a ação e a pouca habilidade para encarar o ideal daquelas jovens mulheres que apresentavam tanta força e determinação na execução das suas tarefas, que era a defesa dos ideais democráticos, aliada a melhoria da qualidade de vida de todos com participação efetiva na vida da República seja no nível, econômico, social, afetivo e de relação, como político.

O que parece é que os opressores não alcançavam tal fineza de pensamento agindo como se aquelas mulheres não pensassem por si mesmas e eram, necessariamente, manipuladas, tutoradas por alguns, como eles o eram pelo Estado ditador. Lúcia deixa visível na sua narrativa à prepotência da ditadura que dá autonomia aos seus funcionários públicos para que firam de morte todos os que não comunguem com suas ideias, desprezando o gênero e os direitos inalienáveis de cada um dos seus cidadãos.

O Nagib [Fred Perdigão] que gostava de discursar, de me explicar às técnicas e os objetivos deles, me disse uma vez que depois de acabarem conosco [...] eles iam... aniquilar as organizações armadas, iriam aniquilar o Partido Comunista Brasileiro. Efetivamente, alguns anos depois a direção do PCB foi assassinada (sic) (MURAT, 2016,p. 8, l. 11).

Em meio ao abuso de poder e insanidade que parecia generalizar-se entre os homens da tortura Lúcia memoriza a presença de dois soldados, um deles contribui para que seus familiares recebessem informações sobre ela, “um soldado se ofereceu para levar um bilhete para minha família. E levou”, e o outro foi aquele que, na enfermaria, ajudou a aplacar as dores da sua perna, “o enfermeiro que na minha primeira noite na enfermaria passou todo o tempo acordado colocando panos quentes para tentar amenizar a dor da minha perna” (p. 7, l. 15). Os gestos de solidariedade emitidos pelos soldados em serviço e presos a um ambiente de caça as bruxa, de perseguição, aparece como um sinalizador a indicar que sentimentos de

cuidado e de solidariedade definem o modo de ser, são condições básicas para a existência do que é humano e demonstra a rica possibilidade de ser, por sermos humano, simplesmente humano.

A fala de Lúcia, das mulheres torturadas e dos militantes que perderam alguns a vida, outros a saúde física e mental, aproxima a todos da percepção de que o período da ditadura civil-militar assumiu práticas de ações de extermínio em nome de uma guerra não declarada e se declarada de forma unilateral, só comparável com as políticas que vigoraram na Alemanha de 1933 a 1945, na Rússia do período do estabelecimento da revolução de 1918, nos grandes expurgos da década de 1920 até meados dos anos de 1950 com a revisão das práticas de exceção praticadas sempre em nome da democracia, das liberdades, em defesa da vida e do ser. Os métodos empregados pelos ditadores assemelhavam-se e entoando o mesmo refrão: exterminar os oponentes a qualquer custo.

Havia, de fato, a promessa de construção de um novo período de liberdades democráticas, de formação de autonomia da população brasileira e de rica convivência com a diversidade de ideias reinantes. E tudo foi sendo derrubado, aniquilado, reduzido à loucura de grupos, comandado pelo Estado que se foi construindo na marra e que assumiram para si a construção de uma nova ordem, a ordem do terror e do horror, do mando e da opressão, da impunidade, como se o regime estivesse sendo preparado para durar mil anos. O embate político perdeu sua força e uma estranha força imperou emanada das elites mandantes, civil e militar e materializada pela casta dos torturadores que fizeram ressoar os gritos de dor e de sofrimento por todos os cantos do país. E Lúcia expressa essa força opressiva quando diz ser “terrível você olhar para trás e descobrir que no seu país utilizou-se de métodos cruéis e criminosos na luta política” onde a ideia era aniquilar não apenas os que se defendiam de armas em punho “mas de aniquilar toda e qualquer visão contrária à deles”. Era o poder autoritário em curso que leva um profissional da saúde e da manutenção da vida física e mental como o médico e psicanalista Amilcar Lobo que se permitia executar o papel que executou dizendo que “se não fosse ele seria outro, que ele era apenas um membro de uma engrenagem”

A militante de esquerda **Ignez** - codinomes “Mirna”, “Marta” ou “Martinha” narra que, no DEOPS/RS o delegado Pedro Seelig lhe faz perguntas e acusações sobre sua militância às quais ela nega, veementemente, e em seguida é trazido a sua presença o militante Bicho que era companheiro e o qual manteve uma relação afetiva e ele “estava todo arrebitado” com muitos hematomas pelo corpo, praticamente sem os movimentos do rosto

deformado e também sem movimento. Pelo estado do companheiro Bicho Ignez passa a imaginar com angústia o que iria acontecer com ela nas mãos da repressão. Bicho é levado e ela é deixada em um canto da sala sozinha até o início da noite, seguindo o protocolo da tortura, apresentam-lhe um companheiro estropiado, deixam-na só em um sala/escritório silenciosa, sente-se tensa, abandonada, e pessoas são torturadas próximas a sua sala fazendo os gritos de dor e desespero ecoarem em seus ouvidos e o que para Ignez era angustia medo e receio, para os torturadores parecia ser um dos seus grandes momentos. Da mesma forma, Etienne narra ter passado a noite na delegacia da Avenida Suburbana ouvindo os gritos de presos comuns sendo torturados (ROMEY, 20176) e o mesmo é observado no relato dos presos políticos como em Fernandes Júnior (2004); Mudado (2015); Kucinski (2014); Moraes (2011); Tavares (2012) em relação à tortura psicológica. Depois de quase um dia “abandonada”, à noitinha, Ignez é levada entregue aos seus medos, sempre encapuzada, a lances de escada abaixo fazendo esse trajeto “chorando, aquele choro histérico” (RAMMINGER, 2016, p. 4, l. 04), no porão, na fossa, à mercê dos agentes da tortura. E, aí a lógica do sádico se fazia presente a cada ação praticada, todas elas premeditadas caracterizando o ritual da tortura sendo dada continuidade a um calvário. Encapuzada é levada à fossa e quando tiram-lhe o capuz é percebido um ambiente muito denso, escuro, percebe vultos, muita pessoas estão presentes e um foco de luz em seu rosto ofusca-lhe a visão. Arrastam-na para um canto da fossa e fios são ligados ao seu corpo enquanto ouve o som do girar de uma engrenagem e no momento seguinte sente-se inundado por uma força avassaladora que agita seu corpo, que sem controle se põe a tremer a corcovar incessantemente sob as primeiras ondas de choques elétricos violentos que eram emitidos por um equipamento que chamavam de “Maricota” ou “Pianola Boilesen” (AMORIM, 2016). Ondas fortes se repetiam em sensações descontroladas inundando seu corpo que já não sentia a razão e estrebuchava saltando de formas variadas como se fosse um projétil ricocheteando. Sem controle pula, retorçe, contorce e naquele labirinto de loucura Ignez consegue ouvir gritos estertorados de baixo calão que vinham de várias bocas e pensou ser este o som do inferno.

Ignez registra em sua mente as “coisas horríveis” que são faladas frente ao seu corpo desnudo por um conjunto de “machos alfas”, presentes naquela assembléia de horrores e com uma seleta assistência. O tempo não faz mais sentido, não há mais noção de o espaço, não há como imaginar uma platéia a observar o caos corporal a que era arremessada, sem nenhuma consideração ou forma de humanidade que fosse, assim como Etienne, Nilce, Eliana e Lúcia, Ignez sentia não mais a carne arrefecida pelos choques e agressões, mas uma dor imensa que a

inundava pela falta de sentido sobre o que ocorria, pela gratuidade das ações praticadas e pela prática que se repetida absurdamente, onde não havia descanso, pois era torturada, arrastada para fora, reintegrada à sala escura, tortura da novamente assim sucessivamente, sem parar, sem trégua, sem possibilidade de razão, mas muito perto da desrazão. Este era o ritual macabro dos torturadores a repetição da insensatez quando equipes se revezavam em tempo corrido entrando e saindo, cumprindo turnos, com que de profissionalismo, porém, macabros pra os que eram objetos de suas atenções, os militantes de esquerda e dentre eles recebendo atenção diferenciada, as mulheres militantes. Ignez relata que nos primeiros dias os sequestradores mantiveram dúvidas sobre o seu envolvimento nas ações da esquerda no Rio Grande, porém na sequência das sessões de tortura tomam conhecimento do seu envolvimento afetivo com o militante Bicho, “era meu namorado” (RAMMINGER, 2016, p. 3, l. 47) e que ambos haviam participado da ação de expropriação do BB de Viamão. A irritação dos agentes da tortura fica patente e passam a produzir uma tortura acareada entre Ignez, Bicho e mais um militante, todos torturados em conjunto, Ignez era torturada sob a assistência de Bicho esperando que Bicho falasse, em seguida torturavam Bicho sob a assistência de Ignez esperando que Ignez falasse e as ações dos torturadores recrudesciam a cada sessão. Ignez faz referência na sua narrativa à presença de um dos chefes nacional da tortura, que percorria e comandava os centros de tortura espalhados pelo país, era um dos organizadores do sistema, um operador especializado que “botava a mão na massa” ensinava a tortura formando sob sua responsabilidade, novos torturadores tendo sido o criador de centros de tortura e extermínio de militantes políticos de esquerda, como o Codão de Petrópolis. Este funcionário público de carreira das FA é indicado pelas mulheres militantes como um dos mais ferozes torturadores do sistema, um torturador de mulheres. E Ignez fala da presença deste ser torturando-a e coordenando as ações nas suas sessões e que quando ele aparecia às torturas recrudesciam, os torturadores mostravam-se mais ferozes “as torturas ficaram piores quando o Paulo Malhães veio. Aí piorou” (p. 4, l. 07). Paulo Malhães sofisticava as práticas de tortura e um dos recursos por ele utilizado era o de manter as mulheres estáticas por horas e com os braços estendidos para o alto o que provocava dores violentas. Caso os braços fossem abaixados às mulheres recebiam pauladas. E, Ignez observa que quando a tortura era feita em mulher a coisa tomava outra forma “e para a gente que é mulher eles sempre pegavam pesado na parte sexual” (RAMMINGER, 2016, p. 4, l. 09; JELIN, 2016).

Ignez saía da adolescência, 21 anos e a nudez a que era submetida colocava-a em situação vulnerável. Não havia forma de preservar a intimidade durante a tortura e dentro da detenção onde as necessidades fisiológicas de cada uma das mulheres eram feitas sempre na

presença de um agente, um soldado e este ficava de frente a elas observando todos os seus movimentos. Os agentes militares ou não nunca deixavam as mulheres sozinhas, “para urinar ou defecar, eu tinha que ir com um brigadiano junto. E ele se negava a ficar de costas, então eu tinha que fazer tudo na frente dele” (RAMMINGER, 2016, p. 4, l. 10). Ignez narra que para suportar a situação, tentando evitá-la, traça uma estratégia que era a de conter-se adiando suas necessidades fisiológicas no sentido de evitar a exposição. Ignez continha-se, mas quando ia para a tortura e tomava o choque elétrico nos genitais a urina esvaia-se descontrolada e isto para ela era uma situação desmoralizante, o mesmo ocorria em relação ao banho, nunca se estava sozinha sempre tinha alguém olhando todos seus movimentos. E Ignez passa a evitar o banho, exercitando sua liberdade e autodeterminação, ao mesmo tempo em que deixa visível o repúdio as ações dos torturadores o que denota o exercício da busca da individualidade. E isto provoca a fúria dos seus torturadores que passam a adjetivá-la, a nomeá-la com baixo calão e a reprimi-la de forma veemente. As ações dos agentes da repressão dentro ou fora das fossas, dos porões envolviam diferentes níveis de tortura no sentido de minar a resistência das mulheres militantes, de diminuí-las como pessoa, como mulher, como militante e como ser humano, pois tudo era feito “para te desmoralizar mesmo... Eu não tomava banho. Fiquei lá, imunda, fedendo. Aí eu menstruei... o brigadiano junto, nos chamavam de imunda, de fedida, os palavrões eram terríveis” (RAMMINGER, 2016, p. 4, l. 07, 13).

O processo de tortura em si é degradante e aniquilador. A tortura além de degradar o ser humano aniquila-o como pessoa, como individualidade evocando sentimentos ou levando à falta deles, a raiva, o ódio prevalece. A tortura orbita a área do absurdo, despropositada, confunde, a ponto de não se saber mais qual o desejo do torturador, provocar a ira, exterminar o torturado ou garantir por meio dessa prática esdrúxula a obtenção de informações privilegiadas para o sistema. O que Ignez sente e expressa na sua narrativa é a provocação do ser e da sua condição de mulher e frente a ela sua reação mais do que contrariedade era de sobrevivência talvez, e em determinado momento ela emudece, frente aos seus algozes. É um mutismo voluntário que demonstra força e poder e que provoca reações distintas dos torturadores, tornam mais bárbaros, mais primitivos, mais ferozes aumentando o ritmo e a força da tortura. Não há como conceber que o ser humano haja com naturalidade frente à tortura e pratique tal agressão para com um seu semelhante, para um outro ser humano, esta é a percepção de Ignez, “era inadmissível que um ser humano fizesse aquilo com outro” (RAMMINGER, 2016, p. 4, l. 21). As fossas lotadas de pessoas, a tortura com enfoque no corpo, no sexo, a tortura coletiva onde um militante assistia a tortura do outro é provocador de

sentimento limites de dor e de sofrimento que vai para além do físico, faz morada na mente e perdura no tempo, no espaço, gera sequelas, traumas que marcam feito ferrões etéreos, impalpáveis e contraditoriamente presentes *ad infinitum* que acompanhará o torturado, habitará seus dias, suas noites e, no entanto, será também fomentador, para os que sobreviveram a ela, da retomada de si, da busca pelo equilíbrio pela prática das ações e da política voltadas ao bem comum, à liberdade e à democracia.

Ignez narra que foi encaminhada para o presídio feminino, Madre Pelletier sendo torturada de forma distinta do DEOPS, pois ao chegar foi levada à solitária e submetida à revista íntima, procedimento desnecessário posto ter vindo de outra detenção transferida e mesmo assim a revista íntima ocorreu de forma abusada até, “veio uma mulher... colocava a mão dentro da minha vagina e do meu ânus” (p. 4, l. 34), assim a tortura continuava no presídio de mulheres sem torções, mas com ações abusivas sobre seus genitais.

Ignez aborda a questão da tortura sexual (JELIN, 2001/2016) como sendo “um certo tipo de tortura” que deixa sequelas naquele que a ela foi submetido sejam homens ou mulheres, e essas sequelas manifestaram-se sempre de forma imprevisíveis e com consequências psicossociais danosas, para aqueles que a experienciaram. Ignez demonstra não se sentir segura e nem tranquila para falar sobre ela, mesmo que o tempo decorrido da experiência vivida seja de 40 anos,

[...] tem certo tipo de tortura que eles fizeram que é meio ruim de contar. Mas é essa que tem a ver com a questão sexual. Eu só quero dizer para vocês que não me sinto em condições de descrever, porque isso me faz um mal tremendo (RAMMINGER, 2016, p. 05, l. 09).

A tortura sexual vivenciada de forma singular é difícil de ser retomada e expressa uma memória que é individual, mas que se coletiviza em todo o período, pois a cada um que dela toma conhecimento e sentido vivencia-a de forma marcante como se dela tomasse lugar, como se dela fosse parte. O trauma que permanece nas mulheres, em função do que viveram na exposição das suas intimidades, na invasão dos seus corpos e do seu espaço pessoal, vai muito além da dor física impingida a cada uma delas. Pois é a mente, é a sua singularidade que é atacada, sem eira nem beira, sem motivos que justifiquem o dimensionamento de tais ações e sem justificativa que suporte tal intento, não prevalecendo qualquer argumento que possa justificar tal procedimento. A tortura sexual é ato antinatural, sem lógica, desenfreado e motivado por mentes em processo de desalinho. A tortura sexual levou as mulheres, que as receberam ao seu limite psíquico menos pela prevalência da dor, do sofrimento físico, e mais pela alteração que isto provocou na mente e na personalidade de cada uma que dela foi vítima.

Ignez confirma a percepção de Jelin (2001/2016) quando narra que há ações específicas de tortura para as mulheres que os levam a agirem de forma diferenciada daquelas que agiriam frente ao corpo masculino. Não compreender este fato é reduzir o entendimento, é contrapor a este sentimento esdrúxulo do torturador a justificativa de que agem profissionalmente, que agem sob o mando do Estado, ou do sistema ditatorial, da mesma forma que considerar a tortura o exercício de uma profissão, um ato de profissionalismo considerando o torturador o profissional privilegiado, o funcionário público de carreira que cumpre assiduamente suas funções, é jogar no limbo a responsabilidade de atos praticados livremente por seres humanos de forma antinatural, contra a natureza humana, posto que pratiquem crime contra a humanidade. Pois, o torturador é um ser que pensa, que age, que decide e a tortura é a expressão de uma realidade, da pior realidade, é um ato praticado sobre um ser vivo que se materializa em dor e sofrimento sentido, armazenado, guardado. A tortura não tem conotação metafísica e sua ação ela é empírica, nada dedutiva e a dor e o sofrimento brotam dos poros e se armazenam na memória alterando a mente; e é algo impossível de ser ajuizado por aqueles que não as viveu. Associado a isto o fato de que as mulheres, como narram Ignez, Nilce, Etienne, Eliana e Lúcia viviam nas décadas de 60/70 o auge de suas forças física, mental e psíquica entrando na idade adulta, na era de suas descobertas de seres sociais e prontas pra viverem as experiências da vida hodierna, lutando com força e com vontade na construção de si mesmas pelos descobrimentos pessoais e prontas para defenderem seus ideais de igualdades e liberdade. E, enquanto isso do alto do seu poder os torturadores Pedro Malhães, Fleury, Fred Perdigão, Claudio Guerra, Albernaz, Ustra chefiando a si próprios e setores da repressão nas delegacias de subúrbios, nos comandos de área, nas carceragens, nos centros de extermínios clandestinos a perderem-se de vista, propagavam e executavam seus crimes humanitários protegidos estando, até os dias atuais, impunes.

As mulheres militantes narram terem sido retiradas da carceragem e servido de modelo vivo aos novos aprendizes da tortura em aulas onde os senhores da tortura utilizando seus corpos, *in loco*, ensinavam, com um didatismo aterrador, as técnicas de torturas à grupos de ansiosos aprendizes que seriam diplomados futuros torturadores. As mulheres e os homens foram usadas como cobaias e em seus corpos foram praticado as várias técnicas de tortura, como narra Ignez, “[para ensinar] como fazer tortura nós servimos inclusive de aula prática para os caras. Eles treinaram no nosso corpo... e o maior dos sádicos era o Paulo Malhães, que foi quem mais me torturou” (RAMMINGER, 2016, p. 05, l. 29). Segundo Ignez seus corpos serviram de modelo aos aprendizes da tortura que nele observavam dentro de uma sala de aula

os modos mais eficientes de fazerem a tortura e treinavam, repetindo continuamente às ações sobre seus corpos, de forma a observarem os resultados e aprenderem, como é feito em qualquer instrução para o ensino e a aprendizagem. Os presos políticos, como narra Ignez, eram postados à frente das salas feitos uma imagem projetada em uma tela iníqua, eram modelos para os aprendizes de uma estranha arte; com o corpo já quebrado, em pé, em riste usado pela autoridade da tortura para demonstrar as formas mais eficientes de se torturar. Para os senhores da tortura Ignez era um corpo apenas, um corpo de mulher que servia de modelo vivo para a tortura. Um corpo de mulher postado frente há uma platéia de aprendizes e à disposição dos especialistas da tortura. Um corpo de mulher sobre o qual eram demonstrados quais procedimentos de tortura deveria ser produzido, como produzi-los; quais os instrumentos que deveriam ser utilizados, quais os locais as regiões do corpo mais sensíveis, onde elas se localizavam e que prestariam a produzir as dores mais lancinantes, de forma a obterem informações mais rapidamente. Como torcer um músculo, como retesar um membro, como macular sem a vida retirar, um corpo de mulher. Frente à mulher prostrada os aprendizes observavam reações, movimentos, alterações de pele, laceração de carne, emanção de sangue e repetiam à mando do mestre cada um dos procedimentos, chamando todos a colocarem as mãos na massa, até chegar às torturas mais torturantes e que atingiam a condição e a natureza de mulher que era a manipulação dos genitais e do aparelho excretor, a tortura sexual, por eles chamada de “tortura científica”. Ai então era o corpo de mulher manipulado, devassado, a intimidade exposta, os órgãos genitais à mostra, o aparelho excretor, o aparelho reprodutor de procriação e de continuidade da vida alcançado por mãos inábeis, sem conhecimento, sem causa a introduzir-se em cada um dos genitais para a fixação de fios, para descarregar cargas elétricas até nada mais sentirem, até tudo queimar. Qual o lado do corpo que deveriam ser instalada a fiação elétrica para que os choques fossem mais precisos e de forma a não retirar a vida da mulher antes que ele pudesse falar? E o lado esquerdo, do coração era poupado Como fazer voltar consciência ao corpo de mulher que desacordara pela potencia dos choques recebidos, pelas repetidas descargas elétricas aplicadas, pela constância de correntes elétricas que a arrojava ao chão sem sentidos? Onde tocar para obter reações vívidas fazendo voltar à consciência este corpo de mulher extenuado, dilacerado? O objeto do algóz, instituído pela autoridade do Estado, era o corpo da mulher e nele as suas partes mais sensíveis, os genitais que lhes servem aos sentidos como modelo a demonstrar os efeitos da tortura transformado em objeto de desejo, de prazer para aplacar pulsões exacerbando nos torturadores e assistentes da tortura instintos básicos, vis, como se doutores fossem em anatomia, em fisiologia, em comportamento humano a ensinar sua arte de

produção de dor e sofrimento. Ignez, como Etienne indica quem eram seus torturadores, no DEOPS/RS: Pedro Seelig, Nilo Havelha e o mais contumaz, o mais efetivo, o mais afoito, o mais perverso, o mais desumano que vem ao Rio Grande para acabar com a esquerda, o capitão Paulo Malhães ou “Dr. Pablo”. Outros torturadores como major Leiva Job, faziam torturas fora das fossas e dos calabouços tratando as mulheres de forma chula com baixo calção, sapatos e murros sem motivos declarados. Não há como ignorar que a repressão e as ações de tortura eram política do Estado a marcar os governos militares apoiados pela sociedade cível, as administrações dos Estados e municípios. Os torturadores eram funcionários públicos treinados, pelo próprio Estado, na arte espúria da tortura, “acho que incluía tudo. Tinha polícia civil e militar, tudo misturado. Então se misturava também o governo estadual e federal” (RAMMINGER, 2016, p. 07, l. 49).

Ignez, como suas companheiras, narra sobre o suicídio, mais que um tema presente, uma possibilidade de ação nas ações do militante de esquerda a ser empregado como recurso de proteção da organização e de si mesmo. Há assim as tentativas de supressão da vida logo após o sequestro/prisão dos militantes logo nas primeiras experiências como forma de tornar conhecida pela população a forte repressão reinante, o arbítrio perpetrado pelos órgãos de segurança que recrudescia no período dos Anos de Chumbo; como anos após a experiência sofrida já longe da rotina da tortura e dos torturadores, mas perto das marcas deixadas que faziam retornar diariamente às mentes dos militantes combalindo-os mentalmente e fazendo-os sucumbir sob o domínio dos seus alçózes. As mentes desestruturadas pela dor e sofrimento não se desfaziam da presença dos torturadores que em todos os momentos faziam-se sentir, manifestavam-se continuamente nos sons, nos odores, nas vozes, nas situações vividas do dia-a-dia. Fleury, Malhães, Perdigão, Albernas, Ustra estavam presentes habitando seus dias, suas noites com seus gritos de baixos calções que persistiam estertorados, suas respirações ofegantes, suas risadas e promessas de desrazão, a sensação de ainda serem tocadas em seus corpos e genitais. Tudo, ainda, era sentido sem tempo e espaço, o real confundia a realidade e o presente fazia encontrar-se com o passado e o futuro presentificava-se em repetições absurdas. A experiência do vivido e ido é vivo na memória fazendo-se real em todas as realidades experienciadas vida afora, fazendo os militantes lembrarem de que nada mais podiam a não ser agasalhar o terror vivido e sem forças entregar-se-iam à morte, como uma alternativa de vida e de viver. Ignez narra que os dois companheiros que foram, com ela, torturados suicidaram-se. Um deles o fez no período final da ditadura quando refazia sua vida arremessa-se do oitavo andar de edifício onde morava em Copacabana. E o outro segue o mesmo caminho, mas de uma forma lenta, sem tirar a vida de imediato utiliza o álcool

até deteriorar seu organismo, ambos vítimas como todos os outros, Frei Tito, Dora, dos seus algozes que insistiam em dizer-lhes “nós temos que destruir vocês. Se não matarmos, temos que destruir”, conforme Ignez na p. 08, l. 44 de sua narrativa e assim foi feito com companheiros de valor. O objetivo do sistema pelas mãos dos torturadores estava claro, muito mais do que produzir informações sobre as organizações de esquerda, compraziam-se com a possibilidade de “destruir psicologicamente” os presos políticos torturados e assim o fizeram com vários companheiros como narra Ramminger (2016) e como descreve a literatura específica que discorre sobre os fatos ocorridos na ditadura, como Mudado (2015); Tavares (2012); Kucinski (2014) e outros.

Como o suicídio há a questão relativa à tortura sexual sofrida por todos e em todos os sentidos. Ignez demonstra forte emoção sem conseguir continuar sua narrativa quando aborda por ser uma memória difícil de lidar. Há na narrativa de Ignez, o afloramento de um desespero associado à consciência de que sua liberdade fora tolhida, solapada detida nas mãos de pessoas emocionalmente instáveis, destituídas de caráter; de personalidade enfermeira, autoritárias e arrogantes, protegidas por um sistema arbitrário, que agiam sobre a tutela do Estado e que com ironia funesta produziram os mais escabrosos atos sobre corpo da mulher quando sentiam-nas sobre seus domínios. Era a presença do monstro que se mantém como larvas sobre o aparato psíquico de cada uma, não lhes dá trégua e evoca, ainda hoje, as imagens escabrosas que no tempo são perenes preservando uma agonia sem fim almejando destruí-las. Transparece na fala de Ignez um medo, que é próprio da natureza humano, porém não há evidências de paralisia, de conformismo, de aceitação passiva, mas há visivelmente a ação diária de um refazer-se, de um renascer que se perpetua nas lembranças, nas memórias de lugares e de tempos uma retomada da sua individualização, pois é na dor da existência que se refaz em uma busca de si mesma, uma pessoa que se reconstrói sob o peso do trauma evocado das torturas sofridas e que caminha na edificação de sua subjetividade como indica Kierkegaard (2013, 2016). Uma questão importante e que Ignez relata na sua narrativa e que é discutida também por Nilce, Eliana e Lúcia diz respeito ao envolvimento afetivo entre os militantes oferecendo a ideia de que na militância a vida deveria ser levada de forma natural onde os encontros ocorreriam, as paixões estavam presentes e as pessoas confraternizavam-se de forma usual. Ignez relata também sobre a sua relação com o militante Claudio Galeno, o “Aurélio” e com Gustavo Buarque Schiller, o “Bicho” que conheceu dentro da organização, onde deixa visível que os militantes também amam. Ignez deixa claro que preza muito o amor sem importar-se com o tipo, seja o amor dos parceiros ou o que ela chama de “amor humanitário”, relacionando a luta que empreendiam para a transformação social e que esta era

também uma “forma de amor”, ou uma expressão marcante de “amor”. Esta é uma questão fundamental que Foucault (2016) anuncia quando chama a atenção para a “conversão à revolução” chamada por ele de “subjetividade revolucionária”. Esta noção de subjetividade revolucionária que “não é capturada pelos partidos” e nem pelos vários níveis de expressão do fascismo relaciona-se com a postura do militante que defende a vida e a arte de viver contra todas as formas de fascismo, os existentes, os possíveis e os que se implantam em qualquer nível de relação e de estrutura social e política. E Foucault (2016) coloca como um dos princípios desta conversão a postura libertária e de alcance desta subjetividade revolucionária onde deixa visível, dentre outro princípios, que “não imagina que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata, seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas de representação) que possui uma força revolucionária como quer também Rosa (2013, p. 241). A honestidade política, o encontro, o compartilhamento de ideias e de ideais, o afeto nascido na luta e na construção dos desejos frente à realidade presente é fazeres de uma subjetividade revolucionária e que vão em direção contrária a todas as formas de arbítrio seja de esquerda ou de direita e este parece ser a adesão feita e assumida pelas mulheres militantes na sua luta em busca da igualdade e da liberdade.

Há, também, para Ignez um estado de espírito que se altera colocando-a longe das garras das memórias deletérias dos torturadores que foi o nascimento de sua filha, e isto se dá estando ela presa e esperando julgamento, acometida da pressão psicológica e fisiológica desses acontecimentos. Mesmo quando sai da prisão Ignez e vê-se presa de variados estados receptivos que a fazia não conseguir caminhar na rua, a necessidade sentida de reclusão, até que reinicia uma atividade profissional com dificuldade e retoma sua formação universitária com limitação, ainda, de trajetos: laboratório, casa, casa, laboratório e o casamento, nova gravidez retomada da vida social restrita a casais amigos que são mantidos até os dias atuais. Ignez narra que ao assumir sua existência plena, após o arbítrio, caminha no sentido contrário a aquilo que os torturadores a elas previram e almejavam, que era a sua destruição psicológica e psíquica, o que “eles conseguiram, de qualquer maneira, com os guris [Paco e Bicho], eles conseguiram isso” (RAMMINGER, 2016, p. 08, l. 45). E Ignez pergunta-se a respeito dos fatores determinantes e que levaram ao suicídio um conjunto expressivo de companheiros que muito tinham a contribuir no desenvolvimento do país e que foram vencidos pelos seus algozes. Tornaram-se vítimas do terror que não os abandonou. E, um fator determinante para

a continuidade da vida está além da ideologia por eles vivida e ela não impediu que seus companheiros Bicho e Paco resistissem aos seus fantasmas implantados pelos seus algozes.

Para Ignez o que possibilitou sua sobrevivência é o fato de ter sido mãe, “eu acho que consegui sobreviver psicologicamente... não é a tua ideologia que te faz sobreviver. É uma coisa que vai muito mais além. Eu acho que foi a maternidade. O fato de eu ter sido mãe” (p. 08, l. 46, 48). Mesmo frente aos maiores desencantos há na fala de Ignez uma expressão de carinho a aqueles que com ela compartilharam os tempos dos Anos de Chumbo que são os companheiros de ideal. Em cada um deles encontrou companheirismo, solidariedade, desprendimento que a transformaram,

[...] mas em contrapartida eu conheci e vivenciei uma grande solidariedade, um companheirismo extremo. Até me emociono porque hoje em dia é muito difícil encontrar pessoas tão solidárias. Mesmo hoje em dia os movimentos de esquerda ficam muito na competição de um com o outro. No entanto, nós, naquele momento, éramos extremamente solidários uns com os outros. O extremo companheirismo. Essa uma lição, uma experiência que eu levarei para o resto da vida. Embora tivesse toda aquela repressão, meus companheiros serão sempre meus companheiros para o resto da vida. Eu amo esses companheiros profundamente, todos eles. Porque nós fomos extremamente unidos naquela época. Não me importa em que partido eles estão agora. Eu sou petista, todo o mundo sabe. Mas os meus companheiros podem estar em qualquer partido e sempre serão meus companheiros. É isso que eu queria dizer” (p. 05, l. 32).

6 CONCLUSÃO

Os dados deixam visíveis a trajetória de Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez que são mulheres que militaram em organizações de esquerda no enfrentamento da mais longa ditadura militar ocorrida em solo brasileiro e que se pretendia longeva, em um espaço e tempo de arbítrio e repressão política chamado de os Anos de Chumbo quando a prática da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) suporte teórico do mando militar pensada desde o pós-guerra por Golbery do Couto e Silva (DREIFUSS, 1981; GASPARI 2002/2004), se faz manifesta de forma plena, dando início a formação de aparato militar de segurança nacional que interferiu na vida brasileira e estabeleceu contra aqueles que mantinham posições divergentes ao regime, forte repressão político/militar, cuja estruturas de ação e de atuação na segurança são mantidas até os dias atuais, ou seja o aparato militar repressivo criado durante a ditadura não foi desfeito. O aparato de segurança que foi sendo montado após o 1º de abril de 1964 gerou, conforme Gorender (1997); Moraes (1981); Gaspari (2002/2004); Dreifuss (1981) e que é demonstrado pelas narrativas de Cardoso (2016); Romeu (2016); Chaves (2016); Murat (2016) e Ramminger (2016), um sentido de impunidade aos gestores da repressão, ofertada por um Estado que assume a tortura como sua política regular, mantém órgãos de repressão officiosos (clandestinos) e oficiais (criando os CODI e os DOI), oferece aos seus gestores liberdade de ação e autonomia que vão se transformar, ao longo do tempo, em força paralela ao poder do Estado ditatorial. Essa força dissemina a tortura de forma galopante nas delegacias, nos quartéis, nos centros clandestinos mantidos pelas FA e financiados pelo capital nacional em defesa dos interesses do capital internacional e das grandes potências e, faz chegar a repressão a todos os setores da sociedade, principalmente às lideranças de trabalhadores (das várias áreas), de intelectuais e de estudantes, até às instituições democráticas sendo sentida pela população, e de forma ampla, alcança à classe média que nos primeiros momentos havia aderido ao golpe apoiando as ações dos militares, e que uma vez evidenciada a sede de poder e a possibilidade de manter-se, nele, de forma longeva, passando a eliminar sumariamente seus filhos, passa a pressionar por mudança que vieram por concessão da elite militar no poder no ano de 1985 sem antes fazer derramar o sangue das jovens lideranças e disseminar a dor e o sofrimento naqueles que a enfrentaram e de forma visível às mulheres militantes de esquerda que narram suas memórias, de forma clara e publicamente.

A trajetória de dor/sofrimento das mulheres militantes produzidas pelas torturas importa para esta análise na medida em que é reveladora de um processo contínuo de

edificação si, ou de sua subjetividade, que vai sendo construída na existência/resistência de cada uma ao longo de e após a ditadura. Ou seja, as memórias de mulheres militantes dos agrupamentos de esquerda evocadas publicamente 40 anos depois das ocorrências dos fatos, descrevem torturas sistemáticas, exposição à dor/sofrimento que demarcaram suas existências, e que geraram um processo contínuo de busca de si mesmas evidenciados nas narrativas memorizadas, quando descrevem situações, fatos pessoais, ações específicas executadas sobre seus corpos, dá vida a outras narrativas que se coletivizam fazendo aflorar a verdade que evidencia ser o ser vivente, homem ou mulher, parte da humanidade e em sua completude iguais, em todos os níveis da existência humana e do humano. O empreendimento de dor/sofrimento na instauração insana do poder transforma agentes do Estado em torturadores que administraram e executaram ações que anularam a mulher como parte do tecido social desconsideraram seu protagonismo, sua própria existência de seres autônomos, auto-determinados, postados para além de sua condição de gênero, etnia ou origem social. E é esta postura que parece prevalecer frente às mulheres militantes que enfrentaram os tempos e os lugares contundentes da história recente, os Anos de Chumbo, quando os militares exacerbando todos os seus limites exterminaram um conjunto de lideranças jovens e idealistas que dificilmente serão substituídas.

Os dados da pesquisa evidenciam o processo de edificação da subjetividade das mulheres militantes, como evidencia Kierkegaard (2013, 2016, 2008) seguido por Almeida; Pires-JR (2014); Lima (2010), e um processo de busca de reconstrução de si mesmas frente à dor/sofrimento e à verdade. A existência para Kierkegaard é uma dimensão única que ocorre pela interioridade do ser, do indivíduo e se fundamenta na “subjetividade real”, na “subjetividade ética”, na e pela verdade considerando o existir a realidade efetiva do indivíduo, e este não se constitui em abstração, pois a subjetividade é real, se dá na e pela existência do existente no devir vivido, sentido em sua totalidade, com suas dificuldades que não é explicada pela abstração, pois a existência não esta no campo das abstrações ou na “linguagem da abstração” como nos ensina Kierkegaard (2016, p. 13). O pensamento abstrato não explica as dificuldades do existir, pois do ponto de vista da existência eterna do ser que existe a abstração renuncia ao “concreto, da temporalidade, do devir da existência e da dificuldade do existente por este ser composição do eterno e do temporal, situada na existência” (p. 13). E a ironia de Kierkegaard se manifesta de forma instigante quando enfatiza que os pensadores que assumem ser o “pensamento abstrato” a forma mais sofisticada de expressão da ciência e do conhecimento “orgulhosamente abandonam a existência e deixam que nós outros, humanos, agüentemos o pior” (p. 13). Assim, a existência

das mulheres torturadas expressa a subjetividade que é edificada no processo de singularização, como uma reentrada em si, seguida de uma saída verticalizada para o alto, para cima e isto é feito pelo indivíduo existente, concreto na sua existência no seu devir, onde a singularidade estabelece as fundações, os alicerces para o salto qualitativo. O que denota, nas mulheres torturadas, uma relação da existência que se desdobra continuamente fazendo o indivíduo tornar-se único, para além de sua historicidade e da sua temporalidade (KIERKEGAARD, 2013, 2016, 2008; LIMA, 2010; ALMEIDA e PIRES-JR, 2014).

O esforço de análise das narrativas das mulheres militantes torturadas e edificadas em sua dor/sofrimento abarcou as dimensões da categoria subjetividade em Kierkegaard (2013, 2016, 2008, 1996) que dispõe sobre a busca do conhecimento e da verdade na existência do indivíduo que se edifica ao longo de sua história a partir de uma memória coletiva e singular. Mesmo considerando que a categoria subjetividade na obra do Sócrates dinamarquês não comporta uma definição formal, posto que nela esta contida ampla gama de categorias como interioridade, indivíduo, singularidade, multidão, angústia como parte da dor/sofrimento, amor, compaixão, reduplicação, repetição dentre outros, e em cada uma delas é observado dimensões que se complementam de forma dinâmica seguindo a hermenêutica kierkegaardiana, mas oferece uma dimensão plena da subjetividade centrada no indivíduo que se singulariza reconhecendo a verdade na existência (KIERKEGAARD, 2016) lançando-se na verdade com o intuito de “compreender-se a si mesmo” e sempre no seu devir. E esse é o escopo das mulheres torturadas que militaram sob dor/sofrimento dando mostra de estarem alinhadas às tarefas do “pensador subjetivo” que não abre mão da existência e dela não se abstraindo, e mesmo quando submetidas às contradições, quando expostas às crises (sequestros, torturas, maus tratos) não se recusaram pensar, pois elas próprias (as mulheres militantes) são existentes, como lembra Kierkegaard (2016, p. 68).

Em tempos e ocasiões determinadas narradas por Nilce, Etienne, Eliana, Lucia e Ignez, quando confinadas às fossas, porões sob o julgo das pulsões do “macho alfa” de insaciáveis desejos e senhor do seu poder momentâneo busca aniquilá-las física e psiquicamente; quando a própria fé (das mulheres) é colocada em cheque, “pelos múltiplos casos da vida [a tortura]”, o que “não é nenhuma brincadeira, de jeito nenhum” (p. 69) essas mulheres mantiveram-se dispostas e firmes nas suas existências. E isto é uma das ações mais difíceis para indivíduo, que é um ser que pensa que não foge que permanece que se coloca junto a si mesmo, na sua existência. Kierkegaard avança nessa concepção de subjetividade lembrando que mais do que abstrair a existência removendo dificuldades, o nela permanecer é um processo de compreensão sobre o “que há de mais oposto” que é o “compreender-se a si

mesmo existindo aí, [e isso] é por demais difícil” (p. 71). Os dados indicam essa construção da subjetividade das mulheres onde a dor/sofrimento em sua inevitabilidade parece colocar-se mais como ponte para o grande salto de qualidade de cada uma delas, para a compreensão da Vida na existência/resistência. Longe de pensar, no entanto, que a tortura quando bem aceita e assimilada como o inevitável é algo a ser suportado e suportável, pois inevitável. Não, pois ela não é. A tortura é uma ação antinatural e covarde, é a entronização do poder do mais forte sobre o mais fraco e é, portanto uma ação desumana, um crime contra a humanidade, autorizado nas ditaduras pelo sistema, e que evoca no torturador, dito profissional, a frieza do atavismo, oriundo dos comportamentos de sobrevivência praticados por nossos ancestrais em período definido de nossa rica história evolutiva e que mantém os instintos predatórios para a busca do poder, e, quando assumido como política do Estado acaba por evocar o “mal” que dela emana e arroja o ser pensante longe dos parâmetros éticos fazendo parecer ser o mal algo banal, conforme Arendt (1999).

Nilce, Etienne, Eliana, Lucia e Ignez nunca abandonaram a militância e esta ocorre de forma marcante nas suas existências quando se envolvem nas causas sociais contra qualquer forma de arbítrio almejando uma sociedade igualitária e isto demonstra serem elas protagonistas de suas existências. Nas suas narrativas surgem indícios da presença de um processo de reorganização pessoal, que as faz regenerar psíquica, mental, social, afetiva e intelectualmente após as torturas e apontam-lhes caminhos de um processo de edificação da subjetividade na existência/resistência à ditadura e para além dela, suportada sempre pela militância política, na defesa do social. As memórias narradas revelam suas experiência pessoais, intransferíveis, únicas, que ao serem submetidas à tortura sistemática, diária, hora-após-hora vividas nos eufêmicos “interrogatórios” não demonstra separação da mulher militante de esquerda da tortura, da mesma forma que, não há como negar que as mulheres foram torturadas de forma diferenciada dos homens, presos políticos. A tortura na mulher foi focada em seus genitais, vagina, seios, no aparelho excretor ânus e no aparelho reprodutor interno, útero e ovário, sendo esse, um esforço despendido de forma sistemática pelos senhores da tortura que os realizavam dentro das fossas, dos porões, das salas de tortura, e também nos escritórios dos oficiais militares e delegados ou dentro das catres onde, após longas sessões de agressões as mulheres eram jogadas, abandonadas, largadas por horas disponíveis ao assédio de quem assim quisesse, fossem investigadores, delegados, agentes da tortura de plantão que as sodomizavam, estupravam como se isto fosse ações naturais e corriqueiras, conforme narram Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez, mas também, Amelinha, Dora, Kucinski, Eugênia Zerbini filha de general legalista estuprada, aos 18 anos, na sala do

“oficial do dia” da OBAN, quando em visita à sua mãe Therezinha Zerbini detida pela ditadura. A literatura da área, após os anos de 1970 trás relatos contundente, frios, marcantes e nada metafísicos de uma infinidade de mulheres de áreas diversificadas, militantes ou não que receberam a marca da “tortura científica” pelas mãos de torturadores notórios como Seelig, Fleury, Malhões, Ustra, Perdigão e outros menos conhecidos mas também expressivos em seus atos.

Não há dúvidas, e os dados demonstram, de que a tortura gerou dor física, mas gerou também sofrimento psíquico, desalinho mental, perdas significativas do aparato psíquico levando vários militantes à desrazão, ao suicídio quando a ela foram sujeitados, ou até, anos após os fatos quando continuam partilhando da presença/convivência dos seus algozes que nunca as abandonaram, transformados em fantasma psíquicos que como bestas feras induziram-nos à desrazão. O dado se mostra de forma conspícua, qual seja, há sempre uma dor/sofrimento sentido, agasalhado, mantido, mesmo 40 anos após as vivências e ocorrências dos fatos, mas, há também a continuidade da militância política, a entrega intransigente às causas sociais, a retomada da formação profissional, a continuidade das lutas dos trabalhadores para a manutenção da qualidade de vida e trabalho, à defesa de mulheres sujeitadas a opressão de uma cultura milenar que as oprimi e as destitui de sua liberdade e autonomia. As narrativas dão a ideia de uma busca incessante de si mesmas e que é compreendida no contexto da existência de cada uma delas, buscando suas interioridades fundamentando a subjetividade que se edifica em todo seu ser, que conforme Kierkegaard (2013, 2016) ocorre a partir da edificação, construção do indivíduo sobre bases consistentes na busca da verdade. E as narrativas de vida das mulheres demonstram que elas se constroem a si mesmas em um movimento sempre ascendente, conforme Kierkegaard (2013, 2016) em um “construir para cima” sobre bases alicerçadas em fundações consistentes a partir da realidade presente, que para as mulheres esteve sempre estabelecida na defesa de políticas sociais, da organização dos trabalhadores, da melhoria das condições de vida e de trabalho, na luta pelas melhores condições de ensino, pela qualidade e acesso irrestrito da população e em todos os níveis à formação intelectual e profissional o que implicava na defesa intransigente da universidade pública, gratuita, livre e autônoma rechaçando a influência econômica externa que sempre defendeu os interesses de ganho do capital internacional e nacional, em detrimento dos interesses do país e de sua população.

De outra forma, os movimentos sociais e políticos que avançaram após a ditadura de 1º de abril de 1964, colocam as mulheres, tanto da chamada direita quanto da esquerda, como lembra Ridenti (1990/2016, 1999) como protagonistas nas lutas democráticas que é

demarcada no início da sua formação universitária, na entrada no mercado de trabalho quando disputa, de forma franca, com o universo masculino buscando, associado a ele, uma formação política que leve a uma atuação consequente em defesa da democracia e da liberdade, da autonomia e da autodeterminação do país. A mulher nos anos de 1960 assume seu papel na militância político, na luta contra a ditadura não sendo observada a adesão imediata ao movimento de emancipação da mulher, ao movimento feminino, às discussões de gênero que ressurge, com força, nos anos de 1960, nos Estados Unidos e na Europa que coloca as mulheres como protagonista de suas causas e de suas existências, como senhora de seu destino, com um ser livre e atuante em áreas de saber e profissional culturalmente voltada ao universo masculino. E um dos fatores primordiais para esta mudança foi a entrada das mulheres à formação acadêmica, à universidade onde iniciam sua formação intelectual e ideológica, seja de esquerda ou de direita, e encontram o campo criativo para o exercício de suas cidadania no ME. É o ME, assim um dos formadores da jovem esquerda brasileira, a partir do golpe de 1º de abril de 1964, abrigando-as em seu bojo, oferecendo-lhes formação ideologia e testando suas habilidades nas ações praticadas e também na luta armada, isto ocorre ao longo da história a partir do golpe republicano, nas mobilizações dos anos de 1920 e 1930, durante o Estado Novo, no pós-guerra, até o golpe de 1964. O ME tem um contribuição marcante na formação da jovem esquerda brasileira e na formação política das mulheres militantes.

No Brasil a emancipação da mulher começa pela dor/sofrimento patrocinada pela ditadura militar que redefiniu de forma marcante a disposição do poder a partir do universo masculino tendo na farda a prevalência do “macho” predador e organizador que demonstra, em seus vários redutos, estar acima da ordem e da lei, e que sobrepuja a mulher fazendo-a acreditar-se estranha em uma ordem estabelecida e comandada pelo poder do homem. Assim a ditadura faz proliferar as fossas, os quartos escuros, o calabouço, as salas de tortura acreditando estar em uma guerra, combatendo um inimigo feroz, sanguinário, preparado e loucamente equipado, quando na verdade combatia um exercito de “Branca Leone” repleto de jovens idealistas oriundos da classe média, praticamente desarmados, falsamente chamados de “terroristas” e que adentravam à classe trabalhadora para aprender sobre si mesmo e para contribuir com a formação político das camadas oprimidas levando sua ideologia e fomentando nos trabalhadores a disposição de compreender-se como explorado, desvalorizado abandonado à sua própria sorte, enquanto o patrão, sob os auspícios do capital internacional e das oligarquias da terra, recolhem seus lucros desconsiderando quem faz a produção, a classe operária/trabalhadora. Cardoso (2016) e Rosa (2013) da mesa forma que

Ridenti (1990/2016) chamam a atenção para o fato de as mulheres pontuarem em todo esse processo não como opositoras do universo masculino, mas como co-autoras da história recente do país, e que vivenciaram experiências limites na defesa de suas ideologias no enfrentando da ditadura e isto as fez distintas das construções usuais de gênero, onde a mulher é colocada em um *status* cultural que lhe determina um lugar privado na sociedade no qual ela deve exercer as funções de esposa, mãe, filha, tia, avó, no âmbito da família e do lar. E o que os dados evidenciam são as ações de mulheres militantes que ultrapassaram os padrões culturais estabelecidos à elas no início dos anos de 1960, e que se engajaram nas lutas políticas em um período em que a repressão do Estado não distinguiu gênero, origem social, idade ou etnia submetendo-as todas pela sua condição de mulher militante, à tortura física e psicológica demonstrando exercer sobre elas o poder de mando em sua expressão, mais exacerbadas. Nesse caminhar as mulheres deixaram visível um processo de busca de si mesmas indicador de suas transformações, demonstrando a edificação da subjetividade, por meio de suas realidades pessoais, com um tom que caracteriza suas memórias coletivizadas como indica Halbwachs (1996). Em suas memórias coletivas Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez demonstram a superação de suas condições básicas e de formação de vida que se distanciou do padrão culturalmente esperado para mulheres dos anos de 1960 e rompe com o determinismo a elas imposto pela sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 2004) e machista e passam a lutar contra a ditadura, pelo retorno à democracia e ao estado de direito e em suas organizações almejavam promover a mudança, a passagem gradual ou radical do capitalismo para o socialismo, pelos caminhos do entendimento político ou pelo caminho do confronto armado. Os assim chamados “interrogatórios”, um eufemismo para as sessões de torturas, efetuados por funcionários públicos responsáveis pelos “órgãos de segurança” oferecem a dimensão do que foi vivido e sofrido pelas mulheres, ao mesmo tempo o nível de consciência de cada uma das mulheres que é indicador de uma postura frente a si mesmas e a sua existência que é a de, resistir, resistir, resistira sempre e mais.

Este estudo de memória, de vida, de resistência de mulheres mantém uma memória de denúncia onde às mulheres militantes Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez evidenciam as condições de submissão, à ordem política, à ordem do macho que preda e ousa eliminá-las em sua condição de mulher submetendo-as a tortura de gênero, a tortura sexual, genital atingindo-as em sua estrutura afetiva e de relação consigo mesma e com a sociedade. A atuação continuada dessas mulheres em sua militância, em seu meio, em seus grupos sociais e privados, após a ditadura demonstra a incapacidade dos órgãos de repressão e da própria ditadura de não terem conseguido amainar, das mesmas, suas demandas pela vida, pelo

restabelecimento das liberdades democráticas e essas ofereceram os motivos para a reconstrução da sua subjetividade e da sua verdade como militante, como mulher, como pessoa em detrimento do sofrimento aos quais foram expostas. Os malefícios da tortura dão-nos indicativos de que há caminhos na existência dessas mulheres que afrontaram o itinerário que para elas fora estipulado pelos seus torturadores e pelo Estado repressor que almejava obter não apenas as informações detalhadas de suas organizações, mas destruí-las física, psíquica e mentalmente, por meio da deterioração moral e ética levando-as à desrazão, fazendo-as sucumbir ao terror e derrotá-las na sua condição de gênero. Parece haver uma ânsia patrocinada pelo Estado ditatorial e executada pelos seus funcionários públicos que os fazem encarregar-se da execução de atrocidades que levaram muitos militantes, homens e mulheres, a sucumbirem, e, no entanto, é notável que as mulheres militantes cujo relato foram analisados oferecem-nos a visão possível da presença de um processo de reconstituição psíquico/mental e os dados evidenciam esses resultados ou seja, mesmo diante de tais condições elas não sucumbiram, muito pelo contrário, denunciaram o passado vivido, no presente das suas ações e mobilizaram o refazimento de suas vidas edificadas no trabalho contínuo, operando sobre suas existências com determinação, pós-ditadura, e tampouco ocorrer nas narrativas evocadas negação do passado vivido, reclamações ou expressões de sentimentos que demonstre ódio ou rancor pelo ocorrido e da forma como ocorreu.

A ditadura deixou resquícios de sua prática danosa e que são evidenciados ainda hoje nas ações de políticos, da elite econômica, das grandes oligarquias e principalmente nos órgãos policiais e de segurança pública. As mulheres militantes deixam visíveis que as suas memórias reelaboradas continuamente sob os auspícios da dor nos tempos idos têm uma finalidade, publicá-los como denuncia, como direito à verdade, de revelação de mulheres que não deixaram a militância. A dor/sofrimento físico e mental mostrou-se como dado real de uma realidade iniciada no momento em que foram sequestradas/presas substituindo de forma exigente as realidades vivenciadas, até então, e que se manifesta nas ações continuadas de suas militâncias em defesa de suas condições de mulher nas organizações de esquerda e fora dela na aventurosa e provocante ação de fazer política e política de esquerda, no espaço e no tempo do homem e para, além disso, no aprendizado exigente de ideologias que suportariam o ideal de cada uma. As mulheres narram suas memórias residentes e que foram sendo trabalhadas ao longo dos anos inicialmente na entrada na universidade, na militância de esquerda, nas torturas e nos maus-tratos que parece funcionar como um processo auto-terapêutico, até, contínuo e que as leva a aproximação de si mesmas, como se as relações com a opressão tivessem sido o motivo para que elas (como tantas outras e outros) não

sucumbissem, descumprindo a profecia auto-realizadora dos seus torturadores que, postados como seres esclarecidos vaticinaram ser eles os algozes que as destruiriam se não física, psiquicamente levando-as a desrazão fazendo-as não suportar tal o nível de agressão, que as aguardavam.

Os dados evidenciam que as ações das mulheres fizeram-nas avançar no tempo e no espaço, na existência e no devir construindo a si mesmas fazendo-as ultrapassar os padrões culturais a elas estabelecidos quando se engajam nas lutas políticas pela liberdade do país, no enfrentamento de um tempo em que a repressão não distinguiu gênero, origem social, idade ou etnia submetendo-as, dada a sua condição de mulher, de militante, à desestruturação física e psicológica demonstrando exercer sobre elas o poder de mando em sua expressão mais exacerbada. E, no entanto, muitas outras mulheres anônimas também resistiram e se assim o fizeram talvez seja porque houve ao nível das suas consciências algo em que espelharam almejando um futuro renovado pela busca da singularidade de cada uma delas e que possibilitou a construção contínua e perene. Os dados evidenciam, assim, que a memória de dor/sofrimento de mulheres submetidas ao processo político-repressivo continuam vivas em prol da luta pela vida, pela democracia, pela justiça sendo ocasião para a edificação do indivíduo na busca da compreensão da sua singularidade edificando sua subjetividade como pessoas plenas. Uma existência que não se apresentou de forma comum, corriqueira, uma existência que se mostrou atípica a cada uma das mulheres considerando o nível de opressão e pressão física e mental a que foram submetidas e que indicam os indícios, nas narrativas, de uma reconstrução exemplar e cidadã. E isso contribuiu para a mudança da história do Brasil contemporâneo e a história da mulher brasileira. Assim, no contexto da tese consideramos que a subjetividade em construção pelo sofrimento e pela dor oriunda das torturas sofridas pelas mulheres militantes é dignificada por uma visão política de mundo que se ancora, de modo dialético, na convicção coletiva da busca ininterrupta de um mundo mais justo e humano. Há o sofrimento e a dor que são revelados na e pela experiência da tortura. Há a tortura como ato e ação da política de Estado que são materializados nas ações violentas de homens, funcionários públicos, que impingem de forma arbitrária a dor superlativa ousando discrepar da orientação política democrática existente até então e que passam a submeter às mulheres, sob seus tacões de forma diferenciada do que fazem aos homens. Há a resistência de quem vivenciou, como ato diário, a dor física, a dor moral, a dor intelectual, a dor ética, a dor psíquica que submetidas às torturas que prenunciam todas as possibilidades inclusive a do extermínio não apenas físico, este sempre almejado no lócus da tortura, mas ao extermínio da consciência das mulheres, a supressão do seu psiquismo, da sua mente e da sua

intelectualidade. Há o ser destruído, às expensas e sob o patrocínio do Estado dominador e arbitrário que confunde o cidadão ao oferecer-lhe o inesperado, quando abre mão da sua proteção, direito inalienável do ser, para desintegrá-lo em nome de doutrinas construídas pela sanha do poder unívoco, ditatorial e desumano. E, há uma memória individual, que se coletiviza, de outros e outras no quadro de referência das torturas e todas essas vivências são recompostas por estas mulheres militantes, que assim se amparam para denunciar, para narrar com detalhes que as dignificam em suas existências, como vítimas e testemunhas transformadas pelas ações de um Estado dominador e executor das suas jovens mulheres que se ofereceram contra o arbítrio e que resistiram à ditadura evidenciando essa resistência nas narrativas apresentadas.

Os dados indicam que em cada um dos militantes seja homem ou mulher que integraram uma organização de esquerda em ações no campo ou na cidade experimentaram as ações dos seus torturadores, que eram profissionais treinados com metas a cumprir, e que, no entanto, nunca deixaram de ser indivíduos que agasalharam suas doenças, sádicos contumazes de plantão que vociferando baixos calões, estertorando ritos de sandices desintegravam-se frente ao corpo nu da mulher pensando-as disponíveis para si, achando-as ao seu dispor e presas de suas punções, seres humanos que tentaram desumanizar as mulheres que a eles foram entregues por um Estado corroído. E, como Jelin (2001/2016) anuncia, o corpo da mulher foi sempre um “objeto especial” para os torturadores e a forma de tratamentos a elas dispensados incluíam sempre uma “alta dose de violência sexual”, violência esta sempre focada nas “suas vaginas, seus úteros e seus seios”. Para o torturador a mulher ali à sua frente era vista como objeto sexual ao dispor de seus atos, e Jelin observa um fato determinante e que deve ser levado em consideração na análise da tortura de gênero e que esta relacionada ao fato de que as mulheres militantes sequestrada/presa, via de regra, serem “jovens atraentes” mais vulneráveis ao abuso sexual, frente a um ser que se postava como um profissional da repressão, que se esmeravam para apresentar um trabalho de “qualidade”, como os dados demonstram com certa importância, pois o ideal de democracia e de liberdade almejado e quase romântico se defronta com ações que não são mais determinadas por ideologias, mas pelo emprego de técnicas apuradas que objetivam resultados imediatos que dão poder a um grupo ou uma classe dominante. E as mulheres de esquerda sentiram na carne, na pele, na mente essas ações nada metafísicas que demonstravam ser simplesmente uma explosão de um “sádico de plantão”, como é notado por Murat (2016, p. 5, l. 09) e relatado por militantes que sofreram o assédio dos torturadores e que relatam haver diferenças de métodos entre os chefes da tortura, onde o grupo do delegado Fleury agia de forma mais profissional, de forma mais

sofisticada, como uma verdadeira “maquina de moer carne” e eram “assim profissionais” que não envolviam-se e nem demonstravam emoção frente as pessoas que torturavam “moíam de pancada, sem demonstrar ódio”, o que não ocorria em outros grupos como a Polícia do Exército que era composta de militares mais jovens, “doutrinados a odiar os perigosos terroristas” esses sim “desfrutavam a missão [...] descarregavam o ódio [...] mas não era funcional”, como descreve Fernandes Jr. (2004, p. 94).

Esse era um paradoxo, já discutido por Lúcia e que deixa visível a percepção de que os torturadores profissionalizavam-se cada vez mais, seja por meio de cursos de formação em tortura oferecidos pelos órgãos de repressão ou feitos em outros países da America Latina, do Caribe ou da própria América do Norte ou da Comunidade Européia, onde o aprendiz era treinado e condicionado a emitir comportamentos de agressão ao outro, nos mais diversos níveis, e de forma tão eficiente que era chamada de tortura “científica”. E, ao retornar ao órgão o qual estava lotado era esperado que demonstrasse as técnicas de domínio angariadas e seus resultados para o Estado que nele havia investido. Parece não ser possível que o aprendiz da tortura ou aquele que a pratica como meio de vida entenda que a tortura implica em um ator que a executa e um ator que a receba, ou seja, há sempre um semelhante a ser torturado, de forma cada vez mais especializada, mais técnicas, mais eficientes e enquanto o torturador faz o torturado sofrer sua ação, esta parece ser a única relação verdadeira, o que é injustificável e desumano. E, de outro lado está o Estado que adota a prática, que dá suporte logístico, financeiro, legal, que premia e reconhece aqueles que a praticam, que a ensinam, lembrando dos “bons” serviços prestados à nação, como é o caso representativo da “comenda do Pacificador” que o Estado ofereceu aos senhores da tortura como Fleury, Ustra, Fred Perdigão (BRASIL, 2016) dentre outros. O torturador a mando do Estado fala de seu lugar e este não é efetivamente o lugar das mulheres militantes Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez e nem tampouco da jovem esquerda, companheiros de ideal e de luta. O regime de força excedeu o seu direito de mando jogando todos aqueles que dele discordavam na mesma vala rasa e comum. O AI-5 secundado pelos demais atos que o antecedeu foi amarrando, sufocando, ao longo dos anos após o golpe de 1º abril de 1964, a ideia de liberdade e de compartilhamento democrático, a ideia de se viver pela e na diversidade de forma criativa, a ideia de se estabelecer de fato e de direito a formação política, econômica e administrativa de jovens brasileiros, a possibilidade de fomentar o surgimento de uma classe de lideres que renovariam e imprimiriam um novo ritmo de desenvolvimento do país.

Decorridos mais de 40 anos dessas realidades nuas e cruas o que restou a Nilce, Etienne, Eliana, Lúcia e Ignez, conforme Lúcia narra foram “pequenas cicatrizes” espalhadas

pelo corpo, nas pernas, nos braços, nas mentes que insistem em carecer de sensibilidade, mas que é refeita pela memória que pode criar lapsos pelo tenebroso passado, mas nunca se apaga, refaz-se nas histórias compartilhadas, na memória coletiva não com o intuito de vingar um feito por outro feito, ou para denunciar o conjunto de personalidade sádicas, mas pelo fato de a memória possibilitar o fortalecimento do Estado democrático e de direito que é construído pela força do passado vivido inicialmente de forma individual e que se coletiva infinitamente como indica Halbwachs (2006). Para as mulheres militantes torturadas sua história compartilhada e que se coletiviza poderá ser um recurso a ser aplicado no combate de toda forma de tortura reinante até os dias atuais, neste país, pois “a única maneira de fortalecemos a democracia nesse país é conhecendo nosso passado. A única maneira de combater aqueles que ainda torturam por esse país afora, é mostrar que esse é - e sempre foi - um crime de lesa-humanidade”, conforme se expressa Lúcia em sua narrativa (MURAT, 2016, p. 8, l. 25). “Tortura nunca mais...”

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. 16ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ALMEIDA, J. M. de; PIRES-JR, Hugo. Subjetividade da subjetividade: a propósito da relação entre Kierkegaard e Foucault. IX Jornada Kierkegaard - Kierkegaard e os pós kierkegaardianos: a 200 años de su nacimiento, 2013, Buenos Aires. *Jornadas Kierkegaard*. Buenos Aires: Instituto Universitario ISEDET, v. 1. p. 20-20, 2013.

_____. Informações contidas nos livros de filosofia contemporâneos a respeito de Soeren Aabye Kierkegaard e de sua filosofia. In: CARVALHO, Marcelo; CARONE, André Medina; TOURINHO, Carlos; MACEDO, Cecília Cintra Cavaleiro de; SAVIAN FILHO, Juvenal. *Fenomenologia, religião e psicanálise*. São Paulo: Anpof, 2015. Coleção XVI Encontro ANPOF. p. 170-187

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ALVES, Marcio Moreira. *1968 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade: os ásperos tempos I* 20. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1970

AMORIM, Paulo Henrique. O PIB da tortura: o que sabe Paulo Sawaya? Sawaya, Boilesen, Lalau e Geraldo Rezende são os empregados. *Cadê os patrões?* Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/04/01/o-pib-da-tortura-o-que-sabe-paulo-sawaya>, 2016>.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: escuta, 1994. Plethos.

ASSIS, Chico de; TAVARES, Cristina; FILHO, Gilvandro; BRANDÃO, Glória; DUARTE, Jodeval. *Onde está meu filho?: história de um desaparecido político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. 1964: a CIA e a técnica do golpe de Estado. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). *Na trilha do golpe*. Recife: Massangana, 2004.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: wmfmartinsfontes, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. ed. rev. e atual. São Paulo: FTD, 1996.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL.doc. *Arquivo digital*. Projeto República - UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>, 2016>.

BRASIL. *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Para entrar em vigor no dia 9 de abril de 1964. Publicada no Diário Oficial da União de 09.04.1964. Assinado por Gen. Ex. Arthur da Costa e Silva, Tem. Brig. Francisco de Assis Correia de Mello; Vice-Alm. Augusti Hamann Rademaker Grunewald. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. 2016a.

BRASIL. *Ato Institucional nº 2*, de 27 de outubro de 1965. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República. H. Castelo Branco; Juracy Montenegro Magalhães; Paulo Bossisio; Arthur da Costa e Silva; Vasco Leitão da Cunha; Eduardo Gomes. Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.10.1965, republicado em 28.10 e 05.11.1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. 2016b.

BRASIL. *Ato Institucional nº 3*, de 5 de fevereiro de 1966. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a fixação de datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, 5 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República. Assinado por H. Castelo Branco; Mem de Sá; Zilmar Araripe; Decio de Escobar; Juracy Magalhães; Eduardo Gomes. Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.2.1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm>. 2016c.

BRASIL. *Ato Institucional nº 4*, de 7 de dezembro de 1966. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão (sic), votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República. Assinado por H. Castello Branco; Carlos Medeiros Silva; Zilmar Araripe; Ademar de Queiroz; Manoel Pio Corrêa; Eduardo Gomes. Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.12.1966 e retificado em 12.12.1966 (sic). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. 2016d

BRASIL. *Ato Institucional nº 5*, de 13 de dezembro de 1968. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a manutenção da São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. Assinado por A. Costa e Silva; Luís Antônio da Gama e Silva; Augusto Hamann Rademaker Grunewald; Aurélio de Lyra Tavares; José de Magalhães Pinto; Antônio Delfim Netto; Mário David Andrezza; Ivo

Arzua Pereira; Tarso Dutra; Jarbas G. Passarinho; Márcio de Souza e Mello; Leonel Miranda; José Costa Cavalcanti; Edmundo de Macedo Soares; Hélio Beltrão; Afonso A. Lima; Carlos F. de Simas. *Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.1968* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. 2016e.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição promulgada no dia 24 de janeiro de 1967, para entrar em vigor no dia 15 de março de 1967. Publicada no Diário Oficial da União de 24.1.1967. Foi substituída totalmente pelo que se chamou Emenda Constitucional n. 1, de 17.10.1969, que entrou em vigor no dia 30.10.1969. Sofreu só essa emenda que, na verdade, é outra Constituição. Sofreu o impacto dos Atos Institucionais n. 5 a 17 e dos Atos Complementares n. 38, 39 e 40, ratificados pelo Ato Institucional n. 6, todos transcritos em adendo. Disponível em: <<http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>>. 2016f.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 4.207, de 23 de Abril de 2002*. Dispõe sobre a *Medalha do Pacificador* e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4207.htm>. 2016g.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (*Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1*). Obtido via internet, http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf, 2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (*Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2*). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf> 2017a

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (*Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3*). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf> 2017b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *A história da câmara dos deputados: a 5ª República*. 55ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/a5republica.html>>. 2017c

CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. O estado novo, o dops e a ideologia. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO, Irene. Maria Antonia: o edifício de nº 294. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/São Paulo: Fapesp/ São Carlos: UFSCar, 1998.

CARDOSO, Azevedo Nilce. *Relatos de sobrevivência: Nilce Azevedo Cardoso*. Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/2014/08/15/relato-de-sobrevivencia-nilce-azevedo-cardoso/comment-page-1/>> 2016.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes. *Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa*. Anais. XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, julho 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/>>. 2016

COIMBRA, Cecília. Gênero, militância, tortura. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, 2011. P. 39-47.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Robêni Batista da. A cozinha enquanto peça de resistência. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, João Adolfo de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da (Coord.). Civis que colaboraram com a ditadura. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. v. 2, p. 314-38.

D'ARAUJO, Maria Cecília; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 v.1.

DAL PIVA, Juliana. *Inês Etienne Romeu, uma história de luta contra a tortura: a única presa política a sobreviver à 'Casa da Morte' morreu vítima de um infarto na própria casa, em Niterói, nesta segunda*. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-28/ines-etienne-romeu-uma-historia-de-luta-contra-a-tortura.html>>. 28/04/2015, 00:18:46. 2016

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, nº 40, junho. 1999.

DARÓZ, Carlos. *Os janízaros otomanos*. Quinta-feira, 05 de março de 2009. Obtido via internet, <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2009/03/os-janizaros-otomanos.html>, 2016

DEL VECCHIO, Angelo. A lei e a força no regime militar brasileiro: da proscricção da frente ampla à edição do ato institucional número 5. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 6, n. 2, jan./jul. 2013. Obtido via internet, <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124635/ISSN1984-1736-2013-06-02-01-23.pdf?sequence=1>, 2016.

DIRCEU, José. O movimento estudantil em São Paulo. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 83-93.

DITACASA. *A casa dos horrores – parte I: história da casa de tortura de Petrópolis*. Disponível em: <<https://ditacasa.wordpress.com/2009/12/15/a-casa-dos-horrores/>>. 2016a

DITACASA. *A casa dos horrores – parte II: História da casa de tortura de Petrópolis*. Disponível em: <<https://ditacasa.wordpress.com/2009/12/15/a-casa-dos-horrores-parte-ii/>>. 2016b

DITACASA. *O cordeiro era o doutor Lobo – parte III: história da casa de tortura de Petrópolis*. Disponível em: <<https://ditacasa.wordpress.com/2009/12/15/a-casa-dos-horrores-parte-iii/>>. 2016c

DITACASA. *Petrópolis como polo da tortura*. história da casa de tortura de Petrópolis. Disponível em: <<https://ditacasa.wordpress.com/>> 2016d.

DITACASA. *A casa dos horrores e o médico da tortura: uma denuncia irrefutável - Lúcia Romeu*. História da casa de tortura de Petrópolis. Disponível em: <<http://ditacasa.wordpress.com/2009/12/15/a-casa-dos-horrores-e-o-medico-da-tortura/>>. 2016e

DUVIGNAUD, Jean. MUCCHIELLI, Laurent; PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Halbwachs no Collège de France. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 21(40) 13-23, 2001

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista dos estado/ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1981.

ÉPOCA. *Entrevista com a cineasta Lúcia Murat*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR69481-5856,00.html>>. 2016.

FARIAS, Edson Silva de. Memória, o objeto em suas narrativas. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; FARIAS, Edson Silva de (Org.). *Memória, discurso e sociedade*. São Carlos: Claraluz, 2012.

FARIAS, Edson Silva de. *Teoria da memória: a memória como problema filosófico e científico*. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2010. Texto não publicado

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil*. São Paulo: Record, 2004

FERRAZ, Flávio Carvalho. A erotização do ódio na perversão. *Resenha da obra de STOLLER, Robert J. Perversion: the erotic from of hatred*, London: Karnak Books, 1986, 240 p. (edição americana original de 19785). Disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/pdfs/p26_leitura06.pdf>. 2016:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo/o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, Paul-Michel. *Subjetividade e verdade: curso dado no Collège de France (1980-1981)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016. (Coleção obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Paul-Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Paul-Michel. *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. 2ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 (Obras de Michel Foucault)

FRANCO, Bruno. O massacre da praia vermelha. *Jornal da UFRJ*. Encarte Especial. Agosto de 2006. Disponível em: <<https://ufrj.br/docs/jornal/2006-agosto-jornalUFRJ19-EncarteEspecial.pdf>> 2016.

FREUD, Sigmund. *Projeto para uma psicologia científica – artigos sobre técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 7-17.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002/2004. v. 1.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002/2005. v. 2.

GASPARI, Elio. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura derrotada*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v. 3.

GASPARI, Elio. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 4.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. v. 5

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GIRARD, Bibiano. *A ditadura dentro da casa; a história de lutas de Inês Etienne Romeu contra a ditadura*. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/06/ditadura-dentro-da-casa/>>. 11/06/11. 2016

GOODWIN, C. James. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas/a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>. 2016.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memória de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68: imagens da paixão*. Curitiba. 1997. 145 fls. Mestrado (Dissertação). Departamento de História – Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24609/D%20-%20HAGEMEYER,%20RAFAEL%20ROSA.pdf?sequence=1>>. 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Marco da memória*. Madri: Cayas, 2003.

HAUG, Frigga. O novo movimento feminista. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.) *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 43-51.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001a.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, Censo demográfico, 1970, Censo , 1970. Catálogo. Biblioteca. Rio de Janeiro. 1970. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>>. 2016.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. España: Siglo Veintiuno, 2001. Capítulo 6. El género em las memórias. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/JelinCap6.pdf> >. 2016.

JOFFILY, Mariana Rangel. *Por meio de tortura e assassinatos a Oban ganhou a guerra contra a esquerda armada*. 14/6/2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/gritos-no-porao>>. 2016.

JOFFILY, Mariana Rangel. *Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo*. XXIII ANPUH – Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0728.pdf>>. 2016.

JOSÉ, Emiliano. *Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol&Chuva, 1997.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

KIERKEGARD, Soeren Aabye. *Pós-escrito conclusivo não científico às migalhas filosóficas: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial*, por Johannes Clímacus. Editado por S. Kierkegaard. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: São Francisco, 2013. Vol. I

KIERKEGARD, Soeren Aabye. *Pós-escrito conclusivo não científico às migalhas filosóficas: coletânea mímico-patético-dialética, contribuição existencial*, por Johannes Clímacus. Editado por S. Kierkegaard. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: São Francisco, 2016. Vol. II

KIERKEGAARD, Soren Aabye. *Ponto de vista explicativo da minha obra como escritor*. Lisboa: Edições 70, 1986.

KIERKEGAARD, Soren Aabye. *Migalhas filosóficas ou um bocadinho de filosofia de João Clímacus*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOBASHI, Nair Yumiko. Pequenas estratégias de sobrevivência. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, João Adolfo de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KUCINSKI, Bernardo. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. 4ª ed. Ed. Bilíngüe. São Paulo: Brasiliense, 1987

LAGOA, Ana. O destino do SNI. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, vol.3 no.1. São Paulo, June 1986. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000200003>>.

LAMARÃO, Sérgio. *Passeata dos cem mil*. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cem-mil>>. 2016.

LEITÃO, Alexandre. *A scuderie Le Cocq*. 16/07/2014. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-scuderie-le-cocq>>. 2016.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da ação popular, da JUC do PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Fransmar Barreira Costa. *Kierkegaard e a educação da subjetividade: ironia e edificação*. São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

LITEWSKI, Chaim. *Cidadão Boilesen*. Documentário. Obtido via internet.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobro, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAFRA, Márcia. O mundinho, o mundão e seus (des)encontros. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, João Adolfo de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Polliana Moreno dos; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. Memória e transmissão das experiências como desafios para os estudiosos da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 105-114, dez. 2009.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). *Historia memória e educação*. Campinas: Alínea, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. *1968: faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras/São Paulo: Fapesp/São Carlos: UFSCar, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968 - México, França, Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTTER, Maria Lourdes. Lamarca: um nome para ser lembrado. *Revista Crítica de Comunicação e Educação*, São Paulo Set., p. 70-74, 1994.

MURAT, Lúcia. *Depoimento de Lúcia Murat à comissão da verdade do Rio*. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio>>. 28/05/2013, 18h39m atualizado em 28/05/2013, 19h24m, 2016.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, 2008, p. 1-28. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1920/1432>>. 2016.

OCHOA, Mauricio Menjívar; ARGUETA, Ricardo Antonio; MUÑOZ, Edgar Solano. *Historia y memoria: perspectivas teóricas y metodológicas*. San Jose: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2005.

OCHOA, Mauricio Menjívar. Los estudios sobre la memoria y los usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In: OCHOA, Mauricio Menjívar; ARGUETA, Ricardo Antonio; MUÑOZ, Edgar Solano. *Historia y memoria: perspectivas teóricas y metodológicas*. San Jose: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2005.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Reconstruindo a prática da liberdade. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, João Adolfo de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

OTAN. North Atlantic Treaty Organization. Disponível em: <<http://www.nato.int/>> 2016.

PAIM, Lorena; SILVEIRA, Núbia. *Nilce Cardoso: “ser mulher me ajudou a enfrentar a tortura”*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/nilce-cardoso-ser-mulher-ajudou-enfrentar-tortura/>>. 10/dez/ 2013, 9h54min. 2016a.

PAIM, Lorena; SILVEIRA, Núbia. Eliana Chaves. *O sofrimento da tortura nunca se supera*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/eliana-chaves-o-sofrimento-da-tortura-nunca-se-supera/>>. 12/dez/2013, 10h34min., 2016b.

PACIEVITCH, Thais. *Johannes Gutenberg*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/johannes-gutenberg/>> 2016

PALMAR, Aluizio. *Lista de torturadores da ditadura militar*. Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/lista-oficial-de-torturadores-da-ditadura-militar/>> 2017.

PALMAR, Aluizio. *Manifesto conjunto da ALN e MRT sobre justicamento de Henning Boilesen, financiador de torturas*. Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/aln/manifesto-conjunto-da-aln-e-mrt-sobre-justicamento-de-henning-boilensen-financiador-de-torturas/>> 2017a.

PALMEIRA, Vladimir. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.vladimirpalmeira.com.br/biografia.html>> 2016a.

PALMEIRA, Vladimir. *Ano 1968*. Disponível em: <http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_3.html> 2016b.

PALMEIRA, Vladimir. Os valores de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 117-128.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PASSOS, Lucas. “O status intelectual da mulher”: uma discussão entre Virginia Woolf, Arnold Bennett, Desmond MacCarthy e a atualidade. 19/12/2011. Arquivo da tag: Simone de Beauvoir. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/simone-de-beauvoir/page/2/>> 2016.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992

PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7o8z0L7t6pw>> 2016.

PIETROCOLLA, Luic Gati. Um tempo sem trégua: as prisões políticas nos anos 60/70. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, João Adolfo de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Rev. Bras. de Hist.*, S. Paulo, v. 9, nº 18, ago/set 1989.

PRESTES, Anita Leocandia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PROJETO Brasil: nunca mais. *As torturas*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. Tomo V. Volume 3. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/93565599/Tomo-v-Vol-3-as-Torturas>> 2017.

QUADROS, Vasconcelos. *Na ditadura, cônsul americano era frequentador do Deops*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/na-ditadura-consul-americano-era-frequentador-do-deops.html>>.17 de fevereiro de 2013 às 11h07, 2016

RAGO, Margareth. Prefácio: uma história diferente. In: ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditadura e memória: “não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeio/Fapesp, 2013.

RAMMINGER, Iñez Maria Serpa. *Martinha: “ainda não vivemos uma democracia plena”*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/martinha-ainda-nao-vivemos-uma-democracia-plena/>> 16/dez/2013, 8h11m, 2016.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade mostra centros de tortura e relatos de vítimas. Uol Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2014/12/10/centros-de-tortura-descritos-no-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.htm#fotoNav=1>> 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 61-71.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social Rev. Sociol.* USP, São Paulo, 2(2)113-128, 2º sem., 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>> 2016.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

ROMEU, Inês Etienne. *Tortura praticada pela policia civil*. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal – Comissão de Direito Humanos – Processo nº F-CDH-017/80. Relatório. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf> 2016.

ROSA, Susel. Oliveira da. *Mulheres, ditadura e memória: “não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeio/Fapesp, 2013.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Equidade e paridade para obter igualdade*. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v1n01a05.pdf>> 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, Jean Rodrigues. O partido comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. *Cad. AEL*, v.8, n.14/15, 2001. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/83/8> 2016.

SALGADO, Livia de Barros. Sofrimento, gênero política. *Anais Eletrônicos*. X Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386610602_ARQUIVO_LiviadeBarrosSalgado.pdf> 2016

SALOMÃO, Lucas. *Comissão da verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>> 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2)35-50, 2004.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963..

SENKEVICS, Adriano. *De onde surgiu gênero?* 11/10/2011. Arquivo da tag: Simone de Beauvoir. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/simone-de-beauvoir/page/2/>> 2016.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.

SOIHET, Rachel. Cisões, alianças e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro, anos 1970-1980. *Anais*. Anais do ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0837.pdf>> 2016.

SOUZA, Lídio de. Prefácio. In: GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 13-22.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press. 1989. Traduzido por Christine Rufino Dabat e

Maria Betânia Ávila e autorizada à divulgação com autorização da autora. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAero-Joan%20Scott.pdf> 2016.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

SPIESS, Anke. *Entrevista com Lúcia Murat, Berlim, 29/03/2014*. Disponível em: <<http://www.wfd-projekte.de/wp-content/uploads/2014/08/L%C3%BAcia-Murat-Endfassung-port-adapt.pdf>> 2016

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo gênero e suas contextualizações. *Diagnóstico e Tratamento*, 19(1)42-44, 2014. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2014/v19n1/a3969.pdf>> 2016.

STARLING, Heloísa. 1964: aparato repressivo do regime militar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bg0LNEQHHNU>> 2016.

TAFARELLO, Paulo Moraes. *A crise orgânica do partido comunista brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. Marília. 2009. 127fls. Mestrado (Dissertação). Pós-Graduação em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

TAUNAY, Afonso D’Escragnolle. *História das bandeiras paulistas: leitura básica*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). 2012. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/bandeiras_paulistas.pdf> 2016.

TAVARES, Flávio Freitas Hailliot. *Memória do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. ed. ampl. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TAVARES, Flávio Freitas Hailliot. *1961 o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade*. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

TAVARES, Flávio Freitas Hailliot. *1964: o golpe*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014

TAVARES, Flávio Freitas Hailliot. O golpe de 1964: início de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 95-103.

UNE – União Nacional dos Estudantes. Mataram um estudante, podia ser seu filho. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2014/03/edson-luis-presente/>> 2016.

VALLE, Maria Ribeiro do. A morte de Edson Luiz e a questão da violência. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968: faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras/São Paulo: Fapesp/São Carlos: UFSCar, 1998. p. 49-56.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Campinas: Unicamp, 2007.

WATSON, John B. *El conductismo: la batalla del conductismo*. Buenos Aires, 1972.

WIKIPÉDIA a enciclopédia livre. Departamento de Ordem Política e Social. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_de_Ordem_Pol%C3%ADtica_e_Socia> 2016-08-11

ZERBINI, Eugênia. Militares de resistência à ditadura. Audiência Pública da Comissão Regional da Verdade de São Paulo. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iYPbAAwngIk>> 2017.

ANEXO A – Transcrições das Narrativas de Mulheres Militantes Torturadas pela Ditadura Civil-Militar Brasileira:

Nilce Cardoso de Oliveira
Inês Etienne Romeu
Eliana Lorentz Chaves
Lúcia Murat
Ignez Maria Serpa Rammingner

tortura continuou. Logo que comecei a apanhar, achei que não ia resistir e inventei uma história que na minha cabeça me possibilitaria me suicidar. Nós tínhamos um sistema de ponto - de encontros - em que se não aparecêssemos em 48 horas, nós seríamos considerados presos e nossa família seria avisada. Eu queria proteger meus companheiros e a única coisa que me passava pela cabeça era agüentar um tempo até eu ter condições de me suicidar, pois assim todos estariam salvos. Então, disse que eu deveria estar na varanda do apartamento onde tinham me prendido, e que um companheiro passaria de carro embaixo do edifício. Eu faria um sinal de que tudo estava bem, e ele iria me encontrar mais tarde em um determinado lugar. Eu achava que da varanda do apartamento eu poderia me jogar e tudo estaria terminado. Mas quando eu saí do pau-de-arara , eu estava paralisada, a minha perna direita tinha inchado muito (depois foi diagnosticada uma febite). Eu não conseguia mexer a perna, estava muito machucada, com febre muito alta e com os pulsos abertos por causa do pau de arara. Sem poder subir as escadas do edifício, eles me levaram até o local, mas me deixaram dentro do carro e me substituíram na varanda por uma pessoa deles com uma peruca da cor dos meus cabelos. Quando eu percebi o que estava acontecendo, comecei a ficar desesperada. Sabia que eles não iam pegar ninguém e que quando voltasse eu não iria resistir. Eu não ia conseguir me suicidar. Essa foi talvez a pior sensação da minha vida, a sensação de não poder morrer. Eu chorava igual uma louca dentro do carro e pedia por favor para eles me matarem. Eles iam. E diziam que eu ia me fuder se não caísse ninguém. Eu não tinha muita noção das horas, mas sabia que, naquele momento, tinha que agüentar pelo menos mais 12 horas para impedir a prisão dos meus companheiros. E não sabia como. Aos 22 anos, eu vi que tinha que inventar outra história que justificasse para mim mesmo o novo horror que se aproximava. Desde do carro, antes de ir para um encontro onde ninguém foi preso, eu comecei a dizer que a culpa era deles, que ninguém era idiota de ir num ponto porque não era eu que estava na varanda. Eu precisava me agarrar a uma história, mesmo que eles não acreditassem. Não sei bem o que se passou quando eu voltei. As lembranças são confusas. Não sei como era possível, mas tudo ficou pior. Eles estavam histéricos. Sabiam que precisavam extrair alguma coisa em 48 horas senão perderiam meu contato. Gritavam, me xingavam e me puseram de novo no pau de arara. Mais espantamento, mais choque, mais água. E dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo. Colocaram uma barata na minha vagina. Hoje, parece loucura. Mas um dos torturadores de nome de guerra Gugu, tinha uma caixa onde ele guardava as baratas amarradas por barbantes. E através do barbante ele conseguia manipular as baratas no meu corpo. Eu queria morrer e não conseguia morrer. Mas nisso praticamente eu já tinha ganho o tempo necessário para liberar os pontos com a organização. E a Marielena Vilas Boas, que mais tarde foi barbaramente assassinada, que era com quem eu tinha os encontros, conseguiu avisar minha família de que eu tinha sido presa. Passados esses primeiros dias, eu fui largada no corredor, de capuz. Eu ficava meio desmaiada, meio dormindo. Até que fui levada para a enfermaria. Na enfermaria, depois de algum tempo, comecei a tomar antibióticos. Não podia andar, minha perna direita estava muito inchada e não mexia, meus pulsos estavam feridos, assim como os seios e os pés. Não podia comer porque tinha levado muito choque na língua e se engolia alguma coisa, vomitava. Médicos mais tarde calcularam que se eu não tivesse começado a ser medicada, eu teria morrido em poucos dias. Isso é uma questão importante. As circunstâncias. Com certeza eu fui salva por circunstâncias, não pela vontade deles. Podíamos morrer a qualquer momento e por isso nos mantínhamos incommunicáveis em todo esse período e negávamos nossa prisão. Para eles, que eram donos de nossas vidas e de nossas mortes, seria apenas mais um "acidente", como tantos que aconteceram. Na enfermaria, os médicos que me trataram eram os mesmos que nos "assistiam" na sala de tortura: Amílcar Lobo e Ricardo Fayal. No dia seguinte, comecei a ser interrogada por dois representantes da Bahia - eu tinha vivido clandestina durante um ano em Salvador - o Major Cinelli, do CIEX e um representante da Aeronáutica. Eles resolveram me levar para a Bahia. Disseram que iam me tratar lá. Fui de avião da FAB para Salvador e levada para o quartel de Barbalho, onde o médico se apavorou achando que eu ia morrer em suas mãos e fez um relatório descrevendo em detalhes minha situação e pedindo um especialista. Lembro que esse médico disse: "Eu vou fazer isso porque senão você vai morrer nas minhas mãos e eu não tenho nada a ver com isso". Trouxeram então um médico neurologista da Aeronáutica que me tratou. Minha perna começou a desinchar. Continuava de cama e sendo interrogada todos os dias pelo major Cinelli. Mas nesse momento sem tortura física. Melhorei, a perna desinchou e fui transferida para Base Aérea em Salvador. Eu estava com a perna muito fina, sem controle no pé, a cintura torta, como se eu tivesse tido paralisia infantil. Achei que as torturas tinham terminado, quando me avisaram que eu voltaria para o Rio. Quando eles entraram na cela já me puseram o capuz. Fui levada aos tranços para o avião, e durante todo o trajeto era ameaçada de ser jogada para fora. Me levantavam da cadeira, me levavam até um lugar onde deveria ser a porta de emergência do avião e diziam que iam abrir. Voltavam a me sentar para recomeçar tudo. Em algum momento, me perguntaram pelo "Paulo", nome de guerra do Stuart Angel Jones, e eu percebi que ele tinha caído. Depois, no Rio nunca mais perguntaram por ele. Stuart tinha sido assassinado. Só soube depois. Eles se comportavam o tempo todo como se estivessem disputando um campeonato. E o que estava em jogo podia ser uma prisão, a morte de alguém da oposição considerado importante, o fato de alguém ter falado. Assim, o pessoal do DóI-Codi disputava com a Aeronáutica, que disputava com a polícia.... O pessoal do Rio disputava com a Bahia, etc.... Eles nós disputavam como se fossemos troféus, verdadeiros animais de caça. Quando voltei do DóI-Codi, de Salvador, a tortura seria um pouco diferente. Em 1971, eles já conheciam bem o funcionamento das organizações clandestinas e a tortura era dirigida para o seu aniquilamento. Assim, eles sabiam do esquema de pontos que tínhamos e a tortura quando éramos presos, era violenta e brutal para que entregássemos os encontros com nossos companheiros o mais rápido possível. Depois, eles sabiam que podiam usar o tempo a favor deles para conseguir informações mais estruturais. Um dos torturadores, de nome de guerra Nagib, me disse um dia que para eles nós éramos como cachorrinhos de Pavlov. O choque no início tinha de ser de alta voltagem. Mas depois, eles podiam dar choques pequenos que a nossa memória era do choque de alta voltagem. Nos já estaríamos nas mãos deles. Achei isso muito importante porque demonstra também que essa equipe de torturadores estudava os métodos que eles eufemisticamente chamavam de "técnica de interrogatório". Não era simplesmente uma explosão de um sádico de plantão. Num segundo momento então, a tortura era progressiva, feita de idas e vindas, de ameaças e da nossa certeza, permanentemente alimentada por eles, que tudo poderia recomeçar a qualquer momento. O objetivo era, pouco a pouco, nos anular, como pessoas e como militantes. Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib, fez o que ele chamava de tortura sexual científica. Eu ficava nua, com um capuz na cabeça, uma corda enrolada do pescoço passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois se eu movimentasse meus braços para me proteger eu me enfraquecia e instintivamente voltava atrás. Ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem. Era considerado um método de aniquilamento progressivo. E foi realmente o período em que eu mais me senti desestruturada, mais do que em toda a loucura dos primeiros dias. Porque você já sabe o que é a tortura, e ela parece que nunca terá fim. Nessa época, a rotina estava implantada. Eu ficava numa cela - num período fiquei com uma menina do Paraná chamada Ruth - e era levada repetidamente para a sala de tortura, para novos interrogatórios. Achei que a essas alturas eu já estava há dois meses na prisão, quando meu advogado, Dr. Tecio Lins e Silva, conseguiu que eu fosse apresentada na Auditoria da Marinha, onde corria um processo contra mim. Desde o primeiro dia, quando Marielena avisou minha mãe, minha família e meu advogado, tentavam desesperadamente me encontrar. Eles sabiam que se eu fosse levada na auditoria, eu estaria salva pois teria sido apresentada e seria muito difícil eles me matarem. Por isso, usaram de todos os subterfúgios e procedimentos legais para conseguirem que eu fosse apresentada. O meu advogado entrou com um pedido na Auditoria afirmando que eu tinha sido presa. A auditoria mandou uma ordem para o Quartel da PE. Essas contradições existiam porque em meio ao horror a ditadura brasileira sempre tentou manter justificativas legais. E nós não estávamos sendo torturadas numa casa clandestina, mas num quartel do exército. E assim um dia mandaram eu me vestir - nós usávamos um macacão na prisão - e eu fui levada por um grupo de soldados da PE para a Auditoria da Marinha. Quando eu cheguei na auditoria eu não andava, a minha perna continuava atrofiada e eu tinha hematomas e ferimentos pelo corpo. Me levaram para uma sala onde estavam meus pais e meu advogado. Sempre rodeada pelos soldados da PE, eu pedi por favor para que eles tentassem me tirar do DóI-Codi e me levassem para o Hospital Militar. Eu sabia também que aquele momento era a única chance que eu teria de denunciar as torturas com uma prova real. Eu era a prova real da tortura. E apesar do medo imenso que sentia eu denunciei que estava naquele estado por causa das torturas, num depoimento extremamente emocionado. Lembro - e eu tinha apenas 22 anos - que quando entrei na sala todos os juizes militares baixaram a cabeça. Não tiveram a coragem de me encarar. Como também não tiveram a coragem - apesar de todos os esforços do meu advogado - de me mandarem para o Hospital Militar e, mais uma vez, eu fui levada para o DóI-Codi. Eu tremia muito pois imaginava o que me esperava depois de ter denunciado a tortura. Eu disse para o meu advogado: Eles vão me matar". A impotência estampada nos olhos dele era o retrato desse país. Mas eles não podiam mais me matar porque eu já estava oficialmente presa, o que no entanto não tinha a menor importância para mim. O importante era que eu sabia que ia voltar a ser torturada e que eles deveriam estar furiosos com o meu depoimento. E é impressionante a capacidade deles de inventarem sempre alguma coisa diferente. Alguma coisa que vai te deixar pior ainda. Quando cheguei na sala de tortura, estavam todos juntos e enlouquecidos. (Releio esse depoimento e vejo que a todo momento eu digo que foi a pior coisa que vivi na vida.) Bom, esse momento foi de novo o pior momento que já vivi na vida. Eles me fizeram representar o que eu tinha feito na auditoria, como se tivesse sido uma representação, uma mentira, uma palhaçada. -- Ah, agora faz mais cara de choro, não está suficiente, você fez mais cara de choro do que essa lá! -- Manca mais, você mancou mais lá, filha da puta. E eu fiz tudo o que eles mandaram, eu fiz tudo o que eles mandaram. A sensação era que eu tinha perdido inteiramente minha identidade. Quando a sua dor é transformada em piada com a sua ajuda é como se nada mais tivesse sentido. Depois disso, eu fiquei mais algum tempo no DóI-Codi, não sei precisar quanto. Sei que fui presa em 31 de março e que quase três meses depois fui finalmente mandada para a Vila Militar, onde passei a ser legalmente presa, com visita de família e advogado. De todo esse período, de todo esse horror, eu vivi também alguns momentos de esperança. No quartel da Barão de Mesquita, além das equipes de torturadores, encontrávamos soldados da Polícia do Exército em serviço militar. Era um quartel, com um funcionamento normal de quartel. E a maior parte dos soldados para mostrar serviço diante dos oficiais participavam da brutalidade. Ou nos empurrando, ou, por exemplo, dizendo que tinha um degrau a mais quando subíamos uma escada de capuz fazendo com que caíssemos. Pequenos poderes, muitos abusos. Mas nem todos se comportaram assim. Dois soldados são inesquecíveis por terem conseguido manter sua humanidade. E eu queria lembrá-los hoje. Eu queria lembrá-los aqui, mesmo sem saber seus nomes, porque o que estamos fazendo é um exercício de humanidade. Um soldado se ofereceu para levar um bilhete para minha família. E levou. O outro foi o enfermeiro que na minha primeira noite na enfermaria passou todo o tempo acordado colocando panos quentes para tentar amenizar a dor da minha perna. Lembro que ele só repetia. "Quando eu terminar o serviço militar, quero esquecer tudo isso." Mas nós não podemos esquecer. E por isso estamos aqui hoje. Estava já há cerca de dois meses na Vila Militar, quando em final de agosto, fui levada de novo para o DóI-Codi. Essa possibilidade não passava pela minha cabeça. Tinha me convencido que tudo aquilo acabara. Mas com o assassinato da Yara Yalvberg e a perseguição ao Lamarca e ao Zequinha, resolveram que eu deveria ser interrogada de novo sobre a Bahia. Quando um sargento me disse, na Vila Militar, que eu iria ser levada para o DóI-Codi entrei em desespero, e de novo tentei suicídio. Era inadmissível voltar a viver tudo aquilo. Mas fui impedida pela minha companheira de cela, minha querida Abigail Paranhos, que perdemos para o câncer alguns anos atrás. Estava tão desesperada que me deram uma injeção e fui levada quase desmaiada para a Barão de Mesquita. Lá tudo estava mudado. As celas tinham cama e lençol e os aparelhos de tortura foram substituídos por celas com controle de som e de temperatura, as chamadas geladeiras. Os presos eram colocados sem poder dormir, sem comer e em temperaturas baixíssimas. Fui de novo interrogada pelo Major Cinelli. Eu não estava entendendo nada do que acontecia. Hoje, me parece que o DóI-Codi da Barão de Mesquita, a partir desse momento, foi reservado para presos que passariam por esse "interrogatório científico". Ao mesmo tempo, os militantes das organizações armadas considerados chave foram sumariamente condenados a morte. Não iam mais para o DóI-Codi. Jam ser torturados e assassinados em outros lugares, como a Casa da Morte de Petrópolis, cuja única sobrevivente foi Ines Etiene Romeu. Foi assim com Sérgio Furtado, com Paulo Ribeiro Bastos, com Fernando Santa Cruz e muitos outros companheiros que constam da lista de "desaparecidos". A pena de morte foi decretada também para os combatentes urbanos nesse período, assim como foi para os militantes da Guerrilha do Araguaia. Não posso provar que houve uma decisão de matar os poucos sobreviventes das organizações armadas, mas é o que deduzo do que vivi nessa época. O Nagib, que gostava de discursar, de me explicar as técnicas e os objetivos deles, me disse uma vez que depois de acabarem conosco, que no fundo éramos apenas garotos impertinentes, eles iam terminar com quem efetivamente importava, com aqueles que tinham feito nossas cabeças. E que depois de aniquilar as organizações armadas, iriam aniquilar o Partido Comunista Brasileiro. Efetivamente, alguns anos depois a direção do PCB foi assassinada. É terrível você olhar para trás e descobrir que no seu país utilizou-se de métodos cruéis e criminosos na luta política. Não se tratava apenas de aniquilar quem estava se defendendo de armas na mão, mas de aniquilar toda e qualquer visão contrária à deles. Era um método de manutenção de um poder autoritário. Uma vez na enfermaria, quando questionei o Amílcar Lobo de como um médico e psicanalista se permitia àquele papel, ele me disse que se não fosse ele seria outro, que ele era apenas um membro de uma engrenagem. Eu me lembro que respondi: muitos disseram isso em Nuremberg. Não estamos em Nuremberg. 43 anos se passaram desses acontecimentos. Restaram pequenas cicatrizes no meu corpo, um problema de sensibilidade na minha perna direita e essa história. Uma história que compartilho com vocês não por desejo de vangloria ou masoquismo, mas porque acredito que a única maneira de fortalecermos a democracia nessa país e conhecendo nosso passado. A única maneira de combater aqueles que ainda torturam ou masoquismo, é mostrar que esse é - e sempre foi - um crime de lesa-humanidade. Depois de 3 anos e meio de prisão, fui solta. É verdade que depois de tudo isso, reconstruí minha vida. Com a ajuda de minha família, de meus amigos e de um processo de análise que durou 25 anos. Mas reconstruir não significa esquecer. Reconstruir significa saber conviver com esses fatos lutando para que não se repitam jamais. O horror à violência e ao autoritarismo passou a fazer parte de mim. Há dois anos, pedi licença ao Exército para filmar as celas onde estive presa. O pedido foi negado. Sem explicações. Como se pode avançar em direção ao futuro se não se pode reconstruir o passado? Até quando vão esconder nossa história? Milhares de pessoas foram presas e torturadas no Rio de Janeiro. Querida, quem é a Comissão que começa uma campanha para que todos aqueles que foram presos mandem um depoimento. Precisamos saber o que aconteceu, nome, data, que torturas sofreu e quais foram os responsáveis. Na minha época do DóI-CODI, os torturadores usavam nome de guerra e tinham seus nomes verdadeiros tampados por um esparadrapo na camisa. Mas posteriormente, consegui identificar alguns deles, que são: Major Demurgo - então chefe do DóI-CODI - que mantinha contato com nossas famílias; Tenente Armando Avolio Filho - de nome de guerra

Comitê Carlos de Ré a leitura desses requerimentos. O Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça, em audiência pública ocorrida em 8 de março de 2013 da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul requer o estabelecimento formal de uma lista oficial de cidadãos mortos no Rio Grande do Sul e cidadão desse Estado mortos fora de seu território, inclusive no exterior como resultado de ações de terrorismo de Estado realizados pelo regime civil, militar e brasileiro, entre 61 e 85. Igual procedimento com relação às vítimas do crime continuado de sequestro, desaparecimento forçado ou ainda em curso. Igual procedimento para as vítimas de privação continuada de liberdade, tortura física, psicológica, violência sexual, ocultação de cadáver e privação de defesa jurídica. Idêntico comportamento quanto aos mesmos crimes, incluída a deportação ilegal de cidadãos brasileiros e estrangeiros no interior dos países, entre os países que participaram da Operação Condor. Fixação de uma lista formal dos responsáveis por cada um de tais crimes na condição de executores, facilitadores, omissos, mandantes, cúmplices e acobertadores em todos os níveis de cadeia de mando hierárquico, seja no âmbito civil, militar, policial, autárquica, cartorial, médico-legal, legislativa ou como resultado de interação entre eles. Uma ação formal entre os cidadãos responsáveis pelos crimes acima elencados, de sua condição de executores oficiais do crime de lesa humanidade conforme as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Que a oitiva das testemunhas seja acompanhada por representantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e Comitês Cíveis, na mesma condição de depositários da memória e das informações completas e abrangentes para qualificar e dar densidade aos testemunhos com interação imediata no curso dos depoimentos, respeitado o sigilo apenas em casos excepcionais. Que a Comissão Estadual da Verdade assumo como seu dever a elucidação de todos os casos em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, retirando das vítimas o ônus de petição, busca e prova. Que a Comissão Estadual da Verdade determine com máxima brevidade uma política normativa de busca, preservação, guarda e acesso a todos os arquivos pertinentes. Que a Comissão Estadual da Verdade tenha como foco principal o conjunto orgânico da repressão massiva ocorrida entre 70 e 73, declarando caracterizado o terrorismo de Estado. Que o relatório final, além da expressa caracterização da ocorrência de terrorismo de Estado e de crimes de lesa humanidade, conste as necessárias orientações para que se faça justiça. Essa é a nossa manifestação. A gente também parabeniza aqui a Inês Maria Serpa, a Martinha, pela coragem do testemunho e também pela grande ajuda que nos deu com a identificação da penitenciária feminina Madre Pelletier, que foi um local de tortura na nossa cidade. A gente apresenta nesse exemplo da identificação do Pelletier uma parte do trabalho que a gente realiza no Comitê. Ficamos abertos à Comissão Estadual da Verdade para viabilizar no que for possível, no que nos competir, a conquista desses objetivos que são de toda a sociedade e abertos a todos vocês para quem quiser conhecer o nosso trabalho e participar da nossa militância por memória, verdade e justiça. Obrigada. (aplausos). BÁRBARA CONTE: Bom dia a todos, o meu nome é Bárbara Conte e eu primeiro gostaria de agradecer e falar da importância desse momento e estou aqui com outros colegas para poder participar também nesse momento importante. Para poder aparecer no depoimento dessas pessoas, para poder quebrar esse momento de silêncio, poder saber o que foi a experiência de cada um de vocês nesse processo. Nós somos um grupo de psicanalistas, temos uma instituição, fizemos parte de uma licitação nacional para um projeto do Ministério da Justiça e da Comissão de Anistia que se chama Clínicas do Testemunho. Esse projeto é nacional, o nosso grupo foi escolhido para representar a região sul. O projeto consiste na escuta das pessoas vítimas da tortura e seus familiares e também a capacitação de profissionais que visem trabalhar com isso e quem sabe possam dar sua contribuição diante de uma política pública para que seja aberta esta condição de trabalhar o trauma. Esse projeto vai ser lançado nacionalmente na Semana dos Direitos Humanos que é agora na primeira semana de abril. Aqui em Porto Alegre ele será lançado no dia 3 de abril, às 19h30. Faremos uma divulgação pública, com a presença de pessoas da Comissão da Anistia, de Brasília. Estamos começando um trabalho que possa contribuir. Esperamos também poder contar com a participação dos grupos que trabalharam até agora dentro dessa perspectiva da quebra do silêncio e da possibilidade de transformar essa experiência naquilo que seja não só do conhecimento, mas também da possibilidade de que seja utilizada de uma outra maneira. Que isso possa ser aberto e utilizado para que profissionais possam trabalhar em uma política de atendimento. Nesse sentido, gostaria de agradecer o que a gente ouviu e fazer um convite a todos para que possam participar das atividades que passaremos a divulgar e que são públicas. (aplausos). GUÁZZELLI: Agradeço. A Comissão está à disposição para que em momento oportuno possa divulgar suas atividades. Gostaria de agradecer a presença de todos, muito especialmente da Inês, que além da bravura de ter enfrentado a ditadura, de não se deixar destruir como seus algozes queriam, e ter ainda a dignidade, a integridade, a clareza, a lucidez de nos prestar esse importantíssimo relato. Muito obrigado. (aplausos).